

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DOUTORADO**

SANDRA LILIAN SILVEIRA GROHE

**CIDADES SUSTENTÁVEIS:
Princípios Orientadores de Educação para a Sustentabilidade
em Contextos Urbanos**

São Leopoldo

2021

SANDRA LILIAN SILVEIRA GROHE

**CIDADES SUSTENTÁVEIS:
Princípios Orientadores de Educação para a Sustentabilidade
em Contextos Urbanos**

Tese apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Doutora em
Educação, pelo Programa de Pós-
Graduação em Educação da Universidade
do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Manoel Dias da Silva

São Leopoldo

2021

G874c Grohe, Sandra Lilian Silveira.

Cidades sustentáveis : princípios orientadores de educação para a sustentabilidade em contextos urbanos / Sandra Lilian Silveira Grohe. – 2021.

251 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2021.

“Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Manoel Dias da Silva.”

1. Educação. 2. Sustentabilidade. 3. Cidades sustentáveis. I. Título.

CDU 37

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Amanda Schuster – CRB 10/2517)

Sandra Lilian Silveira Grohe

Cidades Sustentáveis:

Princípios Orientadores de Educação para a Sustentabilidade
a partir de Experiências em Cidades da Região Sul do Brasil

Tese apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Doutora em
Educação, pelo Programa de Pós-
Graduação em Educação da Universidade
do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Apresentada em 10 de março de 2021

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Paula Pimentel Walker – University of Michigan

Profa. Dra. Jaqueline Moll – UFRGS

Prof. Dr. Fabricio Farias Tarouco - UNISINOS

Profa. Dra. Flávia Obino Corrêa Werle - UNISINOS

Prof. Dr. Rodrigo Manoel Dias Da Silva (orientador) - UNISINOS

AGRADECIMENTOS À CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

AGRADECIMENTOS

Toda caminhada transformadora começa muito antes de aprendermos a andar. Agradeço a todos e todas que, durante este percurso, ensinaram-me a caminhar e a crescer enquanto pessoa, professora e pesquisadora.

Agradeço, primeiramente, à minha mãe que abandonou a zona rural de Itaqui/RS, comigo ainda em sua barriga, para que eu estudasse. Desde muito pequena escuto: “Tenho *que ir embora daqui, porque minha filha tem que ir para o colégio*”. Obrigada mãe por toda sua luta e coragem!

À minha avó Rosa (*in memoriam*) que me ensinou, ao lado da máquina de costura, a fazer, a refazer, a ser persistente, a acreditar e a continuar.

Ao meu pai com quem aprendi a confiar, a ter paciência e a levar a vida de forma mais leve.

Agradeço ao restante da família que, de alguma maneira, estiveram presentes neste percurso.

Ao Ricardo, meu companheiro colorado, por todo cuidado, apoio e força nos momentos em que mais precisei. Dá-lhe colorado!

Ao meu orientador Rodrigo Manoel Dias da Silva pela acolhida, sensibilidade, confiança e ensinamentos. Por ter me guiado por caminhos teóricos e metodológicos para que a pesquisa fosse construída com liberdade e criatividade.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UNISINOS, principalmente pelo compromisso acadêmico, social e político.

Gratidão aos entrevistados e às entrevistadas das cidades de Colombo/PR e São Leopoldo/RS que se empenharam para contribuir para este estudo. Em especial, agradeço à Iliane Viana da Rocha, Fabiele Silva Beltramin, Dalva Simone Strapasson Dias, Tatiane Soares e Vitória Regina Casagrande Viel.

Às colegas do Grupo de Estudos e Pesquisa em Sociologia da Educação - GEPSE, por todas as trocas, sugestões e amorosidades.

Às professoras da EMEF Santa Marta pelo apoio quando precisei me ausentar, pela atenção e por se proporem a também educar para a sustentabilidade. Em especial, à diretora Márcia Kehl e às colegas Débora Baierle, Kátia Kalinka, Mariana Correia, Cris Santos, Cris De Canto e Cátia Silene Morera.

Ao Guri, à Lara e à Menina, meus companheiros não humanos, que contribuíram para meu bem-estar durante as leituras e as escritas desta tese.

“Os mundos novos devem ser vividos antes de ser explicados”. (Alejo Carpentier).

RESUMO

A presente tese objetiva, a partir de análise compreensiva, identificar os princípios orientadores de educação para a sustentabilidade em contextos urbanos. Na tentativa de identificar os princípios, uma questão foi fundamental durante todo o percurso da pesquisa: Quando uma cidade educa para a sustentabilidade? Para tanto, fez-se necessário traçar o percurso do Brasil na promoção de cidades sustentáveis, partindo dos movimentos internacionais aos nacionais, das agendas globais e suas implementações locais, assim como, foi necessário transitar pelas distintas definições para cidades sustentáveis, cidades educadoras, sustentabilidade e educação para a sustentabilidade. Em busca de respostas para além do documentado, no ano de 2019, as cidades da região sul do Brasil, Colombo (Paraná) e São Leopoldo (Rio Grande do Sul), foram visitadas para a realização de entrevistas compreensivas. Neste trânsito, entre teoria e empiria, foram identificados os princípios da educação, da governança e da mobilização. O princípio da Educação foi reconhecido como o foco principal em uma cidade que pretende ser sustentável. Isso significa educar para a vida em todas as dimensões, para a transformação, para o desenvolvimento sustentável e para as relações. Nesse sentido, é imprescindível a permanência de uma educação ambiental forte, realizada a partir de políticas, pesquisas, programas e projetos de educação para a sustentabilidade. No princípio da governança foi enfatizada a relevância da vontade política para a implementação da educação para a sustentabilidade, bem como a importância do olhar sensível, holístico e horizontal para o território. A cidade que governa para a sustentabilidade está atenta e inserida nos acordos globais e as alianças interurbanas. Incentiva a participação, a criação de espaços de expressão, de diálogos e de pensamento crítico. O governante que pretende contribuir para que uma cidade seja mais sustentável, precisa dar continuidade às políticas, aos programas, aos projetos e às ações exitosas em governos anteriores, evitando processos efêmeros. Já no princípio da mobilização foi identificada a sensibilização como facilitadora das vivências de pertencimento à cidade, estreitamente relacionada à divulgação, à comunicação, à informação e à visibilidade. Nesse sentido, uma das constatações foi referente à postura de dependência e de desresponsabilização da população decorrente da desinformação, da falta de consciência ambiental e de práticas comunitárias. Esses três princípios foram

apontados como aqueles que podem contribuir para a transformação das cidades, a partir da educação como um dos eixos principais, a governança com olhar sensível e global para o território e a mobilização direcionada para novos começos, a partir do vivido. Não são princípios oclusos, pelo contrário, podem ser associados a outros princípios inerentes à educação, à sustentabilidade e à cidade. Por fim, estes princípios necessitam ser analisados, explorados e ampliados de acordo com cada realidade, enquanto devem ser compreendidos como possibilidades para a transformação local e, conseqüentemente, global.

Palavras-chave: Educação. Sustentabilidade. Cidades sustentáveis.

ABSTRACT

This thesis aims, from comprehensive analysis, to identify the guiding principles of education for sustainability in urban contexts. In an attempt to identify the principles, there was a fundamental question during the research: When does a city educate for sustainability? For this purpose, it has been necessary to trace the course of Brazil for promoting sustainable cities, starting from international for national movements, from global agendas and their local implementations, as well as, it was necessary transit by different definitions for sustainable cities, educator cities, sustainability and education for sustainability. Searching for answers beyond the documented, in 2019, cities of southern Brazil, Colombo (Paraná) and São Leopoldo (Rio Grande do Sul), were visited for the realization of comprehensive interviews. In this transition, between theory and empiry, the principles of education, governance and mobilization have been identified. The principle of Education was recognized as the main focus in a city that aims to be sustainable. That means educating for life in all dimensions, for transformation, for sustainable development and for the relations. In this sense, it is essential the permanence of a strong environmental education, based on policies, researches, educational programs and projects for sustainability. In the principle of governance it has been emphasized the relevance of the political desire for the implementation of education for sustainability, as well as the importance of a sensitive, holistic and horizontal look at the territory. The city that governs for sustainability is attentive and inserted in the global agreements and in the intercity alliances. It encourages the participation, the creation of spaces of expression, of dialogues and of critical thinking. The governor that intends to contribute for a city to be more sustainable, needs to give continuation on the policies, programs, projects and on successful actions of previous governments, avoiding ephemeral processes. Already at the beginning of the mobilization, the sensibilization has been identified as facilitator of the experiences of belonging to the city, closely related to disclosure, communication, information and to visibility. In this sense, one of the findings was related to the position of dependence, responsibility of the population due to disinformation, lack of environmental consciousness and due to community practices. These three principles have been pointed out as those which may contribute to the transformation of cities, having education as one of the main axis, governance with a sensitive and global look at the territory and the mobilization

aimed at new beginnings, starting from the ones experienced. They are not occluded principles, on the contrary, they must be associated with other principles inherent to education, sustainability and the city. Lastly, these principles need to be analyzed, explored and expanded according to each reality, meanwhile they must be understood as possibilities for local and, consequently, global transformation.

Keywords: Education. Sustainability. Sustainable cities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Sustentabilidade e as relações	34
Figura 2 - Tripé da Educação para a Sustentabilidade	42
Figura 3 - Meta 11 - Readequação ODS Brasil	70
Figura 4 - Colombo - PR	88
Figura 5 - São Leopoldo/RS	92
Figura 6 - Mapa de Colombo/PR.....	96
Figura 7 - Área Rural e Urbana em Colombo-PR.....	110
Figura 8 - Economia Circular em Colombo - PR	114
Figura 9 - 1ª Ecogincana Colombo - PR.....	123
Figura 10 - Folders Secretaria Meio Ambiente	137
Figura 11 - Regiões do Orçamento Participativo.....	145
Figura 12 - Museu do Rio	147
Figura 13 - Macrozoneamento do Município de São Leopoldo	150
Figura 14 - Trilha Urbana	156
Figura 15 - Eu Vou de Bike	163
Figura 16 - Dique São Leopoldo.....	164
Figura 17 - Gincana Ambiental.....	165
Figura 18 - Sarau do Museu do Rio	167
Figura 19 - Prêmio Jacobina	171
Figura 20 - Arroios de São Leopoldo.....	181
Figura 21 - Região Norte 2 tem plenárias do PPA Participativo.....	189
Figura 22 - PESC na Escola.....	198
Figura 23 - Plataforma Moodle - PESC	202
Figura 24 - Princípios Orientadores de Educação para a Sustentabilidade em Contextos Urbanos.....	207

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Ações a partir da Ecogincana	105
Fotografia 2 - Funcionários da Varrição em Caminhada Cívica	108
Fotografia 3 - Escola Rural.....	136
Fotografia 4 - Escola Municipal Parque Santa Terezinha	140
Fotografia 5 - Centro de Artes e Esportes Unificados Daniel de Jesus Rosa	142

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Resumo de Teses e Dissertações - Cidades Sustentáveis PR e RS	53
Quadro 2 - Políticas Públicas ligadas às Cidades Sustentáveis.....	55
Quadro 3 - Definição de cidades inteligentes e sustentáveis	56

LISTA DE SIGLAS

ABM	Associação Brasileira de Municípios
AGAPAN	Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ALECA	Associação Leopoldo de Ecologia e Canoagem
AMBAVI	Associação de Moradores do Bairro Vicentina
ANAMMA	Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente
ANSUR	Articulação Nacional do Solo Urbano
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Curricular Comum
BNH	Banco Nacional da Habitação
BRDE	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CC	Cargo de Confiança
CCA	Centro de Ciências Agrárias
CEEPRO	Centro Estadual de Educação Visconde de São Leopoldo
CEO	ChiefExecutive Officer
CEPEA	Centro Permanente de Educação Ambiental
CIB	International Council for Research and Innovation in Building and Construction
CIEA	Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental
CIPP	Complexo Industrial e Portuário do Pecém
CNIJMA	Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente
COM-VIDA	Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida

CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COP	Conferência das Partes
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
CRVR	Companhia Riograndense de Valorização de Resíduos
DCNEA	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais
DEAM	Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres
EA	Educação Ambiental
ECOGINCANA	Gincana Ecológica de Colombo
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil
ESALQ	Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"
ETM	Equipe Técnica Municipal
FAMURS	Associações de Municípios do Rio Grande do Sul
FDD	Defesa de Direitos Difusos
FEPAM	Fundação Estadual de Proteção ao Meio Ambiente do Rio Grande do Sul
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNA	Federação Nacional dos Arquitetos
FSM	Fórum Social Mundial
FURG	Universidade Federal de Rio Grande
GEPSE	Grupo de Estudos e Pesquisas em Sociologia da Educação – Unisinos
GTEA	Grupo de Trabalho de Educação Ambiental

HABITAT	Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável
IAB	Instituto de Arquitetos do Brasil
IADH	Índice de Avaliação do Desempenho Hídrico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICLEI	International Council for Local Environmental Initiatives
INDEC	Instituto Nacional de Estadística y Censos
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPTU	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
IUC LAC	Programa de Cooperação Urbana Internacional da União Europeia - América Latina e Caribe
LAC	Licença Ambiental por Adesão e Compromisso
LDB	Diretrizes e Bases da Educação
LDOs	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOAs	Lei dos Orçamentos Anuais
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MNRU	Movimento Nacional pela Reforma Urbana
NAPPI	Núcleo de Apoio e Pesquisa ao Processo de Inclusão
NAU	Nova Agenda Urbana
NEPAU	Núcleo de Ensino e Pesquisa em Agricultura Urbana
NEPPSA	Núcleo de Estudos e Práticas Permaculturais do Semiárido
NTM	Núcleo de Tecnologia Educacional Municipal de São Leopoldo/RS

OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OEA	Organização dos Estados Americanos
OGEA	Órgão Gestor de Educação Ambiental
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
ONU-Habitat	Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos
OP	Orçamento Participativo
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAVS	Projetos Ambientais Verdes e Saudáveis
PEM	Planejamento Estratégico Municipal
PlaMob	Plano de Mobilidade
PLHI	Plano Local de Interesse Social
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PPA	Plano Plurianual
PROMEIA	Programa Municipal de Educação Ambiental
ProNEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
PUCPR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
REA/PR	Rede de Educação Ambiental do Paraná
REBEA	Rede Brasileira de Educação Ambiental

RS	Rio Grande do Sul
SANEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná
SC	Santa Catarina
SCSB	Sociedade Científica do Semiárido Brasileiro
SEED	Secretaria de Estado da Educação
SEMA	Secretaria Especial de Meio Ambiente
SEMAE	Serviço Municipal de Água e Esgoto de São Leopoldo
SEMMA	Secretaria Municipal e Meio Ambiente
SEPOM	Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres
TEASS	Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global
UC	Unidades de Conservação
UCAB	Universidad Católica Andrés Bello
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UIT	União Internacional de Telecomunicações
UNCHS	Habitat ou Centro das Nações Unidas para os Assentamentos

Humanos

UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UN-HABITAT	Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
UNIJUÍ	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
UNISDR	Nações Unidas para a Gestão de Riscos de Desastres
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
USP	Universidade de São Paulo
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná UTFPR
ZEEs	Zoneamento Ecológico e Econômico

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	21
1.1 Do biográfico ao social: elementos da trajetória da pesquisadora	22
1.2 Sustentabilidade como abordagem temática - Primeiras inquietações	31
1.3 Caminhos da pesquisa	36
2 CIDADES SUSTENTÁVEIS - DESAFIOS E POSSIBILIDADES	38
2.1 Educação para a sustentabilidade e espaços educadores sustentáveis	40
2.2 Cidades sustentáveis - Primeiras reflexões	46
2.3 Estudos referentes às cidades sustentáveis	52
2.4 Agendas globais e locais para cidades sustentáveis	62
2.5 Políticas Educacionais para Cidades Sustentáveis	73
3 ARTESANIA COMPREENSIVA PELAS CIDADES	81
3.1 Andando pelas cidades	81
3.2 Vontade de ser uma cidade sustentável	87
3.3 Como podemos nos tornar, enquanto cidade, sustentável?	90
3.4 Artesania compreensiva em duas cidades da região sul	93
4 COLOMBO SUSTENTÁVEL	96
4.1 Por que preservar o meio ambiente?	97
4.2 Percepções da cidade - Rural e urbano	107
4.3 Vou para a cidade! Cidades dentro da cidade	116
4.4 Ler o mundo a partir do lugar é o desafio	136
5 SÃO LEOPOLDO - LUGAR DE EXPERIÊNCIAS SUSTENTÁVEIS	145
5.1 Como eu gostaria de morar nessa cidade!	146
5.2 Cidade como lugar da experiência	157
5.3 Lugar de mulher é em todo o lugar! Onde ela quiser na cidade	168
5.4 Outros possíveis na cidade - Educação fora da sala de aula	173
5.5 O que falta é mobilizar as pessoas na cidade	179
5.6 Qual a cidade a comunidade quer?	185
5.7 Programa Educação para a Sustentabilidade na Cidade - PESC	193
6 FINALIZANDO A CAMINHADA	206
6.1 Princípios Orientadores de Educação para a Sustentabilidade em Contextos Urbanos	206
6.2 Reflexões Finais – Perspectivas de Novos Começos	219

REFERÊNCIAS.....	222
APÊNDICE A - ENTREVISTA COMPREENSIVA	250
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO	251

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como foco principal a educação para a sustentabilidade em contextos urbanos. Na tentativa de compreender o objeto deste estudo, tenho¹ “[...] como meta a compreensão interpretativa da ação social de maneira a obter uma explicação de suas causas, de seu curso e de seus efeitos” (WEBER, 2008, p. 11). No esforço de interpretar, de identificar, de capturar a particularidade do objeto de pesquisa, foi necessário investigar as experiências dos atores sociais e, com isso, ter acesso ao conjunto de significados que constroem e pelos quais representam os princípios educacionais para a sustentabilidade em duas cidades localizadas no sul do Brasil.

Na busca pela compreensão, determinei como essencial, iniciar este estudo pela minha trajetória de vida. Mills (2009, p. 23) orienta para o uso da própria experiência como “fonte de trabalho intelectual original”. Desde o primeiro momento este foi o desafio, o de partir de minha experiência, porém confiando e desconfiando de minhas percepções. Segundo Mills (2009, p. 23), “essa confiança ambígua é indispensável para a originalidade de qualquer empreendimento intelectual”. No decorrer da pesquisa, foi necessário me manter em estado de “autorreflexão”, assim como manter meu “mundo interior desperto”. O já vivido não está descolado do vivido e neste processo de artesanato intelectual, fundamentado no ontem e no hoje, foi se constituindo esta pesquisa.

Kaufmann (2013, p. 183) determina que em uma pesquisa “nada substitui a experiência”. E este foi o caminho elencado, a partir de esforços intelectuais fui interpretando o vivido, os saberes locais, as falas de pessoas que vivem nas cidades. Para isso, houve a necessidade de me deslocar, de ultrapassar fronteiras, de sentar, de escutar e de conversar com pessoas conhecidas e desconhecidas, tendo em mente que precisava estar aberta a novo, ao lógico e ao crítico.

Para além da experiência pessoal, outro ponto determinante para a pesquisa foi a necessidade de “partir dos indivíduos para compreender a sociedade, e não partindo indivíduo para compreender o indivíduo” (DUBET, 2015, p. 160). A partir de

¹ Embora escreva em primeira pessoa, trazendo a minha experiência e vivência, demarcando um posicionamento, este “eu” é perpassado por um “nós”, referente aos outros sujeitos da pesquisa e, até mesmo os que estão fora dela, como os sujeitos da família e do trabalho. Um “eu” que muitas vezes passa a ser “nós”, respaldado pelos autores e, principalmente, o orientador deste projeto, sendo aquele que acompanha, lê, sugere, critica, acrescenta, enfim, faz parte como coautor da pesquisa. Ainda existe um outro “nós” que se refere a quem está lendo este projeto.

minhas vivências, tentei compreender como as cidades educam para a sustentabilidade, aproximando-me o mais perto possível das pessoas e suas percepções relativas às cidades.

Tal como enunciado pelos autores, o ponto de partida da presente pesquisa foi a experiência, começando pela minha, pautada pelo conhecimento referente à educação e à sustentabilidade, advindo das pessoas que vivem em duas cidades da região sul do Brasil.

1.1 Do biográfico ao social: elementos da trajetória da pesquisadora

Neste sentido, a partir de minhas vivências intelectuais e pessoais, ambas indissociáveis, relato a minha relação e escolha pelo tema de pesquisa, o caminho para a organização da pesquisa, assim como retomo alguns referenciais teóricos que, de certo modo, serão fundamentais no decorrer deste estudo. De acordo com Sarlo (2007, p. 24-25), ao narrar minhas vivências inscreverei minha experiência

[...] numa temporalidade que não é a de seu acontecer (ameaçado desde seu próprio começo pela passagem do tempo e pelo irrepetível), mas a de sua lembrança. A narração também funda uma temporalidade, que a cada repetição e a cada variante torna a se atualizar.

Segundo Mills (2009, p. 22), devemos aprender a usar nossa “experiência de vida” em nosso “trabalho intelectual”. Nesta aproximação, vou me aventurando e construindo este estudo. O que vivi no passado influencia e afeta o meu presente e, conseqüentemente, definirá o que está por vir.

Parto de um recorte histórico-espacial-temporal, iniciado na cidade de Itaqui, localizada na fronteira oeste do Rio Grande do Sul/RS. Nesta cidade, onde nasci, por dez anos trabalhei em uma escola municipal de educação infantil e, concomitante, cursei Magistério, Pedagogia e Psicopedagogia. Foi um período de muito trânsito, estudos e, diria, experimentos. O que lia sobre os estudos de Piaget, Vygotsky, Freinet, Freud, entre outros, proporcionou o aperfeiçoamento de minhas competências profissionais possibilitando a abertura a outras perspectivas. Neste período, passei a ter um posicionamento crítico sobre as práticas de ensino e aprendizagem construídas a partir dos conhecimentos adquiridos na universidade. Para Emília Ferreiro (2002, p. 13), na época, uma das leituras básicas nos cursos de Pedagogia e Psicopedagogia, “ler e escrever são construções sociais. Cada época e

cada circunstância histórica atribuem novos sentidos a esses verbos”. As leituras e escritas realizadas, com certeza não teriam o mesmo sentido hoje, pois estou vivendo outro momento, porém aquelas leituras e vivências, naquela cidade, naquela universidade, naquela escola de educação infantil, entre outros lugares e espaços, foram a base para a formação e entendimento de quem sou hoje.

Ao concluir o curso de Psicopedagogia, findou as possibilidades de continuar os estudos na cidade de Itaquí e, até mesmo, em São Borja onde cursei Pedagogia, então passei a buscar outros caminhos. No ano de 2003, considerado por mim um marco inicial para justificar a pesquisa atual, participei durante seis dias, da terceira edição do Fórum Social Mundial. Pelas ruas de Porto Alegre era possível visualizar manifestações contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a guerra no Iraque, o destaque dado à importância do Mercosul. No Gigantinho, ginásio de esportes do Sport Clube Internacional, pude escutar Leonardo Boff e Eduardo Galeano, autores de livros que havia lido. Escutar autores que eram conhecidos pelos posicionamentos escritos, ganhava outros significativos.

No Auditório Araújo Viana – Espaço Cultural de Porto Alegre, localizado no Parque Farroupilha, ocorreu a Conferência sobre ‘Energia e Sustentabilidade’ tendo como palestrantes o físico Fritjof Capra, o budista Lama Santem e o teólogo Leonardo Boff. Um encontro, para mim, histórico. Nesta conferência, o conceito de sustentabilidade foi colocado em pauta e defendido, principalmente, por Capra, chamando atenção para o cuidado para com as outras vidas existentes no planeta. Muitos foram os momentos significativos vivenciados neste Fórum. Destaco também o encerramento, marcado pela leitura da Carta de Porto Alegre – Fórum Social Mundial (FSM)- criada por palestinos e israelitas.

Nós, pacifistas israelenses e palestinos, estamos determinados a buscar Paz, justiça e soberania para nossos povos e um fim à ocupação israelense nos territórios ocupados em 1967; a criação de um Estado palestino independente, lado a lado com Israel, ao longo das linhas de 4 de junho de 1967; Jerusalém como uma cidade aberta e capital independente para cada um dos dois Estados; uma solução acordada e justa para a questão dos refugiados palestinos, de acordo com a resolução 194 das Nações Unidas.

Clamamos a comunidade internacional e as Nações Unidas, em particular, para, urgentemente, intervir com o intuito de colocar um fim nesta situação trágica, acabar com a violência em ambos os lados, e encaminhar imediatamente negociações de paz, para trazer assim uma paz justa e duradoura.

Porto Alegre, 27 de janeiro de 2003

Alam Jarar, Ely Ben Gal, Galia Golan, Lana Nusseibeh, ShulamitAloni e Zyad Abu Zyad²

O que percebi foi que todos e todas estavam em uma mesma cidade, vindos de diversos cantos do mundo (156 países), por um mesmo ideal: a possibilidade de um outro mundo. Mas que mundo?

Após o FSM, regressei para minha cidade, Itaqui/RS, com muitas questões a serem respondidas, muita vontade de mudar e contribuir para mudanças com uma única certeza: retornar para Porto Alegre. No segundo semestre de 2003, ainda tomada pelas vivências do FSM, regressei. Procurei pela professora Jaqueline Moll, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que durante o FSM tive a oportunidade de conhecer, a qual me orientou a conversar com o professor Nilton Fischer, conhecido por seus estudos em educação popular e Educação Ambiental (EA).³Essa indicação se deu pelo meu estudo realizado durante o curso de Psicopedagogia sobre a “desestrutura” familiar e os reflexos na alfabetização, além da minha ativa participação na Pastoral da Criança na cidade de Itaqui. Na mesma semana em que conversei com o professor Nilton, fui incluída no grupo. A partir de então, passei a trabalhar voluntariamente como educadora popular em um Galpão de Reciclagem, localizado na periferia de Porto Alegre, uma realidade totalmente distinta da cidade que havia conhecido durante o FSM e até mesmo, a conhecida, na cidade de Itaqui. Esta experiência desencadeou inúmeras reflexões sobre o modo como vivemos no mundo. Identifiquei alguns problemas e possibilidades no campo educacional, ambiental, social e econômico, junto ao galpão de reciclagem. Paulo Freire, assim como Alberto Melucci e Carlos Rodrigues Brandão, estiveram presentes, através de suas produções intelectuais, nos encontros do grupo de estudos, assim como nos diálogos, nas trocas de saberes, durante a prática como educadora popular. Ao referir-me ao trabalho realizado no Galpão de Reciclagem, retomo o pensamento de Fischer, baseado em Melucci, na qual ressaltava que

o que motiva a ação coletiva de um grupo decorre tanto de *finalidades comuns* entre os sujeitos implicados como das *relações interpessoais* de convívio. E é nessa condição que o 'mundo do trabalho' é um mundo essencialmente 'pedagógico' pois compreende um *conjunto de interações* que a atividade do fazer oportuniza para além dela mesma. O *produzir*,

²Jarar (2003).

³ Suas pesquisas contemplaram o trabalho dos recicladores, principalmente, dos trabalhadores da Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta, em Porto Alegre /RS (HADDAD, 2014).

como prática da ação sobre matéria prima, também se torna *produzir-se* (FISCHER, 2006, p. 137, grifo nosso).

E assim se deu minha experiência enquanto educadora popular, a partir de relações interpessoais de convívio com mulheres recicladoras advindas de uma dura realidade, reflexo das desigualdades sociais. Ao mesmo tempo em que elas produziam a partir de seu trabalho, produziam-se enquanto mulheres trabalhadoras e eu enquanto educadora popular. Estas vivências eram anotadas em um diário de campo, discutidas entre os (as) educadores (as) e culminavam em planejamentos e ações junto ao Galpão de Reciclagem. As aulas se resumiam, ou melhor, ampliavam-se, expandiam-se, alargavam-se, em rodas de conversas, trocas de experiências e busca por algumas soluções para problemas enfrentados no dia a dia⁴, concomitante a estas ações, eram oferecidas aulas de Português e Matemática. Não podia enquanto educadora popular, “reduzir minha prática docente ao puro ensino daqueles conteúdos” (FREIRE, 2004, p. 103).

Em sequência a vivência como educadora popular, destaco os anos como professora do Estado do Rio Grande do Sul, na Ilha das Flores, localizada em Porto Alegre. Neste período, já afastada do Galpão de Reciclagem, por necessitar trabalhar formalmente, percebi com mais intensidade a desigualdade vivenciada no Brasil. Apenas 13,5 km do centro de Porto Alegre, crianças iam para a escola sem café da manhã, roupas inadequadas, principalmente no inverno, sem material escolar, sem vontade de estudar, sem entender o motivo de estarem frequentando a escola. Em algumas oportunidades, após o término das aulas, no micro-ônibus escolar, acompanhava o trajeto dos alunos da escola até suas casas. O que vi, na maioria das vezes, foram moradias insalubres, sem água potável e rodeadas por materiais recicláveis, sendo que através da venda destes materiais às famílias sobreviviam, além de diversos animais, principalmente cachorros e cavalos⁵. Dar aula não se resumia em apenas transmitir um conhecimento, ultrapassava essa ação. Assim como no Galpão de Reciclagem, não havia como estar ao lado dos alunos e das alunas sem ter empatia. A minha *presença*, aos poucos foi se tornando *convivência* (FREIRE, 2004). As dificuldades de aprendizagem eram muitas, mas no

⁴ O maior problema era o econômico, cada uma recebia aproximadamente R\$100,00 por mês, seguido pelos problemas familiares incluindo, principalmente, violência doméstica e drogadição.

⁵ Segundo Maricato (2011), Porto Alegre está entre as metrópoles com taxa entre 33% e 25% com domicílios ilegais. “O diagnóstico sobre as cidades não contraria o fato de que se trata de uma das sociedades mais desiguais do mundo” (MARICATO, 2011, p. 13).

momento não era o problema maior. Desde então, como educadora e pesquisadora, passei a indagar-me: Como intervir e contribuir para mudar essa realidade?

Com o intuito de amenizar a minha inquietação, o livro “Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós- Modernidade” de Santos (1999) trouxe a possibilidade de reflexões mais profundas e um melhor entendimento daquelas situações vivenciadas na escola. Esse livro refletia sobre a crescente pobreza por parte significativa da população mundial, assim como o agravamento aparentemente irreversível das desigualdades sociais e a degradação ambiental. Boaventura questionava sobre o modelo civilizacional vigente, bem como colocava em pauta o problema fundamental do espaço-tempo mundial e a crescente polarização entre o Norte e o Sul (países centrais e países periféricos no sistema mundial). Boaventura analisa o modelo de desenvolvimento capitalista, relacionado aos benefícios a uma pequena minoria da população mundial. Segundo o sociólogo, devido ao sistema vigente, algumas lutas foram travadas, muitas através dos movimentos sociais, em grande maioria relacionada a organizações não-governamentais transnacionais. Para Santos (1999), a transnacionalização dos movimentos sociais poderia ser considerado o caminho para amenizar os reflexos da globalização econômica. Foi possível entender que aquele problema local tinha relação com o global e que soluções existiam, porém dependia de um coletivo. Neste sentido, algumas respostas foram encontradas para meu dilema, porém as inquietações aumentavam.

Em 2008, fui nomeada para ser professora de séries iniciais na cidade de Canoas/RS, em mais um bairro da periferia. Neste período, por estar em uma nova cidade, precisei conhecer e viver os tempos e espaços na comunidade local como professora. Foram outros os dilemas enfrentados, um deles incidia sobre a inclusão de alunos com necessidades especiais. Naquela época, foi implementada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e o documento “Acesso de Estudantes com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular”(BRASIL, 2004b). Em minha sala de aula do 4º ano do ensino fundamental, havia três alunos com necessidades especiais. Naquele período, sentia-me muito insegura, pois não possuía apoio, experiência e nem formação adequada. Foram dois anos desafiantes e que, posteriormente, contribuíram para minha formação enquanto docente. Dois anos se passaram e fui nomeada para a cidade de São Leopoldo, também para lecionar em um bairro da periferia. Durante

200 dias letivos, transitei por Porto Alegre, Canoas e São Leopoldo e neste trânsito, minhas inquietações somente aumentavam. Precisava definir o caminho a seguir.

No ano de 2011, considerado por mim como outro marco, inscrevi-me em um curso de especialização em Educação Ambiental através da Plataforma Paulo Freire. No decorrer do curso, além de realizar leituras, produções e discussões em grupo, fui incentivada a realizar um projeto de ação em uma das escolas que lecionava. A escolhida foi a escola localizada na cidade de Canoas⁶. O projeto “Ressignificando o Espaço Escolar”, tinha o objetivo de construir uma concepção mais adequada de ambiente e, através da EA, ressignificar o espaço escolar, hábitos alimentares e, ao mesmo tempo, potencializar o sentimento de pertencimento na comunidade escolar. Assim, foi possível unir meus estudos à docência e às vivências. A EA passou a ser entendida e percebida “dentro *da* e *na* Educação” como um processo dialógico (LOUREIRO, 2004), não atuando somente no plano das ideias e no da transmissão de informações, mas no da existência. “A Educação Ambiental diante dessa perspectiva crítica, tem a intencionalidade de romper com a alienação e proporcionar a construção de uma sociedade constituída de sujeitos emancipados” (GROHE, 2012, p.404). Outra questão refletida durante este processo, foi a questão do “pertencimento” (COUSIN, 2010), baseado no princípio da responsabilidade com o lugar e o espaço. A partir de então, passei a rever o modo como estava atuando como professora. O olhar passou a ser para além dos muros da escola.

Em 2013, com a necessidade de continuar e com a certeza de que a formação é transformadora, ingressei no mestrado em educação. A partir da pesquisa, conheci pessoas envolvidas há mais de 20 anos, a maioria mulheres, nas políticas de educação para a sustentabilidade. Passei a participar do grupo Sobrenaturezas, coordenado por Isabel Cristina de Moura Carvalho e Carlos Alberto Steil, que direcionava seus estudos para o campo das epistemologias ecológicas, assim como discutia em seus encontros “a emergência de um novo realismo/materialismo implicado no reposicionamento do humano numa rede de relações simétricas e reciprocamente determinadas, evitando recair nos reducionismos culturais ou biológicos” (SOBRENATUREZAS, 2018). Por meio deste grupo, meus estudos foram ampliados para outra ordem de pensamento e

⁶ Ver artigo Ressignificando o espaço escolar: uma proposta de educação ambiental (GROHE, 2012) e Blog Ressignificando o espaço escolar: uma proposta de educação ambiental (GROHE, 2013).

conhecimento. Os estudos realizados durante o curso do mestrado, concomitantes à docência, contribuíram para determinar a importância das políticas públicas para Escolas Sustentáveis, assim como foi possível identificar o processo de ambientalização como

[...] um dos fins intrínsecos da política para Escolas Sustentáveis, pois contribui para a construção de espaços educadores sustentáveis, através do estímulo a ambientalização do currículo, a gestão democrática e o espaço físico repensado, assim como, é um programa que privilegia o diálogo e incentiva processos educativos sensibilizadores (GROHE, 2015, p. 121).

A partir da pesquisa e envolvimento docente também foi possível contribuir para a transformação do espaço, assim como para a mudança de comportamento da escola e comunidade local⁷. Desde então, passei a ter o entendimento sobre a educação não só como ambiental, mas para a sustentabilidade, distanciada do conceito de desenvolvimento. No Relatório Brundtland, o conceito de desenvolvimento sustentável é definido como

[...] um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender as necessidades e aspirações humanas (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 49).

Fica claro nesta definição, o atendimento às necessidades e às aspirações, prioritariamente, “humanas”. Para Sorrentino *et al.* (2005, p. 289),

O conceito de desenvolvimento sustentável indica claramente o tratamento dado à natureza como um recurso ou matéria-prima destinado aos objetivos de mercado cujo acesso é priorizado a parcelas da sociedade que detêm o controle do capital. Este paradigma mantém o padrão de desenvolvimento que produz desigualdades na distribuição e no acesso a esses recursos, produzindo a pobreza e a falta de identidade cidadã.

A educação para a sustentabilidade se distancia deste posicionamento, "demarcando uma nova preocupação que é com a sustentabilidade da sociedade, mais do que o desenvolvimento" (SCOTTO; CARVALHO; GUIMARÃES, 2009, p.48). O que se busca é o equilíbrio entre os aspectos culturais, sociais, políticos,

⁷ Um exemplo foi o envolvimento no Projeto TogetherWe Make Santa Marta Home (WALKER, 2015) e a construção da quadra poliesportiva na comunidade Santa Marta (JORNAL...,2017, p. 4).

econômicos e ambientais, principalmente os dois últimos, assim como atender as necessidades não só humanas, mas de todas as vidas.

Desde então, acompanho e tenho como referência no que tange a EA, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (TEASS)⁸. Neste documento, a educação ambiental é definida como o “processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida, contribuindo para a transformação humana, social e para a preservação ecológica” (FÓRUM INTERNACIONAL DAS ONGs, 1992, p.1). Assim como a Carta da Terra⁹, a Agenda 21 brasileira¹⁰, o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA)¹¹, a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA)¹², Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA)¹³, entre outros documentos.

Após dois anos de estudos, considerei que as políticas para Escolas Sustentáveis são aquelas fundamentadas em documentos que caminham em direção à sustentabilidade socioambiental, promovendo movimentos locais de ambientalização e atitudes ecologicamente corretas, ocorrendo a partir da internalização de “valores éticos, estéticos e morais em torno do cuidado com o ambiente” (CARVALHO; TONIOL, 2011, p.2). Identifiquei que através de conferências, desde 2003, o Brasil vem realizando discussões junto aos adolescentes de escolas públicas, sobre a realidade socioambiental local e global, por meio da criação de Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (COM-VIDAs)¹⁴, sendo este, o elo entre a política para a sustentabilidade e as escolas. Outro fator considerado durante a pesquisa foi a percepção do quanto as pessoas são importantes para que uma proposta tenha êxito. Sem pessoas engajadas nos projetos, não há continuidade. Também foi possível afirmar que os processos formativos, legislações, conferências, bem como outros movimentos, são provocadores de mudanças locais e, conseqüentemente, globais.

⁸Fórum Internacional das Ongs (1992).

⁹ Lista princípios para a construção de uma vida mais sustentável (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO), 2000).

¹⁰ “[...] um instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável do país, resultado de uma vasta consulta à população brasileira” (BRASIL, 2019).

¹¹ Tendo como um de seus objetivos o de “promover processos de educação ambiental voltados para valores humanistas, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que contribuam para a participação cidadã na construção de sociedades sustentáveis” (BRASIL, 2005c).

¹² Lei Federal nº 9.795/1999 (BRASIL, 1999).

¹³ Brasil (2012).

¹⁴ “O principal papel da COM-VIDA é contribuir para um dia a dia participativo, democrático, animado e saudável na escola, promovendo o intercâmbio entre a escola e a comunidade” (BRASIL, 2004a, p. 9).

Após este período e incentivada a repensar os estudos anteriores sobre educação para a sustentabilidade, focada principalmente nas escolas e seu entorno, no ano de 2017, ingressei no curso de doutorado em educação, na qual fui provocada a olhar não só para a escola, mas também para a cidade. A ideia não foi a de abandonar os estudos e vivências anteriores, mas sim de pensar a partir deles¹⁵. Se anteriormente as inquietações pairavam na questão de como se educava para escolas sustentáveis e a efetivação das políticas de educação para a sustentabilidade, no momento, a pergunta recaía sobre as cidades. Pensar em cidades (sustentáveis) exigia um olhar mais amplo. A partir de então, algumas questões iniciais surgiram: Quando uma cidade passa a ser sustentável? Como se educa para cidades sustentáveis e quais políticas contribuem para a sua efetivação?

Pensar sobre estas questões dentro do campo da educação passou a ser um grande desafio. Os temas relacionados à Educação Ambiental e à Educação para a Sustentabilidade, com frequência são discutidos de forma fragmentada ou dissociados da grade curricular, não só nas escolas, mas também dentro dos Programas de Pós-Graduação em Educação. Se compararmos os dados de dez anos atrás, houve um aumento significativo de número de cursos, de formação ou pós-graduação no Brasil que tratam sobre a Educação Ambiental¹⁶, porém entre outras instituições públicas e privadas, os temas relacionados à Educação Ambiental, Educação para a Sustentabilidade e meio ambiente, quase não são contemplados ou quando ocorrem são de maneira pontual, fragmentados e, até mesmo, dissociados da grade curricular, principalmente nos PPGs de Educação. Esses dados são confirmados por Carvalho (2002, p. 167) e na pesquisa realizada por Silva (2015, p. 24).

¹⁵ Desde 2003, marco inicial de meus estudos, tive a oportunidade de acompanhar os desdobramentos das políticas, ações e movimentos da EA. Os avanços foram muitos, principalmente no que se refere às políticas para/na educação básica. Outro fato que foi confirmado foi o referente à continuidade. A partir de uma política de EA, outras foram criadas, sem que se desviasse de sua gênese. Também a continuidade dentro das escolas, independente da gestão municipal, estadual e nacional, foi possível através da inserção da EA no Projeto Político-Pedagógico (PPP), este refletido junto à escola e à comunidade local. Outro fator constatado foi a importância das pessoas para o fortalecimento da EA.

¹⁶ Como exemplos temos o PPG de Educação Ambiental da Universidade Federal de Rio Grande (FURG), o Curso de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), o Laboratório de Educação e Política Ambiental - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ) da Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), o Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Buscar por elementos e indicadores para a compreensão do tema cidades sustentáveis dentro do campo da educação, passou a ser um misto de trocas, descobertas, inquietações, dúvidas, motivações, continuidade e descontinuidades.

1.2 Sustentabilidade como abordagem temática - Primeiras inquietações

Na busca pela compreensão do tema cidades sustentáveis, acredito ser importante retomar o conceito de sustentabilidade, evidenciado durante minha pesquisa sobre escolas sustentáveis (GROHE, 2015) e necessário para o entendimento das cidades que caminham para a sustentabilidade. De acordo com as pesquisas realizadas, o marco inicial das discussões em torno do conceito de sustentabilidade remete a Revolução Verde e as pesquisas realizadas por Rachel Carson publicadas no livro “Primavera Silenciosa”. Seguidos das discussões trazidas no *Relatório Limites do Crescimento*, ocorridas na primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, no qual pela primeira vez é mencionado o termo *ecodesenvolvimento*, que posteriormente foi ampliado e difundido por Sachs (2009).

Também destaco o relatório *Nosso Futuro Comum*, na qual foi exposto o conceito de desenvolvimento sustentável, que por vezes foi considerado sinônimo e, até mesmo, igualado ao conceito de *ecodesenvolvimento*. Outro documento, que considero significativo e que deveria ser retomado no contexto atual, é o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (TEASS). Nesse Tratado, a noção de *desenvolvimento sustentável* foi deslocada para a noção de *sociedades sustentáveis* e a EA passou a ser considerada ponto central na formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas.

A partir dos anos 90, o conceito de sustentabilidade ganhou destaque, sendo alargado e utilizado, por vezes, de acordo com interesses específicos. Neste debate, destaco as reflexões de Acselrad (2013). Para ele, o conceito de sustentabilidade foi “tornando-se cada vez menos explícito e mais ambíguo” (ACSELRAD, 2013, p. 6). Isabel Carvalho complementa esta reflexão, destacando que o trânsito do conceito passou a ser “entre diferentes matrizes discursivas sendo disputado ideologicamente e semanticamente” (CARVALHO, 2008, p. 51).

Para Brandão (2005), a sustentabilidade ocorre no interior das sociedades sustentáveis¹⁷. A sustentabilidade “se opõe aos modelos de desenvolvimento em que os ganhos puramente econômicos se sobrepõem a todos os outros ganhos humanos, e aos direitos humanos e da própria Natureza” (BRANDÃO, 2005, p. 86).

Para Jacobi (2003, p. 192), baseado nos estudos de Beck (1992), o tema da sustentabilidade confronta-se com o paradigma da “sociedade de risco”¹⁸, implicando

[...] a necessidade de se multiplicarem as práticas sociais baseadas no fortalecimento do direito ao acesso à informação e à educação ambiental em uma perspectiva integradora. E também demanda aumentar o poder das iniciativas baseadas na premissa de que um maior acesso à informação e transparência na administração dos problemas ambientais urbanos pode implicar a reorganização do poder e da autoridade.

Nesse sentido, Jacobi (2003) chama atenção para a promoção do crescimento da consciência ambiental da população, a partir do acesso à informação e a importância do papel do poder público no incentivo ao fortalecimento da corresponsabilidade na fiscalização e no controle dos agentes de degradação ambiental. Outra questão trazida por Jacobi, que para mim também é fundamental, é a promoção da sustentabilidade relacionada à motivação e à mobilização da população, a partir de “estimulantes espaços” que possibilitem distintas formas de “democracia participativa”, garantindo “o acesso à informação e a consolidação de canais abertos para uma participação plural.” Segundo Jacobi (2003, p. 192), a dependência e desresponsabilização da população são frutos da “desinformação, falta de consciência ambiental e déficit de práticas comunitárias”.

Na tentativa de trazer para o debate distintos modos de aplicação do conceito, Carvalho (2008) destaca três níveis de sustentabilidade:

¹⁷ “Uma sociedade sustentável é a que busca mudanças e transformações que satisfaçam as verdadeiras vocações e necessidades dos seres humanos. [...] é a sua abertura ao futuro. É a consciência de que somos corresponsáveis por nós em nosso tempo e, também, pela qualidade de Vida e pela integridade da Natureza do Mundo das gerações futuras” (BRANDÃO, 2005, p. 88).

¹⁸ Sociedade de risco identificada “como uma segunda modernidade ou modernidade reflexiva, que emerge com a globalização, a individualização, a revolução de gênero, o subemprego e a difusão dos riscos globais. Os riscos atuais caracterizam-se por ter consequências, em geral, de alta gravidade, desconhecidas a longo prazo e que não podem ser avaliadas com precisão, como é o caso dos riscos ecológicos, químicos, nucleares e genéticos” (JACOBI, 2003, p. 191).

- a) sustentabilidade como fenômeno empírico, compreendendo “principalmente o uso do conceito de sustentabilidade nas esferas econômica e política”;
- b) sustentabilidade como ideologia, promovendo “uma renovação da matriz desenvolvimentista, [...] sem mudar substancialmente as relações de poder entre sociedade, natureza e meio ambiente”;
- c) sustentabilidade como categoria compreensiva para (re) pensar o mundo de acordo com a “perspectiva compreensiva/ interpretativa (ou ainda hermenêutica)” (CARVALHO, 2008, p. 5).

O conceito de sustentabilidade relacionado à categoria compreensiva, está direcionado ao reconhecimento dos diferentes sentidos elencados a este conceito. Na tentativa de compreender a sustentabilidade, não é possível renunciar o campo de disputa em que ela se encontra, muito menos ser neutro ou relativizar este conceito. A ideia é tentar compreendê-lo para ampliá-lo (CARVALHO, 2008).

No esforço de melhor conceituar sustentabilidade, tomo emprestada a definição trazida por Acácia¹⁹ durante entrevista realizada no decorrer do curso de mestrado em educação:

[...] a sustentabilidade é um conceito e é também uma prática de caráter polissêmico, que traduz diferentes visões e disputas políticas entre os diversos segmentos da população. [...] por ser polissêmico, deve ser explorado em cada território de acordo com a noção de presente e futuro que a população daquele ‘pedaço’ considera ser o seu sonho de felicidade. É a nova utopia, que não precisa ter ‘donos’, mas que aponta para ‘sociedades sustentáveis’, o que implica respeito a todas as formas de vida e democracia plena.

Ao colocar este conceito em prática, no dia a dia da escola, como professora/educadora ambiental, ele foi ganhando forma, sendo percebido e inserido no currículo escolar, no discurso e ações da gestão, assim como passou a ser visível concretamente no espaço físico, porém onde ele foi percebido efetivamente foi nas relações. Quando me refiro às relações, não estou me referindo somente às relações sociais, mas a todas as relações. As relações com o meio, com as coisas, com os animais, plantas, espaço físico, e principalmente, a relação intrapessoal, do

¹⁹ Pseudônimo utilizado para nomear uma das envolvidas na construção do Programa Nacional Escolas Sustentáveis.

autoconhecimento. Quanto mais as pessoas experimentam vivências sustentáveis, melhor entendem seu sentido e objetivo.

A sustentabilidade começa por mim e se efetiva nas relações, incorporando a educação como um dos pontos fundamentais para a sua compreensão, aproximando-se das definições para sustentabilidade de Cavalcante e Elali (2011) e dos estudos referentes às epistemologias ecológicas, onde é discutida “à simetria entre as coisas e o pensamento, os seres humanos e os não humanos, os processos históricos e os naturais” (STEIL; CARVALHO, 2014, p. 165). A partir do esquema abaixo, tento expressar como entendo a partir desses autores a sustentabilidade.

Figura 1- Sustentabilidade e as relações



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

É na relação humana desde a relação comigo mesma - corpo, identidade, emoções, modos de ser com as outras as pessoas e o lugar onde habitamos (CAVALCANTE; ELALI, 2011); e na relação não-humana (STEIL; CARVALHO, 2014), representados pelos elementos materiais, pelos outros animais e os imateriais, elementos não tangíveis (a cultura, a língua, as religiões); assim como na relação com os vivos e não-vivos (alimentação, vestuário, mobiliário etc.) que ocorre a sustentabilidade. Neste sentido,

A sustentabilidade será sempre um projeto em construção, baseado em um conjunto de atributos inspirados em um imaginário utópico, mas não em uma utopia inatingível. É nesse sentido que vale a pena invocar conceitos para ancorar um padrão de desempenho sustentável das cidades baseado na simbiose entre todas as dinâmicas e todos os elementos do lugar (LOPES, 2016, p. 22).

Outra questão percebida durante a minha atuação como professora para além das relações, foi a questão da empatia. Ao me colocar no lugar do “outro”, caminho no sentido contrário ao exigido pela sociedade individualista, benéfica ao consumo próprio e utilitarista que ignora o bem comum. Tal a importância da empatia, que estudos a apontam como uma competência social, considerada “um fator de proteção da vulnerabilidade social e psíquica”, assim como “condição de resiliência frente às adversidades interpessoais” (FORMIGA, 2012, p. 14).

A partir destes primeiros apontamentos sobre sustentabilidade, que não se esgotam aqui, a tentativa neste estudo foi a de compreender como as cidades podem educar efetivamente para a sustentabilidade. Como vimos, a sustentabilidade na visão de Brandão (2005), opõe-se aos modelos de desenvolvimento especificamente econômicos que se sobrepõem a todos os outros ganhos humanos, aos direitos humanos e à própria Natureza. Como as cidades podem caminhar no sentido oposto ao modelo desenvolvimentista e educar para a sustentabilidade? Jacobi (2003) destaca a importância do acesso à informação e à educação ambiental em uma perspectiva integradora. Será que as cidades estão preocupadas em informar e ofertar a educação ambiental a partir de uma perspectiva integradora? Será que a sustentabilidade se efetiva realmente nas relações (Grohe), na cidade, ou este é um processo especificamente individual?

Desde estas reflexões o objetivo desta tese passou a ser o de identificar os princípios orientadores de educação para a sustentabilidade em contextos urbanos. A ideia foi a de, ao identificar os princípios orientadores, contribuir para que as cidades eduquem efetivamente para a sustentabilidade. Neste sentido, foi preciso compreender e identificar como as cidades educam sua população para atitudes, práticas e ações sustentáveis.

Para atingir o objetivo desta pesquisa, primeiramente foi preciso identificar e examinar documentos referentes às políticas educacionais para sustentabilidade em duas cidades da região sul do Brasil. As cidades elencadas para a realização da pesquisa foram Colombo, localizada no estado do Paraná, e São Leopoldo,

localizada no estado do Rio Grande do Sul.²⁰ Em um segundo momento, concomitante à análise de documentos, acompanhei de perto algumas experiências relacionadas à educação, às políticas e à sustentabilidade nas cidades, com a finalidade de compreender como elas foram construídas, implementadas e efetivadas, assim como a partir de entrevistas compreensivas, interpretei a maneira como os atores vivem, produzem e reproduzem as políticas educacionais para a sustentabilidade nas duas cidades elencadas. A seguir demonstrarei como a pesquisa foi organizada e executada.

1.3 Caminhos da pesquisa

A pesquisa foi organizada em cinco capítulos. No primeiro capítulo, relatei minhas vivências intelectuais e pessoais como base estrutural para justificar a escolha do tema de pesquisa. Nesse capítulo, demarquei meu posicionamento em relação à educação para a sustentabilidade, direcionei a organização do projeto, retomei alguns referenciais teóricos, assim como determinei qual caminho seguir, traçando o objetivo geral e específico para a pesquisa.

No segundo capítulo, trago os estudos referentes às cidades sustentáveis. Determino como uma das possibilidades relativa às cidades sustentáveis, a construção de espaços educadores, estes sendo promotores e referências para a sustentabilidade. Neste capítulo é traçado o percurso realizado pelo Brasil na promoção de cidades sustentáveis, partindo dos primeiros movimentos internacionais e nacionais, tendo como marco as conferências Habitat I, Habitat II, Habitat III e ECO92, Estatuto da Cidade, agendas brasileiras para cidades sustentáveis, Plano Diretor e os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável, destacando os Objetivos 4 e 11. O capítulo é finalizado com as políticas educacionais para cidades sustentáveis, fazendo um resgate das políticas de educação ambiental.

No terceiro capítulo é delimitado os campos empíricos da pesquisa. A cidade de Colombo/PR por ser uma das únicas cidades do Paraná que possui políticas de educação para sustentabilidade inseridas nos planos de ação do governo e por se definir como sustentável. E a cidade de São Leopoldo/RS por ter o desejo de se tornar uma cidade sustentável, já desenvolvendo diversas políticas e ações para

²⁰ No Capítulo 3 desta tese, justifica-se o motivo pelo qual estas duas cidades foram elencadas.

atingir esse objetivo. Este capítulo também é dedicado à descrição do caminho metodológico. Além disso, é justificada a escolha pela realização da pesquisa a partir do enfoque compreensivo, tendo como ponto de partida os atores sociais e suas relações com a cidade.

Nos capítulos quartos e quintos, apresento a partir de narração argumentativa, as entrevistas compreensivas realizadas nas duas cidades elencadas: Colombo (Paraná) e São Leopoldo (Rio Grande do Sul). Por fim, no quinto capítulo, apresento os *Princípios Orientadores da Educação para Sustentabilidade em Contextos Urbanos*, bem como as considerações finais.

2 CIDADES SUSTENTÁVEIS - DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Meu primeiro contato durante o doutorado com o tema cidades foi através da leitura do livro “Cidade Vista: Mercadorias e Cultura Urbana”, escrito pela argentina Sarlo (2014). Através do diálogo com distintos pensadores, Sarlo (2014) se propõe a registrar a vida *da* e *na* cidade de Buenos Aires, a partir de itinerários sobre duas perspectivas: a real e a imaginária. Nesse itinerário, ela transita *entre* e *pela* ordem e desordem, público e privado, riqueza e pobreza, progresso e modernidade, identidade e alteridade. Para ela, “sem cidade não há sociedade” (SARLO, 2014, p. 138).

No capítulo “Cidades dos Pobres”, o qual considero um capítulo próximo da realidade de diversas cidades da América Latina, Sarlo(2014) se refere a Buenos Aires como uma cidade efêmera, em construção, e ao mesmo tempo sólida, principalmente com as transformações permanentes, uma delas as *vilas misérias*²¹. Sarlo chama atenção para a situação de invisibilidade das pessoas que vivem na rua, “[...] profundamente alheias ao barulho, ausentes deste mundo que, por outro lado, as declarou ausentes.” (SARLO, 2014, p. 57). Suas vidas de tempos curtos se resumem “num esforço cíclico e repetido de sobrevivência” (SARLO, 2014,p. 62). Uma realidade estatisticamente comprovada pelo Instituto Nacional de Estadística y Censos (INDEC), que declarou em 2016 o índice de pobreza de 32,2 %, totalizando 8,7 milhões de argentinos que não conseguem atender suas necessidades básicas de sustento (EMOL, 2016). Um dado relacionado à complexidade da vida contemporânea nas cidades, atrelada a uma crise social e econômica.

Na Venezuela, esses dados são ampliados para 61,2% da população no ano de 2017. Conforme a socióloga María Gabriela Ponce, da Universidad Católica Andrés Bello (UCAB), que foi responsável pela pesquisa sobre as “Condiciones de Vida en Venezuela (Encovi)”, revelou que a pobreza extrema no país aumentou significativamente, principalmente, entre os anos de 2016 e 2017 (LA POBREZA..., 2018).

No ano de 2016, na América Latina, o número de pessoas pobres chegou a 186 milhões, equivalente a 30,7% da população. A pobreza extrema afetou 10% da população, o equivalente a 61 milhões de pessoas (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL), 2017). As desigualdades,

²¹ No Brasil, pode ser comparada às favelas.

principalmente sociais e econômicas, também puderam ser constatadas no Brasil, através do Relatório denominado “A Distância que nos Une: Um retrato das desigualdades brasileiras”, no qual revelou que:

[...] apenas seis pessoas possuem riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões de brasileiros mais pobres. E mais: os 5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda que os demais 95%. Por aqui, uma trabalhadora que ganha um salário-mínimo por mês levará 19 anos para receber o equivalente aos rendimentos de um super-rico em um único mês (OXFAM BRASIL, 2017).

Ao delimitar esses dados às condições habitacionais urbanas no Brasil, Marques (2015) contribui com uma análise a partir do Censo Demográfico referente aos anos de 1970 a 2010, na qual elencou alguns tópicos para seu estudo, entre eles, estão a habitação, a desigualdade, o serviço público e a infraestrutura urbana. A partir da análise, Marques (2015) determinou quais coberturas de serviços são as que mais e/ou menos contemplam a população brasileira. Nesse sentido, constatou que há uma forte tendência de universalização, praticamente completa de energia elétrica em todo o país, ao lado da coleta de lixo que é quase por completo alcançada. Em relação ao abastecimento de água, as coberturas são bem altas, porém maiores em cidades com mais de 100.000 habitantes. A cobertura é muito baixa, ganhando destaque na região norte do país, com os piores índices, principalmente no tratamento do esgoto. Segundo Marques, quanto mais longe da universalização está um serviço, maior é a desigualdade entre ricos e pobres no seu acesso. Assim, é possível afirmar que as constatações trazidas por Marques (2015) estão intrinsecamente relacionadas ao modo como pensamos, construímos e vivemos as/nas cidades.

A partir destas reflexões, considerei que não poderia pensar em educação para a sustentabilidade em contextos urbanos sem pensar nas desigualdades, principalmente, econômicas e sociais. Segundo Maricato (2015), o problema nas cidades envolve, principalmente, o uso e a ocupação do solo, havendo a necessidade da ampliação de áreas verdes, parques, diminuição de áreas asfaltadas e impermeabilizadas. Acrescentaria ao pensamento de Maricato (2015), a necessidade de educação para a cidade tendo como foco a ocupação territorial, as mudanças climáticas, as desigualdades sociais, entre outros temas pertinentes. Desse modo, estudar sobre as cidades e, especificamente as que caminham para a

sustentabilidade dentro do campo da educação, torna-se necessário e ao mesmo tempo complexo.

2.1 Educação para a sustentabilidade e espaços educadores sustentáveis

Até aqui foram destacadas duas temáticas importantes e que me acompanharam durante toda a pesquisa: a sustentabilidade e as desigualdades. Como este estudo se refere especificamente à educação para a sustentabilidade, faz-se necessário também entender o que significa educar para a sustentabilidade. Relembrando a partir dos desdobramentos de meus estudos no mestrado, quando me refiro a educação para sustentabilidade, entendo-a como aquela que promove movimentos locais de ambientalização e atitudes ecologicamente corretas (CARVALHO; TONIOL, 2011), amparada em legislações, alicerçada em formações e informações, processada continuamente e sistematicamente, concretizada a partir de projetos de ações, comissões e pessoas engajadas, sendo provocadora de mudanças locais e, conseqüentemente, globais.

Os movimentos locais de ambientalização a que me refiro, ocorrem a partir da internalização de “valores éticos, estéticos e morais em torno do cuidado com o ambiente. Esses valores se expressam na sociedade contemporânea em preocupações tais como aquelas como a integridade, a preservação e o uso sustentável dos bens ambientais” (CARVALHO; TONIOL, 2011, p. 2). Este debate faz-se necessário frente aos acontecimentos que envolvem as vidas no planeta, e aqui neste estudo, especificamente em cidades.

Moacir Gadotti em seu livro “Educar para a Sustentabilidade”: uma Contribuição à Década para o Desenvolvimento Sustentável” identifica a educação para a sustentabilidade estreitamente relacionada à ecopedagogia. Gadotti (2008, p. 15) define a ecopedagogia como a “pedagogia centrada na vida”, sendo aquela que “considera as pessoas, as culturas, os modos de viver, o respeito à identidade e à diversidade.” Baseado no pensamento de Paulo Freire, Gadotti percebe o ser humano em permanente formação e interação com os outros e com o mundo. É na interação que ocorre a educação para a sustentabilidade mediada pela acolhida e o cuidado.

No livro, o autor faz a seguinte reflexão: “Por que prefiro falar em educação para a vida sustentável ou simplesmente educação para a sustentabilidade?”

(GADOTTI, 2008, p. 16) E a resposta que Gadotti (2008) traz me agrada, pois converge com o que venho entendendo por educação para a sustentabilidade.

Educar para o desenvolvimento sustentável me parece um conceito limitado e limitador da educação. Não tem a abrangência necessária para se constituir em concepção organizadora da educação. [...] Só uma visão crítica da EDS poderá nos fazer avançar. Sem dúvida, devemos continuar caminhando também com esse conceito tão contraditório, como tantos outros, mas sem ignorar suas limitações. É o que nos permitirá transcendê-lo (GADOTTI, 2008, p. 16).

Assim como Gadotti, a partir de meus estudos e vivências, penso que não podemos abandonar o conceito de desenvolvimento sustentável ou ficar polarizando. Desenvolvimento e sustentabilidade são conceitos que permeiam nosso cotidiano, principalmente educacional, e precisam ser colocados em pauta, em discussão de forma crítica, principalmente em contextos urbanos. Gadotti (2008, p. 105) acredita que “a educação para um outro mundo possível será, necessariamente, uma educação para a sustentabilidade”. Para ele, o outro mundo possível acontece quando as pessoas mudam. “Não se pode mudar o mundo sem mudar as pessoas: mudar o mundo e mudar as pessoas são processos interligados” (GADOTTI, 2008, p. 105). A educação para um outro mundo possível é

fazer da educação, tanto formal quanto não-formal, um espaço de formação crítica [...]; é inventar novos espaços de formação complementares ao sistema formal de educação [...]; é educar para articular as diferentes rebeldias que negam hoje as relações sociais capitalistas; é educar para mudar radicalmente nossa maneira de produzir e de reproduzir nossa existência no planeta, portanto, é uma **educação para a sustentabilidade** (GADOTTI, 2008, p. 106, grifo do autor).

Nesse sentido, a educação para a sustentabilidade ocorre em distintos espaços de educação (formal, não-formal e informal). Em espaços de formação crítica, não hierarquizados, abertos à escuta e à fala de todos e todas. Recentemente no livro “Educação para a Sustentabilidade Visões de Presente e Futuro”, organizado por Grandisoliet *al.*(2020), é apresentado o tripé da educação para a criação de uma nova cultura da sustentabilidade.

Figura 2- Tripé da Educação para a Sustentabilidade



Fonte: Elaborado pela autora, baseada em Grandisioliet *al.* (2020).

A partir deste tripé, é destacada a urgência de uma educação mais integral, transformadora e transgressiva, sendo a aprendizagem social um dos centros desta discussão, voltada às formas mais democráticas e inclusivas de aprendizagem. A educação para a sustentabilidade compreende, “uma aprendizagem mais participativa que cria vias de construção de conhecimentos mais contextualizados e, portanto, mais significativos” (GRANDISIOLI *et al.*, 2020, p. 23). A partir deste contexto, é observada a participação, a cocriação e a corresponsabilidade como aspectos centrais dessa abordagem.

A *participação* tem a intencionalidade de promover espaços de expressão a partir de ambientes dialógicos e incentivadores do pensamento crítico. A participação está associada aos processos educacionais (formais, não-formais e informais), as relações horizontais, assim como aos processos inclusivos e dialógicos. A *cocriação*, relativa à criação coletiva, é promotora de soluções coletivas. Ela tem como alicerce os princípios da transparência, acessibilidade, engajamento e flexibilidade. O processo cocriativo ocorre a partir do aprendizado e

da vivência dos princípios do diálogo, que partem de três objetivos: “1 - Compartilhar aquilo que se pensa, sem a intenção de convencer, sem esperar que o outro concorde conosco imediatamente. 2 - Ouvir ideias diferentes e antagônicas, sem se fechar imediatamente a elas. 3 - Usar uma linguagem não impositiva e não generalizante” (GRANDISIOLI *et al.*, 2020, p. 27). E por fim, a *corresponsabilidade* na qual cada um e cada uma deve se corresponsabilizar pelos efeitos e consequências das ações coletivas, somada à responsabilidade solidária. A educação integradora, relacionada às práticas educativas e de aprendizagem social, é fundamental no processo de corresponsabilidade.

O tripé da educação para a sustentabilidade é identificado como uma referência para que se possa pensar a educação sob uma nova perspectiva. É uma proposta que estimula, de acordo com cada realidade, a participação a partir de metodologias participativas, a cocriação em rede e a corresponsabilidade dos sujeitos a partir dos cruzamentos de aprendizagens (formal, não-formal e informal).

A partir da educação para a sustentabilidade, também é possível pensar no lugar onde vivemos como uma possibilidade de espaço educador. Esses espaços vêm sendo pensados e discutidos por Trajber e Sato (2010), assim como Borges (2011) como aqueles que têm a intenção de se constituírem, pedagogicamente, em referência de sustentabilidade. São espaços que mantêm “uma relação equilibrada com o meio ambiente; compensam seus impactos com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, permitindo assim qualidade de vida para as gerações presentes e futuras” (TRAJBER; SATO, 2010, p. 71). Nesse sentido:

Espaço Educador Sustentável é um espaço onde as pessoas estabelecem relações de cuidado uns com os outros, com a natureza e com o ambiente. Esse espaço cuida e educa para a sustentabilidade de forma deliberada e intencional, mantendo coerência entre o discurso, os conteúdos, as práticas e as posturas. Além disso, assume a responsabilidade pelos impactos que gera e busca compensá-los com tecnologias apropriadas (BRASIL, 2012a,p. 14).

Para Borges (2011, p. 7), “um espaço pode ser educador sem ser sustentável e ser sustentável sem, necessariamente, ser educador”. As cidades possuem diversos espaços educadores como os exemplos trazidos por Borges (2011, p. 13): os museus interligando “passado, presente e futuro”, assim como transitando “entre os tempos, explorando novas perspectivas, promovendo a interação, a comparação de forma criativa e vivencial”; as praças públicas, que estimulam “o lazer, a troca, a convivência, a valorização e o respeito pelo coletivo”; os parques (Unidades de

Conservação - UC) que “educam ao despertar a curiosidade pela fauna, a flora, a ecologia, a diversidade biológica, mostrando sua importância para a manutenção da teia da vida, sua necessidade de proteção, além de propiciar vivências profundas”; as “organizações sociais dedicadas à defesa da liberdade, da democracia, da igualdade, da cultura de paz, das artes, do meio ambiente”. Ao reconhecer, exercer e desenvolver uma função educadora, uma cidade assumirá uma intencionalidade e responsabilidade, tendo como objetivo formar, promover e desenvolver todos os seus habitantes, começando pelas crianças e pelos jovens (ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS (AICE), (1990).

Segundo Vintró (2003), a cidade é um “agente educativo”. Como espaço educador, está vinculada a sua própria concepção de cidade, assim como com a articulação de diferentes agentes educativos promotores de “um projeto coletivo de convivência baseado em valores da igualdade e da solidariedade” (VINTRÓ, 2003, p. 44). Para Vintró (2003), a concepção de cidade está relacionada ao conceito de sustentabilidade, porém para além da ideia de “fomentar, por meio da educação, atitudes, hábitos e comportamentos na cidadania para que os recursos sejam utilizados de forma que não comprometa a capacidade das gerações futuras de decidir sobre o seu futuro”.

Essas questões são importantes, mas não são exclusivas, sendo necessário também pensar no “próprio desenho da cidade para que transmita alguns valores determinados e, ao mesmo tempo, torne visível a diversidade social, cultural e linguística existente” (VINTRÓ, 2003, p. 48). Um exemplo é o Projeto Educativo da cidade de Barcelona, no qual prioriza os espaços comuns, misturando usos, funções e pessoas. A ideia é a construção de espaços em que “a infância, as pessoas com deficiência, os velhos, as mulheres, enfim, todas as pessoas encontrem segurança, se relacionem, desfrutem do ócio e se adaptem às necessidades das outras pessoas” (VINTRÓ, 2003, p. 49).

Eliezer Pacheco acredita que uma cidade educa em todos seus espaços. Para ele, “o poder público e a sociedade, de forma articulada, exercem sua função educadora na busca da construção de uma cultura fundada na solidariedade entre indivíduos, povos e nações, que se opõe ao individualismo neoliberal” (PACHECO, 2004, p. 13). Os projetos de uma cidade precisam estar articulados, principalmente, com as organizações governamentais e da sociedade civil, onde todos e todas educam e aprendem. Um exemplo de ações de uma cidade educadora é trazido por

Pacheco (2004) ao destacar os problemas relacionados à violência e o tráfico de drogas, vivenciado diariamente em cidades brasileiras. Para ele, a solução estaria em uma política integrada com a comunidade, como exemplo: “o desenvolvimento de uma Cultura de Paz; a qualificação da Guarda Municipal; o estabelecimento de uma rede de atendimento Escola, Conselho Tutelares, Ministério Público, Secretaria de Segurança Pública” (PACHECO, 2004, p. 18).

Pela vivência que possuo, principalmente na escola e comunidade local²², concordo com Pacheco (2004) no sentido da articulação, principalmente, entre os setores públicos, privados e comunitários. A partir do momento em que todos e todas estiverem a par dos problemas locais de uma cidade será possível pensar soluções plausíveis a curto e longo prazo. Outra questão está relacionada com a participação popular, essencial para a construção de uma “cidadania consciente”, que tem sua formação a partir de ações coletivas em prol de um mesmo fim. Segundo Moll (2019), pensar a cidade

Implica discutir coletivamente quem somos, que necessidades comuns e singulares temos, **que presente e que futuro desejamos**. Implica assumirmos, como diferentes atores sociais do cenário urbano (governos, associações de moradores, empresariado, movimentos sociais, grupos de jovens, igrejas, sindicatos, universidades), tarefas educativas no sentido de **mapear demandas e possibilidades formativas**, para oferecer ao conjunto da população *inéditos viáveis*²³ que permitam fazer da vida algo mais ou algo distinto do que ela é (MOLL, 2019,p. 41, grifo nosso).

Ao refletir sobre estas implicações, percebo a importância de pensarmos a cidade como espaço educador e garantidor da continuidade de ações coletivas, efetivas, afetivas e dialógicas, para além de mudanças governamentais municipais, estaduais e federais. A efetivação destas ações, além de passar pelo problema das descontinuidades governamentais, também se torna complexo, principalmente, nas metrópoles que enfrentam problemas relacionados a ocupações irregulares e a pobreza.

²² Desde o ano de 2013, acompanho os desdobramentos do Movimento Bairro Melhor na Vila Santa Marta no município de São Leopoldo-RS. Esse movimento tem como objetivo “possibilitar o protagonismo comunitário; sensibilizar a comunidade para a importância de preservar o bairro onde vivem; e incentivar a construção de uma identidade de pertencimento com o espaço social e ambiental, visando a qualidade de vida” (ESCOLA SANTA MARTA, 2017).

²³ Jaqueline Moll destaca a expressão utilizada por Paulo Freire que designa “o que ainda não existe, mas que poderemos criar para viabilizar nossos sonhos”.

2.2 Cidades sustentáveis - Primeiras reflexões

Diante dos problemas enfrentados nas cidades brasileiras e as possibilidades dos espaços educadores, determino como essencial para este estudo trazer para o debate os conceitos referentes às cidades sustentáveis. Assim como anteriormente foi discutido o conceito de sustentabilidade e educação para a sustentabilidade, o conceito de cidades sustentáveis também é polissêmico e polêmico. Está sujeito a apropriações políticas, conforme determinados campos de conhecimento (biologia, sociologia, urbanismo e outros), relacionado ao lugar onde é implementado (países do norte e sul) e à época.

Relacionadas às cidades que buscam se ressignificar e reconstruir caminhos para a sustentabilidade estão as que se definem como criativas²⁴, resilientes, conscientes e inteligentes (Smart City)²⁵, entre outras definições que se complementam, porém o foco específico será dado ao conceito de cidade sustentável, até porque as diversas terminologias se aproximam e se entrecruzam.

Conforme Guerra (2010, p. 69), “[...] a noção de cidade sustentável tornou-se um conceito bastante generalizado e bastante consensual, emergindo como uma crítica frontal às formas de crescimento extensivas e aos efeitos perversos das aglomerações urbanas mais recentes”.

Para a autora, o conceito de cidades sustentáveis tem várias origens, diferentes perspectivas e intenções. Ela destaca como ponto de partida para a discussão, a crítica aos princípios do urbanismo realizados por Jane Jacobs²⁶ em meados dos anos de 1960, perpassando pelo Clube de Roma (1972) e o Relatório de Brundtland²⁷. Nesse relatório a base do conceito de sustentabilidade está na “limitação do crescimento da cidade, articulada com a defesa da eficiência e racionalidade econômica das economias de aglomeração” (GUERRA, 2010, p. 70). Nesse sentido, a preocupação recai sobre o crescimento disperso das cidades, as periferias.

²⁴ Tem o objetivo de “colocar a criatividade e as indústrias culturais no centro de seus planos de desenvolvimento em nível local e cooperar ativamente em nível internacional!”. (UNESCO CREATIVE CITIES NETWORK (UCCN), 2004).

²⁵ As discussões enfocam “a utilização de tecnologias que possam promover melhorias nos serviços públicos, automação de processos ou criação de serviços inovadores”. Ver mais em: D.D Brasil (2019).

²⁶ Autora do livro *The death and life of great American cities* (JACOBS, 1961).

²⁷ Citados na página 16 deste estudo.

Segundo Guerra (2010), a partir de uma perspectiva ecológica, a mobilidade centro/periferia foi um dos grandes problemas, ocasionando a insustentabilidade urbana, porém a maior preocupação está relacionada à fração econômica. A dispersão pode reduzir o PIB em 2,5% a 3% em países industrializados. Guerra (2010), nesse sentido, percebe uma contradição, principalmente de ambientalistas, que no passado defendiam a vida no campo (anti-urbana) e hoje “são os primeiros defensores dos transportes públicos, das ciclovias, das medidas de poupança energética e da água, da articulação da natureza com o espaço construído e etc.” (GUERRA, 2010, p. 70). Esses pontos, assim como outros, precisam ser colocados em pauta, problematizados e repensados. Uma cidade sustentável contempla qual interesse?

Ainda acompanhando as reflexões de Guerra (2010, p. 71), ela destaca três correntes fundamentadas em Lufkin (2009), que se opõem ao urbanismo funcional:

- a) *novo-urbanismo*: defende a cidade concentrada, tendo por base a vida em espaços públicos de convivência. Exemplo: Aldeias urbanas onde “a vida urbana é assegurada pela articulação dos espaços públicos e pelos percursos cuidadosamente desenhados”;
- b) *cidade compacta*: aproximada do sinônimo de cidade sustentável. Relaciona a sustentabilidade à economia de escala, advinda da concentração urbana, possui menor alargamento do espaço público, menos consumo de terras, estrutura urbana policêntrica. Há uma grande insistência na experiência urbana, “favorecendo a diversidade cultural, a criação de redes de sociabilidade nos bairros, atitude de defesa do ambiente e a procura de novos materiais e formas construtivas”;
- c) *eco-bairro*: um desdobramento da cidade compacta. Atribui “um papel fundamental aos materiais, ao tratamento da água dos lixos, ao consumo de energia, mas também à forma de sociabilidade e participação.

Essas três dimensões são defendidas conforme matizes, ora ambiental, ora ecológica, ora econômica etc. Os argumentos para o deslocamento de cidades que pensam na sustentabilidade podem ser positivos ou negativos. Alguns defendem a contenção urbana, reduzindo o deslocamento urbano, promovendo o lazer,

aumentando a sustentabilidade social, porém a partir destes desdobramentos ela pode sobrelotar, diminuir os espaços abertos, trazer maior poluição etc.

De acordo com as variáveis que cercam o conceito de cidade sustentável são destacadas algumas das principais dimensões: econômica (Impedimento da deseconomia de escala), ambiental (defesa da energia renovável e controle ambiental), sociológica (atenção à qualidade de vida e segregação socio urbanística), governança (intervenção integrada da administração e/ou democratização na apropriação da cidade).

Guerra (2010) acredita que há uma grande confusão em relação ao caminho a tomar e as formas de concretização de uma cidade sustentável. “Misturamos utopia com realidade e estamos bastante incapazes de equacionar soluções concretas” (GUERRA, 2010, p. 77).

Embora o discurso de Guerra (2010) considere uma realidade distinta, voltada para os países do centro, países denominados como desenvolvidos, ela reflete uma preocupação que remete à realidade brasileira, de um país em desenvolvimento. Para ela, “em vez de procurar uma forma urbana sustentável, ‘definitiva’, a ênfase deveria ser colocada na busca de soluções adequadas a cada situação específica, de preferência de forma inovadora e prospectiva” (GUERRA, 2010, p. 84).

No mundo em que vivemos, não há registro de cidades que sigam efetivamente estes conceitos. O que é percebido a partir das leituras e vivendo nas/em cidades, são algumas práticas eficientes voltadas para a melhoria da qualidade de vida, mas especificamente voltada para a população humana. Vivemos, principalmente no Brasil, diante de uma diversidade de ecossistemas, por muitas vezes desconhecidos e até mesmo incompreendidos. Não fomos/somos ensinados a manter e a preservar os ambientes naturais aproveitando os recursos disponíveis sem retirar e/ou modificar os ecossistemas naturais.

Em estudo realizado pela ONU-Habitat, em parceria com o ColabUniversity²⁸, entre os meses de outubro de 2018 a janeiro de 2019, denominado “Consulta Cidades Sustentáveis”, foram disponibilizadas 29 perguntas para pessoas de diversas partes do Brasil²⁹, envolvendo temas como: habitação, transporte, participação social, resiliência, dentre outros, com o propósito de descobrir “o quão perto as cidades estavam de se tornar sustentáveis”.

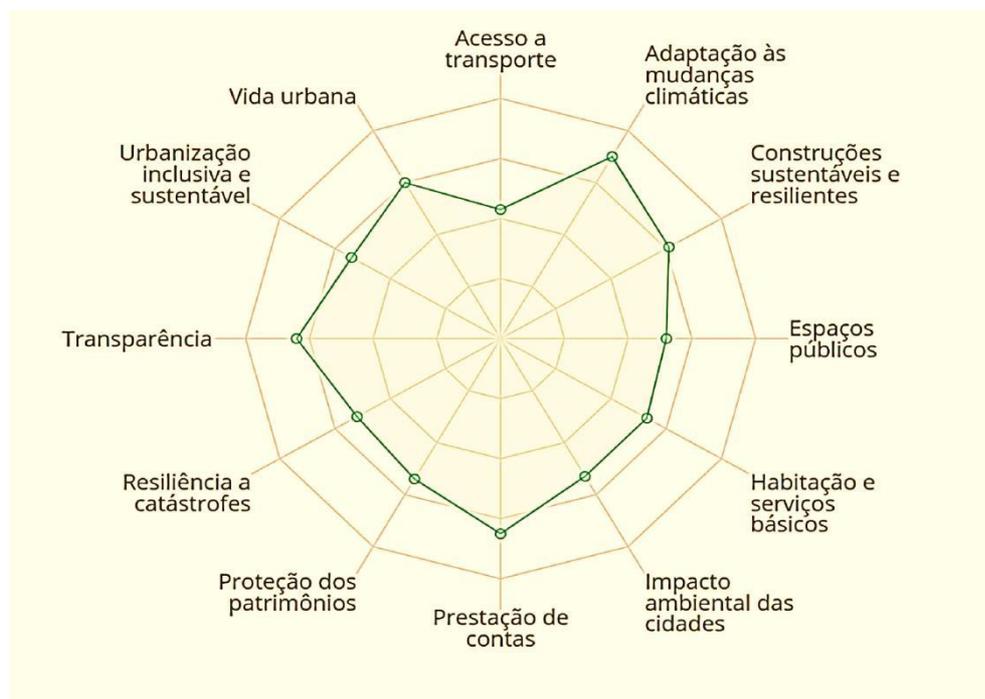
²⁸COLAB (2017).

²⁹ Número de pessoas que acessaram a plataforma Colab e responderam as questões.

Conforme dados fornecidos pela ColabUniversity, participaram da pesquisa 9606 pessoas, destas 44,7% mulheres e 53,3% homens. A maioria com idade entre 20 e 39 anos, entre estes 39,8% com ensino superior completo, 17% com mestrado e doutorado, 13% com ensino médio, 10,6% com ensino médio incompleto e ensino fundamental completo. Mais da metade dos participantes possuíam nível superior. Mais de 776 cidades participaram da pesquisa³⁰, entre elas por ordem de adesão e participação foram: Niterói 19,7%, São Paulo 12,9%, Santo André 10,4%, Rio de Janeiro 9,0%, Teresina 6,7%, Juiz de Fora 6,7%, Porto Alegre 6,66,3%, Recife 6,3%, Caçapava 5,4% e Curitiba 4,8%.

De acordo com o gráfico construído pela ColabUniversity, quanto mais próximo das extremidades está um item, mais perto a cidade está de ser sustentável.

Gráfico 1 - Pesquisa ColabUniversity



Fonte: Colab (2017).

O item que mais se aproxima das extremidades é o referente à adaptação e às mudanças climáticas, seguido de transparência e prestação de contas. O que menos se aproxima da extremidade é o item acesso ao transporte. Pode-se perceber que o item educação não foi contemplado na pesquisa. Também foi

³⁰Colab (2017).

possível determinar que não existe uma cidade que contemple todos os itens. Conforme Maria Lúcia Vilarinhos, geógrafa do IBGE,

[...] ainda estamos longe de ter cidades sustentáveis. 'Mobilidade, acessibilidade, destino do lixo, adequabilidade dos domicílios, democratização do acesso da população à gestão do espaço público e a participação da mulher nas estruturas de poder e de decisão são fatores que mostram que estamos distantes da sustentabilidade minimamente desejável'. (BENEDICTO, 2017).

Em artigo publicado, em outubro de 2020, pelo Instituto HumanitasUnisinos, há uma tentativa, a partir de diversos estudos e pesquisas, de traçar alguns requisitos para que uma cidade seja sustentável ou verde:

- 1) promover a **agricultura orgânica** urbana e peri-urbana (agroecologia, hortas domésticas, escolares e comunitárias);
- 2) encorajar dietas **alimentares saudáveis** através da educação alimentar, com preferência para consumir alimentos orgânicos produzidos localmente;
- 3) reduzir o consumo e o **desperdício de água**, de energia e de alimentos, contribuindo para a redução da geração de lixo;
- 4) promover o re-uso, a **RECICLAGEM** e a economia circular;
- 5) estimular o VERDE através de amplos programas de **arborização dos espaços públicos e privados**, estimular a criação de QUINTAIS e moradias VERDES;
- 6) recuperar e preservar **nascentes e cursos d'água** (córregos, rios etc.) arborizando essas áreas;
- 7) estimular o cultivo de **plantas medicinais e árvores frutíferas e pomares** principalmente em áreas urbanas e peri-urbanas desocupadas (incluindo verdadeiros latifúndios urbanos);
- 8) reconectar a cidade (área urbana) com seu entorno (áreas rurais), estimular os **cinturões verdes**;
- 9) criar **corredores ecológicos** dentro das cidades e entre cidades de uma mesma região fortalecendo a biodiversidade;
- 10) criar, ampliar e manter ciclovias, estimulando a substituição do transporte motorizado individual e coletivo, uma das maiores fontes de **poluição urbana**;
- 11) estimular e incentivar o uso de fontes alternativas de **energia limpa**, como a energia solar e eólica abundantes no Brasil;
- 12) construir e manter calçadas verdes e ecológicas, que favorecem o **escoamento das águas de chuva** e o deslocamento seguro de pedestres, pessoas com deficiência e mulheres com crianças de colo;
- 13) universalizar o **abastecimento de água potável e esgotamento sanitário** para todos os moradores, contribuindo sobremaneira para a melhoria da saúde pública e a qualidade de vida urbana;
- 14) promover a universalização da coleta e tratamento adequado dos **resíduos sólidos/lixo**;
- 15) promover a reciclagem de forma ampla, reduzindo significativamente o volume de lixo que não tem destinação correta e contribui para aumentar os níveis de **poluição urbana**;
- 16) reduzir e controlar os níveis de **poluição urbana** (poluição do ar, das águas e do solo);
- 17) estimular a redução do **consumo de energia** e estimular a eficiência energética em todos os setores e atividades urbanas;

- 18) estimular práticas sustentáveis na indústria, no comércio, nos serviços públicos e privados, na agropecuária e silvicultura, que conduzam a uma **economia verde, uma economia circular de baixo carbono**;
- 19) estimular e promover sistemas de **transportes urbanos sustentáveis**, facilitando a mobilidade urbana, reduzindo os níveis de poluição urbana e as mudanças climáticas;
- 20) universalizar e garantir **moradia digna** para todos os moradores das cidades, reduzindo drasticamente as habitações sub-humanas (favelas, casas de cômodo, palafitas e congêneres) (CIDADES..., 2020, grifo nosso).

De acordo com a Revista IHU-Online (CIDADES... 2020), esses podem ser aspectos para a denominação da NOVA URBANIZAÇÃO, assim como componentes de uma AGENDA URBANA SUSTENTÁVEL". Ao analisar cada um dos requisitos traçados, percebo o quanto o olhar está direcionado para os recursos naturais que precisam ser preservados nas cidades (grifados na citação acima). A educação, que para mim, deveria ser central, é citada apenas no item 2, que tem por objetivo "encorajar dietas alimentares saudáveis, através da **educação alimentar**, com preferência para consumir alimentos orgânicos produzidos localmente". Um item muito importante, por se referir à alimentação, porém, a meu ver, todos os outros itens deveriam ter como princípio a educação.

O ideal para uma cidade sustentável deve ser o planejamento para além de somente "minimizar impactos ambientais negativos através da redução da demanda de recursos não renováveis e da geração de poluição e refugos nocivos" (LOPES, 2016, p. 20), terá que lidar com assuntos relacionados à pobreza, à moradia, ao trabalho, a violência, à educação. Dependerá do planejamento do governo municipal, que é quem

[...] elabora e implementa Planos Diretores de Ordenamento Territorial e Urbano, regula o uso e a ocupação do solo urbano, planeja e regula o transporte e o trânsito, estabelece normas construtivas e edilícias, responsabiliza-se pelos serviços de iluminação pública e de limpeza urbana etc. (LOPES, 2016,p. 48).

Desde então, podemos pensar a política para cidades sustentáveis como uma política pública transversal, comportando vários olhares. Dependendo do espaço, do lugar, do território, das situações, um olhar será mais contemplado que outros.

Outro ponto que precisa ser colocado em questão é o referente ao crescente número de habitantes nas cidades. Partindo do princípio de que até o ano de 2050 mais de "70% da humanidade viverão em cidades e, progressivamente, serão criadas mais e mais megalópoles com mais de 20 milhões de habitantes" (A

HUMANIDADE..., 2017). Em 2018, houve o registro de megalópoles com mais de 35 milhões de habitantes, um exemplo é Tóquio.

Geddes (1994), no livro “Cidades em Evolução,” já previa entre 1910 e 1915, as evoluções urbanas, principalmente, ao que se refere ao número em extensão. Para ele, as pequenas cidades passariam a crescer e se conectar umas às outras formando megalópoles. No Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a população urbana cresceu quatro vezes entre os anos de 1940 e 2000, passando de 41,2 milhões para 169,8 milhões de habitantes (IBGE, 2007)³¹.

Segundo o encarregado nacional do Programa da ONU para os Assentamentos Humanos, ONU-Habitat, no Brasil, Rayne Ferretti:

O Brasil está no continente mais urbanizado do mundo, que é a América Latina, e ele é o país mais urbanizado da região. De acordo com o último censo do Ibge de 2010, 84,4% da população brasileira é urbana. A previsão é para que em 2030 seja 91,1% da população brasileira e que em 2050, a América Latina seja 86% urbana (LABOISSIÈRE, 2016).

Para Ferretti, a urbanização traz grandes oportunidades, sendo primordial para o avanço do desenvolvimento, porém apresenta muitos desafios, como: expansão desordenada, segregação socioeconômica, ambiental, assim como relacionadas à saúde, à segurança e aos efeitos da mudança climática (LABOISSIÈRE, 2016).

2.3 Estudos referentes às cidades sustentáveis

Diversos foram os estudos realizados nos últimos anos relacionados às cidades sustentáveis. Ao buscar por teses e dissertações referentes à temática na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), utilizando o descritor “cidades sustentáveis” e “cidade sustentável”, encontrei 1.667 publicações. Destas publicações, a maior parte foi produzida pela Universidade de São Paulo - USP, totalizando 90 dissertações e 69 teses. “Ao refinar a pesquisa para teses e dissertações que trazem no título e como palavras-chave os termos “cidades sustentáveis” e “cidade sustentável”, encontrei 27 resultados.

Desses estudos, selecionei os realizados no Paraná e no Rio Grande do Sul por serem os estados onde as cidades de Colombo/PR e de São Leopoldo/RS estão

³¹ Esses deslocamentos estão correlacionados à histórica, concentração da terra rural e ao fracasso da proposta de Reforma Agrária anteriores ao Regime Militar (MARICATO, 2011).

localizadas, sendo os campos empíricos desta pesquisa. No capítulo 3, justifico o motivo pelo qual foram elencadas essas duas cidades.

A seguir é apresentado um quadro resumo com as teses e dissertações identificadas.

Quadro 1 - Resumo de Teses e Dissertações - Cidades Sustentáveis PR e RS

Título	Autor/a	Palavras-chave	Instituição	Titulação	Ano
Planejando uma cidade sustentável : o caso do planejamento estratégico de Joinville	KARAM, Carlos Alberto	Planejamento urbano Aspectos ambientais Planejamento estratégico Desenvolvimento sustentável	PUCPR	Dissertação	2008
A dinâmica da expansão urbana no contexto de cidades inteligentes e sustentáveis : o caso do município de Pato Branco – Paraná	TAVARES, Raiana Ralita Ruaro	Planejamento urbano Desenvolvimento sustentável Política pública	UTFP Pato Branco	Dissertação	2019
Cidades inteligentes e sustentáveis : uma análise de Planos Diretores de municípios brasileiros selecionados	FELIPE, Andressa Sarita	Inovações tecnológicas Planejamento urbano - Aspectos ambientais Desenvolvimento sustentável	UTFP Pato Branco	Dissertação	2020
Gestão de operações de serviços de emergência no contexto de cidades inteligentes e sustentáveis : o caso da Polícia Militar do Paraná	OLIVEIRA, Vanessa Alves Tonete	Cidades e vilas Inovações tecnológicas Planejamento urbano - Aspectos ambientais Segurança pública Processo decisório por critério múltiplo	UTFP Pato Branco	Dissertação	2020
Fatores que condicionam a formação de ambientes urbanos inovadores em cidades sustentáveis	BICHUETI, Roberto Schoproni	Cidades sustentáveis Inovação Sustentabilidade Desenvolvimento urbano sustentável	UFSM Santa Maria	Tese	2016
(Res)significando o direito à cidade sustentável : os grafismos urbanos como parte integrante do patrimônio cultural brasileiro	MENEZES, Cristiane Penning Pauli de	Cidades sustentáveis Grafismos urbanos Patrimônio cultural	UFSM Santa Maria	Dissertação	2016
Desenvolvimento urbano sustentável e qualidade de vida: um estudo de caso na cidade de Florianópolis-SC	SILVA, Pabla Pereira da	Sustentabilidade Bem-estar urbano Urbanização Cidades sustentáveis	UFSM Santa Maria	Dissertação	2019
Cidade sustentável : uma nova e necessária condição urbana	Burmam, Tatiane Kessler	Ciências Sociais Aplicadas Direito Direitos Humanos Cidadania Conflitos socioambientais Democracia Gestão urbana Cidade sustentável	UNIJUÍ Ijuí	Dissertação	2014
Índice de Avaliação do Desempenho Hídrico - IADH: contribuição ao desenvolvimento de cidades sustentáveis	GREEF, Roseméri Carine	Recursos hídricos Certificações ambientais Desenvolvimento sustentável	UNISINOS São Leopoldo	Dissertação	2018

		Cidades sustentáveis Sustentabilidade			
Cidade, poder e diferença: outros caminhos para a compreensão do direito à cidade sustentável em Henri Lefebvre	SILVA, Diego Coimbra Barcelos da	Direito municipal Divisões territoriais e administrativas Sustentabilidade	UCS Caxias do Sul	Dissertação	2018

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

No total, 10 estudos foram realizados nos últimos 12 anos. Pelo que podemos perceber no quadro acima, a maioria das pesquisas são de anos recentes e nenhum deles foram realizados em Programas de Pós-Graduação em Educação. Quatro deles foram realizados no estado do Paraná e sete no estado do Rio Grande do Sul.

O estudo realizado por Karan está mais direcionado para o desenvolvimento sustentável e a aplicação do Planejamento Estratégico Municipal (PEM). O pesquisador ressalta que a função principal do Planejamento Estratégico de Cidades está “relacionada à necessidade da transposição da visão individual de cidadãos conscientes e envolvidos para um horizonte mais amplo, inserido em uma realidade global” (KARAN, 208, p. 24). Destaca a metodologia do PEM, a partir de Pfeiffer (2000), resumida da seguinte forma: análise do ambiente, análise organizacional, estruturação do plano, operacionalização do planejamento, formulação do plano, implementação de projetos, e avaliação do impacto do plano, retro alimentando a análise do ambiente. Embora a metodologia do PEM tenha sido considerada por Karan como "limitada", demonstrou-se capaz de formular e estimular ações sociais de caráter substantivo e que de alguma maneira contribuíram para o desenvolvimento sustentável da cidade.

Tavares (2019), baseada em Lopes (2016), destaca 5 eixos temáticos como guias para o processo de transformação das cidades em sustentáveis, entre eles: construções sustentáveis, mobilidade e transporte coletivo, saneamento ambiental, sistemas sustentáveis de energia e uso ocupação do solo. Também traz um quadro resumo com o levantamento realizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) das políticas públicas nacionais que tratam do tema cidades sustentáveis, entre elas as políticas nacionais, o Estatuto da Cidade e o Estatuto da Metrópole.

Quadro 2 - Políticas Públicas ligadas às Cidades Sustentáveis

ANO	LEI/DECRETO	SIGLA	POLÍTICA NACIONAL
1981	Lei 6.938	PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
1984	Lei 7.232	PNinf	Política Nacional de Informática
1997	Lei 9.433	PNRH	Política Nacional de Recursos Humanos
1997	Lei 9.478	PEN	Política Energética Nacional
1999	Lei 9.795	PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
2001	Lei 10.257	EC	Estatuto da Cidade
2001	Lei 10.295	PNCURE	Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia
2002	Decreto 4.339	PNBiod	Política Nacional de Biodiversidade
2004	* MC	PNH	Política Nacional de Habitação
2007	Decreto 6.047	PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
2007	Lei 11.445	PNSB	Política Nacional de Saneamento Básico
2008	Lei 11.771	PNT	Política Nacional de Turismo
2009	Lei 12.187	PNMC	Política Nacional sobre Mudança do Clima
2010	Lei 12.305	PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
2011	Lei 12.484	PNMCB	Política Nacional de Incentivo ao Manejo
2012	Lei 12.587	PNMU	Política Nacional de Mobilidade Urbana
2012	Lei 12.608	PNPDEC	Política Nacional de Proteção e Defesa Civil
2013	Lei 12.787	PNlr	Política Nacional de Irrigação
2014	Decreto 8.243	PNPS	Política Nacional de Participação Social
2015	Lei 13.089	EM	Estatuto da Metrópole
2015	Lei 13.153	PNCDMS	Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca

Fonte: Lopes (2016).

Tavares (2019) evidencia o Programa Cidades Sustentáveis (2012) e os 12 eixos que integram as dimensões sociais, ambientais, econômicas, políticas e culturais para cidade sustentáveis, entre eles: Governança; Bens naturais; Equidade; Justiça social e cultura da paz; Gestão local para a sustentabilidade; Planejamento urbano e desenho urbano; Cultura para a sustentabilidade; Educação para a sustentabilidade e qualidade de vida; Economia local dinâmica, criativa e sustentável; Consumo responsável e opções de estilo de vida; Melhor mobilidade, menos tráfego; Ação local para a saúde; Do local para o global³². Como definição para cidades sustentáveis, Tavares destaca o conceito trazido por Lopes (2016, p. 19), onde

³² Ver mais em: Programa Cidades Sustentáveis (PCS), (2012).

cidade sustentável é aquela em que os elementos do ambiente natural (água, solo, atmosfera e biodiversidade – fauna e flora), os elementos do ambiente construído (edificações e infraestruturas construídas em exercício de funções produtivas) e os elementos humanos (homens e mulheres) interagem em simbiose em meios urbanos buscando-se a projeção qualitativa e duradoura de cada elemento no tempo.

Já na dissertação “Cidades inteligentes e sustentáveis: uma análise de Planos Diretores de municípios brasileiros selecionados”, Felipe (2020) conceitua cidades sustentáveis a partir da concepção trazida no Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat) (2009), na qual uma Cidade Sustentável é o

[...] espaço que possui segurança ambiental, inclusão social e que é produtiva economicamente. Assim como requer investimentos em diferentes níveis, incluindo fontes de energia renováveis, no uso eficiente de água e eletricidade, em transporte público rápido, confiável e acessível e em recursos de apoio à tecnologia ambientalmente correta (FELIPE, 2020, p. 12).

Baseado em Elkington (1994), Felipe destaca que as cidades sustentáveis “correspondem a um espaço que contribui para a melhoria da proteção ambiental, do desenvolvimento econômico, e da equidade e bem-estar da sociedade que nele habita” (ELKINGTON, 1994, p. 50). Na dissertação “Gestão de operações de serviços de emergência no contexto de cidades inteligentes e sustentáveis: o caso da Polícia Militar do Paraná”, Oliveira (2020) cria a partir do relatório técnico do Grupo de Foco da União Internacional de Telecomunicações (UIT) (2014), que analisou 120 definições corporativas e acadêmicas referentes às cidades inteligentes e sustentáveis, um quadro resumo com distintos conceitos. Vejamos:

Quadro 3- Definição de cidades inteligentes e sustentáveis

Autor	Definição
Hall et al. (2000)	Uma cidade que monitora e integra as condições de todas as suas infraestruturas críticas, incluindo estradas, pontes, túneis, trilhos, aeroportos, portos, comunicações, água, energia, até mesmo grandes edifícios podem otimizar seus recursos, planejar suas atividades de manutenção preventiva e monitorar aspectos de segurança e, ao mesmo tempo, maximizar os serviços para seus cidadãos.
Giffinger et al. (2007)	Uma cidade inteligente e sustentável é uma cidade com bom desempenho em seis características, construída com base na combinação "inteligente" de doações e atividades de cidadãos autoconfiantes, independentes e conscientes. 1) Economia, 2) Mobilidade, 3) Meio Ambiente, 4) Pessoas, 5) Vida inteligente, 6) Governança.
Batty et al. (2012)	Os rudimentos do que constitui uma cidade inteligente e sustentável que definimos como uma cidade na qual as TICs se fundem com as infraestruturas tradicionais, coordenadas e integradas usando novas tecnologias digitais.
Schaffers et al. (2012a)	Uma cidade inteligente é conhecida como o centro urbano seguro, protegido, ambientalmente verde e eficiente do futuro, com infraestruturas avançadas, como sensores, eletrônicos e redes, para estimular o crescimento econômico sustentável e uma alta qualidade de vida.
Marsal-Llacuna et al. (2014)	O conceito básico da iniciativa de cidades inteligentes pode ser expresso da seguinte forma: a iniciativa Cidades Inteligentes procura melhorar o desempenho urbano usando dados, informações e TI para fornecer serviços mais eficientes aos cidadãos para monitorar e otimizar a infraestrutura existente, para aumentar a colaboração entre os atores econômicos e incentivar modelos de negócios inovadores nos setores público e privado.

Fonte: Oliveira (2020, p. 27), adaptado de ITU (2014).

Como podemos perceber ao analisar o quadro acima, uma cidade inteligente e sustentável, cada autor trouxe uma definição distinta para as cidades, demonstrando o quanto o conceito é ambíguo e polissêmico.

Na tese "Fatores que condicionam a formação de ambientes urbanos inovadores em cidades sustentáveis", Bichueti (2016) faz uma análise profunda em relação ao conceito de cidades sustentáveis e as diversas variáveis que este conceito apresenta. Destaca os estudos realizados por Keivani (2010), Leite e Awad (2012) e Rogerse Gumuchdjan(2013) que defendem que as cidades sustentáveis devem possuir adequada densidade e estrutura urbana compacta. A partir de Jacobs (2009), destaca "as potencialidades promovidas pela diversidade urbana encontrada nas metrópoles, que resultam em desenvolvimento econômico e riqueza da vida coletiva" (BICHUETI, 2016, p. 16), assim como a importância da inovação. Fundamentado em Williams (2010), Bichueti(2016) identifica os diversos conceitos referentes às cidades sustentáveis a partir de distintas áreas do conhecimento.

Na engenharia, por exemplo, as cidades sustentáveis são definidas quando os recursos são utilizados de forma mais eficiente, o que passa por um mapeamento dos sistemas, identificando as possíveis perdas. Nas ciências sociais, cidades sustentáveis são frequentemente descritas em torno do objetivo da 'sustentabilidade social', na qual é almejada a equidade e a justiça social. Em termos de forma urbana mais sustentável, no que tange a tamanho, densidade e layout, por exemplo, tem-se o predomínio de autores que defendem o modelo de 'cidades compactas', comparado a outras

formas de assentamento. Nesse sentido, estes diferentes ideais de sustentabilidade urbana são raramente reconhecidos plenamente fora dos limites de suas áreas do conhecimento (BICHUETI, 2016, p. 30).

Segundo Bichueti (2016), para a construção de cidades sustentáveis é importante o esforço dos governantes locais nas esferas públicas nesse processo. Ressalta que “dependerá de compromissos tácitos e vontade política para formular e implementar estratégias e políticas adequadas para conduzir a sustentabilidade ambiental e, com isso, atingir a prosperidade nas cidades” (BICHUETI, 2016, p. 35). Destaca o Programa Cidades Sustentáveis (2012) e os 12 eixos, como vimos, ressaltados também nos estudos realizados por Tavares.

Menezes (2016), em sua dissertação denominada “(Res)significando o direito à cidade sustentável: os grafismos urbanos como parte integrante do patrimônio cultural brasileiro”, destaca que “a cidade não nasce sustentável”. Essa busca pela sustentabilidade “implica observar todas as suas multidimensões, garantindo direitos sociais a todos os usuários de ambiente urbano, que devem ter garantido muito mais do que o acesso à cidade, mas sim a tudo que ela oferece, em sentido amplo.” Menezes completa essa reflexão afirmando que “os espaços devem ser mais do que públicos, devem ser populares, com respeito a toda a diversidade” (MENEZES, 2016, p. 105). Para a autora, o direito à cidade sustentável só pode ser alcançado quando forem “observadas todas as suas multidimensões, principalmente a social, que está atrelada e indissociada à qualidade de vida dos cidadãos, com a preservação e garantia de direitos sociais” (MENEZES, 2016, p. 108).

Na dissertação “Desenvolvimento urbano sustentável e qualidade de vida: um estudo de caso na cidade de Florianópolis-SC”, Silva (2019a) conceitua cidade sustentável a partir de Rogers e Gumuchdjian(2013) e Williams (2010), assim como nos estudos realizados por Bichueti. Faz um destaque ao conceito trazido por Romero (2007), na qual cidade sustentável é definida como

[...] o assentamento humano constituído por uma sociedade com consciência de seu papel de agente transformador dos espaços e cuja relação não se dá pela razão natureza-objeto e sim por uma ação sinérgica entre prudência ecológica, eficiências energéticas e equidade socioespacial (ROMERO, 2007).

Silva reforça a partir de Rogers e Gumuchdjian(2013), a íntima relação do conceito de cidade sustentável com a qualidade de vida. Ela também analisa os 12 eixos do Programa Cidades Sustentáveis.

Na dissertação de Burmann (2014), denominada “Cidade sustentável: uma nova e necessária condição urbana”, no primeiro capítulo é realizada uma análise referente ao “direito a uma cidade sustentável”. Para Burmann(2014, p. 28), a partir de Cenci (2010), “o direito à cidade sustentável constitui-se em direito fundamental e como tal, protegido por lei e a efetivação de tal direito depende da própria realização humana.” É retomado o Estatuto da Cidade e enfatizado o artigo 2º, que define o direito à cidade sustentável “como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações”. Burmann(2014) também destaca, a partir do Estatuto da Cidade, o tripé “governo, mercado e sociedade” como fundamentais na implementação da cidade sustentável.

Outro documento identificado por Burmann(2014) como essencial para se pensar em cidades sustentáveis foi a Carta Mundial pelo Direito à Cidade, que para ela vai “ao encontro do objetivo constitucional da política urbana de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais” (BURMANN, 2014, p. 31). A autora ressalta que o alcance de uma cidade sustentável está associado ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, uma vez que “a proteção e a preservação do meio ambiente são essenciais à vida e à dignidade das pessoas, ou, na verdade, configura-se como parte integrante do direito à vida, numa compreensão que seja coerente e ampla com o próprio princípio da vida” (CENCI, 2012, p. 331). Burmann(2014, p. 52) acredita ser imprescindível para uma cidade ser sustentável,

a reconstrução do espaço coletivo, de um pensar das pessoas, no seu grupo social, a sociedade. A cidade deve ser o lugar da possibilidade do encontro sem que isso induza à compulsão da intimidade ou de uma suposta identidade profunda. Trata-se de uma área comum em que se processe a mistura social – diferentes segmentos, com diferentes interesses e expectativas, nutrindo-se da copresença, transcendendo o particularismo, em uma prática de civilidade e diálogo -, ou seja, da recuperação do espaço público.

Assim como Bichueti, Burmann(2014) destaca que a concretização do planejamento de desenvolvimento urbano para cidade sustentável não está relacionada à inexistência de normas e teorias, e sim à vontade política. Como bem coloca Jacobi (2004, p. 181),

as experiências bem sucedidas, principalmente por parte das administrações municipais, mostram que, havendo vontade política, é possível capacitar as ações do governo baseadas em princípios

ambientalmente sustentáveis relacionados a resultados na esfera do desenvolvimento econômico e social.

Burmann (2014), a partir de Jacobi, acredita que uma cidade para ser sustentável precisa estar “vinculada às normas constitucionais, ambientais e urbanas, mas, sobretudo, à qualidade política do processo de produção e aplicação dessas leis.” (BURMANN, 2014, p. 72).

Na dissertação denominada “Índice de Avaliação do Desempenho Hídrico - IADH: contribuição ao desenvolvimento de cidades sustentáveis”, Greff(2018) parte do conceito de Urbanismo Sustentável para conceituar cidades sustentáveis. Baseada em Rogers eGumuchdjian(2013), definem cidades sustentáveis como aquelas que buscam “a equidade social, explorando novas tecnologias e administrando a complexa dinâmica urbana”, assim como “devem estar relacionadas com as necessidades econômicas, físicas e sociais da comunidade” (GREFF, 2018, p. 23). Greff (2018), ainda fundamentada em Rogers, destaca que para uma cidade ser sustentável, ela “deve adotar um sistema circular de funcionamento, no qual há um equilíbrio entre o volume de recursos consumidos e os resíduos gerados” (GREFF, 2018, p. 24).

Também destaca, a partir de Zapata *et al.* (2016), que uma cidade, para ser sustentável, “deve desenvolver políticas públicas as quais reduzem a desigualdade social e aumentam a qualidade de vida por meio da boa interação entre indivíduos e natureza” (GREFF, 2018, p. 24), bem como, para sua construção, deve contar com a participação ativa da comunidade local. Greff(2018) discorre pelos conceitos de Unidade de Vizinhança e Comunidades Sustentáveis destacando sete componentes, conforme Egan (2004, p. 19): governança, serviços, transporte e conectividade, meio ambiente, economia, ambiente natural e construído, social e cultural. Greff (2018) destaca esses componentes como essenciais para uma comunidade sustentável e, conseqüentemente, uma cidade.

Por fim, a dissertação “Cidade, poder e diferença: outros caminhos para a compreensão do direito à cidade sustentável em Henri Lefebvre” de Silva (2018). O autor considera os conceitos de meio ambiente, sustentabilidade e cidade sustentável como “naturalizados”. A partir de Bourdieu (2000), destaca que esses conceitos se

[...] inserem nas estratégias que se desenvolvem sob a forma de um conhecimento particular e, portanto, excludente, sobre o espaço urbano, que caminha na contramão da necessária politização da problemática ambiental e recrudesce a fragmentação e a polarização entre a sociedade e a natureza, vale dizer, reforça as muralhas político-simbólicas entre o espaço do homem (cidade) e o espaço da natureza (meio ambiente) (SILVA, 2018, p. 91).

Ainda fundamentado por Bourdieu, Silva (2018) destaca que a luta pelo direito a uma cidade sustentável se “trata do reconhecimento das múltiplas territorialidades, das múltiplas formas de poder e das possibilidades que brotam fora dos limites do mundo institucional” (BORDIEU, 2000, p. 92) Um dos caminhos possíveis, indicados por Silva em direção ao direito à cidade sustentável é a “reinvenção da juricidade”. Para Silva (2018),

a busca pelo direito à uma cidade sustentável não pode abrir mão do espaço estatal, isto é, da participação nos processos de produção formal do direito, através dos canais oficiais já conquistados, tampouco olvidar o sentido da apropriação sustentado por Lefebvre, através da intervenção efetiva nos processos decisórios que repercutem na produção do espaço urbano. (BORDIEU, 2000, p. 122).

Silva (2018) encontra a possibilidade de um projeto para cidade sustentável anunciado na “possibilidade de superação, através do direito urbano libertador, capaz de conduzir a cidade à posição de verdadeiro locus da emancipação e da realização dos direitos do homem” (SILVA, 2018, p. 122).

Nas dez pesquisas analisadas, para mim, o que ficou evidente foi que os conceitos relativos às cidades sustentáveis, embora fundamentados em distintos autores, convergem, principalmente no que se refere à governança, planejamento e uso dos recursos. Outra questão que chamou minha atenção foi em relação aos distintos focos dados a cada pesquisa, reforçando a ambiguidade e a polissemia do conceito. Em nenhuma das pesquisas a educação foi o eixo central para a promoção de cidades sustentáveis. Identifiquei a educação ambiental presente em várias das pesquisas, porém como um dos elementos mobilizadores ou fazendo parte de outros conjuntos de elementos norteadores/temáticos. Mesmo não se tratando de pesquisas específicas no campo da educação, são estudos qualificados e permitem refletir sobre diversas dimensões referentes às cidades que buscam se tornar sustentáveis.

2.4 Agendas globais e locais para cidades sustentáveis

Até este ponto da pesquisa, na busca pela identificação dos princípios orientadores de educação para a sustentabilidade em contextos urbanos, foi discutido a partir de estudos e pesquisas realizadas, sobre a sustentabilidade, educação para a sustentabilidade, espaços educadores sustentáveis e cidades sustentáveis. Vários elementos destacados se entrecruzaram, convergindo para pensar em algumas possíveis respostas para a pergunta: Quando uma cidade educa para a sustentabilidade? A partir desta questão outras questões surgem: Será que a cidade educa para a sustentabilidade quando pensa e prioriza seus espaços como educadores, públicos e populares? Será que é quando ela prioriza os direitos sociais? Será que é quando a sociedade assume o seu papel transformador? Será que é quando ocorre a proteção e preservação de seus recursos naturais? Será que é quando a cidade adere ao Programa Cidades Sustentáveis? Entre estas, outras questões poderiam ser pensadas, refletidas, analisadas, mas foi necessário adentrar nas pesquisas e estudos referentes às agendas globais e locais para cidades sustentáveis no Brasil³³.

Para dar início às reflexões referentes a estas agendas, parto dos primeiros movimentos no Brasil relacionados à urbanização. Destaco como primeiro acontecimento, ocorrido nos anos de 1976, a Conferência Mundial sobre Assentamentos Humanos, também denominada **Habitat I**³⁴, na qual chefes de estados se reuniram para tratar sobre assuntos relacionados, principalmente, às ocupações precárias, acesso à terra, à água potável, ao saneamento básico, à infraestrutura urbana e ao emprego (ANTONUCCI, 2012). A conferência ocorreu em um período crítico, sendo marcada pelas Crises do Petróleo (1973 e 1979) e por uma visão pessimista sobre o futuro das cidades. A Habitat I não atingiu os resultados esperados na comunidade internacional, muito menos no Brasil, porém um resultado importante foi a criação do **Centro das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UNCHS)** (MAUAD, 2011). A partir da Habitat I foi possível estabelecer alguns princípios para guiar as ações de governo no sentido de minimizar as fragilidades encontradas, principalmente, nos assentamentos humanos.

³³ Para melhor visualização das agendas no decorrer deste subcapítulo, as nomenclaturas referentes às agendas estão em negrito.

³⁴ Neste período 35% da população mundial viviam no meio urbano.

Após essa conferência, em 1978, foi criado o **Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-HABITAT)**, com o objetivo principal de coordenar as medidas relativas à moradia dentro do Sistema das Nações Unidas³⁵.

A partir dessas e outras discussões decorrentes da Habitat I e também no âmbito do **Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU)**, formado por pessoas de diferentes temáticas do campo urbano, foi articulada a participação popular em todo o Brasil, originando em meados de 1985, emendas populares para o então projeto do Capítulo II da **Política Urbana na Constituição Federal de 1988**. No início, os enfrentamentos do Movimento possuíam caráter mais local, direcionado à exigência por moradia, mas ao final do regime militar, passou a incorporar outras ideias de cidade. Os integrantes do MNRU, responsabilizaram-se por formular uma proposta de lei a ser acrescentada à Constituição Federal³⁶, com o

[...] objetivo de modificar o perfil excludente das cidades brasileiras, marcadas pela precariedade das políticas públicas de saneamento, habitação, transporte e ocupação do solo urbano, assim configuradas pela omissão e descaso dos poderes públicos. (SAULE JUNIOR; UZZO, 2009, p. 260).

A partir da criação da emenda constitucional, foi assegurado, entre outros interesses, o benefício coletivo quanto aos usos individuais da propriedade, deixando de ser somente vinculada ao direito civil, passando a ser disciplinada pelo direito público. De acordo com Saule Júnior e Uzzo(2009), é formulada “uma proposta mais avançada, fruto não só das lutas locais, mas também da participação na elaboração de políticas públicas, ainda que em um nível jurídico-legal”.

Outro movimento significativo, realizado após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que ficou conhecida como Rio 92, foi a criação da **Rede Mercocidades**, no ano de 1995. Formada pelos governos locais, composta por cidades identificadas como globais (metrópoles com influência internacional) da Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Bolívia, países-membros do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), e do Chile, Colômbia e Peru, países associados ao bloco, com a missão de “potenciar a identidade e a integração regional para assegurar o desenvolvimento das cidades e o bem-estar em América

³⁵Entre meio a essas ações foi criado o relatório Nosso Futuro Comum (1987), já citado no subcapítulo deste projeto 1.2 Sustentabilidade: uma abordagem temática, que também contribui para os desdobramentos dos movimentos habitacionais.

³⁶ Foram mais de 12 milhões de assinaturas encaminhadas. (SAULE JUNIOR; UZZO, 2009).

do Sul” (MERCOCIDADES, 2016). Em estudo realizado por Mèrcher e Ferreira (2015), foi identificada a relevância da Mercocidades para a criação da rede entre cidades globais. As três maiores cidades globais da Rede identificadas por Mèrcher e Ferreira foram São Paulo, Buenos Aires e Rio de Janeiro.

No ano seguinte, em 1996, em Istambul (Turquia), foi realizado o **Habitat II**, consagrando “a importância do poder local, bem como é icônica pela participação de novos atores políticos sendo, portanto, mais participativa” (OBSERVATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2016). Nessa conferência, o Brasil participou efetivamente, devido ao incentivo dado a presença de governos locais. De acordo com a Declaração³⁷ produzida durante o evento, a tentativa foi a de retomar e assegurar os objetivos universais para garantia de moradia, focando em assentamentos humanos mais seguros, saudáveis, habitáveis, equitativos, sustentáveis e produtivos. Os dois principais temas da Conferência, fundamentados pela Carta das Nações Unidas, foram “Moradia Adequada para Todos” e “Desenvolvimento de Assentamentos Humanos Sustentáveis em um Mundo em Processo de Urbanização”. Outra intenção foi a de reafirmar parcerias já existentes, assim como formar novas parcerias em nível local, nacional e internacional. No Habitat II foi criada a **Agenda Habitat**, integrando a ela a agenda da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, principalmente no que se refere a paz, a justiça, a democracia, o desenvolvimento econômico e social e a proteção do meio ambiente. Segundo Mauad (2011, p. 18), a Habitat II foi importante no Brasil para “ampliar o processo decisório da política externa. Ainda que não se trate de uma delegação de poderes, não deixa de ser uma adaptação do Ministério das Relações Exteriores a uma nova dinâmica de relações internacionais”.

Logo em seguida, no ano de 2000, foi elaborada pelos Estados-membros da ONU a **Declaração do Milênio e oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)**, que traz como objetivos:

1. Erradicar a pobreza extrema e a fome;
2. Alcançar o ensino primário universal;
3. Promover a igualdade de gênero e empoderar as mulheres;
4. Reduzir a mortalidade infantil;

³⁷ Declaração de Istambul sobre Assentamentos Humanos (1996).

5. Melhorar a saúde materna;
6. Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças;
7. Garantir a sustentabilidade ambiental;
8. Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento. (ONU, 2000).

Esses objetivos foram contribuídos para orientar as ações dos governos em níveis internacional, nacional e local durante 15 anos. O foco principal, prioridade na agenda internacional de desenvolvimento, foi o combate à pobreza (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO NO BRASIL (PNUD Brasil) (2017).

Outro documento importante é o **Estatuto da Cidade**, implementado conforme a Lei de Nº 10.257, de 10 de julho de 2001 “estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental”. Após um período de retomada e articulações com a sociedade, foi estruturada e apresentada a **Agenda 21 Global**. No capítulo 28 é chamada a atenção para as autoridades locais no que diz respeito às cidades sustentáveis. A orientação é para que cada autoridade implemente uma “**Agenda 21 local** tendo como base de ação a construção, a operacionalização e a manutenção da infraestrutura econômica, social e ambiental local, estabelecendo políticas ambientais locais e prestando assistência na implementação de políticas ambientais nacionais” (BRASIL, 2019g). Para que os objetivos da Agenda 21 Local sejam atingidos dependerá primordialmente da participação e da cooperação das autoridades locais.

A Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, no primeiro “Caderno de Debates da série Agenda 21 e Sustentabilidade das Cidades”³⁸, destaca que o “slogan ambientalista ‘Pensar Globalmente, Agir Localmente’ serviu de inspiração para o capítulo 28 da Agenda 21, que pede maior atenção com as cidades” (BRASIL, 2019h). O principal objetivo da **Agenda 21 Local** é “servir de subsídio à elaboração e à implementação de políticas públicas, orientadas para o desenvolvimento sustentável” (BRASIL, 2019g),

³⁸ Foram seis os Cadernos publicados: Agenda 21 e a Sustentabilidade das Cidades; Agenda 21: Um Novo Modelo de Civilização; Uma Nova Agenda para a Amazônia; Mata Atlântica o Futuro é Agora; Agenda 21 e o Setor Mineral; Agenda 21, o Semi-Árido e a Luta contra a Desertificação.

assim como orienta para a reestruturação do sistema de gestão horizontal. A Agenda 21 local é identificada como um dispositivo essencial para a gestão democrática das cidades médias³⁹ ou menores, articuladas ao funcionamento dos centros urbanos superiores. Sua aprovação ocorre a partir da validação do Estatuto da Cidade, bem como dos Planos Diretores.

O **Plano Diretor**, instituído pela Lei nº 2.828, de 10 de agosto de 1966 e adaptado ao Estatuto da Cidade pela Lei nº 11.266, de 16 de dezembro de 2004, é o instrumento-guia básico de cada município contemplando assuntos de interesse local. Legalmente, é o instrumento jurídico mais relevante para a organização de uma cidade, devendo ser elaborado de acordo com a especificidade de cada localidade, de suas características (socioeconômicas, geográficas e políticas), assim como deve estabelecer, conforme art. 182, §1º da Constituição Federal⁴⁰, as diretrizes básicas para a política de desenvolvimento e expansão urbana, sendo que as questões ambientais devem estar contempladas nas políticas setoriais urbanas. “É o governo municipal que elabora e implementa Planos Diretores de Ordenamento Territorial e Urbano” (LOPES, 2016, p. 48). Uma cidade que possui um Plano Diretor bem definido é capaz de estabelecer acordos locais apoiados em decisões democráticas.

Alguns estudos discutem a regulação do **Plano Diretor** após implementação do Estatuto da Cidade e foi constatado, apesar de contemplar em seu planejamento a questão sustentável e ambiental, a existência de poucos mecanismos que relacionam diretamente essas questões à estruturação do território, bem como não utilizam instrumentos de gestão urbana e ambiental para sua efetivação. Um exemplo são os estudos realizados pelo arquiteto Villaça (1999, p. 242), no qual foi constatado que “os problemas da maioria da população, aquela enorme parcela que é forçada a viver à margem da lei urbanística (e de muitas outras leis) são ignorados pelos planos diretores e seus princípios gerais”.

Os planos diretores não trazem temas específicos para tratar dos temas ambientais, geralmente é tratado superficialmente e segregado às demais políticas setoriais. Em aula/palestra⁴¹ proferida pela professora Eugenia Aumond Kuhn do

³⁹ Cidades que possuem de 100 mil a 300 mil habitantes.

⁴⁰“§ 1º O plano diretor aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana” (BRASIL, 1988).

⁴¹ Kuhn (2018).

Departamento de Urbanismo da UFRGS, no ano de 2018, ela questiona para quais agendas urbanas ambientais deveriam ser priorizadas em um **Plano Diretor no século 21**. Embora sejam muitas as agendas a serem tratadas, Kuhn (2018) dá prioridade as principais temáticas a serem contempladas no Plano Diretor:

- *Economia Circular*. Relativo à gestão de recursos naturais e os vínculos urbanos e rurais a partir da economia circular. Nesse sentido, os arquitetos Rogers e Gumuchdjian(2013, p. 30) considera

que grande parte da produção e do consumo ocorre nas cidades, os atuais processos lineares de produção, causadores de poluição, devem ser substituídos por aqueles que objetivem um sistema circular de uso e reutilização. Estes processos aumentam a eficiência global do núcleo urbano e reduzem seu impacto no meio ambiente.

As cidades são centros desperdiçadores de recursos naturais. A solução seria migrar para um modelo de economia circular.

- *Redes conectadas de espaços abertos públicos multifuncionais*. Redes seguras, acessíveis, verdes, de qualidade, de Lazer, de biodiversidade, entre outras. As regiões mais pobres são as que têm menos espaços públicos e de qualidade que cumpririam múltiplas funções.
- *Função ecológica e social da terra*. Arranjos entre as expansões e dispersão urbanas. Sem essas combinações ocorrem grandes degradações em ambientes ecológicos e terras produtivas.
- *Prestação local de bens e serviços básicos*. Investimento na proximidade dos recursos, reconhecendo que a forte dependência de fontes distantes de água, de energia, de alimentos e de materiais podem representar desafios de sustentabilidade (não dependência de fontes distantes).
- *Gestão e planejamento integrados dos recursos hídricos*. Considerando o continuum urbano.
- *Conservação e preservação da água*. Infraestrutura verde (espaços verdes) e azul (recursos hídricos) com o propósito de recuperar o ecossistema.

- *Redução substancial da geração de resíduos.* Com o objetivo de minimizar aterros sanitários⁴². Manejo ambientalmente correto dos resíduos. Exemplo trazido por Kuhn, foi o da Minas do Leão na qual 132 municípios enviam seus resíduos para serem enterrados (Companhia Riograndense de Valorização de Resíduos – CRVR). Outro exemplo são os resíduos da construção civil (representa 50% dos resíduos sólidos urbanos).
- *Edifícios sustentáveis e resilientes.* Segundo Kuhn, muito pouco é discutido nos cursos de arquitetura e similares sobre os materiais de construção. A produção de cimento é um dos maiores causadores da emissão de dióxido de carbono
- *Uso de energia renovável e sustentável.* A sugestão de Kuhn é a redução de meios motorizados. Para ela, a mobilidade urbana é o maior consumidor. Outra sugestão são os edifícios eficientes sem o esquecimento do Plano Diretor.
- *Fortalecer a resiliência.* A partir do fortalecimento da identificação e avaliação dos riscos de perigos/desastres, reduzindo a vulnerabilidade e a exposição a riscos, aumentando a resistência e a capacidade adaptativa e prontidão para emergências.
- *Promover a ação climática internacional, nacional, subnacional e local.*

Completaria esta lista com a temática da educação para a sustentabilidade. Acredito que a educação para a sustentabilidade, como um tema transversal e prioritário, é fundamental para que as outras temáticas sejam atingidas.

Outros movimentos ocorreram, relacionados às conferências Habitat I e II, a Declaração do Milênio e a Conferência RIO+20, sendo um deles a criação da **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. Essa agenda foi pensada por líderes mundiais que, em 2015, reuniram-se na ONU, em Nova York, para criar um plano de ação para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade em nível global.

Segundo Gehre e Resende (2019), “as agendas globais são fruto de um intenso jogo de interesses governamentais e não governamentais.” De acordo com

⁴² Exemplo da cidade de São Leopoldo que atualmente (1º semestre de 2019) não possui serviços de triagem de resíduos sólidos. Ver mais em: Cooperesíduos... (2019).

as análises realizadas pelos autores, os grupos de trabalho ao se reunirem para definir os 17 objetivos e suas metas, desviaram, “esconderam” ou “bloquearam” algumas prioridades, inviabilizando a adoção da Agenda 2030 pela grande parte dos países que pertencem ao “sistema multilateral das Nações Unidas”. A agenda 2030 em muitos aspectos reflete o caminho do desenvolvimento colado ao conceito de “progresso”. Poucos serão os países que conseguirão atingir os objetivos e metas, principalmente no que se refere aos objetivos relacionados à erradicação das desigualdades. Por outro lado, podemos tomar o documento, sem perder de vista o olhar crítico, como um norteador na tomada de decisão e na construção de políticas públicas, voltada à garantia dos direitos humanos.

Cabe destacar os **ODS 4 e 11**:

Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis (NAÇÕES UNIDAS BRASIL (ONUBR), 2019b).

Esses dois objetivos se entrecruzam aos outros 15 objetivos, porém nesta pesquisa, eles são fundamentais para pensar em cidades que educam para a sustentabilidade. Cada um desses objetivos possui metas a serem atingidas. O IPEA publicou essas metas, adequando-as à realidade brasileira⁴³.

Uma leitura atenta dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e de suas respectivas 169 metas, permite inferir a extensão temática e a abordagem holística e matricial do conceito de sustentabilidade que esse novo estatuto global propõe que se implemente nas políticas públicas dos governos nos próximos anos (LOPES, 2016, p. 21).

O Governo Federal brasileiro, através da Secretaria de Governo, constituiu a **Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**, a partir do Decreto nº 8.892, de 27 de outubro de 2016, que tem por objetivo internalizar, difundir e dar transparência ao processo de implementação da Agenda 2030 no Brasil e os ODS. A formação da comissão é paritária e conta com 32 representantes, entre titulares e suplentes, da sociedade civil e de governos. De acordo com a avaliação realizada pela comissão no início de 2019, entre os obstáculos a serem superados pelas cidades para a implementação dos ODS estão “a falta de

⁴³ Ver em: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2019).

informação sobre a Agenda, a ausência de planejamento e a escassez de recursos financeiros para a entrega de políticas públicas” (GT AGENDA 2030, 2020). Na tentativa de minimizar esse problema, a comissão desenvolveu um modelo de decreto para a criação de **Comissões Municipais e Comissões Estaduais alinhadas aos ODS**. Neste modelo de decreto estão:

às metas do **Plano Plurianual 2016-2019**, permitindo uma visão panorâmica das ações do governo federal que contribuem para o alcance de cada ODS. Dentre os subprodutos que surgiram desse processo está a criação de **Agendas ODS no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP)**. Além disso, foi desenvolvida uma plataforma eletrônica – o **PPA Cidadão** – para tornar públicas as informações do PPA. Outro processo de internalização foi o lançamento da **Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para o Brasil**, iniciativa do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão que é uma oportunidade ímpar para a sociedade brasileira se organizar para uma caminhada rumo a 2030 (GT AGENDA 2030, 2020, grifo nosso).

Destaco o **PPA Cidadão**⁴⁴, que permite a consulta do Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal. No PPA são enfatizadas diversas temáticas, entre elas, as Agendas ODS. Ao analisar o aplicativo, especificamente na sessão dos ODS, encontrei a descrição das metas para cada objetivo.

Outro documento publicado pela comissão em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e que considerei importante para a discussão das agendas globais nos municípios foi “**ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Proposta de adequação**”. Nesse documento, do total de 169 metas globais presentes nos ODS, 167 foram consideradas pertinentes e possíveis de serem aplicadas no Brasil. Algumas também tiveram a redação readequada e alterada indo ao encontro das especificidades e realidade brasileira, assim como conferindo mais clareza ao texto original. Às 167 metas elencadas, foram acrescentadas mais 8 novas metas, totalizando 175 metas nacionais, classificadas em 99 finalísticas e 76 de implementação.

A título de exemplificação, vejamos como foi readequado o ODS 11: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis:

Figura 3 - Meta 11 - Readequação ODS Brasil

⁴⁴ Brasil (2018c).

I. PROPOSTA DE ADEQUAÇÃO

1. Meta 11.1 (Nações Unidas)

Até 2030, garantir o acesso de todos a habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas.

2. Indicadores globais (Nações Unidas)

11.1.1 Percentual da população urbana morando em favelas, assentamentos informais ou habitações inadequadas (Tier I).

3. Meta 11.1 (Brasil)

Até 2030, garantir o acesso de todos a moradia digna, adequada e a preço acessível; aos serviços básicos e urbanizar os assentamentos precários de acordo com as metas assumidas no Plano Nacional de Habitação, com especial atenção para grupos em situação de vulnerabilidade.

4. Tipo de meta (Brasil)

Meta Finalística Meta de Implementação

- Metas Finalísticas: são aquelas cujo objeto relaciona-se diretamente (imediatamente) para o alcance do ODS específico.
- Metas de implementação: no documento da Agenda 2030, as metas de implementação referem-se a recursos humanos, financeiros, tecnológicos e de governança (arranjo institucional e ferramentas: legislação, planos, políticas públicas, programas, etc.) necessários ao alcance dos ODS.

Fonte: IPEA (2018, p. 271).

Como podemos observar, substituiu-se o termo “habitação segura” por “moradia digna”. A justificativa para essa substituição foi porque

segurança pode se referir ao contrato de ocupação da terra (segurança jurídica), segurança da posse, ou segurança física contra violência e assaltos, segurança em relação a desastres e remoções etc. Já o termo “moradia digna” é mais amplo e reconhecido em documentos oficiais da política nacional de habitação (IPEA, 2018, p. 271).

Esse documento traz a análise de cada um dos ODS e suas metas, precisando ser melhor analisado e acompanhado pelos gestores municipais, podendo ser um dos guias para a implementação da Agenda 2030 nas cidades. Segundo estudos realizados por Lopes (2016), a grande parte dos ODS tem baixa relação ou nenhuma com as políticas públicas nacionais, no entanto, cabe a análise mais profunda de cada interseção da matriz pelos gestores públicos.

Ainda nesse sentido, com foco nas cidades, em 2016, em Quito, foi construída a **Nova Agenda Urbana**, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável - **Habitat III**. Essa agenda

colocou em destaque a visão compartilhada para um futuro melhor e mais sustentável. A agenda contempla temas relacionados à vida nas cidades, assim como existe um grande incentivo para que todos os atores sociais, como governos (federal, estadual e municipal), universidades, ONGs e demais instituições do terceiro setor, setor privado etc, sejam escutados e inseridos no programa. As principais **temáticas tratadas na Habitat III** foram (ONUBR,2019a):

- a) planejamento e desenho urbano local e metropolitano;
- b) legislação urbana, solo e governança;
- c) economia urbana e finanças municipais;
- d) habitação e assentamentos precários/informais;
- e) serviços básicos urbanos (água, saneamento, energia, mobilidade urbana e resíduos);
- f) segurança urbana e espaços públicos;
- g) empoderamento de mulheres e jovens nas cidades;
- h) participação cidadã;
- i) desenvolvimento econômico local;
- j) mudanças climáticas e resiliência;
- k) gestão e redução de riscos de desastres e reabilitação;
- l) boas práticas;
- m) indicadores urbanos (Iniciativa de Prosperidade das Cidades e Observatórios Urbanos);
- n) pesquisa e desenvolvimento de capacidades.

Mais uma vez percebo a ausência de temáticas relativas à educação, principalmente nesse documento que contempla a vida nas cidades. Embora, a partir da implementação da Nova Agenda Urbana seja reafirmada a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, assim como a execução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas metas, ao analisar o documento é percebido que o principal destaque é dado ao objetivo 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis. Este é um fato que, no meu ponto de vista, precisa ser questionado e colocado em pauta principalmente nas discussões para cidades que pretendem ser mais sustentáveis.

Além dos ODS, no final de 2015, foi firmado o acordo do clima Conferências das Partes (COP-21), em Paris. A Conferência reuniu representantes de 196 países, entre eles, o Brasil. O grande objetivo foi o de “costurar um novo acordo entre as nações, a fim de combater as mudanças no clima.” A partir dessa conferência, o Brasil anunciou suas metas para a COP 21: a principal delas, reduzir as emissões de gases do efeito estufa. As cidades foram identificadas como protagonistas no combate às mudanças no clima. Na 5ª edição da conferência, a COP 25, o Brasil havia anunciado sua candidatura para sediar o evento (COMISSÃO..., 2018), porém essa intenção foi cancelada pelo presidente em exercício no final de 2018, sendo transferida para o Chile (DIANNI; KAFRUNI, 2019), na qual o governante brasileiro não participou.

Nos últimos anos, houve um declínio na participação do Brasil em encontros internacionais, e até mesmo nacionais, referentes às mudanças climáticas e preservação do meio ambiente. O que é identificado são sucessões, em larga escala, de problemas ambientais, por exemplo, os desmatamentos e queimadas na Amazônia e, conseqüentemente, a situação dos indígenas dessas localidades; o não cumprimento de metas; direitos violados; o afrouxamento das leis e o sucateamento dos órgãos de preservação. O Ministério do Meio Ambiente, infelizmente, legisla em controvérsia às políticas de proteção ambiental.

2.5 Políticas Educacionais para Cidades Sustentáveis

Em nível municipal, uma das ferramentas potentes que devem ser colocadas em destaque nos Planos Diretores são as políticas de educação para a sustentabilidade. Uma cidade ao assumir os princípios da sustentabilidade como eixo estratégico norteador das políticas públicas, necessita aprender, conhecer e entender os problemas socioambientais de sua localidade. Observa-se a necessidade da aproximação das políticas setoriais urbanas, bem como a necessidade de agir de forma integrada, incluindo diferentes saberes, através de uma abordagem educacional interdisciplinar.

As políticas educacionais estão relacionadas ao contexto histórico de cada país, assim como é interpretada e poderá sofrer mudanças conforme o poder em vigor. As decisões deveriam estar relacionadas aos processos pedagógicos e à produção de leis, construídas democraticamente, a partir de um processo

participativo, reunindo a comunidade escolar, assim como instituições governamentais e não governamentais. Deveriam atender aspectos que estão interligados com a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e Base Nacional Curricular Comum (BNCC).

No que se refere, especificamente, às políticas de educação para a sustentabilidade, o Brasil tem em sua história, participações significativas no que diz respeito às decisões em torno do meio ambiente e a qualidade de vida. Destaco a Constituição Federal de 1988, capítulo VI, Art. 225, que ressalta que

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 2003).

Esse artigo já foi analisado por diversos pesquisadores, ambientalistas, educadores, entre outros, e a grande questão levantada é a que se refere aos seus efeitos tanto na natureza quanto nas relações humanas. Quem são “todos”? Que povo? Quais gerações? Um dos marcos desta discussão e da construção de políticas de educação para a sustentabilidade foi na Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92). Nesse evento, foi proposto o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis (TEASS) em que

[...] a educação ambiental para uma sustentabilidade equitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservem entre si a relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidades individual e coletiva no nível local, nacional e planetário (FÓRUM INTERNACIONAL DAS ONGs, 1992, p. 193-194).

Esse processo é reforçado com a reformulação do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) (2005c), destacando a Educação Ambiental como:

elemento fundamental para a gestão ambiental pública, que deve ser eficaz e manter o meio ambiente equilibrado para todos. Por meio de processos educativos democráticos e participativos, a EA busca explicar os interesses e as causas de conflitos e questões socioambientais, ao mesmo tempo que constrói valores, conhecimentos, competências, habilidades e atitudes voltados à transformação da realidade socioambiental e à ruptura dos paradigmas de desenvolvimento em bases insustentáveis.

A Educação Ambiental é retomada na Conferência Rio+20, em 2012, porém para Velasco (2013), com pouco destaque. O documento final da Rio + 20 não referênciam a “educação ambiental” e sim a “educação”, não retomando os princípios da educação ambiental que “foram construídos no âmbito das conferências patrocinadas pela ONU desde a realizada em Estocolmo em 1977, e que foram aproveitados na lei brasileira de Política Nacional de EA (PNEA), aprovada em 1999” (VELASCO, 2013, p. 98). Neste sentido, Velasco faz questão de retomar os princípios da PNEA:

- I – o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- II – a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- III – o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV – a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- V – a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- VI – a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII – a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais e globais;
- VIII – o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Assim como Velasco, considero esses princípios fundamentais e deveriam ser retomados e destacados na Rio+20. Outro ponto destacado por Velasco (2013) e que não foi pontuado durante o evento foi a crítica ao sistema capitalista como causa última dos males socioambientais que padece o planeta. O documento “reflete o ponto de vista de Chefes de Estado que em sua grandíssima maioria aceitam e se beneficiam do modo de produção capitalista”, bem como, mesmo com a participação de alguns educadores ambientais, a omissão destes em relação ao capitalismo, explica-se pelo fato de que “muitos educadores não têm ainda percebido que o modo de produção capitalista é a causa última dos problemas socioambientais constatados, e que são poucos que percebem esse nexo de causa e efeito” (VELASCO, 2013, p. 105).

No mesmo ano da Rio+20, a partir da preocupação com o desenvolvimento das cidades, assim como outros desafios, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI lançou o Programa de Tecnologias para Cidades Sustentáveis, no qual podemos pensar a educação ambiental ou educação para a sustentabilidade por outro ângulo. O programa incentiva a promoção de “tecnologias inovadoras nas

áreas de: construções sustentáveis, mobilidade e transporte coletivo, saneamento ambiental e sistemas sustentáveis de energia” (LOPES, 2016, p. 7).

Segundo o livro Políticas Públicas para Cidades Sustentáveis, publicado pelo MCTI, uma cidade sustentável é aquela em que os elementos do ambiente natural, os elementos do ambiente construído e os elementos humanos interagem em simbiose em meios urbanos. (LOPES, 2016, p. 19) O termo simbiose se refere “à associação de dois ou mais elementos de diferentes espécies que vivem conjuntamente, com vantagens recíprocas, caracterizando-se como um só organismo” (LOPES, 2016, p. 19). O grande desafio, além do entendimento da proposta, é a sua aplicação prática por meio de políticas públicas e educacionais.

No território brasileiro, algumas cidades se aproximam de propostas sustentáveis e incluem em seu planejamento políticas educacionais para a sustentabilidade, embora ainda se encontrem muito distantes do idealizado e conceituado. Segundo Maricato (2011), já existem instrumentos legais suficientes para o planejamento e gestão de uma cidade sustentável:

- os planos diretores municipais participativos, que visam a implantação da função social da cidade e da propriedade;
- os planos locais de saneamento, conforme a lei federal 11.445 de janeiro de 2007, que institui as diretrizes nacionais do saneamento básico, regulamentada pelo Decreto 7.217 de 21 de junho de 2010;
- Os planos de resíduos sólidos conforme lei federal 12.305 de 02/08/2010;
- a política ambiental e de recursos hídricos, baseada em conselhos e comitês com participação e controle social;
- o acesso aos recursos federais para financiamento de obras de infraestrutura, saneamento e habitação a partir da existência dos planos e de projetos de qualidade;
- Plano Nacional para enfrentamento das mudanças climáticas. Se as leis fossem aplicadas e os planos cumpridos muitos dos problemas poderiam ser amenizados.

Em outras palavras, o que Maricato (2011) quer dizer é que não é preciso criar mais políticas para o planejamento de uma cidade sustentável, elas já existem. O que é preciso? Executá-las, efetivá-las, colocá-las em prática, em ação. Ela nos apresenta os meios legais essenciais para que uma cidade se torne sustentável, assim como é essencial a inserção efetiva em seus planos municipais de políticas de educação para a sustentabilidade.

Após a Conferência Rio+20, o Brasil participou de todas as sessões da negociação intergovernamental para a aprovação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS, 2018), que culminou em um acordo que deve orientar as políticas

nacionais e as atividades de cooperação internacional nos próximos 15 anos (2015 – 2030). Os ODS têm estreita relação com a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), indo ao encontro dos principais objetivos da política para cidades sustentáveis. De acordo com a Lei nº 9795/1999:

Art. 1º – Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º – A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal (LOPES, 2016, p. 94).

Uma das metas dos ODS é a de “assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (LOPES, 2016, p. 124). A pretensão é que até 2030 sejam contempladas para meninos e meninas, jovens e adultos, homens e mulheres, a educação pré-escolar; a educação técnica; a educação profissional e superior; a educação de jovens e adultos; bem como acesso à educação aos mais vulneráveis; educação para o desenvolvimento sustentável; direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural.

As bases para as metas de educação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável foram elaboradas na Coreia do Sul, durante o Fórum Mundial de Educação 2015, a partir da aprovação da Declaração de Incheon. Pela primeira vez no mundo, foi pensada e elaborada uma agenda comum global de educação. Mais de 160 países adotaram a Declaração de Incheon para a Educação 2030, incluindo o Brasil (UNESCO, 2016). De acordo com o documento da Declaração de Incheon, o Fórum Mundial de Educação foi inspirado por

uma visão humanista da educação e do desenvolvimento, com base nos direitos humanos e na dignidade; na justiça social; na inclusão; na proteção; na diversidade cultural, linguística e étnica; e responsabilidade e na prestação de contas compartilhadas (UNESCO, 2016, p. 7).

É reafirmado que “a educação é um bem público, um direito humano fundamental e a base que garante a efetivação de outros direitos. Ela é essencial para a paz, a tolerância, a realização humana e o desenvolvimento sustentável.”

(UNESCO, 2016, p. 8) A educação é reconhecida “como elemento-chave para atingirmos o pleno emprego e a erradicação da pobreza”(UNESCO, 2016, p. 8).

Akkari em seu artigo intitulado “A agenda internacional para educação 2030: consenso ‘frágil’ ou instrumento de mobilização dos atores da educação no século XXI?”, destaca a importância da Agenda 2030 para as políticas educacionais globais, suas implicações para os sistemas educativos e os desdobramentos da agenda no Brasil com foco na educação para a cidadania mundial. Para Akkari (2017, p. 941), “uma agenda internacional apoiada pelas Organizações das Nações Unidas tem um forte valor simbólico”. Esse valor simbólico é identificado como importante para todas as partes envolvidas, pois proporciona a abertura para novas parcerias, assim como diferentes pontos de vista sobre a educação e formação.

Segundo Akkari (2017), embora a Agenda 2030 tenha um caráter comum e igualitário, nos países do sul, a influência e domínio sobre as políticas internacionais para a educação e o desenvolvimento é quase que exclusivamente de domínio do Banco Mundial, diferentemente dos países do norte que têm influência direta da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Esses fatores geram dependência das organizações internacionais em relação aos Estados. “Para os estados mais poderosos, a agenda tem uma influência relativamente limitada sobre suas políticas de educação. Mas, para os países mais frágeis, a conformidade com as diretrizes da agenda pode abrir as portas do financiamento internacional” (AKKARI, 2017, p. 943).

Akkari(2017) faz uma análise crítica de algumas das orientações da agenda internacional da educação partindo da Declaração de Incheon e do quadro de ações para 2030. Destaque para seis orientações:

- a) *Educação Inclusiva e Justa* - Identificada como a pedra angular da Agenda 2030. Inspirada em uma visão humanista da educação e do desenvolvimento. Segundo Akkari, a partir desses dois conceitos, o foco deve ser na luta “contra todas as formas de exclusão e marginalização, bem como contra as disparidades e desigualdades no acesso, na participação e nos resultados da aprendizagem” (AKKARI, 2017, p. 944);
- b) *Extensão da duração da escolaridade* - Incentivo a obrigatoriedade de um ano de educação infantil de qualidade e gratuita. Previsão de doze anos de educação básica (fundamental e médio), com extensão escolar (infantil e

secundária) e exigência de resultados de aprendizagem. Muitos países, principalmente do Sul, não têm condições para executar essa orientação, assim como nada garante que a extensão representa melhoria de resultados. “Em muitos lugares do mundo, há a necessidade de mais postos de trabalho e não necessariamente mais escolaridade” (AKKARI, 2017, p. 945);

- c) *Educação de Qualidade* - “Embora a definição da qualidade do ensino adotada por alguns parágrafos da Agenda 2030 pareça ir além dos resultados de aprendizagem em leitura, escrita, cálculo; estes parecem ser o fundamento básico do conceito de qualidade da Agenda” (AKKARI, 2017, p. 945);
- d) *Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) e da Educação para a Cidadania Mundial (ECM)* - A EDS não é uma proposta inovadora, já a ECM pode ser direcionada para “uma ruptura que merece atenção.” Segundo Akkari (2018, p. 946), “falar de cidadania mundial significa questionar as tradicionais identidades nacionais. Ou seja, resta operacionalizar a cidadania mundial e efetivá-la nos sistemas de ensino”;
- e) *Aprendizagem ao longo da vida* - Consiste na promoção de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, em todos os níveis. Akkari identifica nessa orientação a ênfase no conceito de qualidade;
- f) *Educação nas zonas de conflito* - Uma grande parte da população mundial que não tem acesso a escolarização vive em áreas afetadas por conflitos.

Essas orientações são divididas por Akkari(2017) em três paradigmas contraditórios. O primeiro grupo se refere ao Paradigma Contraditório da UNESCO (Orientações 1, 2 e 6), afinado aos direitos humanos. O segundo grupo é o Paradigma intermediário UNESCO, OCDE, Banco Mundial, (Orientações 4 e 5), dependerá do caminho escolhido a seguir, humanista ou neoliberal. O terceiro grupo é do Paradigma instrumental/ neoliberal OCDE, Banco Mundial (Orientação 3), considera a educação como produtora de recursos humanos, a favor da economia e às demandas de consumo.

A partir da análise de Akkari (2017), o que há de mais inovador na Agenda 2030 é a Educação para a Cidadania Mundial, percebida como um grande desafio,

devido algumas contradições, principalmente ao defender “uma abordagem de qualidade à educação, essencialmente baseada em testes padronizados ao convocar o estabelecimento de educação para a cidadania mundial” (AKKARI, 2017, p. 449). Mesmo com as contradições, a Agenda 2030 é promissora, estando aberta para o debate e tradução em cada canto do mundo, principalmente pelos atores da educação, servindo ora “para consolidar o *status quo* ou as desigualdades nos sistemas de ensino” (AKKARI, 2017, p. 955).

Fica claro o papel primordial da educação para a sustentabilidade em cidades que buscam ser sustentáveis, implementando a Agenda 2030, adequada à Agenda 21 Local, sendo este último o dispositivo essencial para a gestão democrática das cidades. Faz-se necessário que as agendas globais sejam inseridas, utilizadas, implementadas nas cidades, porém com cautela, estudo e criticidade, não bastando apenas incluí-las em seus planos diretores, será necessário implementá-las com coerência e respeito à realidade local.

3 ARTESANIA COMPREENSIVA PELAS CIDADES

Neste capítulo, descrevo os caminhos percorridos e justifico o motivo pelo qual foram elencadas as duas cidades da região sul do Brasil, Colombo e São Leopoldo, como campos empíricos desta pesquisa.

3.1 Andando pelas cidades

Após analisar os documentos, as pesquisas, as políticas, assim como identificar e definir conceitos em relação à sustentabilidade, educação para a sustentabilidade e cidades sustentáveis, chega o momento de elencar as cidades, o campo empírico da pesquisa. Em uma pesquisa compreensiva não é possível compreender sem estar, ver, sentir, conversar, falar. Segundo Kaufmann (2018, p. 28), “os princípios da entrevista compreensiva não são nada além da formalização de um conhecimento pessoal, advindo do trabalho de campo”. Ainda segundo Kaufmann (2018, p. 27), a produção da teoria é “uma articulação tão fina quanto possível entre dados e hipóteses, uma formulação de hipótese tão criativa quanto enraizada nos fatos. Mas uma formulação que vem de ‘baixo’, do campo”. Era fundamental definir o campo.

Como não há um consenso que determine quais cidades são efetivamente sustentáveis, assim como quais cidades educam para a sustentabilidade, primeiramente foi realizada uma pesquisa exploratória de documentos disponíveis em sites, reportagens em jornais, vídeos em plataformas on-line, documentários, entre outros materiais. Após elencar algumas cidades do Brasil que se identificavam como sustentáveis, realizei contato por telefone e por e-mail com as secretarias de educação e de meio ambiente. Após, mais ou menos, um ano de trocas e conversas, foram selecionadas duas cidades localizadas na região sul do país.

Em um primeiro momento, pensou-se em focar apenas em cidades do Estado do Rio Grande do Sul. Como foram poucas as cidades localizadas e que se identificaram como sustentáveis, a opção passou a ser pela região sul. Nessa região, duas cidades se mostraram receptivas à pesquisa.

Como guia para a escolha das cidades, algumas questões, baseadas na pesquisa teórica, foram elaboradas. Estas questões foram fundamentais, tanto para a escolha das cidades, assim como para pensar o futuro da pesquisa:

1. Qual cidade se identifica como sustentável e possui políticas educacionais para a sustentabilidade, contempladas em seu plano diretor e implementadas a partir de diretrizes curriculares, programas e projetos?
2. Qual cidade inclui em seu planejamento as agendas globais para a sustentabilidade?
3. Qual cidade a partir de políticas educacionais para a sustentabilidade tenta minimizar os problemas relacionados à habitação, às desigualdades, aos serviços públicos e à infraestrutura?

Desde o início dos estudos, em 2017, a primeira cidade brasileira identificada por mim como sustentável foi a Smart City Laguna, localizada no distrito de Croatá, em São Gonçalo do Amarante, Ceará. Uma cidade inventada e/ou compacta (GUERRA,2010), que ainda está por se concretizar. Concomitante a esta descoberta li o texto “A produção da ‘cidade latino-americana’” de Gorelik (2015). Esse texto reflete sobre a construção das cidades latino-americanas de acordo com o conhecimento internacional, distante da realidade local. A Smart City Laguna, desde seus primeiros tijolos, foi pensada e planejada para ser sustentável a partir de um olhar estrangeiro. Tendo ciência que essa cidade foi produzida por “outros”, após a leitura do texto de Gorelik(2015), passei a refletir: O que é real e projetado no Smart City Laguna? Como a realidade nessa cidade se constitui no cenário de aplicação das agendas e das políticas de educação para a sustentabilidade?

De acordo com estudos realizados por Franz e Andreoli (2018, p. 5)

No Brasil, cresce o número de cidades que têm aderido às frentes e programas das SmartCities como as capitais São Paulo, Curitiba, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Vitória que foram eleitas no ranking ConnectedSmartCities do Urban Systems, como as cidades mais inteligentes e conectadas do Brasil. Cidades menores também incorporam esta lista como Blumenau, Maringá, Itú, Poços de Caldas, Cuiabá, Fortaleza entre outras.

A cidade de São Gonçalo do Amarante é um dos exemplos trazidos, por Franz e Andreoli que, segundo a Sociedade Científica do Semiárido Brasileiro (SCSB) (DINIZ,2018), foi identificada com grande potencial devido a região onde a microcidade está sendo construída, na Região Metropolitana de Fortaleza, próximo ao Complexo Industrial e Portuário do Pecém, previsto para ser o segundo maior porto do país em movimentação de cargas até 2025.

São 23 hectares que abrigarão entre 20 mil e 25 mil pessoas. Há a previsão de 30 hectares para atividades industriais e 12 para uso comercial. Até então, para mim, um empreendimento voltado para objetivos financeiros, porém no decorrer da pesquisa este posicionamento foi se modificando. Um dos motivos foi por entender que a preocupação trazida pelos idealizadores do projeto é real. De acordo com a SCSB (DINIZ,2018), baseados no depoimento do diretor-geral da empresa, a Smart City Social está inserida no contexto internacional priorizando, sobretudo os países emergentes, dois aspectos:

1) os fluxos migratórios dos campos levarão a população que vive nas cidades dos atuais 50% a um percentual de 80% nos próximos 25 anos;

2) 27% da população mundial têm menos de 15 anos. Isso quer dizer que, nos próximos anos, essas pessoas entrarão para o mercado de trabalho e precisarão de casas e serviços.

Esses aspectos, principalmente o primeiro, precisam ser pensados e as cidades (governo local e sociedade civil) deverão incluir em suas pautas essas preocupações. Mesmo tendo o entendimento que a preocupação desse empreendimento é potente, por vezes, pensei e repensei se o traria para dentro da pesquisa. Ora por considerar, como já ressaltai, um empreendimento fortemente voltado para os aspectos econômicos e de lucro, distante do que considero sustentável. Ora por ser uma cidade em construção (do zero) e que ainda não possuía moradores e implementação de políticas.

Como minha intenção foi a de analisar experiências de educação para a sustentabilidade e seus desdobramentos em cidades que promovem ações educacionais sustentáveis, a Smart City Laguna, por si só, não responderia à pergunta desta pesquisa. Encontrei alguns exemplos de cidades sustentáveis no livro “Políticas Públicas para Cidades Sustentáveis” (LOPES, 2016), recaindo em práticas adotadas em cidades europeias e das Américas do Norte e Latina, incluindo algumas cidades do Brasil. Embora sejam exemplos potentes no que se refere ao planejamento urbano sustentável, a educação e ao incentivo à organização da sociedade civil local, além do uso das tecnologias avançadas, ainda precisava encontrar uma cidade que possuía políticas educacionais para a sustentabilidade e que de alguma maneira eram aplicadas em todo seu território.

Neste sentido, encontrei algumas cidades com este perfil. Uma delas foi Curitiba, no Paraná, sendo uma das mais citadas em minhas buscas, recebendo o

título de cidade mais sustentável do Brasil. Segundo dados coletados pela prefeitura municipal, a cidade tem a melhor qualidade de ar do país, devido a vasta área verde. Esse fato se explica, por parte, pelo número de parques e bosques na cidade. Segundo levantamento realizado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, em 1988, eram cinco parques e cinco bosques. Em 2012, já eram contabilizados “21 parques, 15 bosques, 451 praças e 444 jardinetes, entre outras áreas” (CURITIBA, 2012). A cidade de Curitiba desenvolve diversos e distintos projetos voltados para a educação para a sustentabilidade, envolvendo instituições de educação, comunidades, unidades de conservação e espaços públicos, por exemplo, da Maratona Infante e Juvenil da Sustentabilidade; Comunidade como Parceira - Sensibilização, Informação e Mobilização; Re-nascentes; Bosque-escola e Estação de sustentabilidade.

Também identifiquei a cidade de Extrema, em Minas Gerais, na qual o foco está na preservação das águas e das áreas protegidas por lei. Em setembro de 2018, a cidade

se uniu ao ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade, organização internacional que reúne governos locais e organizações governamentais engajados com o desenvolvimento sustentável. A Rede global conta com mais de 1.500 cidades e regiões, em todo o mundo, comprometidas com a construção de um futuro sustentável. Por meio de esforços coletivos, impacta mais de 25% da população urbana global (EXTREMA, 2018).

Segundo o Secretário Executivo do - International Council for Local Environmental Initiatives (ICLEI) - América do Sul⁴⁵, essa parceria “se converte na possibilidade de intercâmbio com cidades que também avançaram no seu compromisso de ter políticas de sustentabilidade”. Ao ler esta declaração, fiquei muito interessada em saber mais sobre os desdobramentos dessa iniciativa. Então entrei em contato por e-mail com o Secretário Executivo do ICLEI e, prontamente, obtive retorno. Conversamos por e-mail e por telefone. Em suas declarações contou

⁴⁵O ICLEI foi fundado em 1990 por 200 governos locais de 43 países, que se reuniram no primeiro Congresso Mundial de Governos Locais por um Futuro Sustentável na sede das Nações Unidas em Nova York. Nossas operações começaram em 1991, no Secretariado Mundial em Toronto, Canadá. Os primeiros programas globais foram a Agenda 21 Local, um programa de promoção da governança participativa e planejamento do desenvolvimento sustentável local, e o Cidades pela Proteção do Clima™ (CCP) [...] O ICLEI tem atuado na América Latina desde 1994. [...] A cidade de Buenos Aires foi escolhida como sede do Secretariado para América Latina e Caribe entre 2006 e 2010, período em que se estabeleceu, também, um escritório de projetos no Brasil, em São Paulo. Em 2011, estabeleceu-se o atual Secretariado para América do Sul, em São Paulo, Brasil (ICLEI, 2019).

um pouco sobre a trajetória do ICLEI e o trabalho realizado indo ao encontro do que é abordado no site do ICLEI,

O ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade é uma rede global de mais de 1.750 governos locais e regionais comprometidos com o desenvolvimento urbano sustentável. Ativas em mais de 100 países, influenciamos a política de sustentabilidade e impulsionamos a ação local para o desenvolvimento de baixa emissão, baseado na natureza, equitativo, resiliente e circular. Nossos membros e equipe de especialistas trabalham juntos por meio de intercâmbio de pares, parcerias e capacitação para criar uma mudança sistêmica para a sustentabilidade urbana (CASTELHANO, 2019).

Ele complementou dizendo que trabalham diretamente com cidades que têm interesse em se tornar sustentável. Também se dedicam ao trabalho em bairros, vilas, comunidades, não importando o tamanho dos grupos ou cidades que têm interesse em desenvolver projetos com o intuito e metas para a sustentabilidade. A organização ICLEI se insere nesse contexto para auxiliar no planejamento e implementação das ações planejadas em conjunto com a comunidade local.

Ao questionar sobre as políticas educacionais para a sustentabilidade, se havia conhecimento de sua parte de alguma cidade que as implementava e como elas eram discutidas dentro do ICLEI, ele ressaltou que a organização é parceira na implementação de políticas educacionais tendo como foco a formação. Um exemplo é o material elaborado pela Prefeitura de São Paulo, no ano de 2007, denominado Projetos Ambientais Verdes e Saudáveis (PAVS). O ICLEI foi parceiro, assim como participou da equipe de organização e implementação da proposta de formação do PAVS tendo como objetivo “fortalecer atuações intersetoriais capazes de superar desigualdades sociais, enfrentar a crise ambiental e semear uma cultura de paz na grande metrópole paulistana” (SÃO PAULO, 2007). Ao questionar sobre a cidade de Extrema, o Secretário-Executivo não soube me informar. Segundo ele, a cidade de Extrema desenvolve há muito tempo ações envolvendo o desenvolvimento sustentável. Após esta conversa, marcamos um encontro para o mês de março de 2019, data em que ele viria a Porto Alegre.

Ao pesquisar sobre as iniciativas de Extrema, encontrei o Projeto que já tem mais de 10 anos, denominado Conservador das Águas. Segundo o Secretário do Meio Ambiente, que implementou e acompanha até o momento esse projeto transformado em lei municipal: “A indústria não impacta [em Extrema]. A ideia do desenvolvimento sustentável é justamente isso: você crescer economicamente,

distribuir renda e ter bons indicadores sociais, e ao mesmo tempo, preservar o meio ambiente. Esse tripé do desenvolvimento sustentável é praticado aqui todos os dias.”⁴⁶

Em relação à educação para a sustentabilidade, em 2018, Extrema elaborou sua Agenda 21 e neste documento consta a Agenda de Prioridades para 2020, sendo uma delas voltada para a valorização da educação. É traçado como objetivos (EXTREMA, 2018, p. 44):

Investir em capital humano, especialmente por meio da valorização dos ensinos fundamental e médio.

Realizar trabalho de mobilização em torno da educação formal e informal nas comunidades, para estimular o interesse pelo aprendizado e aperfeiçoamento profissional ou pessoal por meio de atividades culturais, pesquisas, debates ou estudos.

Ampliar a compreensão de que a educação possui caráter de construção da cidadania e da própria evolução do ser humano.

Fomentar o ensino profissionalizante como forma de desenvolvimento da cidadania.

Identificar as demandas locais e regionais para criação de cursos e buscar parcerias com instituições e fundações e universidades reconhecidas que possam atender às necessidades específicas.

Buscar parcerias com órgãos de outros níveis de governo e universidades para investimento de novas tecnologias de informação, de educação regional e de ensino à distância, para que a região possa se beneficiar com cursos inexistentes em seus domínios.

Investir na valorização dos professores, seja com referência à remuneração, à qualificação e ao aperfeiçoamento, ou por meio de campanhas de reconhecimento social e de estímulo.

Articular as atividades de ensino formal desenvolvidas nas escolas, com projetos sociais de promoção e proteção da população.

Estruturar a educação, visando a atender e a incluir os portadores de necessidades especiais e crianças com dificuldades e distúrbios de aprendizagem.

Realizar projetos de educação ambiental e de capacitação para viabilização das ações propostas na Agenda 21 (grifo nosso).

O documento é recente e carece de análise para identificar como, especificamente estes objetivos, estão sendo efetivados, até mesmo porque as outras prioridades, segundo o documento, perpassam pela educação. “A educação é fundamental e requer tratamento especial para que sejam atingidos os objetivos e totalmente integrada à Agenda nos programas e ações de curto, médio e longo prazos” (EXTREMA, 2018, p. 69).

Outra cidade que, no decorrer do ano de 2018, foi identificada como sustentável foi a cidade de Antônio Prado, no Rio Grande do Sul. Essa cidade, no ano de 2017, firmou parceria através da assinatura de uma carta compromisso, com

⁴⁶Ver em: Silva (2016).

a Plataforma Cidades Sustentáveis⁴⁷, aderindo ao programa proposto pela ODS/ONU – Agenda 2030⁴⁸, e seus 17 objetivos e 169 metas. O Programa Cidades Sustentáveis tem por objetivo “sensibilizar e mobilizar as cidades brasileiras para que se desenvolvam de forma econômica, social e ambientalmente sustentável”. O Programa oferece ferramentas como a Plataforma Cidades Sustentáveis, assim como tem a intenção de envolver integralmente as dimensões social, ambiental, econômica, política e cultural, além de envolver 260 indicadores básicos relacionados aos 12 eixos e aos ODS.

3.2 Vontade de ser uma cidade sustentável

Em 2019, outra cidade identificada foi a cidade de Colombo, no Paraná, que se identifica em seu site como sustentável. Para minha surpresa, uma cidade que possui muitas políticas educacionais para a sustentabilidade. Um dos sites da prefeitura, mantido pela Secretaria do Meio Ambiente (<http://sustentavel.colombo.pr.gov.br/>) demonstra a vontade da cidade em ser sustentável.

Dentre as cidades já citadas (Smart City/CE, Curitiba/PR, Antônio Prado/RS, Extrema/MG), Colombo foi a cidade das quais, ao entrar em contato prontamente respondeu meu e-mail, visto que demonstrou interesse pela pesquisa e se mostrou aberta para dar informações. Outro ponto forte, além de ser potente no que se refere às políticas educacionais para a sustentabilidade, foi a questão de a cidade ter construído sua Agenda 21 de acordo com a Carta da Terra, contemplar em seus documentos o Tratado de Educação para Sociedades Sustentáveis, assim como “é o único município do estado a ter a Lei Municipal, a qual rege a Política Municipal e o Sistema de Educação Ambiental de Colombo” (COLOMBO, 2017b, p. 23).

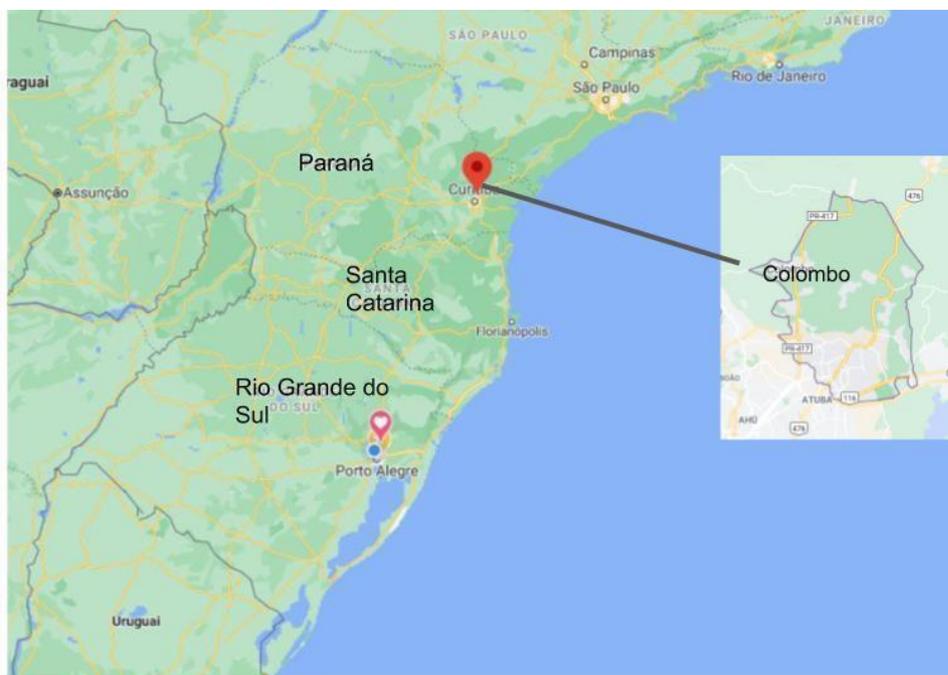
Colombo é uma cidade que pertence à região metropolitana de Curitiba, está localizada a 16km da capital. O município se estende por 197,4 km² e, de acordo com o IBGE (2020), conta com 246.540 habitantes. Os municípios limítrofes de

⁴⁷ Ver em: Antônio Prado (2017).

⁴⁸ “Esta Agenda é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Ela também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade. Reconhecemos que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável” (ONUBR, 2019b).

Colombo são: Quatro Barras, Campina Grande do Sul, Pinhais, Almirante Tamandaré, Bocaiúva do Sul e Rio Branco do Sul.

Figura 4 - Colombo - PR



Fonte: Elaborado pela autora a partir do Google Maps.

A partir do momento em que identifiquei essa cidade, passei a analisar seus documentos. Conforme os documentos públicos, em 2011, a Prefeitura de Colombo, através da Secretaria do Meio Ambiente, lança o material informativo denominado “Colombo - Caminhos para uma Cidade Sustentável”, com foco nos aspectos ambientais da cidade (COLOMBO, 2011). O documento traz como propostas:

colaborar com os educadores, incentivando a reflexão acerca das temáticas ambientais; oferecer subsídios para abordá-las no conjunto dos conteúdos curriculares, bem como, contribuir para um maior envolvimento nos projetos relacionados à Educação Ambiental nas escolas e comunidades colombenses (COLOMBO, 2011, p. 4).

Até então, o foco estava mais voltado para as escolas, já no final do ano 2013, este entendimento foi ampliado a partir da minuta da Lei da Educação Ambiental de Colombo, uma iniciativa da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, aprovada em dezembro de 2015. Segundo o texto referente ao Programa de Educação Ambiental de Colombo,

esta conquista do município foi um marco, tanto no histórico da educação ambiental do município de Colombo, como no Paraná, pois hoje é o único município do estado a ter a Lei Municipal, a qual rege a Política Municipal e o Sistema de Educação Ambiental de Colombo (COLOMBO, 2017b, p. 23).

Nas Diretrizes Curriculares de Educação Ambiental de Colombo, lançadas a partir da Lei Nº1402/2015, em 2017, é reforçada a EA como política. A prefeita da cidade reconhece “o papel transformador que a Educação Ambiental representa na sociedade”, sendo preciso “avançar cada vez mais nas políticas públicas e práticas socioambientais” no município (COLOMBO, 2017a, p. 20). Neste mesmo documento, o Secretário do Meio Ambiente acredita que “o investimento em Educação Ambiental reflete resultados em longo prazo, e nos dias atuais, não é mais uma escolha, mas sim uma obrigação dos gestores públicos” (COLOMBO, 2011, p. 21). No mesmo sentido, as Diretrizes Curriculares de Educação Ambiental representa para a Secretária da Educação “o anseio do município de Colombo em avançar nas políticas educacionais voltadas à formação de cidadãos conscientes da realidade onde vivem, para que possam atuar com responsabilidade e compromisso em prol de um ambiente saudável para viver” (COLOMBO, 2011, p. 22).

As diretrizes estão fundamentadas no pensamento de Edgar Morin, nas políticas públicas de Educação Ambiental nos contextos nacional, estadual e municipal, assim como nos documentos referenciais aos quais destacam-se a Agenda 21, a Carta da Terra e o Tratado de Educação para Sociedades Sustentáveis.

As Diretrizes trazem como objetivo

efetivar um real desenvolvimento socioambiental da sociedade colombense; e a mais, a possibilitar a formação de mentalidades conscientes e modos de agir mais justos, solidários e respeitosos com os ambientes de vida em escalas local e planetária, em todas as suas dimensões. Tal Documento carrega, ainda, anseios de que se alcancem compromissos da continuidade de programas, projetos e ações em prol da qualidade de vida de todos os seres, humanos e não humanos, integrantes da teia vital dessa municipalidade (COLOMBO, 2011, p. 27).

Uma das metas trazidas no objetivo das diretrizes é o anseio de alcançar “compromissos da continuidade”. Outro fator relevante trazido nas diretrizes é o resgate da história da Educação Ambiental no Paraná e em Colombo. Os primeiros movimentos neste sentido, acompanharam as mobilizações da Educação Ambiental no mundo, na qual visavam “à criação de políticas públicas, construção de

documentos orientadores e promoção de eventos referenciais” (COLOMBO, 2011, p.63). O Estado do Paraná iniciou suas ações em 1984, com atividades desenvolvidas pela Secretaria de Estado da Educação (SEED) do Paraná, através do fornecimento de material informativo às escolas, porém não houve acompanhamento do trabalho, ocasionando esvaziamento da proposta.

Ao entrar em contato com a Secretária de Meio Ambiente de Colombo para compreender mais sobre o desdobramento destes movimentos e saber sobre as ações realizadas atualmente, recebi o retorno da coordenadora da Educação Ambiental de Colombo que destacou a 5ª Gincana Ecológica de Colombo (ECOGINCANA), envolvendo 15 escolas do município que realizam trabalhos a respeito da educação ambiental, recebendo orientações da Secretaria do Meio Ambiente. Nessa gincana são incluídas várias atividades como palestras, trilhas ecológicas, visitas técnicas etc. Entre os dias 03 a 07 de junho de 2019, seria realizada a Semana de Meio Ambiente de Colombo, com atividades ambientais para os alunos, além da Mostra de trabalhos culturais ambientais nas categorias: desenho, pintura, poesia, mascote, música e outros trabalhos artísticos. Além disso, de acordo com a coordenadora, a Secretaria do Meio Ambiente oferta palestras e realiza ações conforme a demanda das escolas. Ainda no ano de 2019, ocorreria o lançamento do Livro Colombo Sustentável com conteúdo relativo à educação ambiental e ao meio ambiente do município. A cidade de Colombo se mostrou muito potente para a pesquisa.

3.3 Como podemos nos tornar, enquanto cidade, sustentável?

Até então havia elencado uma cidade que se identificava como sustentável. Como a ideia era contemplar cidades especificamente da região sul do país, precisava elencar mais uma cidade. A ideia não era realizar uma análise comparativa, não era este o objetivo. Naquele momento, pensei em incluir a cidade de Extrema (MG), porém precisava de mais dados. Até que um fato me direcionou para minha segunda escolha. Ao participar do Lançamento do Parque Rua da Praia⁴⁹, na cidade de São Leopoldo (RS), deparei-me com a apresentação da proposta para o parque apresentada pelo Diretor do Centro Roessler/Museu do Rio dos Sinos, que conclui sua fala se referindo a cidade sustentável.

⁴⁹ Previsto no Decreto nº 9022, de 23 de abril de 2018 (SÃO LEOPOLDO, 2018a).

Ao final do encontro fui à sala do diretor para saber mais sobre os desdobramentos do projeto recém-lançado e o motivo de ter se referido à cidade sustentável. Ele relatou que se referiu à cidade sustentável, pois o município de São Leopoldo estava firmando parceria com o ICLEI. Comentei que havia entrado em contato com o Secretário-Executivo do ICLEI, pois estava pesquisando sobre cidades que se identificam como sustentáveis ou estão neste caminho. Segundo o diretor, o Parque Municipal Imperatriz Leopoldina, de São Leopoldo, foi selecionado como uma das três Unidades de Conservação (UCs) municipais, entre 36 experiências de prefeituras brasileiras que participaram no edital do Projeto Áreas Protegidas, Locais desenvolvido pelo Iclei - Governos Locais pela Sustentabilidade e instituições internacionais. Falei que havia agendado uma conversa com o Secretário-Executivo do ICLEI para o mês de março. O diretor disse: *Sim ele vem aqui. No dia 28 de março. Você quer participar do encontro?* Era uma oportunidade para acompanhar de perto os desdobramentos daquela ação. Minha resposta foi afirmativa.

A conversa continuou por mais um tempo. Ele, assistente social, desde cedo trabalhou com projetos envolvendo, principalmente, hortas comunitárias. No ano de 2017, idealizou e auxiliou a implementação da Lei nº 8650, de 04 de agosto de 2017, que instituiu o Programa de Hortas Comunitárias, Familiares e Escolares no Município de São Leopoldo⁵⁰. Naquele momento, estava implementando o Programa juntamente com seus vizinhos em seu bairro denominado Vicentina.

No momento daquela conversa, pensei em minha pesquisa realizada durante o curso do mestrado, na qual havia identificado políticas, ações e projetos em São Leopoldo e verbalizei: *São Leopoldo desenvolve há muitos anos projetos e ações voltadas para o meio ambiente, inclusive em 2007, instituiu o Programa Municipal de Educação Ambiental (PROMEA), e criou o Órgão Gestor de Educação Ambiental - OGEA. Também foi uma das primeiras cidades no Rio Grande do Sul a implementar as Diretrizes Municipais para a Educação Ambiental.* O diretor pergunta: *Como podemos nos tornar, enquanto cidade, sustentável? Você poderia auxiliar com sua pesquisa para isso?*

Estava lançado o desafio. Como contribuir, a partir da pesquisa, para uma cidade sustentável? Naquele momento, a cidade de São Leopoldo foi elencada

⁵⁰São Leopoldo (2017d).

como a segunda cidade da pesquisa. Outro fator importante é que a cidade de São Leopoldo também pertence a uma região metropolitana.

Figura 5 - São Leopoldo/RS



Fonte: Elaborado pela autora a partir do Google Maps.

A cidade de São Leopoldo está distante 32 km da capital Porto Alegre. O município se estende por 102,313 km². Conforme os dados do IBGE (2020), possui 238.648 pessoas. Os municípios limítrofes de São Leopoldo são Estância Velha, Novo Hamburgo, Portão e Sapucaia do Sul.

Minha escolha se efetivou após participar do encontro com o Secretário-Executivo do ICLEI no Parque Municipal Imperatriz Leopoldina. Neste encontro, foi apresentado o ICLEI e ressaltada a importância da parceria com a cidade de São Leopoldo. O Parque Imperatriz, segundo o Secretário-Executivo, seria uma referência em governança municipal na Gestão e boas práticas em Unidades de Conservação e serviria de apoio para o planejamento e implementação de outras UCs no Brasil e no mundo. Ele também ressaltou a importância da vontade política do município sendo fundamental para promover e implementar as políticas públicas.

Segundo conversa informal realizada com o Secretário-Executivo, a ideia do ICLEI é compartilhar com outras cidades a iniciativa de São Leopoldo. O ICLEI não possui verbas para auxiliar a cidade, mas oferece toda a assistência técnica para o planejamento e implementação de ações. A verba para manter a assessoria vem do

exterior. Segundo o secretário, os países de primeiro mundo destinam 1% de suas arrecadações para projetos nos países de terceiro mundo. O ICLEI capta esses recursos e investe nas cidades. São muitas frentes de captação de recursos. Ele chamou atenção para o Fórum Brasil de Gestão Ambiental, que aconteceria em Campinas entre os dias 26 e 28 de junho de 2019. O objetivo do fórum é o de estimular e articular as diversas iniciativas que visam o fortalecimento da gestão ambiental e a promoção da sustentabilidade. O Fórum é uma oportunidade singular de conjugar e convergir forças das três esferas de governo, das empresas privadas e da sociedade civil, além de ser uma ocasião favorável a trocas de experiências e visões entre os diferentes agentes envolvidos⁵¹.

Desde 2011, já acompanhava de perto o Coletivo Educador Ambiental da cidade de São Leopoldo e, no mês de março de 2019, passei a participar do Fórum dos Arroios, no qual assumi o compromisso junto à Câmara Técnica de representar o Bairro Arroio da Manteiga. O Fórum dos Arroios implementa o Plano Ambiental - Plangea do município de São Leopoldo que tem como objetivo central a revisão e atualização do Plano Ambiental elaborado em 2002, sintetizado em cinco Programas: Programa de Áreas Protegidas; Programa de Recursos Hídricos; Programa de Mudanças Climáticas; Arborização Urbana; e Gerenciamento de Resíduos Sólidos. A partir destes envolvimento, entre outros, poderia acompanhar mais de perto os atores sociais envolvidos na educação para a sustentabilidade da cidade de São Leopoldo.

3.4 Artesania compreensiva em duas cidades da região sul

Após delimitar as cidades a serem analisadas, Colombo/PR e São Leopoldo/RS, seguindo os apontamentos de Dubet e Martuccelli que afirmam que para compreender a sociedade é necessário “partir dos indivíduos”, determinei como foco principal para a continuidade da pesquisa as pessoas. A partir do momento que defini por onde transitaria, elenquei como caminho metodológico o do artesanato intelectual (MILLS, 2009), com enfoque compreensivo. Ao optar por seguir pelo caminho da compreensão, a ideia não foi realizar um estudo comparativo, pelo contrário. Assim como não determinei pontos fixos, fechados, a serem analisados, pois cada cidade possui suas peculiaridades, heterogeneidade, história e memória.

⁵¹ Ver sobre em: Fórum Brasil de Gestão Ambiental (2019).

Conforme Kaufmann (2018), foi priorizada a descoberta prazerosa a partir da “relação dialógica”. Neste sentido, a ideia foi compreender a educação para a sustentabilidade a partir das experiências pessoais nas cidades. Ao optar por seguir esta lógica, tentei interpretar os processos socioculturais dos atores sociais por meio de suas realidades. Foram analisadas as ações a partir da maneira como os atores sociais vivem a cidade e reproduzem, ou não, a educação para a sustentabilidade.

A partir do momento da identificação das duas cidades, transitei como artesão intelectual pelos documentos referentes à educação para a sustentabilidade e pelo campo empírico, sem que um se sobrepujasse o outro. Kaufmann (2013), parafraseando Mills, destaca que

O artesão intelectual resiste à laminação do saber através dos dados. Ele é ao mesmo tempo: homem de campo, metodologista, teórico, e recusa deixar-se dominar tanto pelo trabalho de campo quanto pelo método ou mesmo pela teoria, quando esta é dogmática (KAUFMANN, 2013, p. 34).

A intenção foi que a pesquisa continuasse respeitando os caminhos que foram surgindo, sem que se fechassem portas, porém tendo o cuidado de não deixar escapar o objeto e objetivo da pesquisa. A ideia como ponto de partida foi, ainda que distante geograficamente da cidade de Colombo, partir da leitura dos documentos, principalmente do Plano Diretor, dos decretos e das leis municipais de educação e sustentabilidade de cada cidade.

As entrevistas, com enfoque compreensivo, foram gravadas. Segundo Kaufmann (2018), sem desmerecer o material escrito, a oralidade é

[...]infinidamente mais rica e complexa: os ritmos, as entonações e os silêncios são comentários do texto que podem mudar o sentido. A oralidade é também mais viva, ela permite um acesso mais direto à emoção e um mergulho mais íntimo na história de vida. [...] a oralidade permite uma imersão íntima, um contato à flor da pele com a história de vida enquanto na cabeça são extenuadas as categorias conceituais da pesquisa; as melhores condições para que se opere a simbiose são então reunidas (KAUFMANN, 2018, p. 124).

A entrevista com enfoque compreensivo é o oposto de uma simples técnica de recolhimento de dados, ela “começa pela empatia e envolvimento mútuo” (KAUFMANN, 2018, p. 89), afinada ao problema de pesquisa. Ainda segundo Kaufmann (2018), uma entrevista compreensiva envolve um arsenal de táticas, sendo o humor uma das técnicas particularmente eficazes, se usada na medida certa. Kaufmann (2018) também não descarta a entrevista realizada a partir de uma

tela, definida por ele como um “novo mundo”. Para ele seria um erro descartar esse recurso.

Inspirada na metodologia utilizada por Kaufmann, adotei uma atitude de “atenção flutuante” (KAUFMANN, 2018, p. 125). Após a transcrição, anotei palavras, frases, trechos da entrevista em um caderno. O caderno foi um recurso utilizado para anotar o que, para mim, foi identificado como importante e que não poderia ser esquecido, como: um nome, um endereço, um número de telefone, e-mail, algumas impressões, dúvida, ideia, assim como fatos específicos do sujeito, do lugar, temas ressaltados. Mills (2009) orienta para a invenção de seu próprio arquivo pessoal. Ele aconselha para que neste arquivo, como artesã, seja reunido “o que está fazendo intelectualmente e o que está experimentando como pessoa (MILLS, 2009, p. 22). Para cada cidade utilizei um caderno de anotações.

Antes mesmo das visitas e das entrevistas foi essencial formular as perguntas a serem realizadas. Para Kaufmann (2018), a melhor pergunta ocorre após o que é dito pelo informante, fora da grade de questões. “Para encontrar a pergunta certa, não há outra solução que não seja a de se colocar intensamente na escuta do que é dito e de refletir a respeito enquanto informante fala” (KAUFMANN, 2018, p. 81).

Como o importante era ouvir e deixar falar, a questão que me guiou por toda a pesquisa foi: Quando uma cidade é sustentável? Esta questão foi desmembrada em outras oito questões (APÊNDICE A). Após as entrevistas, todas gravadas, as transcrevi integralmente. Foram 26 entrevistas, totalizando mais de 250 páginas de transcrição. Nos dois próximos capítulos, apresento analiticamente partes das entrevistas realizadas, na qual considereei como essenciais para pensar e definir os princípios orientadores de educação para a sustentabilidade em contextos urbanos.

4 COLOMBO SUSTENTÁVEL

Três de setembro de 2019, dia chuvoso em Colombo. Cheguei na noite anterior, hospedei-me em um hotel localizado no bairro Atuba, na zona sul, classificado como urbano (Círculo vermelho no mapa abaixo).

Figura 6 - Mapa de Colombo/PR

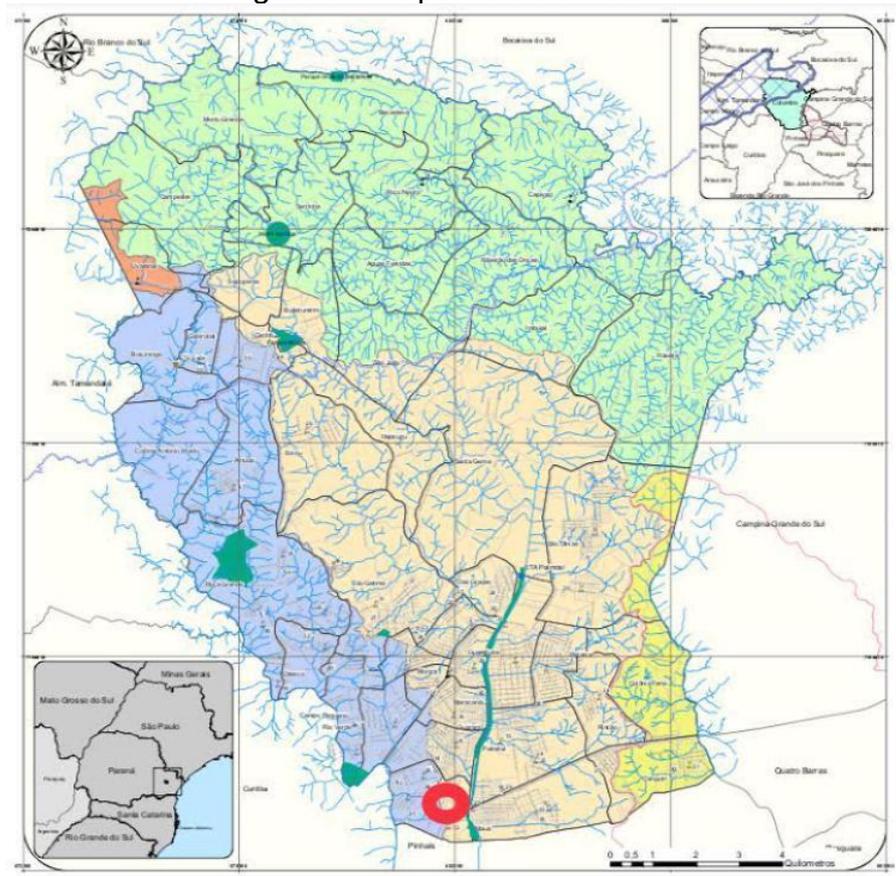


Foto: Colombo (2019).

A ideia era ficar os cinco dias o mais próximo possível das pessoas, do movimento, da vida na cidade. Meu principal objetivo era realizar entrevistas compreensivas com sujeitos próximos da gestão, da educação, da cidade e, com isso, responder minha pergunta de pesquisa. A intenção não era verificar, rotular, mas sim entender, compreender, conhecer a cidade.

Havia elaborado, antes de sair de Porto Alegre, um esquema para minha organização e para não desviar de meus propósitos. Já havia lido os documentos relacionados às políticas de educação ambiental e pesquisado um pouco da história de Colombo. Até então, tudo estava organizado, porém após minha chegada, este

esquema pouco foi utilizado. Digo isso porque Ângela⁵², auxiliar administrativa, na prefeitura de Colombo, que eu já havia tido contato em visita anterior e que já havia conversado por e-mail e telefone, tinha planejado e agendado a maioria de minhas entrevistas e visitas. Não intervi, pois Ângela estava empenhada em contribuir para a pesquisa. Minha atitude foi de reciprocidade e confiança. Íamos juntas em *go-along*. Segundo Cavalcanti (2018, p. 15), baseado em Kusenbach (2003)⁵³, “o *go-along* se resume a uma disposição em acompanhar os sujeitos de pesquisa em suas rotinas diárias, em seus passeios solitários ou acompanhados, nos quais o pesquisador se dispõe a ‘ir-junto’”. Em Colombo, Ângela se dispôs a “ir-junto”, estar junto, porém não acompanhava, não interferia nas entrevistas e isso me deixava tranquila, à vontade. Ao término das entrevistas, ela estava à minha espera, porém havia um certo cuidado ético para que nada fosse revelado, compartilhado. Conversávamos sobre nossas rotinas, nossas famílias, sobre o passado e nossos planos para o futuro.

Foram cinco dias intensos de muito trânsito, de muita observação, muitos encontros, muitas descobertas, muitos diálogos e, principalmente, muita escuta. Realizei 16 entrevistas, algumas coletivas e outras individuais, todas com tempo de duração superior a uma hora, resultando em 164 páginas de transcrições. E aqui surgia um grande problema, “não me deixar afogar pelo material” (KAUFMANN, 2013).

A seguir apresento minhas impressões, reflexões e escolhas a partir do que considerei relevante para a pesquisa. Em um primeiro momento, a ideia era dividir os capítulos por categorias de análise, porém ao começar as escritas, o que vivi não pode ser reduzido, descontextualizado, dividido. Realizei uma “narração argumentativa” (KAUFMANN, 2013) e como fio condutor para o encadeamento das ideias retomei a pergunta de pesquisa e segui a ordem do tempo em que os fatos ocorreram.

4.1 Por que preservar o meio ambiente?

No primeiro dia, assim como todos os dias seguintes, levei comigo um celular, para gravar e tirar fotos, e um caderno para anotações. Minha primeira visita, pela

⁵² Todos os(as) entrevistados(as) receberam nomes.

⁵³ Apresentação do livro “Entrevista Compreensiva” de Jean- Claude Kaufmann.

manhã, foi em uma escola identificada como uma das maiores da cidade, localizada no bairro Jardim Guaraituba, próximo de onde eu estava hospedada. Nesta escola, fui apresentada para a diretora, secretária de educação do município, vice-prefeito e algumas professoras que para Ângela eram referências na escola. A proposta era que participássemos da Caminhada Cívica juntamente com os alunos da educação infantil, ensino fundamental e grupo de idosos. Enquanto caminhava me perguntava: Como essa caminhada responderia minha pergunta de pesquisa? Será que as pessoas sabem porquê e pelo que estão caminhando? Essas questões, principalmente a última, remetiam meu pensamento a Bourdieu (2012) e os acordos não conscientes discutidos por Santos (2015). O desfile não é algo imposto aos educadores, educandos e seus familiares, mas é algo transmitido como natural, algo não questionável. Chamou minha atenção a última ala do desfile composta pelos funcionários da limpeza pública. Isso foi um diferencial para mim, pois desde minha infância como aluna e no decorrer de minha trajetória como professora não havia presenciado esses profissionais desfilando nestas datas, somente realizando a limpeza, após os desfiles terminarem. O psicólogo Costa (2004), em seu livro “Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social” destaca a invisibilidade pública dos garis relacionada às desigualdades sociais. Para Costa (2004, p. 54), a invisibilidade pública é “uma espécie de desaparecimento psicossocial de um homem no meio de outros homens”. Ao contrário da constatação de Costa (2004), durante o desfile em Colombo eu vi os funcionários da limpeza e foi o que mais me chamou atenção naquele momento.

Após o encerramento do desfile e de alguns discursos rápidos de alguns gestores, dirigimo-nos para a Secretaria do Meio Ambiente. Durante o percurso percebi a cidade se transformando. Os prédios foram ficando para trás e residências de alvenaria, belas, grandes, com extensos gramados verdes, iam modificando a paisagem. Percebia-se pelas casas quem eram os moradores deste outro lado da cidade. Nesta “outra cidade” está localizada a Secretaria do Meio Ambiente e todas as outras secretarias, inclusive a prefeitura.

Pedro, 39 anos, secretário de Meio Ambiente, aguardava-me para conversarmos. Em sua sala, expliquei a proposta da pesquisa e questionei sobre as políticas de educação para a sustentabilidade. Como ele percebia ou não sua implementação e como era sua atuação frente a este desafio. Segundo o secretário,

ele recebeu essa missão “*a pedido*”⁵⁴ da prefeita. Conta que em 2014, o orçamento era de dez mil reais por mês para investir na educação ambiental, totalizando R \$120.000,00 no ano. No ano de 2019, este valor passou para meio milhão de reais no ano. Segundo Pedro,

“Tínhamos que investir mais pesadamente, qualificar nossa equipe técnica e fazer acontecer alguma coisa diferente do que estava acontecendo. Claro que a gente tentando ser diferente, tentando ser inovador em alguns momentos, a nossa margem de erro cresce exponencialmente, e você não colhe resultados em educação a curto e médio prazo, nem a longo prazo, é a longuíssimo prazo”.(Pedro, 2019).

Essa fala, para mim, demonstra o entendimento de Pedro sobre a educação ambiental como um processo “a longo prazo”. Acrescentaria como uma das causas para esse processo ser tão longo, as discontinuidades e a não permanência de ações com potencial transformador. De acordo com a “Avaliação e monitoramento de políticas públicas de educação ambiental no Brasil” (RAYMUNDO, 2019), desde a criação da Política Nacional de Educação Ambiental, há mais de 20 anos, no Brasil é habitual a ocorrência da discontinuidade de programas e projetos em função da mudança de mandatários, tanto em nível municipal, estadual e federal. O que é definido como “a longo prazo” na educação ambiental, passa a ser similar ou sinônimo de processo efêmero e, até mesmo, algo inatingível.

Percebo que a educação ambiental brasileira ainda permanece nas pautas, principalmente governamentais, e são fortalecidas, mesmo que sem alicerces fortes, a partir das políticas, leis, decretos e diretrizes. São as leis que garantem que programas e projetos sejam executados, por isso a importância de políticas locais para a Educação Ambiental. Mesmo com as mudanças mandatárias, as leis permanecerão e sua execução dependerá do entendimento de sua importância.

No que se refere ao orçamento para o investimento em educação ambiental em Colombo, no ano de 2019, este valor passou para meio milhão de reais no ano. De acordo com Pedro, foi realizado “*um trabalho de educação ambiental forte, um remanejamento, um maior controle em cima dos resíduos*”. Colombo passou a utilizar os caminhões de lixo, todos com rastreamento via satélite, e alguns deles foram destinados para a coleta de grandes volumes: geladeira, fogão, armário, móveis e madeira. Um volume maior de material passou a ir para as associações. A

⁵⁴ Daqui para frente as falas dos entrevistados e entrevistadas estarão em itálico e entre aspas.

cidade passou a ter varrição, um serviço que era inexistente na cidade. Segundo Pedro, “o controle passou a ser maior em cima dos grandes geradores”(Pedro, 2019). *Atendendo a política da logística reversa e da responsabilidade dos grandes geradores. Um grande gerador é uma indústria*” (Pedro, 2019). Concomitante a esse trabalho, passou-se a dar maior atenção à educação ambiental junto às escolas. Pedro destaca a responsabilidade da municipalidade com os alunos de educação infantil e ensino fundamental até o 5º ano. “Desde o início da gestão o foco esteve nas crianças” (Pedro, 2019).

Para Pedro, o tempo de gestão é curto, pois seria necessário “no mínimo uns 15 anos para que os cidadão se tornassem mais conscientes”(Pedro, 2019). Em relação a isso, o secretário faz a seguinte reflexão: “se a gente continuar fazendo as mesmas coisas nós vamos ter os mesmos resultados. Então, se a gente quer resultado diferente, temos que inovar” (Pedro, 2019). Ele relata que com a intenção de inovar, de fazer diferente, entre os anos de 2014 e 2015, uma equipe composta por três integrantes, passou a dar palestras em escolas e empresas, criaram gincanas ecológicas para as escolas, priorizaram a criação de leis e diretrizes municipais. Pedro destaca que “os coletores, muitos dos motoristas dos caminhões da coleta, já foram juntos com a equipe dar palestra, eles se sentem valorizados e as crianças sabem da importância que o trabalho tem” (Pedro, 2019).

Neste momento da entrevista, Pedro fica em silêncio por um instante e faz a seguinte pergunta: “Por que preservar o meio ambiente?” E ele mesmo responde ao seu questionamento:

“A gente tem que dar um por quê para as pessoas. Por que ele é lucrativo? Ele vai te dar retorno financeiro, ou ele vai te dar retorno social, ou ele vai te dar retorno turístico? Você tem que ter um por quê. Preservar só por preservar, impor isso por goela abaixo, não funcionou no Brasil nos últimos 50 anos”.(Pedro, 2019)

Neste ponto da entrevista, senti a necessidade de argumentar, de falar, porém não interferi. Está na Constituição, Art.225, que

[...] todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao **Poder Público** e à coletividade o dever de defendê-lo e **preservá-lo** para as presentes e futuras gerações(BRASIL, 1988, grifo nosso).

Além de preservar, o poder público tem o dever de restaurar os processos ecológicos, definir espaços territoriais a serem protegidos, exigir estudo prévio de impactos ambientais, controlar os riscos às vidas, promover educação ambiental, assim como proteger a fauna e a flora (BRASIL, 1988). Estes são alguns dos “porquês” previstos na Constituição Federal para se preservar. Preservar para garantir que as futuras gerações, humanas e não humanas, vivam em simbiose em um ambiente seguro e saudável.

E o secretário continua com sua reflexão, apontando um grande problema enfrentado em Colombo: o saneamento básico. E diz: *“Nós não podemos admitir que em 2019, as pessoas estejam ligando o esgoto na galeria pluvial e a pluvial no esgoto”* (Pedro, 2019). De acordo com o Senado Federal, este é um problema enfrentado em quase todo o território brasileiro, sendo que 48% da população não possui acesso a coleta de esgoto, 38 milhões não têm acesso a água potável, assim como 59% das escolas de ensino fundamental não possuem rede de esgoto (BRASIL..., 2019e).

Para tentar reduzir este problema em Colombo, foi realizado um contrato com a Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, no qual foram realizadas 35 mil vistorias na bacia do Palmital. Em Colombo são 60 mil domicílios, 35 mil estão localizados na bacia do Rio Palmital⁵⁵. “O município possui 63.660 domicílios ocupados, apresentando uma média de 3,34 habitantes/domicílio na área urbana.” (COLOMBO, 2018, p. 47). Segundo Pedro, será possível verificar *“quem não está ligado, quem tá ligado errado, quem tá ligado certo. Eles vão fazer e a prefeitura vai ter esse relatório pronto”* (Pedro, 2019). Segundo a Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (2019), mais de R\$ 1,3 milhão foi investido na vistoria das ligações de esgoto de 35 mil imóveis localizados na Bacia do Palmital em Colombo.

Pedro chama atenção para o papel do gestor público. *“O gestor público tem que entender que a cidade é o produto dele. Ele tem que entregar o melhor produto para o cliente dele. O cliente dele é a população. Esse é o cliente do gestor. Ele tem que entregar o produto melhor”* (Pedro, 2019). Neste ponto, Pedro deixa evidente como entende o papel do gestor, assemelhado ao papel do gestor empresarial. Para ele, a cidade é o produto e o cliente é a população. Aqui há um perigo, pois a cidade

⁵⁵ Na cor rosa no Mapa de Colombo, Figura 6.

pode ser entendida como cidade-mercadoria ou cidade-empresa. É arriscado porque “a cidade-empresa deve ser entregue a quem entende de negócios e é indissociável de um projeto de cidade autoritária. Dentro de uma empresa vige o despotismo do capital (COSTA, 2010).

É destacado, por Pedro, o papel da população.

“A população tem que fazer parte disso. A população quer muito direito e pouco dever. Tem os direitos dela que tem que ser preservados, mas ela tem os deveres dela que devem ser feitos, que é: separar o lixo corretamente, que é não estacionar em fila dupla, que é pagar os impostos em dia, que é se achar um celular que não é seu devolver para o dono. Passa por tudo isso”. (Pedro, 2019)

E complementa dizendo: “O slogan dos nossos caminhões de lixo é: ‘A rua é o jardim da sua casa’. Comece pela sua rua. Comece por você. A mudança começa por você. A rua é o jardim da sua casa. Comece pelo seu quintal, pela sua rua” (Pedro, 2019). Para Pedro, as questões domiciliares, “de casa” são urgentes, principalmente as que envolvem a água e o esgoto. Para ele, é preciso resolver estas questões em primeiro lugar, para somente depois focar nos outros problemas ambientais.

Saí da entrevista com muitas questões para pensar, principalmente em relação ao papel do gestor e as definições para cidade e população. A cidade é um produto? A população é a clientela? Será que a população “quer muitos direitos e pouco deveres”?

Almoçamos com a coordenadora de educação ambiental, Sibebe. Após o almoço, fomos visitar uma escola com referências em educação ambiental em Colombo, principalmente em relação à participação na Ecogincana. Ao chegarmos, fomos direcionadas para a sala dos professores. Na sala estavam a diretora e mais seis professores ao redor de uma grande mesa, típica de sala de professores.

Depois de me apresentar e perguntar como é a participação da escola na Ecogincana, o professor Josué, coordenador de projetos na escola, começou a falar: “É nosso quinto ano de participação. A proposta da Ecogincana é assim, é escolher um ambiente público e fazer a revitalização. A escola passou a olhar para o ambiente público” (Josué, 2019).E complementa dizendo “a gente fala cinco anos de

Ecogincana, mas isso é muito pouco tempo para que o pessoal interiorize isso” (Josué, 2019). A fala de Josué vai ao da de Pedro em relação ao tempo.

Josué comenta que eles optaram por fazer o trabalho no espaço interno da escola. Criaram jardins, pomares, hortas. A cada nova Ecogincana, eles revitalizam estes lugares dando “*vida nova*”. Ele ressalta que o último projeto realizado na escola envolveu a questão do “*lixo reciclável*”, unindo a educação infantil e a alimentação saudável. Toda a escola participou da coleta seletiva com o objetivo de participar do Programa Troca Verde. O programa é uma parceria entre as Secretarias de Agricultura e Abastecimento, Meio Ambiente e Assistência Social,

é destinado a promover a troca de materiais recicláveis por produtos como frutas, verduras e legumes produzidos por pequenos produtores rurais de Colombo. A cada dez quilogramas de material reciclável, recebe-se um Vale Sacola. Os materiais recicláveis aceitos na troca são: lata, plástico, metal, papel e vidro. O Vale Sacola poderá ser utilizado no dia estabelecido para a entrega dos produtos (hortaliças, legumes e frutas); a entrega ocorre uma vez por mês (LEIVAS, 2019, p. 113).

Segundo Sibeles, após a coleta, esses materiais são encaminhados para associações de recicladores onde é realizada a triagem e destinação para a reciclagem. A professora Roberta continuou falando: “*Aqui trabalhamos a Ecogincana em cima da ecoalfabetização*” (Roberta, 2019). Naquele momento, recordei o texto de Layrargues (2002), sobre alfabetização ecológica, que para ele é similar à ecoalfabetização. Não sei se a prática da professora Roberta poderia ser denominada de ecoalfabetização, pois para Layrargues (2002, p. 17)

alfabetização ecológica se aproxima das correntes pedagógica reprodutivistas. Por trás de sua aparência revolucionária de mudança cultural contida nos fundamentos da alfabetização ecológica, persiste a prevalência de forças conservadoras que silenciam a ligação entre educação ambiental e mudança social.

Segundo Roberta, a Ecogincana direcionada para o pré, primeiro e segundo ano, passa pela fase da alfabetização. Ela traz como exemplo a horta. Por estar próxima dos alunos, dentro da escola, ela leva os alunos até a horta. Depois disso, utiliza alguns nomes das hortaliças e trabalha em sala de aula os sons e sílabas das palavras. Roberta ressalta que “*é um momento diferenciado, parecendo uma atividade simples, mas não é*” (Roberta, 2019). Justifica seu posicionamento dizendo que muitos alunos não conhecem as hortaliças e não tem o hábito de comê-las. Segundo Roberta, ao

“ver o colega comendo, o aluno acaba participando e acaba gostando, aí vem no dia seguinte: Ah, eu falei para minha mãe e tal! Então tem toda essa vivência com as crianças que a gente percebe. Trabalho de bastante conteúdo. E a gente acaba tendo esse retorno, porque as próprias famílias comentam, né?”(Roberta, 2019).

Pelo que percebi, e pela continuação das falas, as práticas realizadas na escola, direcionam-se para mudanças significativas, tanto internamente como externamente à escola, distanciando-se do conceito de ecoalfabetização descrito por Layrargues. É possível perceber isso na fala de Josué quanto ao envolvimento de parceiros nos projetos da escola,

“Esse trabalho tem a parceria de muita gente, né. Primeiro o apoio da direção da escola, que dá liberdade para gente fazer isso, né. Da secretaria do meio ambiente que traz, oferece alguns materiais como regadores, rastelo, a própria flor, flores para o jardim suspenso. Também tem a participação de empresas locais e pessoas voluntárias que acabaram doando material e vindo fazer o trabalho”(Josué, 2019).

Neste sentido, a diretora complementou dizendo que *“a escola não era aberta, agora é aberta para a comunidade”* (Diretora, 2019). Neste ponto, por eu ser professora, sei o quanto isso é um avanço e uma mudança significativa no contexto escolar. A diretora considera que alguns aspectos ainda precisam ser melhorados, principalmente no que se refere à participação das famílias. Ela justifica sua fala fazendo a seguinte reflexão:

“vai bilhete para 900 alunos, vem 20, 30 pais. Por isso eu digo, é um trabalho de formiguinha. Eu sinto ainda que nós temos que andar muito e vou dizer bem assim, de coração sincero, esse projeto acontece na escola devido ao empenho do professor Josué junto com as professoras”.(Diretora, 2019).

A fala da diretora remete à pesquisa *“Escolas sustentáveis: três experiências no município de São Leopoldo - RS”* (GROHE, 2015), que constatou a importância de um professor-articulador para que os projetos tenham continuidade.

Depois deste momento, fui convidada para caminhar pela escola juntamente com um grupo de professores. Neste momento, foi possível ver o que a escola desenvolve e considera como práticas sustentáveis, assim como os desdobramentos da Ecogincana: Refeitório com possibilidade de encontros entre

alunos, hortas, cisternas, composteiras e revitalização estética. Foi uma visita rápida, mas vi muitas ações em prol do meio ambiente.

Fotografia 1 - Ações a partir da Ecogincana



Foto: Registrada pelo autor.

Sáimos da escola e fomos para a Secretaria da Fazenda para mais uma entrevista. Lisandra, 45 anos, secretária da fazenda, recebeu-me em sua sala, localizada na prefeitura. Minha primeira pergunta foi em relação a sua percepção de Colombo como uma cidade sustentável. Segundo Lisandra, para que uma cidade seja sustentável dependerá de um *“planejamento e uma equipe técnica à disposição deste serviço”* (Lisandra, 2019). Para ela, *“precisa de um grupo pensando isto o tempo todo, porque o sustentável é mobilização. Antes do financeiro, mobilização”* (Lisandra, 2019). Questionei se ela percebia isso em Colombo, essa mobilização. Sem pensar muito ela respondeu: *“Esse pensamento está com a equipe da educação. Eu acho que eles têm um trabalho bem sintonizado. Com Ecogincanas, com trabalhos que envolvem as crianças, que realmente motiva e mobiliza para esse fato”* (Lisandra, 2019).

Nossa conversa segue e eu questiono como a Secretaria da Fazenda pode se incluir nessa mobilização.

“Eu vejo que devemos planejar para o ano seguinte as ações, tendo uma definição bem específica do que se quer alcançar. É uma junção de fatores. Saber exatamente de quanto é a estrutura de Secretaria de Meio Ambiente e quanto é o custo operacional. A coleta de lixo em toneladas, em logística, quanto é, quanto custa, entendeu? Um custo com a coleta do orgânico e a inclusão desta tonelada de lixo no aterro diariamente. Consultando esse histórico, mobilizou para que eles fizessem o que? Ampliassem a coleta se-le-ti-va... Coleta seletiva para que não se juntasse ao lixo orgânico, não tivesse um custo operacional maior. E aqui está a coleta seletiva ampliada, revertendo em benefícios com cooperativas. A entrega rotineira para as cooperativas, o acompanhamento das cooperativas de coleta de recicláveis também e aí gera emprego, gera renda, gera outros tipos de mobilizações”. (Lisandra, 2019).

Segundo Lisandra, o planejamento é primordial para diminuir o custo com a coleta de resíduos sólidos e orgânicos que gira em torno de quase um milhão ao mês. E ela dá destaque também ao envolvimento da comunidade. *“A comunidade, a população têm que ser disciplinada para não abandonar o conceito e a educação ambiental é importante nesse sentido”*(Lisandra, 2019). Para ela, a capacitação é importante, *“não só dos profissionais de gestão, professores, educadores, mas estendendo aos catadores, ou coletores. Eles também têm que ter esse entendimento que o menor custo também é uma rentabilidade maior para eles”*(Lisandra, 2019).

Lisandra continua sua fala, ao mesmo tempo em que desenha círculos em uma folha, dizendo que percebe uma cidade sustentável quando *“é possível observar o que acontece ao seu redor”*(Lisandra, 2019). E continua, *“o que acontece hoje é que a gente sai de madrugada no escuro e volta no escuro, então não vemos o que acontece na cidade”*(Lisandra, 2019). Lisandra traz alguns exemplos enquanto continua circulando a folha:

“Se você mora próximo do teu trabalho e consegue deixar seu filho num Centro de Educação Infantil ou numa escola e lá ele tenha um atendimento também de contraturno. E que você, tranquilamente, consiga levá-lo, buscá-lo e depois disso você tem uma Unidade de Saúde, uma Unidade de Referência, um Centro de Convivência da melhor idade, próximo de sua casa e você pode participar das atividades de interação, de atividade social, das brincadeiras. Isso traz o bem estar! Ele tem o atendimento do médico da família. Alivia o sufoco de ir em uma UPA, numa Unidade de Pronto Atendimento. Consegue fazer uma agenda das suas consultas médicas, da sua família no tempo hábil, de forma tranquila”.(Lisandra, 2019).

Naquele momento, relatei as reflexões de Lisandra com algumas leituras realizadas sobre cidades compactas. A compacidade urbana, a qual Lisandra se referia, para mim, estava relacionada à justiça social. Neste sentido, e seguindo a linha de pensamento de Ribeiro *et al.* (2016, p. 97) “a cidade compacta tornaria as acessibilidades e as oportunidades urbanas mais similares e reduziria (ao menos espacialmente) a segregação social contribuindo para uma melhor equidade”. Pelo que entendi, a fala trazida por Lisandra, afastava-se do que Harvey em seu livro “17 Contradições e o Fim do Capitalismo” ressalta sobre os impactos do capitalismo no espaço, no lugar e no tempo. Harvey (2016, p. 141) percebe as “aglomerações urbanas”, muitas vezes como ambientes favoráveis “a sustentação coletiva de grupos particulares de atividades produtivas”. Seguindo a linha de pensamento de Harvey (2016), na qual a concentração em uma mesma região está estreitamente ligada a ações de controle, principalmente no que se refere à produção e consumo, naquele momento, o pensamento de Lisandra me agradava, pois ela trazia outra proposta.

Com Lisandra era possível pensar nas possibilidades da cidade como um “ecossistema”, com um enorme potencial para “administrar seus recursos, conservar a energia, recuperar a água e evitar o desperdício da água encanada, reciclar o lixo etc” (SACHS, 2009, p. 283). Pensando a partir destes aspectos e principalmente com Lisandra, acredito nas possibilidades que uma cidade compacta pode trazer, principalmente no que se refere à otimização da locomoção, diminuição da poluição, melhoria da economia, maior segurança, oferta de lazer, educação de qualidade, entre outros aspectos. Voltamos para o hotel, retomei minhas anotações, fiz mais algumas.

4.2 Percepções da cidade - Rural e urbano

No outro dia, pela manhã, fomos visitar outra escola para acompanhar mais uma caminhada cívica. O prédio da escola era similar à visitada no dia anterior. Depois de alguns contratempos, devido à chuva, a caminhada teve início. Caminharam juntos alunos do Centro Municipal de Educação Infantil, componentes da Guarda Municipal e os coletores de resíduos sólidos, além dos pais que caminhavam nas calçadas. Os alunos marchavam, com passos fortes, e ao comando de um guarda municipal gritavam: “Sim senhor!” A “Fanfarras Municipais”

ditava o ritmo da caminhada que se direcionava a outra escola. Já no ginásio os alunos das escolas seguiam a ordem de voz do guarda municipal. As filas eram impecáveis. O hino nacional era cantado em voz alta. Alguns adolescentes, à parte, não seguiam o comando. Escutei algumas mães falando: “*Que bom que saiu a caminhada. O Matheus ficaria triste se não desfilasse*”(Fala de adolescentes, 2019). O que percebi foi o orgulho de cada uma ao ver os filhos em posição de destaque. Outro destaque dado foi aos funcionários da varrição. Assim como na caminhada anterior, eles desfilaram e foram citados no discurso realizado pela gestão da cidade.

Fotografia 2 - Funcionários da Varrição em Caminhada Cívica



Foto: Registrada pela autora.

Pela tarde, fomos à Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Habitação. Ao chegar no local o arquiteto urbanista, integrante da Equipe Técnica Municipal (ETM) para elaboração do Plano de Mobilidade de Colombo (PlaMob Colombo)⁵⁶Lucas, 32 anos, recebeu-me. Nossa conversa teve início com a seguinte reflexão de Lucas: “*as cidades estão vivendo um momento de redescoberta*” (Lucas, 2019). Para ele, essa redescoberta está relacionada ao Estatuto da Metrópole. “*As cidades*

⁵⁶ O Plano de Mobilidade Urbana, na época, estava sendo elaborado para organizar o sistema viário da cidade. É uma exigência prevista em Lei Federal aos municípios com mais de 200 mil habitantes.

independentes, passam a ser reconhecidas como uma grande cidade”(Lucas, 2019).

Lucas exemplifica sua fala dizendo que:

“Curitiba encosta no estado de São Paulo e no Estado de Santa Catarina. São regiões metropolitanas enormes que, às vezes, tem características conflitantes. Partindo da premissa que vai continuar aquele recorte de região metropolitana, manejos no sentido de sustentabilidade passam a ser um desafio, pois existem muitas características distintas dentro de um mesmo recorte e Colombo não é diferente”(Lucas, 2019).

Segundo Lucas, a partir do Estatuto da Metrópole, instituído em 2015, pela Lei Federal N  13.089, a ideia é que os municípios percebam a necessidade de uma maior homogeneidade, principalmente quando pensam no território. O Estatuto da Metrópole, após mais de dez anos de tramitação, estabelece a estrutura e os princípios da governança interfederativa das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas (BRASIL, 2015). A ideia é que, por exemplo, o transporte público, o abastecimento de água, a coleta de lixo, entre outros serviços essenciais, passe a ser prestados em escala transmunicipal.

Nesse sentido, Lucas chama atenção para o conceito de cidade compacta. Ele justifica esse destaque por entender que seria mais fácil, tratando-se dos aspectos administrativos, de gerir os custos, as questões de infraestrutura etc. E faz um destaque em relação a cidade de Colombo

“A mancha de ocupação do município de Colombo tem característica bem longe de ser uma cidade compacta. Você tem o primeiro cinturão de ocupação que obviamente está junto da divisa de Curitiba. Tem esse local onde a gente está aqui, bucólico, quase uma outra cidade que   a sede do município. E diria ainda, que tem uma terceira porção no município do ladinho l  do município de Pinhais que também você olhando talvez com um olhar de alguém que seja de fora, que não mora aqui, vai verificar arranjos bem diferentes, quase que três cidades distintas”(Lucas, 2019).

Segundo Lucas,   possível confirmar esses arranjos dentro do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHI) (2014) no qual o território de Colombo foi dividido em três municípios, tr s recortes, tr s regiões de acordo com os fatores que foram considerados relevantes.

O Setor 01 - configura a situação mais preocupante, devido à localização de assentamentos precários em bacias consideradas de interesse de abastecimento público, sendo boa parte das habitações situadas em áreas

dentro da cota de inundação e APP e alto nível de precariedade e risco em várias situações analisadas in loco.

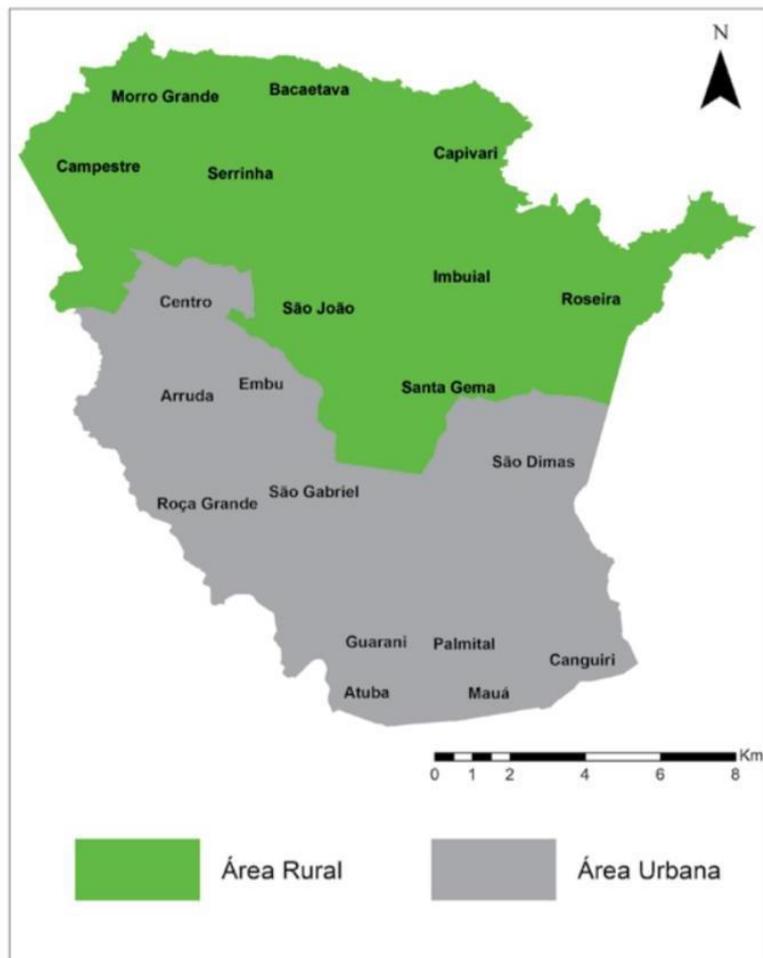
O Setor 02 - configura a área urbana localizada na bacia do Rio Atuba, que apresenta ainda que em menor proporção, assentamentos que comportam alto nível de precariedade, com habitações localizadas em áreas sujeitas a inundação e APP.

O Setor 03 - configura a porção rural do município, que apresenta assentamentos precários em menor número, localizados de forma mais esparsa e menos adensada (PLHI, 2014, p. 30).

Oficialmente, Colombo divide a cidade em duas regiões, a rural e a urbana. A terceira região - Setor 1, está pulverizada pela cidade, sendo estes os “assentamentos precários” (ocupações irregulares) próximos às bacias hidrográficas e zona rural.

Figura 7 - Área Rural e Urbana em Colombo-PR

Mapa do Município de Colombo Destacando as Áreas Rurais e Urbanas



Em Colombo, a área rural localiza-se no centro-norte e leste do município e a área urbana fica ao sul, em direção a Curitiba. Na área urbana se concentra a maior parte da população do município.

Fonte: Leivas (2019).

Lucas ressalta que a aplicação desse enquadramento está na primeira etapa com a realocação de famílias dentro das ocupações que estão inseridas em áreas de manancial, mais especificamente na bacia do Rio Atuba e da bacia do Rio Palmital (Ver Figura 6 - Mapa de Colombo/PR). Esse processo é denominado de congelamento. Esse congelamento envolve um trabalho de conscientização, com deslocamento de um fiscal e uma equipe de assistência social. “*Algumas vezes, quando é o caso, uma equipe de topografia faz parte da equipe*” (Lucas, 2019). Lucas descreve o trabalho de conscientização que tentam realizar respondendo duas questões.

“O que a gente faz normalmente? Faz uma conversa. Faz a identificação da família. Verifica o histórico, de onde veio, no que pode ajudar. Se é o caso, faz encaminhamento para o CRAS e o pessoal da assistência social estabelece um compromisso com essa pessoa. E isso é o que tem nos ajudado a quase congelar 100%”.

“O que a gente tem que observar? A questão física, a gente sabe que... vamos dizer assim, o direito ambiental deu uma afrouxada e o direito urbanístico deu uma levantada. A gente sabe que a 30 metros do córrego pode e não pode, aquela coisa toda. Então, essa evolução do direito urbanístico ela nos tem permitido, fazer uma análise mais profunda, levar em consideração os aspectos ambientais. Mas se é, por exemplo, uma situação de uma área onde eu não consigo mais recuperar a várzea, o rio já sofreu um processo de retificação, canalização, tubulação, seja lá o que for. Não tem histórico, não está dentro de uma mancha de inundação, por que não fugir um pouquinho, dar uma flexibilizada?” (Lucas, 2019).

Nesse ponto relaciono a fala de Lucas com o caso da Vila Santa Marta em São Leopoldo/RS. Há anos, existe a tentativa de regularizar as áreas ocupadas próximas ou quase dentro do Arroio da Manteiga. É uma situação complexa, pois algumas famílias estão instaladas há mais de 20 anos em local inadequado segundo a Lei Florestal nº 12.727/12. A metragem exigida é de 30 metros para os cursos d’água de menos de 10 metros de largura, sendo este o caso da Santa Marta.

Para Lucas, o que torna a questão da sustentabilidade ainda mais complexa está relacionada ao entendimento do conceito, muitas vezes relacionado a questões do meio ambiente. Enfatiza a questão educacional como um grande desafio e justifica seu posicionamento trazendo uma reflexão que para mim também é pertinente: a percepção das novas gerações em relação à sustentabilidade. Ele argumenta seu posicionamento dizendo:

“Eu acho que a gente peca muito nisso ainda, porque acaba ficando muito no básico. Ah, não jogue o lixo! Ah, não faça isso! Ah, não faça errado! A questão do consumo de água... Ah, desligue a torneira! Eu acho que isso é muito básico. As novas gerações estão muito mais à frente. Podem ter até uma linguagem mais profunda, mais madura. Devemos pedir para que as crianças busquem soluções, pareceres. Então a gente quer muito impor limitações, restrições, mas não procura ser receptível a ideias”(Lucas, 2019).

Aqui Lucas destaca um ponto que desde 2011 procuro priorizar em minha atuação como professora: o protagonismo dos alunos e a Iniciação Científica como possibilidade de pesquisa a partir da vontade e interesse dos alunos. Nos últimos 10 anos, como professora e pesquisadora, foi possível perceber o quanto é possível e necessário que o protagonismo dos alunos, independente da faixa etária, esteja em evidência e seja priorizado.

Para Lucas, Colombo precisa criar nas pessoas o sentimento de pertencimento.

“Muitos que aqui residem tem que fazer o deslocamento para trabalhar em Curitiba, fazendo o movimento contrário. A gente tem trabalhado para que esse movimento seja cada vez menor. Não olhando para o lado de consumo, nada disso, mas as pessoas precisam ver uma maneira de usar mais o município, consumir mais no município. Então a gente vê as pessoas utilizarem-se dos serviços do município, mas deixarem renda em Curitiba. Então, pensando um outro viés, podemos concluir, de alguma maneira, que Curitiba nos deve”(Lucas, 2019).

Essa fala remete às cidades compactas e ao mesmo tempo ao Estatuto da Metrópole que orienta para a organização territorial local. Lucas contribuiu com muitas reflexões acerca do território de Colombo. A partir de sua fala pude ver e pensar a cidade a partir de diversas perspectivas.

Minha próxima entrevista foi com Luís, 50 anos, Secretário da Comunicação. Ao chegar na prefeitura, o secretário havia convidado a assessora pedagógica da Secretaria da Educação, Vitória, 47 anos, responsável pela Educação Ambiental, para participar da entrevista. Vitória é uma das referências em Educação Ambiental em Colombo. Em muitos documentos referentes às políticas de educação ambiental de Colombo consta seu nome.

Iniciamos a entrevista e Luís se apresentou como pedagogo. Nascido em Colombo, trinta e dois anos como funcionário público na Prefeitura da cidade. Segundo ele: *“A cidade de Colombo acompanhou a história do Brasil nas questões do racismo, principalmente em 1980, que não havia respeito algum”* (Luís, 2019). Ele ressaltou a questão das cotas raciais e fez uma relação com a doação de 78 lotes aos primeiros moradores da cidade, todos italianos. E disse: *“Isso também foi cota”* (Luís, 2019).

Para Luís, no que se refere à educação ambiental, Colombo tem uma longa história. Para ele a mesma preocupação que tinha em Curitiba na década de 90

com a reciclagem do lixo, iniciada com o projeto “Família Folhas”⁵⁷, já havia na cidade. A consolidação desta proposta, para Luís, foi em 2013, principalmente em relação à questão dos resíduos sólidos, com o Programa Coleta Verde. Ele explica:

“O agricultor, não consegue vender parte de seu produto, vai para onde? Vai para um banco de alimentos. Nesse banco, ele tem o quê? Ele vai receber um vale, que daí é o Programa Patrulha Mecanizada. O cidadão que vai lá no dia do Coleta Verde, ele tem um calendário, ele troca 10kg de recicláveis por várias sacolas de verduras, frutas, e tudo mais, de onde? Desse banco de alimentos. E esse reciclado vai para as associações”. (Luís, 2019).

Enquanto Luís falava, uma imagem ia sendo criada em meus pensamentos. Para mim, essa imagem está muito próxima da economia circular que tem por objetivo maximizar a reutilização e a reciclagem (LOPES, 2016). Abaixo, tentei reproduzir a imagem do que entendi a partir do relato de Luís.

Figura 8 - Economia Circular em Colombo - PR



Fonte: Elaborado pela autora.

Luís também destacou a construção das políticas de saneamento básico, de resíduos sólidos e de educação ambiental, assim como do plano diretor como positivos, mas que precisavam avançar. Vitória, assessora pedagógica, concorda

⁵⁷ Criado em 1989 como uma forma de divulgar o programa "Lixo que não é Lixo". Havia uma cartilha que apresentava personagens da Família Folhas criados pelo cartunista Ziraldo. A partir de 1991, a Família Folhas através de peças teatrais, repassou informações, conceitos e práticas diferenciadas relacionadas às questões ambientais (SANTOS, 2003, p. 23).

com Luís e ressalta que as preocupações em relação à política de Colombo deveriam ser ampliadas para a preservação das nascentes. Ela justifica sua fala dizendo:

“Eu acho que a gente precisa avançar, porque nós temos muitas nascentes na região rural e mesmo na região urbana que são aterradas. Considerando que tem muitas nascentes próximas às plantações que ainda usam produtos agroquímicos”(Luís, 2019).

A poluição das nascentes, segundo Vitória e Luís, está relacionada também aos donos das terras em que elas se encontram. Muitos ocultam a existência de nascentes em suas propriedades para não serem importunados e outros, sem nenhuma orientação, ou até mesmo sem preocupação, as aterram.

No final de nossa conversa, tanto Vitória como Luís, concordam que é preciso avançar nas políticas, principalmente para as nascentes, e para a conscientização dos moradores. Ressaltaram a importância do patrimônio natural subterrâneo Aquífero Karst. Lucas, arquiteto urbanista, já havia comentado sobre a importância deste aquífero que está presente em cerca de 80, 90% da área rural. Segundo a explicação de Lucas, o perigo se encontra nas dolinas, pontos mais baixos da bacia hidrográfica que acumula água. Essa água entra no aquífero e muitas vezes ela está contaminada, pois é comum em Colombo a utilização das dolinas para o manejo na agricultura e na criação de animais. Essas áreas deveriam ser preservadas e nesse sentido a importância de políticas públicas e a sensibilização a partir da educação ambiental.

Antes de encerrar a entrevista, Luís me entrega alguns Jornais de Colombo. Chama atenção para algumas notícias de capa referente a pavimentação como projeto de governo, o Parque Tecnológico e ressalta a importância da construção do Parque Linear Palmital⁵⁸. A entrevista é concluída com a troca de e-mails, pois Luís gostaria de enviar alguns materiais que para ele eram importantes para a pesquisa. Um destes materiais foi o arquivo do banner que estava na maioria das paredes das secretarias de Colombo que visitei, e também fui presenteada com o mapa físico da cidade (Figura 6 - Mapa Colombo/PR).

Com o mapa em mãos, já no hotel, analisei-o. Desenhei uma linha vermelha imaginária na horizontal do mapa. A cidade, depois de dois dias transitando por ela,

⁵⁸Parque Linear Palmital. Ver em: Parque... (2019).

para mim está dividida em duas partes. A parte superior é a preservada. Os moradores, aparentemente, têm mais recursos financeiros, pelo estilo das casas. Existem poucos prédios neste lado da cidade. As ruas têm nomes (sobrenomes) de muitas das pessoas entrevistadas por mim. É a parte histórica, arborizada, florida, mais calma. Já na parte inferior, a linha vermelha, local onde eu estava hospedada, próximo do Rio Palmital, a cidade é mais urbanizada. Observei muitas construções e, conseqüentemente, muito pó. É um lugar barulhento, com muitos carros, muitos prédios e poucas áreas verdes. Naquele final do dia, fiquei por quase uma hora localizando no mapa os lugares por onde andei: escolas, bairros, secretarias, parques, restaurantes. Olhava para a legenda e tentava identificar outros lugares por mim desconhecidos.

Enquanto “estrangeira” naquela cidade, o tempo de observações favoreceu algumas “percepções do detalhe, que [...] começa a tomar as dimensões de um traço ou uma qualidade estável” (SARLO, 2014, p. 181). Porém está é a minha percepção de Colombo enquanto visitante e pesquisadora. Segundo Sarlo (2014), é necessário que essas percepções sejam confrontadas a outros dados. Nem tudo que percebi é autêntico e muito menos falso. O autêntico em uma cidade, na verdade, pode ser “um efeito de superfície”. Faz-se necessário aprofundar o que está na superfície, contudo, é preciso ter claro que o

autêntico e ‘original’ não existe em nenhuma cidade que tenha história, em que o tempo pintou camada sobre camada, e os relevos que se veem sob as sucessivas intervenções não podem ser atribuídos a uma base originária, mas a uma argamassa de componentes incalculáveis (SARLO, 2014, p. 186).

Colombo, materializada no mapa, naquele momento se apresentava com autenticidade. As linhas e os limites estavam traçados como verdades, mas era preciso ficar atento às linhas invisíveis.

4.3 Vou para a cidade! Cidades dentro da cidade

No outro dia, terceiro dia de minha estadia em Colombo, pela manhã, fomos para o Parque da Uva onde entrevistei Sibebe, 30 anos, coordenadora de educação ambiental. Comecei minha fala direcionando as primeiras reflexões às políticas educacionais para sustentabilidade. Segundo Sibebe, o engajamento e esforço para

a construção das políticas, principalmente as últimas publicadas, a partir de 2013, foram pelo empenho de Viviane, Diretora do Departamento de Serviços Urbanos e Controle de Resíduos, e Vitória, assessora pedagógica. Segundo Sibeles, criar uma lei não é algo simples, existem diversas demandas. Ela conta que por sugestão de Vitória, assessora pedagógica, uma consultoria particular foi contratada para que o documento fosse *“melhor escrito”*. Um professor, doutor em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Curitiba/PR, realizou a consultoria com a contribuição da Secretaria da Educação e Meio Ambiente. Segundo a coordenadora, a construção foi participativa: *“Ele (consultor) chamava muitos professores, a gente fez um comitê de gestão, um grupo de trabalho. Um grupo para fazer esses documentos. As diretrizes e o programa foram totalmente participativos”* (Sibeles, 2019).

Eu questiono sobre a Ecogincana e Sibeles relata que ela surgiu junto com a lei, dando continuidade ao projeto do Cidadão Ambiental Mirim, de 2010, coordenado por Vitória. Para ela, *“a Ecogincana é a principal ferramenta para aplicar e acompanhar a educação ambiental nas escolas”* (Sibeles, 2019). Ela justifica sua fala dizendo:

“A gente explica para eles... todos participaram das reuniões para fazer as diretrizes. Então a gente explicou bem o que que é, explicou que tem a lei e que a educação ambiental deve ser aplicada em todas as escolas. Então a gente tenta fazer esse auxílio com as ferramentas que a gente tem”(Sibeles, 2019).

Segundo Sibeles, a partir da Ecogincana é possível acompanhar de perto as escolas até mesmo aquelas que não participam da atividade. Muitas procuram a Secretaria do Meio Ambiente para fazer trilha, para pedir materiais informativos, como folders e para ir até a escola para dar palestras, para realizar atividades lúdicas envolvendo temas relacionados ao rio, ao lixo (reciclagem). Uma das atividades destacadas por Sibeles, sendo demanda das escolas, é a visita ao bairro em que a escola está localizada. Os alunos realizam caminhadas pelo bairro e registros a partir de fotos. Depois agendam um dia com a equipe da secretaria para ir à escola para conversar sobre suas percepções. Ela relata algumas falas dos alunos:

“Ah, eu tirei uma foto de um terreno baldio cheio de lixo, o que eu posso fazer com isso? Ah, esse terreno tem uma pessoa que é o dono e o dono tem que limpar esse terreno? Então eu oriento: Você pode abrir o protocolo que a gente vai mandar uma carta para o dono para limpar o terreno. Então a ideia é bem bacana, porque a ideia é pensar e agir localmente... para limpar localmente”.(Sibele, 2019).

Sibele destaca outros projetos existentes na Secretaria de Educação que são incluídos na Ecogincana como o Empreendedor Mirim, uma proposta em parceria com o Ministério Público. Sibele explica que as crianças são incentivadas a criar uma minipropriedade, podendo ser uma empresa de produtos reutilizados, de produtos de alimentação saudável, da horta etc. Outra proposta é a feira de troca de brinquedos, destacada como uma atividade sustentável. Para ela, a ideia é unir todos os projetos em um único grande programa, *“se não é muita coisa para fazer”*(Sibele, 2019).

Ela também destaca a parceria com as outras secretarias, principalmente com a Secretaria da Agricultura por motivo das hortas escolares. Sibele diz que:

“As escolas gostam muito dessa parte da horta. A gente fala que é uma ferramenta muito bacana de educação ambiental. Então é a Agricultura que faz, que faz a consultoria para plantar a horta e dá as mudinhas e a terra”(Sibele, 2019).

Pergunto como ela percebe os desdobramentos da Ecogincana na cidade. Sibele responde dizendo que *“falta a questão do pertencimento. Para você preservar você tem que pertencer. Então falta muito a questão do pertencimento, da pessoa se sentir colombense. De ela usar a estrutura do município, dela pleitear, dela abraçar”* (Sibele, 2019). Sibele ressalta que para além da questão do pertencimento

“falta integrar não só a população, mas todas as secretarias. A gente tem dificuldade com a comunicação. Para ser feito, para ser efetivo, tem que ser integrado, todas as secretarias. Falta a participação da população. Em Colombo tem atividades muito pontuais que não conseguem se desenvolver, falta de engajamento das pessoas no geral”.(Sibele, 2019).

Como ações positivas, Sibele faz três destaques. O primeiro é para o Conselho de Meio Ambiente por ser paritário. Participam de um lado secretarias municipais e do outro, a SANEPAR, o herbário, a associação de catadores, a ONG. Para a coordenadora, *“ele funciona e sempre funcionou muito bem”*(Sibele, 2019).

Ressalta que muitas das conquistas ocorreram a partir do apoio do Conselho do Meio Ambiente. O segundo destaque é para o Grupo de Trabalho de Educação Ambiental do Estado, (GTEA). É uma ação promovida pelo Ministério Público que convoca um educador ambiental de cada município para fazer parte desse grupo. O objetivo é discutir a educação ambiental a nível estadual. E o terceiro destaque é o G20 composto por representantes de 20 municípios com pautas focadas na Agenda Ambiental.

Para além de listar essas ações, Sibeles faz uma observação, que para mim foi muito significativa: “*Eu só passei a entender Colombo quando eu vim trabalhar aqui na Secretaria do Meio Ambiente*” (Sibeles, 2019). Naquele momento, senti que precisava aprofundar aquela reflexão, ir além. Então fiz o seguinte questionamento: Pensando em sua fala. Tu passaste a entender Colombo quando veio para cá, mas tu tiveste essa oportunidade de estar aqui. Os outros não têm essa oportunidade e para a questão do pertencimento, será que não precisam de algo parecido com isso?

Sibeles afirma que sim, e que essa experiência deve ser oportunizada na escola. Ela justifica seu posicionamento dizendo

“a gente sempre acaba voltando para a escola, porque o adulto ele sai todos os dias as 8h para trabalhar e por causa dos ônibus chega em casa às 8h da noite. Não tem como você integrar essa pessoa, então o que a gente tem que fazer, então a gente tem que começar na escola”. (Sibeles, 2019).

Naquele momento relatei a reflexão de Sibeles com a de Lisandra, secretária da Fazenda, que também havia comentado sobre as pessoas saírem de manhã e voltarem somente à noite para suas casas. E penso o quanto é negado o direito às pessoas de viverem e pertencerem às suas cidades. Sibeles continua falando.

“Eu sempre estudei em Colombo, então na minha época já tinha alguma coisinha, alguma pincelada. A gente aprendia de Colombo, que já era alguma coisa e falava um pouquinho do município. Mas agora no terceiro ano, eu acho, eles aprendem só sobre Colombo. Tanto que a gente fez o livro de Colombo, já para aplicar nessas matérias. Então a criança aprende Colombo. Aprende, olha o mapa, a área rural, área urbana, onde é que estou, porque que é dividido assim, porque que a área rural está aqui, por causa do Karst. Então, essa parte é bem importante da criança

saber, porque eu cansava de ouvir e agora as crianças até não se ouve tanto, mais adultos: Ah você trabalha lá em Colombo? É bem comum ainda eles falarem isso, ou eles falam: Vou para a cidade!” (Sibele, 2019).

Concordei com Sibele, principalmente em relação à última frase, pois estava hospedada próximo do bairro Maracanã, especificamente no bairro Atuba, e a senhora, recepcionista do hotel havia me perguntado: “*Ah, mas você vai lá em Colombo?*”. Como professora em bairros da periferia, já havia passado por essa experiência com alunos do ensino fundamental em São Leopoldo. Muitos diziam que a mãe trabalhava “lá” em São Leopoldo. Uma questão que precisa ser discutida nas escolas e, assim como Sibele ressalta, é necessário que as crianças tenham um momento para estudar sua cidade. Um tempo dedicado para entendê-la, compreendê-la, conhecê-la. E com isso, entender-se, compreender-se e conhecer-se.

Fabiele relata que as pessoas que moram no Maracanã, por exemplo, estão muito ligadas a Curitiba e um dos motivos é o acesso ao transporte público. Ela diz que é

“bem mais fácil lá do Maracanã chegar em Curitiba. Bem mais fácil e rápido do que ir para o centro de Colombo. Eu trabalho aqui (Secretaria do Meio Ambiente) e uso o transporte do município, da prefeitura, dos funcionários da prefeitura, porque transporte público demoraria uma hora e meia para chegar. Então é bem difícil chegar no centro de Colombo”(Fabiele, 2019).

Neste ponto, relaciono a fala de Sibele com as reflexões de Santos (2014), sobre as consequências que a (i)mobilidade urbana pode trazer, principalmente no que se refere à economia local. Para Santos (2014), é necessário se levar em conta o “comportamento da rede de transportes” quando o assunto é o consumo e a geração de renda. Segundo as declarações de Lucas, Lisandra e por último Sibele, os moradores de Colombo permanecem muito mais tempo em Curitiba do que em Colombo. Conseqüentemente, devido ao consumo ser maior em Curitiba, a cidade de Colombo é impactada economicamente. Um dos impactos pode ser percebido na arrecadação de impostos. Um exemplo é a cobrança do IPTU que teve aumento de 14,56% no ano de 2019. Segundo o Jornal Linkada News, pela pouca arrecadação de outros impostos, o IPTU “nos últimos três anos sofreu acréscimo de 51,56%,”

sendo que em 2016 o reajuste foi de 12% e em 2017 de 25%” (VEREADORES..., 2018).

Sibele conclui sua fala dizendo que sabe que tudo que é realizado é para chegar o mais próximo possível do sustentável, mas “*Colombo ainda está longe*”. Na mesma sala de reuniões em que entrevistei Sibele foram realizadas as entrevistas com Viviane, Diretora do Departamento de Serviços Urbanos e Controle de Resíduos. E logo após, com Patrick, estagiário na Secretaria do Meio Ambiente.

Havia observado Viviane nos dias anteriores durante as caminhadas cívicas, junto aos funcionários da varrição, e chamou minha atenção sua postura diante deles. Um dos motivos foi pelo respeito com que todos (homens) a tratavam. Começamos a entrevista conversando sobre a trajetória de Viviane até chegar à coordenação da educação ambiental em Colombo. Viviane, 30 anos, é biotecnóloga e seus estudos, desde os 17 anos, foram focados na gestão de resíduos, principalmente na Política Nacional de Resíduos Sólidos. Com 23 anos assumiu a coordenação da educação ambiental. Seu desejo era ser coordenadora no departamento de resíduos, mas o secretário, na época disse: “*Não!! Mulher não vai trabalhar com caminhão e com homem. Você vai para a Educação Ambiental que é coisa de mulher*”(Secretário, 2019). No momento rimos juntas, mas aquela fala me deixou desconfortável. Embora o secretário não estivesse totalmente errado, pois se tratando de educação, segundo o Censo Escolar, publicado no portal do Instituto nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (2018), no Brasil, dos 2.192.224 docentes da Educação Básica, 1.753.047, são mulheres e 439.177 são homens.

A conversa continuou com muita animação, batidas na mesa, risos, falas por vezes em voz alta. Viviane aceitou o desafio da coordenação na educação ambiental, porém seu objetivo inicial permanecia. Segundo a coordenadora, era preciso “*mostrar trabalho, para quem sabe mudar as coisas*”(Viviane, 2019). Ela conta que no primeiro ano o secretário de meio ambiente lhe disse: “*Eu quero que você escreva um decreto de políticas públicas para a educação ambiental*” (Viviane, 2019).Então, ela passou a pesquisar e descobriu que Vitória, assessora pedagógica na Secretaria de Educação, já havia iniciado a escrita do decreto. Descobriu que antes de um decreto deveria existir uma lei. Em três semanas, após muita pesquisa e consultas com os colegas, segundo Viviane, foi concluída a lei municipal de educação ambiental. A lei foi para a Câmara de Vereadores. Em 2014, foi aprovada

e em 2015 foi homologada⁵⁹. Ela conta que, a partir da aprovação da lei, foi possível desenvolver muitas ações. Foi retomado o Programa de Paródia de Educação Ambiental que era realizado pela gestão anterior e contou com o envolvimento das escolas. Baseada nesta ideia, ela diz que

“A gente precisava inventar trabalhar alguma coisa que fosse um pouco mais inovadora e que trouxesse mais resultados efetivos na parte de você conscientizar, de você conseguir linkar a prática ao pedagógico. E daí nesse intervalo, em junho, tem o Dia Mundial do Meio Ambiente, 5 de junho. Escrevi a proposta da Semana do Meio Ambiente para o secretário, apresentei para ele”.(Viviane, 2019).

A proposta foi executada em 2015. Segundo Viviane, foi um grande evento realizado no Parque da Uva que reuniu, durante uma semana, as escolas municipais. Foram disponibilizadas várias barracas temáticas: dos resíduos sólidos, do meio ambiente, da educação ambiental, da vigilância sanitária e da dengue. Em paralelo, foram realizadas palestras. Segundo Viviane, o gasto foi inferior a R\$2,00 por aluno, pois contaram com a parceria de diversas secretarias e empresas da cidade.

Viviane, muito animada, contou que a Semana do Meio Ambiente foi um “sucesso”. Logo após o evento, o secretário de meio ambiente disse: *“A prefeita pediu mais eventos desses. A gente tem que fazer. Temos que fazer a 2ª Semana do Meio Ambiente no final do ano”* (Secretário do meio ambiente, 2019). A Semana do Meio Ambiente, um evento mesmo que pontual, apresentou-se com característica fortemente mobilizadora. Um dos pontos positivos deste evento foi a comunicação. Bernardo Toro destaca que não basta que um “projeto ou programa esteja bem planejado e financiado, é preciso ser bem comunicado, a fim de mobilizar vontades e desejos” (HERCULANO, 2005). E não basta que ele seja bem comunicado, se não houver continuidade. A Semana do Meio Ambiente foi uma estratégia de “esquentamento” (TORO; WERNECK, 2007, p. 90) e a proposta da prefeita foi a de dar continuidade.

De acordo com Viviane, não teria como fazer duas semanas do Meio Ambiente no mesmo ano, então ela *“inventou outra coisa”*.

⁵⁹ Política Municipal de Educação Ambiental (COLOMBO, 2015a).

“Daí eu comecei a escrever o regulamento da Ecogincana e vai eu incorporar o projeto, convencer e vender para as professoras que nunca tinham me visto, só na Semana do Meio Ambiente. Aí a primeira Ecogincana teve 16 escolas inscritas. Deu três mil e poucos alunos na primeira edição. E daí a gente começou a trabalhar na escola. Eram três meses até o final do ano. Daí nós fizemos primeiro, segundo e terceiro colocado, que hoje já foi melhorado. Hoje a Ecogincana é institucionalizada, como subprograma. Um dos pilares da educação ambiental”.(Viviane, 2019).

Assim como na Semana do Meio Ambiente, a Ecogincana foi amplamente divulgada em jornais locais, site da prefeitura e redes sociais.

Figura 9 - 1ª Ecogincana Colombo - PR



Fonte:Gincana... (2015).

Viviane relata que uma das atividades que passou a fazer parte da Ecogincana e mudou a escola foi o “Adote um Espaço”. As escolas adotam uma praça ou o próprio jardim da escola. Ela ressalta:

“Daí começaram a pintar o muro da escola, começaram a trazer artistas locais para pintar, começaram a mexer com jardinagem, começaram a mexer com hidroponia, com irrigação mecanizada. Aí começou a mudar.

A escola começou a mudar. O conceito da escola começou a mudar”. (Viviane, 2019).

De acordo com Viviane, a partir desses desdobramentos da Ecogincana, o trabalho passou a ser em conjunto com a Secretaria da Educação. O Cidadão Ambiental Mirim, projeto que já era desenvolvido por Vitória na Secretaria do Meio Ambiente, foi retomado com os professores na Secretaria da Educação. Ele foi adaptado para a capacitação dos professores. Durante a capacitação era identificada uma problemática socioambiental e a solução ocorria a partir de atividades na Ecogincana.

Viviane também conta que na época não tinham verba para a premiação e as três primeiras escolas colocadas receberam como prêmio a “Caravana da Educação Ambiental”. A caravana levava a Semana do Meio Ambiente até a escola, porém *“mais focada em palestras, conhecimento, informação”*(Viviane, 2019). Foi realizado um circuito com palestras e oficinas para todos da escola, tanto pela manhã como pela tarde. A partir daquele ano, a Ecogincana passou a fazer parte das atividades escolares, com uma organização para o ano todo. No início são abertas as inscrições para a Ecogincana e durante o ano as escolas inscritas recebem o suporte técnico e materiais de apoio da Secretaria do Meio Ambiente.

Na segunda Ecogincana, Viviane atingiu seu objetivo inicial na Secretaria do Meio Ambiente, visto que foi transferida para o Departamento de Serviços Urbanos e Controle de Resíduos. Através de uma empresa terceirizada construíram o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. A lei foi aprovada em 2018 e publicada em 2019. E Viviane destaca:

“Com a lei municipal, eu quis aplicar a lei, né? Só que o negócio é bem mais embaixo, porque a gestão de resíduos mexe com muita política e muita grana também. E aí eu comecei a dizer não para algumas coisas. Existe bem claro desde 2010 a responsabilidade compartilhada da gestão de resíduos e eu comecei a aplicar. E aí, com isso, houve um choque de paradigmas, né? Antes, por exemplo, vinha um vereador e falava: Não, o caminhão é um dia para o meu bairro! E aí você não sabia o que coletava, nem quantidade de coleta, não tinha número, não tinha nada. Então hoje o vereador encaminha para nós. Então nós temos números. Só desse ano, temos mais de 2000 coletas de resíduos volumosos. Então nós conseguimos controlar tudo aquilo que a gente coleta, porque a partir do momento que você consegue controlar, você consegue ter números, automaticamente você consegue fazer a gestão melhor daquele resíduo

porque você sabe o que está entrando no caminhão e consecutivamente você consegue identificar a produtividade”.(Viviane, 2019).

Viviane, em poucos minutos, descreve como a “mudança de paradigma” está relacionada à organização, controle e pesquisa. E o quanto esse novo modo de organização é positivo para a cidade. Segundo Viviane, com o controle é possível dar prazo e retorno para os requerentes. Ao abrir um protocolo o requerente é atendido rapidamente. É emitida uma ordem de serviço automaticamente, com horário e minuto.

A partir do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos também foi desenvolvido com o auxílio de engenheiros ambientais o planejamento para a varrição da cidade. E Viviane ressalta que para o planejamento desta ação *“é muito mais números do que qualquer outra coisa, é pura engenharia”*(Viviane, 2019). Na primeira etapa do plano de varrição foram incluídos 15 varredores terceirizados. Já na segunda etapa totalizou 30 varredores. Viviane descreve toda a rota da varrição, mostra as ruas, o número de varredores em cada localidade, a organização, as escalas, os nomes das ruas e os resultados.

Ao final de todas aquelas explicações e informações, pergunto sobre a caminhada cívica e o motivo dos varredores desfilarem junto às escolas. Viviane diz que *“o varredor, querendo ou não, muitas vezes ele passa despercebido, você passa do lado dele e não cumprimenta. É uma pessoa tão importante para nós e muitas vezes eles são invisíveis”* (Viviane, 2019). Viviane ressalta a importância de dar visibilidade ao trabalho realizado pelos varredores e coletores de resíduos sólidos.

“Porque eu aprendi, não adianta você ralar, ralar, trabalhar, trabalhar, trabalhar, trabalhar, e não mostrar. Então quando você concentra tudo isso num ambiente só, você traz muito mais impacto do que você ver um caminhão da coleta lá num bairro. Você vê um varredor quando você vai no Maracanã fazer suas compras. Um caminhão da coleta de material volumoso, porque você pediu agendamento. O seu cérebro não consegue ver tudo isso ao mesmo tempo. Então você junta, você traz muito mais impacto para a cidade. E aí a cidade começa a identificar: Peraí, alguma coisa sustentável existe”.(Viviane, 2019).

Outra questão destacada por Viviane é referente à inclusão socioprodutiva dos catadores no sistema da coleta seletiva. Além do Departamento de Serviços Urbanos e Controle de Resíduos auxiliar na regularização das associações, que até

então, entre as onze existentes, somente três possuíam alvará, também pensa estratégias para aplicar a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). A lei prevê que o material reciclável seja destinado às associações de catadores com o intuito de fomentar emprego e renda⁶⁰. Neste sentido, a partir do Programa Coleta Verde foi criado um edital de chamamento público para a destinação de uma média de 160 toneladas de resíduos recicláveis por mês às associações. Para Viviane, esse é o primeiro passo, pois a ideia é ampliar para uma cooperativa central de valorização de resíduos. A ideia é primeiro transformar as associações em cooperativas e a partir delas montar uma central. As cooperativas entregariam o material já triado para a central que transformaria o material ou destinaria direto para a indústria.

Fiquei encantada com a disposição, sabedoria e o empenho de Viviane. Assim que concluí a entrevista com a coordenadora, iniciei a entrevista com Patrick, estagiário na Secretaria do Meio Ambiente há um ano, estudante de Ciências Biológicas. Após apresentações iniciais e uma breve contextualização de minha pesquisa, pergunto para Patrick como ele percebe a questão da sustentabilidade, da educação e das políticas em Colombo. Patrick diz que antes de começar o estágio não sabia da existência da educação ambiental em Colombo e muito menos “*sabia da existência da Secretaria do Meio Ambiente*” (Patrick, 2019). Enquanto ele falava meu pensamento era remetido para a entrevista com Sibebe que só passou a entender Colombo depois que foi trabalhar na Secretaria do Meio Ambiente. Patrick conta que

“Depois que eu fui estudar saúde ambiental na faculdade, a gente estuda poluição, as problemáticas e eu via muito disso aqui, mas eu não sabia que tinha um órgão específico tentando amenizar ou tentando resolver esses problemas. Eu só fui ver isso depois que eu entrei aqui para fazer o estágio na educação ambiental. E eu vi que aquela realidade que eu tinha, ela já era um pouco amenizada. Então poderia estar muito pior, sabe?”.(Patrick, 2019).

E aqui Patrick agrega outro elemento a ser pensado: a formação. O que Patrick relata sobre suas descobertas perpassa pela experiência do vivido

⁶⁰ O Art. 7º determina que um dos objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos é a integração dos catadores nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos. O Art. 8º estabelece como um dos instrumentos o incentivo à criação e desenvolvimento de cooperativas. O Art. 18 determina que serão priorizados no acesso aos recursos da União os municípios que implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores (BRASIL, 2010).

entrelaçada com o conhecimento já adquirido. A partir de então, ele é capaz de ver e perceber a realidade, antes por ele não percebida, pois agora ele tem elementos para isso. O lugar favorece a percepção da realidade e proporciona o pensamento crítico.

Por eu desenvolver juntamente com os alunos e alunas do ensino fundamental, em São Leopoldo, projetos de Iniciação Científica, percebo o quanto esses dois elementos (lugar e conhecimento/pesquisa) favorecem para que a realidade seja percebida e até mesmo entendida. Digo isso, porque muitas vezes, a partir de uma pesquisa é possível perceber o que acontece, mas se não formos mais a fundo na investigação, ficando a distância, podemos não entender. Patrick diz: “*eu vi que aquela realidade que eu tinha, ela já era um pouco amenizada*” (Patrick, 2019). Se Patrick não tivesse passado por essa experiência e pela formação, jamais teria percebido e entendido aquela realidade.

Patrick faz uma crítica em relação às ações realizadas na Secretaria do Meio Ambiente. Ele traz a seguinte reflexão:

“Eu fiz uma palestra agora para fazer nas secretarias porque a gente usa copos descartáveis. Você viu aqui, a gente tem uma cozinha, tem copinho descartável, então... se isso aqui que é o meio ambiente faz isso e separa só para o público que vem de fora ver, imagina nas outras secretarias. Então é aquela questão, cobra das escolas que eles façam, que incluam no currículo escolar, mas a gente aqui que escreve diretrizes e programas não faz. Então, eu... eu... acho errado. Sabe?”.(Patrick, 2019).

A fala de Patrick é um fato. Quais secretarias do Brasil não usam copos descartáveis? Quais são as escolas do Brasil que não usam EVA, balões, embalagens de isopor, embalagens plásticas? Então, não basta ter diretrizes, programas, leis, projetos político-pedagógicos, se a prática não condiz com o que está escrito. Não basta ter nos documentos escrito “educação ambiental”, “sustentabilidade”, “meio ambiente”. Patrick traz apenas um exemplo de onde estamos falhando, pois percebo o mesmo nas secretarias de São Leopoldo, nas escolas, nas universidades e até mesmo em casa.

Patrick participa do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental do Estado e isso foi um diferencial, pois ampliou ainda mais suas percepções. A partir dos encontros, ele produziu um texto para apresentar em um evento local sobre as diretrizes, leis e programas da região metropolitana de Curitiba. Ele destaca que

Colombo é a única cidade que tem documentos oficiais referentes à educação ambiental. Ele faz uma crítica em relação a isso: *“Aqui já tem um montão de problema, com tudo isso (políticas para educação ambiental), imagina os outros municípios”* (Patrick, 2019).

O estagiário passou a perceber a cidade a partir do momento que foi fazer o estágio na secretaria. Eu pergunto a Patrick: Como essa percepção e entendimento poderiam acontecer com os outros moradores de Colombo? Ele pensa um pouco e ressalta que precisa ser a partir da divulgação. Para ele *“a comunicação é falha na prefeitura”* e *“a população, por exemplo, não sabe para que é uma obra”* (Patrick, 2019). E continua

“As pessoas criticam a construção do Parque Linear, mas nem sabem que a água que a gente está tratando lá, vem da nascente. Que nasce viva! O rio morre em Colombo, sai de Colombo, vai para outro município e vive de novo. Então as pessoas não sabem que aquela região está sendo feita para ser uma área de preservação”.(Patrick, 2019).

Pergunto como isso poderia ser na prática. Como poderia ser a divulgação? E Patrick responde:

“Por meio das escolas iria ajudar. A gente tem documentos norteadores da educação, a BNCC, as diretrizes curriculares, e se a gente inserisse isso no currículo das escolas, já no infantil, ia melhorar muito a percepção dos alunos. Porque é aquilo, a educação é um trabalho progressivo e demorado, é a longo prazo, mas se a gente começar com os pequeninhos... poxa! Já é muito bom lá na frente”.(Patrick, 2019).

Patrick, imerso naquele mundo novo, há pouco tempo, chamou a minha atenção por ser o único, até então, ter comentado sobre a BNCC. Um documento referência em educação em todo o território brasileiro e que, naquele momento, todas as escolas (municipais, estaduais e particulares) do país estavam debruçadas na construção do Documento Orientador do Território Municipal. Outra questão trazida por Patrick é referente à inserção da educação ambiental nos currículos escolares. Já havia aprofundado sobre esta questão em anos anteriores em minha dissertação e artigos (GROHE, 2015, 2019), não sendo suficiente as escolas assumirem a Educação Ambiental como tema transversal, sem que haja um tempo dedicado para estudos específicos. E por fim, ele retoma uma questão já destacada por outros entrevistados em relação à educação ambiental como um processo

contínuo e ao mesmo tempo lento. Já era quase meio-dia e precisava me apressar, pois pela tarde, Susana, prefeita de Colombo, receberia-me na prefeitura para conversarmos.

Cheguei e fui encaminhada para a sala do gabinete. Susana foi muito receptiva e acolhedora. Explico sobre a pesquisa e a prefeita inicia suas reflexões:

“O mundo mudou. Nosso mundo mudou e acho que nós que somos responsáveis pela gestão das cidades a gente tem que trabalhar a conscientização das pessoas. A conscientização das entidades e tudo mais para que nós possamos avançar. [...] Então nós temos que trabalhar muito essa questão da sustentabilidade, preservando da melhor maneira possível, usar de maneira sustentável. Como é usar de maneira sustentável? Onde nós nos beneficiamos disso e a recíproca é verdadeira também. Enfim, eu acho que os governos têm essa missão de iniciar esse trabalho”.(Susana, 2019).

Percebo que Susana responsabiliza as gestões pelo trabalho de conscientização e sustentabilidade. Também é possível identificar que a prefeita ressalta a questão do “uso” e “benefício” do meio ambiente. Termos que não me agradam muito, pois remetem a um modelo utilitarista do meio ambiente. Um modelo que remete à exploração, à colonização brasileira, a partir de práticas predatórias de apropriação da natureza. O entendimento dos órgãos de gestão sobre o “uso” e o “benefício” do meio ambiente deve ser crítico.

Susana demonstra ter este entendimento, pois afirma ter ciência de que as questões relativas à sustentabilidade não são prioridades nas gestões. Em Colombo há uma tentativa desde o início de sua gestão para que os secretários pautem a questão da sustentabilidade na cidade. Ela justifica esse posicionamento dizendo que ao respeitar o meio ambiente se avança em todas as áreas. Conta que na década de 70, a cidade de Colombo sofreu muito devido a construção de aproximadamente 200 loteamentos de forma desordenada. Segundo ela:

“não se respeitou absolutamente nada, não se respeitou as questões ambientais, fundo de vale, as vias. Não fizeram vias estruturadas para que as pessoas que viessem morar ali tivessem uma condição digna de vida. Não tinha luz, não tinha água, não tinha absolutamente nada”.(Susana, 2019).

Fato este destacado por Pereira (2018, p. 20), “a produção de loteamentos populares, apesar de apresentarem-se regularmente aprovados, foi caracterizada

pela inexistência e/ou fragilidade das normas de parcelamento, uso e ocupação do solo”. Segundo Susana, estas ações refletem hoje na organização habitacional da cidade.

Outro fator destacado pela prefeita foi em relação ao “lixo” na cidade. Este fato é expressado em sua fala: *“Eu fico doida com a cidade suja!”*(Susana, 2019). Neste sentido, ela destaca a importância do trabalho *“forte na área da educação ambiental”*, convergindo com a fala do secretário de meio ambiente em entrevista anterior que também ressaltou o papel da educação ambiental forte. Para ela, é preciso *“trabalhar muito forte com as crianças, para que elas consigam mudar alguma coisa”* (Susana, 2019). Também destaca a importância de levar para as crianças *“algumas informações como a questão da preservação ambiental, da limpeza das cidades”* (Susana, 2019). Segundo Susana, através das escolas será possível alguma mudança, pois são 30 mil crianças que serão formadas e informadas. Este é um discurso que me agrada, pois por mais de sete anos incentivei a criação da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (COM-VIDAs). As COM-VIDAs desenvolvem ações diretamente com toda a comunidade escolar, a partir da gestão e planejamento de uma Agenda 21. As crianças são incentivadas a pensar criticamente e coletivamente nos problemas socioambientais locais (GROHE, 2015).

A descontinuidade das propostas de governo é algo que preocupa a prefeita. Como solução ela destaca o pertencimento: *“Tem que fazer com que as pessoas participem muito fortemente disso, para que defendam as propostas e transponha o pensamento da outra gestão que não concorda com a proposta anterior”* (Susana, 2019). E segundo ela, uma política (referindo-se a uma lei) não garante a continuidade de um projeto. *“Ao menos que as pessoas tenham consciência, que elas queiram aquilo, daí o governante é obrigado”* (Susana, 2019). Para ela, a solução seria a criação de órgãos fiscalizadores, algo similar ao Ministério Público ou até mesmo às próprias ONGs. *“A política é pública e não do prefeito, precisa ser fiscalizada”* (Susana, 2019).

Para que tudo isso se efetive, Susana destaca como caminho a educação. *“Uma educação forte. Para que as pessoas tenham esse entendimento de cidade, de vida, de preservação”* (Susana, 2019). Para ela, o ideal seria colocar todas as crianças na escola de manhã e de tarde. *“Escola em tempo integral. Esse é o meu grande sonho. Então é o sonho dourado, não sei como os governos não viram isso,*

a saída para o Brasil é essa: Botar as crianças na escola o dia inteiro” (Susana, 2019). Ela justifica esse posicionamento trazendo o exemplo concreto na Vila Rosa, onde foi construída uma escola de tempo integral⁶¹. *“Antes o bairro era uma perdição na droga, minha filha!! Melhor colocar os filhos na escola do que andar na rua. Resultado: Mudou completamente!! Já estamos no quarto ano”* (Susana, 2019). E ela conclui seu pensamento dizendo que *“gasta-se tanto dinheiro à toa nesse Brasil. Vamos colocar essa gurizada na escola o dia inteiro, principalmente nas grandes cidades, nas cidades metropolitanas que é onde tem o maior índice de violência”* (Susana, 2019).

A escola de tempo integral, muito defendida por Jaqueline Moll, a partir do Programa Mais Educação, tinha a finalidade de ampliar os tempos na escola, assim como ser incluído nos currículos escolares. *“Não como uma lista de conteúdos, uma lista de competências, de expectativas de aprendizagens, mas pensar na relação vivencial com os territórios, com os macrocampos”* (MOLL, 2020, p. 40)⁶². No que se refere à educação integral em um contexto mais amplo, que dialoga com os territórios, é preciso pensar a cidade. Moll (2020) enfatiza que é preciso esse tempo integral na escola porque ainda este é o único espaço coletivo em muitas comunidades.

Importante os enfoques trazidos por Susana. Pertinentes no sentido de pensar a cidade, as políticas e a educação. Antes de encerrarmos nossa conversa, Susana faz o último destaque para os ODS.

“Tudo que a gente faz tá dentro da linha dos ODS que é essa inter-relação de obras, de educação, de meio ambiente, de saúde. Tem um pessoal que está cuidando disso no governo do estado, que virou moda, tá todo mundo falando disso”.(Susana, 2019).

Naquele momento pensei: “Os ODS poderiam virar moda mesmo. Não seria uma má ideia”.

Como vimos nos primeiros capítulos desta tese, o Brasil ⁶³assumiu essa responsabilidade a partir do Decreto nº 8.892, de 27 de outubro de 2016, na qual foi criada a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. No ano de 2019, esse decreto foi revogado, assim como esquecido. O Instituto de

⁶¹ Três escolas de tempo integral foram construídas nos seis anos de governo de Susana.

⁶² Transcrição de Live: “Educação Integral em Tempos de Pandemia”. (CARVALHO, 2020).

⁶³ Decreto nº 8.892, de 27 de outubro de 2016. Revogado. Ver em: Brasil (2016).

Estudos Socioeconômicos (Inesc) realizou uma análise e monitoramento do cumprimento da Agenda 2030 no Brasil e constatou a falta de compromisso do governo com a implementação das políticas públicas convergentes com os ODS (CERNOV; PIETRICOVSKY, 2020).

Na Secretaria de Educação, Vitória me aguardava. Esperava ansiosa por este encontro, pois já havia lido alguns textos escritos por ela, assim como a maioria dos entrevistados haviam citado seu nome como uma referência em educação ambiental na cidade. Fui recebida em sua sala. Como já havíamos conversado em entrevista anterior, com o secretário da comunicação, já não éramos estranhas uma à outra. Vitória começou a entrevista me contando sobre seus primeiros movimentos relativos à educação ambiental em Colombo. Quando chegou na secretaria, em 2003, não entendia nada de educação ambiental. *“Eu tinha um viés ambientalista, mas eu não tinha desenvolvido ele ainda”* (Vitória, 2019). A mudança para um novo posicionamento ocorreu concomitante ao curso de especialização “Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento” ofertado pela Universidade Federal do Paraná, resultando em uma pesquisa sobre os materiais didáticos utilizados na educação ambiental pelas professoras da rede. *“Eu fiz uma pequena pesquisa com as professoras a respeito dos materiais que elas usavam e identifiquei a falta de material didático para trabalhar educação ambiental”* (Vitória, 2019).

O trabalho de Vitória na Secretaria do Meio Ambiente, durante dez anos, *“foi muito bonito”* (Vitória, 2019), devido a uma equipe multidisciplinar que unia biólogos e engenheiros florestais. Vitória conta que juntamente com essa equipe conheceu o município. Nascida em Colombo, até então não conhecia o município, os problemas, a realidade. Nestes 10 anos, Vitória diz que aprendeu a *“ter amor pela causa ambiental”* (Vitória, 2019), tornando-se de fato uma ambientalista.

Um grande problema enfrentado por Vitória está relacionado à mudanças de gestão. A cada mudança, *“a gente tinha que se reinventar. Tudo que a gente tinha, parava de ter importância, tinha que buscar outras coisas”* (Vitória, 2019). Uma maneira de sanar este problema foi a retomada de um projeto já existente denominado Fiscal Mirim. O foco estava na relação da criança com a natureza. *“Um roteiro era traçado no município e um ônibus levava as crianças para conhecerem lugares do município e fazia essa abordagem do ponto de vista da educação ambiental”* (Vitória, 2019). Alunos de 4^{os} e 5^{os} anos de três escolas participaram desta atividade. Estes mesmos alunos escolheram um novo nome para o projeto:

Cidadão Ambiental Mirim. Esse projeto foi objeto de estudo de mestrado de Vitória. Ela conta que a pesquisa de mestrado foi “*um mergulho, uma imersão no contexto socioambiental, no ambiente de Colombo, na diversidade*” (Vitória, 2019). Vitória percebeu o quanto a saída de campo fazia diferença na vida dos alunos e das professoras.

“As professoras não sabiam falar de meio ambiente, não sabiam falar de educação ambiental, só aprendiam muito do que estava no livro. Não conheciam propriamente o objeto da educação ambiental. Então para elas falar de meio ambiente, falar de educação ambiental era a mesma coisa”.(Vitória, 2019).

A partir do projeto Cidadão Ambiental Mirim foi possível “*falar de educação ambiental, trazer uns textos orientadores para os professores*” (Vitória, 2019). O engenheiro florestal fazia “*uns mapinhas orientativos*”. Foram construídos folders direcionados aos alunos, focado na flora e na fauna.

Em relação ao meio ambiente, natureza e educação ambiental, o projeto era eficiente e eficaz, porém em relação à cidadania, Vitória relata que “*não se sabia o que queria dizer*” (Vitória, 2019). E isso era um problema, já que o projeto se chamava “Cidadão Ambiental Mirim” e não se tinha a menor compreensão do que significava cidadania. Havia a necessidade de resolver esse entrave. Então a formação cidadã se constitui enquanto objeto de estudo do mestrado de Vitória e o conceito foi incorporado efetivamente a partir da pesquisa. O projeto estava se encaminhando para algo maior, efetivo e estruturado, porém uma nova gestão assumiu a Secretaria de Meio Ambiente e a equipe multidisciplinar foi desfeita. Com a mudança, Vitória após 10 anos na Secretaria do Meio Ambiente, passou a trabalhar como assessora pedagógica na Secretaria de Educação. Houve diversas tentativas para dar continuidade ao projeto “Cidadão Ambiental Mirim”, mas surgiram diversas dificuldades, uma delas foi por estar sozinha. Não havia mais uma equipe. Vitória precisou coordenar outros projetos e infraestrutura, o ônibus, as pessoas, não existiam mais. Era uma única assessoria pedagógica para a educação ambiental, atendendo 85 unidades escolares (EMEI e EMEF). Com o tempo, o foco da assessoria não foi só a educação ambiental, sendo dissolvida em outros projetos.

No doutorado, Vitória revisitou o projeto Cidadão Ambiental Mirim e foi percebido que “*faltavam às bases metodológicas para trabalhar a formação dos professores em Colombo*” (Vitória, 2019). A partir deste diagnóstico, surge o

desenvolvimento da alfabetização socioambiental por meio da metodologia de projetos. O enfoque da alfabetização socioambiental, no estudo realizado por Vitória, reflete a escola como “lugar da experiência” relacionada à Sociologia da Experiência Social de Dubet (1994), sendo aquela que favorece a formação cidadã. A alfabetização socioambiental também reflete sobre o “estar no mundo” e a “ação sobre o mundo”, conforme Freire (1988). A escola é percebida como o “lugar-projeto”, [...] “projeto de sociedade, de mundo, de cidadania, de vida” [...] “pensado por um grupo que, por meio de suas experiências, vivências e saberes, intervém no modo de ser da escola, intervindo no modo de ser sujeito no e com o mundo (NOGUEIRA, 2015, p. 22-23). Neste sentido, para que os alunos apreendam sua realidade e a compreendam criticamente, é necessário que os educadores tenham claro questões relativas aos processos teórico-metodológicos. Nessa direção, a pesquisa de Vitória contribuiu para algumas considerações indicativas a partir da efetivação do Projeto Cidadão Ambiental Mirim, na perspectiva da alfabetização socioambiental cidadã.

Sob o foco das Políticas Públicas em Educação Ambiental no município de Colombo, a tese de Vitória destacou a formação continuada dos professores-alfabetizadores, a promoção e apoio ao desenvolvimento do Projeto Cidadão Ambiental Mirim, atualização das Diretrizes Curriculares da Educação (BRASIL, 2012b) e ações do poder público quanto ao Projeto Cidadão Ambiental Mirim. Sob o foco da aplicação do Projeto nas escolas: o Projeto foi definido como o ponto de partida para o planejamento, mobilização, articulação e diálogo de ações de cidadania socioambiental entre escola e comunidade; grupos de estudos voltados à alfabetização socioambiental cidadã; campanhas permanentes e avaliação contínua.

A tese de Vitória destaca que

os processos de ensino e de aprendizagem voltados à alfabetização socioambiental cidadã precisam oportunizar a construção de saberes contextualizados na realidade, desde a esfera local à global, considerando-se as inter-relações de conhecimentos curriculares e socioculturais, em conexão com os problemas que atingem as comunidades dos entornos escolares (DIAS, 2019, p. 21).

Na Secretaria de Educação, a preocupação de Vitória passou a ser com a formação dos professores, a partir de projetos, porém devido à outras demandas, esta ação não foi efetivada como o esperado, pesquisado e constatado. Outra

questão que precisava ser enfatizada era a escrita das diretrizes para a educação ambiental, que haviam sido iniciadas por Vitória anos anteriores, e com a gestão atual foi retomada por Viviane. Vitória destaca que já existiam os planos de ação para educação ambiental em Colombo, mas ele tinha que ser consolidado.

No mesmo movimento de criação das diretrizes, veio a criação do programa de educação ambiental. Ela destaca que foi *“uma diretriz inovadora, porque poucos municípios do país têm a qualidade da diretriz de Colombo é imensurável”* (Vitória, 2019). Mesmo com todos os estudos realizados, as políticas criadas, as aproximações e diálogos, as diretrizes de educação ambiental *“não é a menina dos olhos da Secretaria da Educação. Ela é mais um documento. Não há entendimento de sua relevância”* (Vitória, 2019). Uma solução trazida por Vitória seria a criação de um *“núcleo de formação, um núcleo de educação ambiental, como fato constituído não só no papel”* (Vitória, 2019). E este núcleo, conforme Vitória, deve ser responsabilidade da Secretaria da Educação, pois é ela a responsável pela formação dos professores.

A entrevista com Vitória foi uma das mais longas, pois a assessora havia realizado muitas pesquisas e vivenciado muitas experiências educativas na cidade. Já me aproximando do final, peço para Vitória deixar uma mensagem referente a Colombo Sustentável:

“Eu acho que a gente pode fazer das nossas crianças cidadãos ambientais mirins, termos cidadãos melhores. Eu vejo que realmente aqui é lugar certo para fazer, não que lá na secretaria do meio ambiente não seja, é também. São duas irmãs que têm que andar agarradas. Essas duas irmãs abraçadas para fazer. E assim, se a gente não plantar essa utopia nós nunca iremos colher os resultados. Aquilo que eu digo, eu falo sempre para as minhas professoras nas formações que eu faço: A educação é plantar utopia. Colombo Sustentável é uma utopia, é um sonho, é um desejo, que a gente não pode deixar de plantar todos os dias. É uma plantação de utopia bem grande e tem que ter muitos operários nessa plantação”.(Vitória, 2019).

Encerro a entrevista relacionando as vivências de Vitória com as minhas. Ao esforço que precisamos fazer para dar continuidade ao que acreditamos, pois como funcionárias públicas e professoras, independente da mudança de gestão, continuaremos fazendo educação.

4.4 Ler o mundo a partir do lugar é o desafio

No quarto dia de minha estadia em Colombo, Ângela precisou viajar. Sibeles me acompanhou e juntas fomos visitar uma escola na zona rural. Assim como as escolas anteriores, uma das referências na Ecogincana. Fomos recebidas pela professora Rebeca. Antes de iniciarmos nossa conversa ela apresenta todos os espaços externos da escola.

Fotografia 3 - Escola Rural



Fonte: Registrada pela autora.

A professora apresenta com muito entusiasmo a entrada da escola com lixeiras, ornamentações ecológicas, a casinha construída com caixas de leite, o minhocário, a identificação de pássaros exposta em um cartaz e, por fim, a produção caseira de doces a partir de frutas locais. Neste momento inicial, proporcionou aproximações e conversas descontraídas. Percebeu-se que naqueles espaços havia muita pesquisa e muita influência da Ecogincana. Para cada espaço apresentado, Rebeca explicava com muita propriedade o porquê, para quê, o como os resultados foram alcançados. Contava com detalhes a rotina e organização dos alunos ao frequentar aqueles espaços. Uma sistemática para além da sala de aula. Assim como a segunda escola visitada, os alunos transitam com maior liberdade pelo espaço escolar durante o tempo dedicado às quatro horas de aula.

Acredito que o “*sair da sala de aula*” é transformador e pedagógico e, felizmente, o incentivo às experiências ao ar livre estão explícitas na BNCC, principalmente se observarmos a proposta do componente curricular de Geografia do Ensino Fundamental. Segundo a BNCC, “estudar Geografia é uma oportunidade para compreender o mundo em que se vive” (BRASIL, 2018a, p. 358). Também é incentivada na BNCC a “compreensão perceptiva da paisagem”, a “vivência dos indivíduos e da coletividade, nas relações com os lugares vividos” (BRASILa, 2018, p. 359). Callai (2005) também defende este posicionamento. Para ela, é importante “aprender geografia nas séries iniciais do ensino fundamental a partir da leitura do mundo, da vida e do espaço vivido” (CALLAI, 2005, p. 228). Fundamentada, principalmente, em Paulo Freire e Milton Santos, Callai (2005) destaca que a partir da geografia o aluno estuda “além do seu espaço vivido – o lugar em que está – outros lugares, que podem ser distantes de sua vida diária, mas que estão interferindo na dinâmica geral das sociedades e, ao mesmo tempo, na sua vida ou de seu grupo em particular” (CALLAI, 2005, p. 246). O entendimento é que não é possível isolar as crianças do mundo, pois independente de nossas ações e, por mais que tornemos a escola uma ilha, somos afetados pelos outros lugares.

Já em uma sala reservada para a entrevista, iniciei a entrevista questionando sobre os desdobramentos da política de educação ambiental de Colombo na escola. Rebeca relata que passaram “*a conhecer melhor a política ambiental a partir da Ecogincana*” (Rebeca, 2019). Para Rebeca a Ecogincana acontece devido a integração das secretarias e pelo fato de “*cumprirem tudo o que se dispõem a fazer*” (Rebeca, 2019). Traz como exemplo o caminhão do entulho: “*Nossa ele vem, é só agendar!*” (Rebeca, 2019). Outro destaque é em relação aos folders que são distribuídos. “*Todos esses folders foram trabalhados. Toda essa questão está levando a cidadania para os alunos*” (Rebeca, 2019).

Figura 10 - Folders Secretaria Meio Ambiente



Fonte: Colombo (2020).

Para Rebeca, todo o trabalho desenvolvido pelas secretarias, além de promover o conhecimento das políticas educacionais de meio ambiente, também promove a cidadania, principalmente no que se refere aos deveres. *“Não é só a gente cobrar, não é só se colocar naquela posição de que eu tenho direitos e o município e o estado não me oferece, não me ajuda. A gente saiu desse ponto, evoluiu, percebendo que se tem os deveres”* (Rebeca, 2019). Ela percebe o município indo para o caminho da sustentabilidade, porém *“as escolas e alguns setores precisam se abrir mais para o meio ambiente entrar e levar isso a sério”* (Rebeca, 2019). Para Rebeca, as políticas de educação ambiental são possíveis, mas *“dentro da realidade de cada lugar”* (Rebeca, 2019). Ela justifica sua fala dizendo que é preciso escutar a comunidade, as crianças, pois são elas que conhecem a realidade local, as prioridades. *“Hoje uma mãe veio aqui falando da questão do saneamento aqui da região. Ela conhece né?”* Callai (2005, p. 240) ressalta que *“ler o mundo a partir do lugar é o desafio”*, contudo, um desafio possível e necessário. A professora Rebeca percebe essa possibilidade como uma potência dentro da realidade vivida na escola.

Outro ponto destacado por Rebeca, é a possibilidade da aplicação das políticas ambientais e a possibilidade de mudanças a partir de uma *“equipe unida e permanente”* (Rebeca, 2019). Segundo Rebeca, *“muda a direção, muda muita coisa. Então a gente está, todos nós unidos, em prol de que entre uma pessoa especial, que continue esse trabalho”* (Rebeca, 2019). A professora ressalta que os anos de trabalho, estudos e experiência juntos na escola proporcionaram a constituição de

uma equipe mais comprometida com a educação, com os alunos e com a comunidade. A escola tem a possibilidade da continuidade, diferentemente de uma gestão municipal. Na escola existe uma possibilidade maior da permanência e continuidade de um projeto. Isso se deve à implementação coletiva do Projeto Político-Pedagógico que, independentemente da gestão, “requer a continuidade das ações” (VEIGA, 1998, p. 11).

Para finalizar, Rebeca faz o último apontamento, evidenciando a importância da escola em tempo integral. Para ela essa deveria ser uma preocupação de toda a gestão municipal. Assim como a prefeita de Colombo, Rebeca concorda que as crianças seriam poupadas de situações ameaçadoras e perigosas. Ela traz como exemplo: fome, violência familiar, drogadição e frio. E destaca o acolhimento, o cuidado, o conhecimento ampliado, a alimentação e a segurança como pontos positivos da escola de tempo integral. Rebeca expressa a partir de sua fala, os arranjos particulares da sociedade refletidos na escola e a necessidade de um outro olhar. Um olhar que valorize as experiências, as tensões vividas, os tempos e os engajamentos dos alunos.

Após visitar a escola rural, fomos visitar mais uma escola referência na Ecogincana. Uma escola pequena, com um pouco mais de 220 alunos, localizada próximo de onde eu estava hospedada. Por um longo período ficamos na sala dos professores esperando por Estevan, professor responsável pelos projetos na escola. Foi possível constatar que a escola não possuía biblioteca, já que os livros estavam organizados na pequena sala dos professores.

Entrevistei o professor Estevan que já lecionava na escola há mais de 8 anos. Para ele, a sustentabilidade acontece a partir dos projetos da horta escolar, da coleta de lixo através do projeto da prefeitura e cita a Coleta Verde. Ele explica que *“tem um dia que é feita a troca desses resíduos por sacola verde”* (Estevan, 2019). Estevan retoma e confirma a metodologia da Coleta Verde e os desdobramentos desta ação na escola. *“Então a gente já fez movimento aqui para retirar e recolher esse lixo, [...] mas ainda precisa mais, porque nas palestras que a gente participa, capacitações, eles falam da quantidade de lixo que a nossa cidade produz”* (Estevan, 2019). Estevan destaca a educação de Colombo pelo diferencial. *“A educação é uma coisa que eu gosto. Gosto da maneira, das capacitações. Olha esse laboratório aqui mesmo (laboratório de informática), tem escola em Curitiba que não tem um laboratório como esse”* (Estevan, 2019).

Nossa conversa não se estendeu muito e o professor nos convidou para conhecer os resultados dos projetos. Conhecemos a horta escolar que conta com o auxílio de alguns pais para o cuidado. Mostrou as pinturas internas do muro realizadas pelos alunos e a composteira doada pela Secretaria do Meio Ambiente de Colombo.

Fotografia 4 - Escola Municipal Parque Santa Terezinha



Fonte: Registrada pela autora

Para Estevan, são conquistas significativas para a escola, mas que ainda precisam de mais ações e empreendimentos. Ele afirma que a escola não possui biblioteca e nem quadra poliesportiva⁶⁴. Estevan mostra o pátio da escola e ressalta que o problema não é a falta de espaço para a ampliação do prédio, assim como para a construção da quadra, pois o espaço existe.

⁶⁴ Segundo Vitória, assessora pedagógica, somente 12 escolas possuem ginásio de esporte, 16 escolas possuem quadra esportivas, algumas abertas e outras com cobertura e 15 escolas só possuem pátio coberto.

Durante a caminhada, Estevan relata que eles têm na escola uma biblioteca junto com a sala dos professores, mas para ele não é uma biblioteca. “É um lugar onde guarda livros” (Estevan, 2019). Naquele momento, recordei-me da Lei 12.244, aprovada em 2010, que estabeleceu prazo de dez anos para que as escolas brasileiras construíssem suas bibliotecas. O prazo está se encerrando em 2020 e, segundo dados do Censo Escolar 2018, indicam que pouco mais da metade (51,2%) das escolas brasileiras têm bibliotecas (PARANÁ, 2019).

Estevan também destaca um problema enfrentado por muitas escolas brasileiras: salas superlotadas. Ele conta que tem uma turma com 36 crianças. Eu sei o quanto é complicado dar aula para um número maior que 20 alunos por turma, principalmente nas séries iniciais. De acordo com Estevan, este fato ocorre na escola pela necessidade de unir dois 3º anos para criar um 4º ano. O Plano Municipal de Educação do Município de Colombo - Lei nº 1373/2015 estipula o número de alunos por sala na Educação Infantil, porém em relação aos anos iniciais o plano traz somente uma estimativa do número de alunos por turma no ano de 2015. O total de turmas de 3ºs anos em 2015 eram 138 e a média era de 26,13 de aluno por turma. O número de alunos aumenta em relação às 133 turmas de 4ºs anos, estimando 27,31 por turma. (COLOMBO, 2015b).

Saímos da escola e fomos conhecer o Centro de Artes e Esportes Unificados Daniel de Jesus Rosa (CEU). De acordo com o Ministério do Planejamento, no Brasil, foram construídos 266 empreendimentos. No Estado do Paraná foram instalados 14 CEUs, um deles em Colombo. A intenção com esta instalação é promover no mesmo “espaço físico programas e ações culturais, esportivas e de lazer, além de formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e inclusão digital”. E com isso, incentivar a “cidadania em territórios de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras” (BRASIL, 2020). Em Colombo, o empreendimento é novo, inaugurado no ano de 2018. Localizado no bairro Maracanã, “o espaço conta com biblioteca, cineteatro com 60 lugares, salas multiuso, quadra poliesportiva coberta, Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), unidade administrativa, telecentro, pista de skate, equipamentos de ginástica, playground e pista de caminhada” (BRASIL, 2018). Segundo Sibebe, a construção do CEU foi elencada naquele espaço devido ao alto índice de criminalidade. Ela mostra, conforme imagens abaixo, a área verde localizada atrás do CEU que poderia ser utilizada como um espaço para realização

de trilhas e atividades práticas de educação ambiental. Para ela, é um de seus projetos futuros.

Fotografia 5 - Centro de Artes e Esportes Unificados Daniel de Jesus Rosa



Fonte: Registrada pela autora.

Visitamos a biblioteca e lá estavam dois funcionários para o atendimento ao público. Explicaram que a retirada de livros ocorria a partir de cadastro. Enquanto falavam como era a organização da biblioteca, chamou minha atenção um cachorro que estava na porta. Ele tremia e eu concluí que era devido ao frio. Ao comentar com os funcionários eles me explicaram que o motivo de ele estar tremendo era pelo uso excessivo de drogas. Naquele momento fiquei surpresa. Relataram que pela noite o CEU é frequentado por pessoas que usam drogas ilícitas e estas oferecem para o cachorro. Durante o dia o animal apresenta sinais de abstinência, sendo um deles a tremedeira. Aquela situação foi muito desconfortável para mim. O cachorro revelava uma parte da cidade que ainda não havia prestado atenção.

Ao pesquisar sobre o tráfico de drogas em Colombo, descobri que em 2012, a cidade foi considerada a mais violenta da Região Metropolitana de Curitiba (RMC).

Para se ter uma ideia, no mês de abril do mesmo ano, Colombo “atingiu a marca de 61 homicídios no ano, cerca de um a cada dois dias” (DESLANDES; MONTEIRO, 2012). Na época, uma das alegações das autoridades como justificativa para os crimes foi o tráfico de drogas. Já em 2018, no ranking dos homicídios, Colombo estava em 2º lugar na RMC (CURITIBA..., 2018). Um mês antes de minha estadia em Colombo, a cidade ocupava o quarto lugar em maior taxa de homicídio (FARIA, 2019). De acordo com o sociólogo e pesquisador do Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos da Universidade Federal do Paraná Aknaton Souza, “É bastante clara na ciência a relação entre o urbanismo e criminalidade violenta. Quanto mais desertificada é uma cidade, no sentido de aparato estatal e políticas públicas, maior a tendência de haver crimes violentos” (SOUZA, 2019). Durante a entrevista, Pedro, secretário do Meio Ambiente de Colombo, havia relatado sobre a redução do índice de violência devido instalação, há seis anos, do 22º batalhão da polícia, conforme Decreto 4646 – 21 de Maio de 2012⁶⁵. Pedro declarou: “*a gente reduziu drasticamente o número de homicídios, o número de assaltos na cidade, com o batalhão, com a guarda municipal atuante, com a questão do monitoramento dos espaços públicos*” (Pedro, 2019).

Aquele foi o último dia em que teria a companhia de Sibebe. Era sexta-feira, véspera de feriado do dia 07 de setembro. Ainda ficaria mais um dia em Colombo.

Sete de Setembro, feriado em Colombo. Pela manhã saio para caminhar. A cidade já não era mais tão estranha para mim. Peguei um ônibus e fui até o shopping localizado no Maracanã, pois não havia nada aberto próximo ao hotel, devido ao feriado, e precisava almoçar.

Após a leitura do capítulo “Cidades das Mercadorias”, especificamente o subcapítulo I “O Shopping Center” (SARLO, 2014), passei a ter um olhar mais crítico para os shoppings. Os percebo como universais, pois independente da cidade ou país em que ele estiver localizado, serão semelhantes. Similares a um parque de diversões, convertido em uma atmosfera artificial, hegemônica, previsível, vigiado. Segundo Sarlo (2014, p. 25), “o shopping treina a maior quantidade possível de pessoas para que possam se mover dentro de seu projeto: Uma ampliação dos saberes do consumidor que se atinge por meio de funcionamentos acessíveis, ininterruptamente aperfeiçoados”. Tudo voltado para um mesmo fim, o consumo. E

⁶⁵ Decreto de criação do 22º Batalhão de Polícia Militar, com sede em Colombo - SESP (PARANÁ, 2012).

assim era o shopping em Colombo, todos que estavam lá almejavam comprar ou consumir alguma coisa. Colombo, naquele momento, convertia-se a qualquer outra cidade da região metropolitana do Brasil.

Este foi o último local que visitei na cidade de Colombo. Precisava retornar e me preparar para as entrevistas em São Leopoldo. Voltei para o Rio Grande do Sul com muitas horas de gravação e várias anotações. Todos e todas os/as entrevistados/as se empenharam de alguma maneira para contribuir para a pesquisa e isso foi gratificante.

5 SÃO LEOPOLDO - LUGAR DE EXPERIÊNCIAS SUSTENTÁVEIS

Antes de adentrar nas análises das entrevistas realizadas na cidade São Leopoldo/RS é importante destacar que, desde fevereiro de 2010, atuo como professora dos anos iniciais no município. Devido a meus estudos e vivências em São Leopoldo, por 10 anos olhei com mais atenção para esta cidade, especificamente para a Vila Santa Marta. Parafrazeando Sarlo (2014), São Leopoldo assim como Buenos Aires, e outras tantas cidades latino-americanas, tornou-se uma “cidade sólida”⁶⁶, devido a “enclaves instáveis”, temporários e efêmeros. Um exemplo foi a solidificação da Vila Santa.

Em meados dos anos de 1990, erguia-se a partir de casas de chapa, madeiras improvisadas, sem nenhum planejamento urbano, às margens do Arroio da Manteiga, a Vila Santa Marta. Sarlo(2014, p. 53) denomina de *villasmiseria*, os “enclaves construídos com materiais efêmeros, mas cuja forma de habitar se prolonga até hoje”. Assim como a Santa Marta, muitas outras *vilas* se solidificaram em São Leopoldo, cada uma com sua história e característica. De acordo com o mapa das Regiões do Orçamento participativo, recebendo a denominação de “vilas”, são 37 no total em São Leopoldo. Destas, 15 estão na região Norte 1, onde está localizada a Vila Santa Marta.

Figura 11- Regiões do Orçamento Participativo

⁶⁶Sarlo (2014) se refere à cidade sólida como aquela que passou a existir a partir de construções efêmeras. Como exemplo, as casas construídas em locais irregulares, não legalizados, que até então, eram para ser moradias temporárias, porém se tornaram residências fixas e necessitam ser regularizadas.



Fonte: São Leopoldo(2020k).

Até então, conhecia a Santa Marta, as pessoas, suas ruas, suas casas, suas igrejas, seu comércio, seus problemas socioambientais, a escola, a linguagem local, os gostos, a delimitação territorial, algumas de suas alegrias e tristezas (GROHE, 2015, 2018, 2019). A partir desta pesquisa, e principalmente, das entrevistas, das interações com o Coletivo Educador Ambiental e Fórum dos Arroios, este olhar foi ampliado e direcionado para as políticas de educação para a sustentabilidade, a organização, os programas, os projetos, os modos de viver e pensar a cidade. Se antes, nas escritas referentes à cidade de Colombo minha preocupação era “não me deixar afogar pelo material” (KAUFMANN, 2013, p. 32), em São Leopoldo, minha preocupação era não me deixar cegar pelo já vivido, pelo já experienciado e pelo já pesquisado sobre esta cidade.

5.1 Como eu gostaria de morar nessa cidade!

Em outubro de 2019, após envio de e-mails e contato por telefone, oito integrantes da gestão de São Leopoldo aceitaram me receber para a realização de entrevistas com o foco nas cidades sustentáveis e as políticas educacionais. O local escolhido pelos meus primeiros dois entrevistados foi o Museu do Rio, localizado junto à Rua da Praia, no centro da cidade, às margens do Rio dos Sinos. O Museu do Rio é uma referência em São Leopoldo, devido à sua história e edificação que remonta meados do século XIX, aproximadamente 1863. O local abrigava o Cais do

Porto de São Leopoldo e a principal atividade era o carregamento e descarregamento de produtos coloniais. O Museu do Rio promovia competições náuticas de remo (SÃO LEOPOLDO,2020g). Atualmente, vários são os projetos desenvolvidos junto ao Museu do Rio e no Rio dos Sinos.

Figura 12 - Museu do Rio



Fonte: São Leopoldo (2020g).

Um deles, prestes a completar 15 anos de atividades, é o projeto “Canoagem na Escola” ofertado pela Secretaria Municipal de Educação, que tem como o objetivo “proporcionar aos alunos a experiência do esporte, ensinando, acima de tudo, os valores do trabalho em equipe” (CANOAGEM ..., 2020), atualmente, o projeto atende 120 alunos da rede municipal de ensino de São Leopoldo e foi regulamentado para competições em 2011 a partir da criação da Associação Leopoldo de Ecologia e Canoagem (ALECA).

A primeira entrevista ocorreu na sala de reuniões do museu. Natália, bióloga, professora da rede municipal de ensino, há seis anos cedida para a Secretaria do Meio Ambiente para desenvolver atividades voltadas para a educação e licenciamento ambiental. Já havia conversado com Natália em outras ocasiões para tratar assuntos relacionados à educação ambiental. Nossa conversa se inicia com o foco nas cidades sustentáveis. Para Natália, *“uma cidade sustentável é uma utopia. No mundo capitalista em que vivemos ela é uma utopia, porque não existe um desenvolvimento e sustentabilidade ao mesmo tempo. Ou tu é sustentável ou tu quer desenvolver. Não tem meio termo”*⁶⁷ (Natália, 2019). Esta dualidade, separação, remeteu-me à indagação de Scotto, Carvalho e Guimarães (2009, p. 90) no livro “Desenvolvimento Sustentável”: “É possível aliar o desenvolvimento capitalista e a sustentabilidade socioambiental?” Segundo os autores, não há uma resposta contundente. Se a inclinação for para propostas que busquem “a construção de um consumo que possa ser cada vez mais ‘verde’, a edificação ampliada de uma matriz tecnológica com baixos impactos ambientais em todas as etapas do processo produtivo” (SCOTTO; CARVALHO; GUIMARÃES, 2009, p. 91), será possível que o desenvolvimento e a sustentabilidade andem juntos. Porém, se prevalecer as “certezas impostas pela eficiência do mercado e da tecnologia, [...] não será possível alcançar a sustentabilidade socioambiental através de estratégias vislumbradas no interior de uma lógica mercantil” (SCOTTO; CARVALHO; GUIMARÃES, 2009, p. 91). Há uma esperança trazida pelos autores a partir das reflexões de Leff(2000) que acredita que o projeto unificador, homogeneizador dos territórios em prol de um mercado globalizado esteja definindo. Segundo Leff (2000, p. 8), a história está se abrindo para uma “ressignificação do ser” Também tenho esperança, principalmente por ver muitas possibilidades na educação, como vimos no capítulo introdutório desta tese.

Natália ressalta a crença na sustentabilidade, porém desde o tempo em que trabalhou no licenciamento ambiental *“que é um outro olhar sobre a cidade”* (Natália, 2019), identificou pontos extremamente negativos. O licenciamento ambiental para ela *“é agressivo, porque tu tem do lado um empreendedor, um cara que quer investir na cidade e do outro lado tu tens a parte ambiental. Pesa na balança e ganha quem pode mais”* (Natália, 2019). A última fala destacada por

⁶⁷ Assim como no capítulo anterior, daqui para frente as falas dos entrevistados e entrevistadas estarão em itálico e entre aspas.

Natália, *“pesa na balança e ganha quem pode mais”* (Natália, 2019), remeteu-me ao desastre ambiental no início de 2019, da barragem de Brumadinho e de Mariana em 2015, os dois ligados a uma mesma empresa, Vale. Ao contrário do que poderia se pensar, o licenciamento ambiental após esses desastres, ganhou maior força no caminho das flexibilizações. Em junho de 2019, o Ministério Público Federal questionou a licença ambiental por adesão e compromisso (LAC) e a possibilidade de estados e municípios estabelecerem suas próprias regras (BRASIL, 2019i). No início de 2020, a LAC foi incluída no novo Código Estadual de Meio Ambiente do Rio Grande do Sul. “A regra autoriza a abertura de negócios de determinadas atividades em até 24 horas, mediante a apresentação de documentos e a assinatura de um termo em que se compromete em respeitar a legislação” (LAMPERT, 2020). Um retrocesso no que diz respeito ao Art. 225 da Constituição Federal, assim como um desequilíbrio entre desenvolvimento e sustentabilidade, pois essa flexibilização é perigosa.

Segundo Natália, *“nós temos as melhores leis ambientais do mundo. Leis ambientais federais, estaduais e municipais. Nós temos as melhores, só que elas não são aplicadas como deveriam”* (Natália, 2019). Como já citado no capítulo 2 desta tese, em São Leopoldo, em 2006, houve o maior desastre ambiental do Rio Grande do Sul. Morreram entre 10 e 15 toneladas de peixes. Fato ocorrido, devido a intensa atividade industrial de produção e desenvolvimento econômico na bacia do Rio dos Sinos (FOLTZ, 2008). Muitos estudos e análises foram realizados após este desastre (FOLTZ, 2008; VIEIRA; SAURIN, 2018) e foi constatado que, em alguns casos, a legislação e a fiscalização não foram cumpridas.

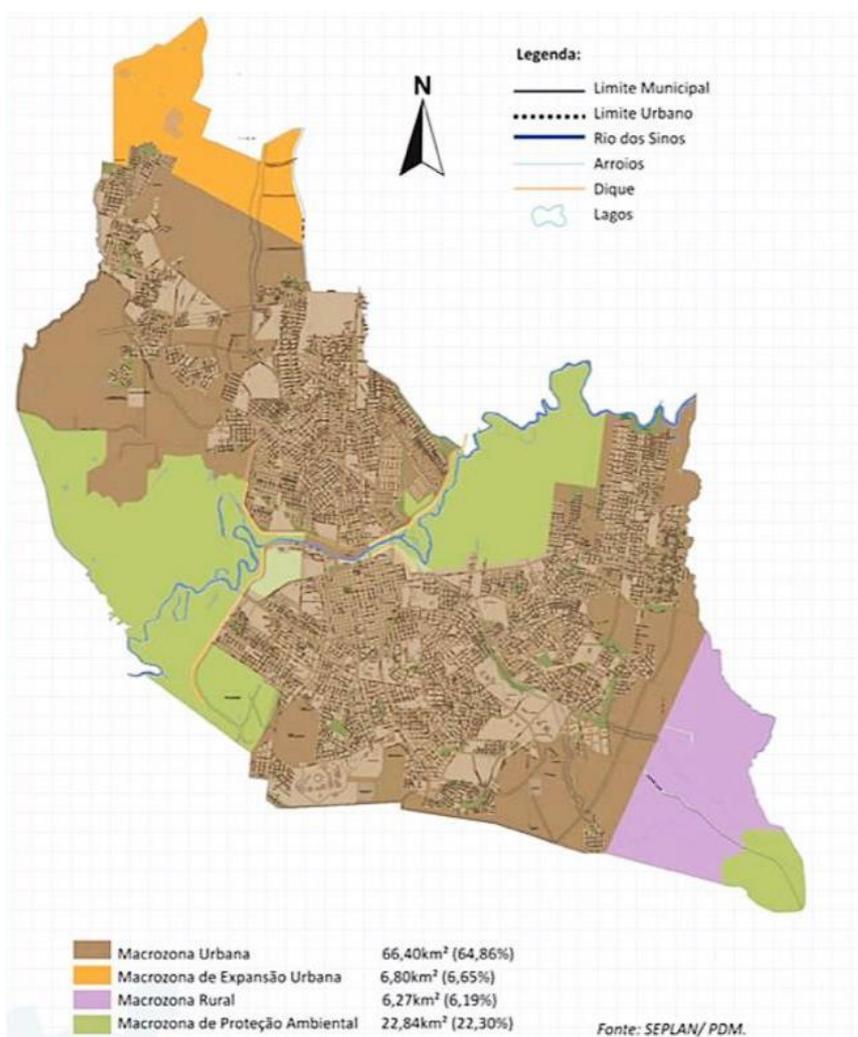
Dando continuidade às suas reflexões em relação à sustentabilidade, para Natália, o desenvolvimento tem que parar em algum momento. *“Eu falo isso, porque nós temos em São Leopoldo, se eu não me engano, eu acho que 96% do centro urbano. Olha que absurdo isso! Uma cidade 96% urbanizada! Isso não é sustentabilidade”* (Natália, 2019).

Segundo Beck (2018, p. 229),

Embora a distinção entre áreas urbanas e rurais esteja cada vez mais apagada - em decorrência do alcance global e da difusão de metabolismos econômicos urbanos (envolvendo também energia, água, lixo, e assim por diante) -, ela ainda é muito relevante politicamente em todos aqueles contextos nos quais terra, recursos e condições de vida estão sendo redistribuídos (por vezes de modo violento) por meio de processos de rápida urbanização.

Pelo que podemos perceber, essa rápida urbanização destacada por Beck, é evidenciada em São Leopoldo. De acordo com o Censo 2010, São Leopoldo conta com uma taxa de urbanização de 99,7% contra 0,30% na área rural. Conforme o mapa de Macrozoneamento do Município de São Leopoldo, em marrom podemos identificar a macrozona urbana.

Figura 13 - Macrozoneamento do Município de São Leopoldo



Fonte: Zelteret *et al.* (2012, p. 114).

Em cor lilás é identificada a macrozona rural e em verde a macrozona de Proteção Ambiental. Pela imagem podemos perceber o desequilíbrio em relação às zonas urbanas e rurais. Uma prevalece bem mais que a outra. E para Natália, “isso não é sustentabilidade” (Natália, 2019).

“Existem formas de sustentabilidade, mas daí elas conflitam com o tipo de vida que a humanidade pegou para ela. Nós somos capitalistas. Não há como negar. Mesmo o socialista tem um pouco de capitalista, porque eles têm que viver de alguma coisa. Então, eles extraem petróleo e N coisas, né? Mas, para o mundo ser sustentável, uma cidade ser sustentável ela teria que baixar o ritmo, diminuir o ritmo, e se apegar a coisas mais simples, que é o que o ser humano não quer”. (Natália, 2019).

Algumas cidades no mundo, há alguns anos, tentam “reduzir o ritmo”, caminhando para o que é denominado de City Slow, Slow City ou Cidade Lenta. Essas denominações têm origem, em 1989, com o movimento Slow Food, constituindo-se como o oposto ao fast food (comida rápida). O movimento Slow faz uma crítica ao modo de vida fundamentado na “aceleração, na padronização da alimentação, na supressão das identidades locais e na exploração do trabalho, contrapondo a esses valores a ideia de uma atitude ecológica e sem pressa” (CARVALHO, 2008, p. 101).

Nos anos de 1990, o movimento passou a ter um caráter mais político devido à relação da comida com a proteção do patrimônio de bens biológicos, sociais e culturais. Após alguns desdobramentos do movimento slow, no final da década de 1990, esse conceito é ampliado para cityslow. A proposta foi “pensada para designar localidades que, reunindo certas características, como a presença significativa de certo capital cultural e alimentar, aderissem aos valores do movimento slow desde suas comunidades locais” (CARVALHO, 2008, p. 104).

No Rio Grande do Sul, temos como exemplo a cidade de Antônio Prado que, de acordo com o Parecer nº 16/2016 CEC/RS, recebeu o selo Slow City em 2001. Segundo a geógrafa CianeFochesatto, a cidade, com 12 mil habitantes, tem um dos maiores patrimônios históricos do Brasil, com 48 edifícios tombados. O cotidiano da cidade foi adaptado à preservação da história e do meio ambiente urbano. “A prefeitura lançou uma cartilha de educação patrimonial⁶⁸, desenvolveu coleta

⁶⁸ Ver em: Memória... (2009).

seletiva intensa⁶⁹, dedicou grande cuidado ao saneamento⁷⁰ e implantou a educação ambiental nas escolas⁷¹, dentro do espírito SLOW de viver” (RIO GRANDE DO SUL, 2016, p. 3). Com relação a este modo de viver em Antônio Prado, seria necessário um estudo mais aprofundado para identificar os desdobramentos do movimento Slow. Segundo Natália, este poderia ser um dos caminhos a ser seguido.

Com relação à educação em São Leopoldo, Natália a percebe como “*muito atrasada*”. *Não que seja ruim, mas tinha que mudar um pouco. Eu não sei explicar como, de que forma. O que eu vejo em São Leopoldo são poucas iniciativas*” (Natália, 2019). De acordo com minha experiência como professora, concordo em parte com Natália com relação as poucas iniciativas, projetos e boas práticas. A meu ver, elas existem, porém são pouco divulgadas.

Ao ingressar na página da prefeitura de São Leopoldo, no campo específico da Secretaria de Educação, o que é divulgado são informações sobre matrículas, concurso público, convocações para assembleias.⁷² Ao pesquisar o termo educação, na página inicial do mesmo site, encontrei poucos registros sobre iniciativas realizadas em escolas do município. Já na página do Facebook da Secretaria Municipal de Educação⁷³, identifiquei diversas ações desenvolvidas no ano de 2019 nas EMEIs e EMEFs.

Um exemplo é o projeto “Partiu Aula”. Esse projeto desenvolvido pela EMEF Francisco Cândido Xavier e alunos da turma do Acelera da EMEF Paulo Couto tem por objetivo incentivar o protagonismo juvenil, assim como dar visibilidade às diversidades culturais. Dentro desse projeto é possível identificar a integração com outro projeto em nível municipal, o ACELERA⁷⁴, que “tem o objetivo de corrigir a distorção entre idade e ano dos estudantes da rede municipal de ensino” (SÃO LEOPOLDO, 2019). O ACELERA, iniciado em 2018, atende alunos a partir dos 15 anos que tenham estudado até, no mínimo, o sexto ano. Em 2019, 140 alunos em seis escolas do município participaram do projeto (PEIXOTO, 2019) O objetivo é

⁶⁹ Ver em: Antônio Prado (2020).

⁷⁰ Ver em: Antônio Prado (2019).

⁷¹ Ver em: Antônio Prado (2006).

⁷² São Leopoldo (2020n).

⁷³ Facebook da Secretaria Municipal de Educação (SÃO LEOPOLDO, 2020m).

⁷⁴ Outro projeto que pode ser destacado é o Mais Educa São Leopoldo. O programa visa qualificar a aprendizagem dos estudantes e funciona com oficinas trabalhando nas escolas no contraturno, totalizando, para os estudantes, uma rotina de 7h diárias no ambiente escolar; com atividades fora dos espaços escolares (SÃO LEOPOLDO, 2019j).

incentivar que os adolescentes não desistam da escola, assim como minimizar a evasão escolar. Um incentivo também para a redução dos homicídios na cidade.

De acordo com o Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada -IPEA, “A cada 1% a mais de jovens nas escolas, os homicídios caem 2%” (IPEA, 2016). Esse resultado foi divulgado na “Nota Técnica Indicadores Multidimensionais de Educação e Homicídios nos Territórios Focalizados pelo Pacto Nacional pela Redução de Homicídios” (CERQUEIRA *et al.*, 2016). Após a realização de estudo em 81 municípios do Brasil, constatou-se que a educação é a principal política social de redução dos assassinatos. Com esse exemplo, não é possível afirmar que a educação de São Leopoldo esteja “*atrasada*”, pois existem tentativas para que ela avance.

Com relação a Educação Ambiental, para Natália, “*em todo esse tempo que ela existe, que eu não sei o somatório de anos que começou lá em Tbilisi, enfim, eu acho que não evolui nada. A educação ambiental não evolui em nada. E me parece que são ações pontuais, de pessoas que acreditam e que um dia irão cansar*” (Natália, 2019). Do ponto de vista teórico, em 2005, Sauv  (2005, p. 319) constatou que

um número cada vez maior de atores da educação ambiental introduziu uma dimensão de pesquisa ou de reflexão em suas intervenções no terreno da prática. Desenvolveu-se, assim, um ‘patrimônio pedagógico’ que cont  m rica diversidade de proposições teóricas, de modelos e de estratégias, capaz de estimular a discussão e de servir de inspiração para os que trabalham na prática. [...] A   rea da educação ambiental evoluiu, pois, de modo construtivo.

Em termos de política pública brasileira, a Educação Ambiental tem longa história, inúmeros projetos, programas, decretos e leis. Desde o ano de 1972, o tema está presente nas agendas dos governos brasileiros, iniciada com a criação da SEMA (Secretaria Especial de Meio Ambiente) ligada à Presidência da República (SORRENTINO *et al.*, 2005, p. 289).

Foram visíveis e comprovados os avanços da educação ambiental a partir, principalmente, do incentivo à realização de Conferências pelo Meio Ambiente. Destaco a Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA), acompanhada por mim desde os anos de 2013 (GROHE, 2015). Essa conferência mobilizou os estudantes de escolas brasileiras

visando promover a reflexão, o desenvolvimento de estudos e pesquisas, além de estimular a proposição de ações e projetos no contexto da temática

socioambiental, considerando seus desafios e alternativas, no âmbito da escola e de seu entorno, em conformidade com as orientações expressas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA), aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação pela Resolução CNE/CP nº 02/2012 (BRASIL, 2018).

Em São Leopoldo, só no ano de 2013, dezessete escolas foram contempladas com o Programa Dinheiro Direto na Escola - Escolas Sustentáveis - Resolução/CD/FNDE nº 18, de 21 de maio de 2013. De acordo com o Art. 5º, os recursos foram calculados de acordo com o número de alunos matriculados na educação básica da unidade educacional, segundo dados extraídos do Censo Escolar do ano anterior ao do repasse. A EMEF Santa Marta, escola em que lecionei, foi contemplada com R\$ 12.000,00. Um ganho não só financeiro, mas também um incentivo ao fortalecimento das ações em prol da educação para a sustentabilidade. Foram 70 mil escolas envolvidas na conferência, somente no ano de 2013 (GROHE, 2015). No ano de 2018, a CNIJMA perdeu força em São Leopoldo, sendo que somente 9 escolas participaram (SÃO..., 2018).

Natália, em partes tem razão, principalmente se tratando dos últimos anos em que a Educação Ambiental vem “definindo” enquanto política pública em nível nacional e isso foi identificado por Marques, Raimundo e Xavier (2019), ao analisarem a BNCC. Constatou-se que a Educação Ambiental perdeu espaço, prevalecendo as vertentes naturalista e conservacionista, trazendo um discurso voltado para a perspectiva ecológica, sem a problematização da Educação Ambiental enquanto um campo político.

Outros retrocessos foram identificados por Garcia *et al.* (2019) ao analisarem as duas décadas de PNEA. Contudo, os autores também identificaram conquistas oriundas “de anos de interação entre educadores ambientais, especialistas, sociedade civil organizada e órgãos públicos ambientais e educacionais”, além de órgãos privados, demonstram que novas racionalidades foram delineadas, que novos “laços identitários” foram construídos e que o empoderamento dos grupos sociais foi fortalecido (GARCIA *et al.*, 2019).

Com relação às boas práticas de educação para a sustentabilidade em São Leopoldo, Natália destaca a “Trilha Urbana” criada em parceria com a direção do Parque Rua da Praia, com sede no Museu do Rio. “*Eu gosto muito da parte arquitetônica, cultural, histórica e daí a gente pensou em um **olhar diferenciado**. Muitas pessoas passam pela Praça do Imigrante e **não enxergam a Praça**”.*

(Natália, 2019, grifonosso). A “Trilha Urbana Caminhos do Rio dos Sinos” é

um instrumento metodológico que promove o encontro de **diferentes percepções** e conseqüentemente de **diferentes olhares**, visa à reconexão entre o Rio dos Sinos, a população, a cultura e a história de nossa cidade. Pensar, vivenciar e **experimentar caminhadas** pelas ruas observando a paisagem e as modificações **no tempo e no espaço** são passos no reconhecimento da conexão entre o meio ambiente, a população e a cultura local. (SÃO LEOPOLDO, 2020b, grifo nosso).

A partir da trilha, proporciona-se para os leopoldenses um novo olhar para a cidade. A paisagem antes percebida com certo distanciamento, passa a ser identificada como um lugar de sentido. Segundo Haesbaert(2014,p. 46), “a paisagem em geral enfatiza um sentido e uma perspectiva, a do olhar (e das representações aí inseridas), indicando um certo distanciamento, no lugar estamos ‘mergulhado’ em todos os sentidos da nossa experiência, do ‘vivido”.

A Praça do Imigrante, o Parque Rua da Praia, o Museu do Rio, a Ponte 25 de Julho, o Dique e os monumentos passam a ter outro significado a partir da experiência vivida na Trilha Urbana. Esse fato é confirmado por Natália ao dizer

*“Quando a gente chega na Praça do Imigrante que a gente olha para a Câmara de Vereadores, olha para a praça e mostra a Independência, que era a antiga rua do Passo, como chamavam, várias crianças já me disseram: **Ai professora, como eu gostaria de morar nessa cidade! Daí eu digo: Mas vocês moram nessa cidade!**”.* (Natália, 2019, grifo nosso).

Fundamentado em Creswell (2004),DoreenMassey (2000), Heidegger (1954), Malpas (1999) e Haesbaert(2014, p. 46) destaca o lugar como aquele que “diz respeito ao mesmo tempo à significação e à experiência concreta do mundo.” Uma “ligação entre lugar e existência, experiência vivida”.

Antes de participar da Trilha Urbana, as crianças não se percebiam como moradoras de São Leopoldo, daquele lugar. Neste ponto, Haesbaert, a partir de Tuan (1983), diria que o espaço, antes “indiferenciado”, é transformado em lugar na medida que passa ser conhecido melhor e valorizado. “O lugar, como território, torna-se muito mais complexo pela crescente mobilidade e, desse modo, pelas redes que cada vez mais se impõem na sua construção” (HAESBAERT; TUAN, 1983,p. 47).

Figura 14 - Trilha Urbana



Fonte: Kerschener(2019).

Neste lugar, agora ressignificado, as crianças não são apenas “sujeitos a sujeitar seu meio”, mas passam a ser “interagentes que compõem esse próprio meio e cujo ‘bem viver’ (como afirmam os indígenas andinos) depende dessa interação” (HAESBAERT; TUAN, 1983, p. 54).

Com relação a gestão municipal, Natália identifica a falta de união. *“Deveria ter mais união entre as secretarias. Parece que as secretarias elas legislam independente umas das outras como se ela não fosse uma unidade só”*. A estrutura administrativa da cidade de São Leopoldo está organizada em Secretarias, Gabinetes, Departamentos e alguns serviços prestados (SÃO LEOPOLDO, 2020c). Ao todo são 19 secretarias.

Conforme Natália, no início da gestão atual, *“a exigência era que todos unissem forças. Unir as secretarias para fazer as ações. No início deste governo ocorreu isso e depois não ocorreu mais e eu acho isso uma pena. Uma perda, para o município, né?”* (Natália, 2019). Barcelona, referência como cidade educadora, seis vezes maior que São Leopoldo, realiza quinzenalmente reuniões com os dez chefes de Serviços Pessoais dos Distritos, *“reuniões nas quais se adotam e se contrastam as linhas de actuação da planificação geral com as realidades territoriais”* (VILLAR, 2001, p. 131).

Esse modelo organizativo, baseia-se na “descentralização político-administrativa e de competência dos municípios dividindo e responsabilizando todos os segmentos representativos do poder público pela política de educação a ser desenvolvida” (MORIGI, 2016,p. 27). A organização não é setorial, “mas territorial,

possibilitando uma intervenção mais global, a partir das equipas interdisciplinares.” (VILLAR, 2001, p. 130) Juntos deverão “decidir o modelo de vida urbana que desejam para seus cidadãos, o que passa necessariamente pela educação” (GÓMEZ-GRANELL; VILA, 2003, p. 19). Lopes (2016) destaca a descentralização (relacionada à municipalização e desconcentração) como

uma aproximação física entre governantes e governados, ampliando as oportunidades de comunicação entre população e autoridades, propiciando contato direto de quem toma as decisões com a realidade, o que torna as autoridades mais sensíveis aos problemas e aspirações dos cidadãos (LOPES, 2016, p. 51).

Natália continua com suas reflexões:

“eu posso falar sinceramente, a cada governo que passa eles tem um olhar diferente. E daí muda tudo! Daí, tudo aquilo que tu construiu tu joga fora. E essa é a dinâmica do Brasil. Essa é a dinâmica do nosso país. E eu acho que por isso que a gente não evolui, porque a gente não vai a lugar nenhum, porque não tem o trabalho contínuo. Tem ações pontuais”. (Natália, 2019).

Para quem acompanha de perto a educação no Brasil, sabe o quanto o destaque realizado por Natália é um fato. Um exemplo são as extinções em nível nacional do Programa Mais Educação, do Departamento de Educação Ambiental, e até mesmo do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). O mesmo pode ser identificado em nível municipal com relação às trocas de gestão. Todos os setores são modificados, assim que assume uma nova gestão. Segundo Natália, *“falta uma política de verdade, falta engajamento de verdade. E não é que falem pessoas de verdade. Elas cansam de lutar. Então, eu acho que falta um direcionamento, mas aí é em nível de país, né?”* (Natália, 2019). Concordo com Natália, porém a *“luta”*, como ela expressou, para mim, precisa ser em nível local. A cidade, onde vivemos, continua existindo com seus problemas e possibilidades.

5.2 Cidade como lugar da experiência

Após a entrevista com Natália, realizei entrevista com Vitor, Diretor do Centro Roessler/Museu do Rio dos Sinos. Vitor foi a pessoa que, indiretamente, incentivou que esta pesquisa fosse realizada em São Leopoldo (Ver subcapítulo 3.3). Sua trajetória, segundo ele, é de *“militância”*, principalmente no bairro Vicentina, na zona

oeste, conforme mapa das Regiões do Orçamento Participativo (Figura10). Com 41 anos, desde muito cedo, já na adolescência, presidiu Grêmios Estudantis e participou de diretórios acadêmicos na universidade. A partir do estágio na prefeitura em serviço social e da militância, foi contratado como cargo de confiança, chegando à direção do Museu do Rio.

Vitor relata que na Secretaria do Meio Ambiente ele contribuiu para a “*aprovação da parceria com a União Europeia, do Avançar Cidade, da parceria com o ICLEI, de um edital para a compra de um trator. Editais de financiamento*” (Vitor, 2019). A parceria com a União Europeia se deu através do Programa de Cooperação Urbana Internacional da União Europeia - América Latina e Caribe (IUC LAC).

O Programa Internacional de Cooperação Urbana (IUC LAC) busca dialogar com cidades formas de promover o desenvolvimento urbano sustentável, ações contra as mudanças climáticas e inovação para o desenvolvimento local e regional. Líderes locais e especialistas técnicos municipais estarão aptos a se conectarem e a conhecerem novas perspectivas em questões urgentes de desenvolvimento sustentável. O programa prevê que os representantes de cada cidade farão parte de viagens de estudo, intercâmbio de pessoal, treinamentos e seminários, e projetarão um plano de ação para dirigir o desenvolvimento urbano sustentável. Os municípios selecionados receberão apoio técnico e logístico da União Europeia para a consolidação de planos de desenvolvimento sustentável, assim como poderão solidificar alianças com cidades europeias (SÃO..., 2019a).

Em novembro de 2019, ocorreu a visita da comitiva da cidade portuguesa Viana do Castelo em São Leopoldo. Conforme a gerente do programa, Sandra Marin, “ele foi criado para que as cidades da Europa cooperem com as cidades do mundo” (SÃO..., 2019b). De acordo com Vitor, o foco em São Leopoldo é na gestão de resíduos sólidos e gestão de recursos hídricos. Em entrevista para a Revista News (SÃO..., 2019a), o secretário do Meio Ambiente ressaltou que “São Leopoldo está recuperando o protagonismo na elaboração e produção de projetos estratégicos para a cidade. A seleção do município consolida a cidade no cenário internacional, valorizando principalmente a experiência local”. Segundo Beck (2018, p. 226),

O que estamos testemunhando no espaço da política climática urbana é um *processo transnacional de geração de normas*, mudando radicalmente o que é considerado planejamento e desenvolvimento urbano inovador, visionário e legítimo. Nesse processo, um número crescente de alianças interurbanas em rede desempenha papéis essenciais, gerando, compartilhando e ajudando a incrementar novo know-how relevante para a política de enverdecimento urbano em cidades geograficamente distantes no mundo.

São Leopoldo com essa parceria, a meu ver, acrescenta ao seu modo de pensar a cidade novas normas, novos modos de “know-how”, de “saber como” ou “saber fazer”, a partir da cooperação com outra cidade geograficamente distante. Segundo Beck, no que se refere aos governos locais, a compreensão é “de que compartilhar e combinar sua autoridade através das fronteiras transnacionais é a única maneira de começar a enfrentar os desafios comuns representados pelos riscos globais de mudança climática” (BECK, 2018, p. 227).

Outro programa destacado por Vitor foi o “Avançar Cidades-Saneamento”, do Ministério das Cidades. Esse programa, criado em 2017, financia “investimentos que visem à implantação, à expansão e/ou à modernização da infraestrutura de saneamento básico do país” (BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES), 2020). Em São Leopoldo foram “liberados para a captação de recursos, que no total chegam próximos a R\$ 90 milhões, as obras do esgoto sanitário da Bacia Santos Dumont; a gestão de resíduos sólidos, a substituição redes de abastecimento de água da região central da cidade e a setorização de abastecimento de água” (SÃO..., 2019c). Ao pesquisar sobre os desdobramentos dessa ação, fui informada que a verba, até o momento desta escrita, não foi liberada para os fins propostos.

Vitor conta que a parceria com o International Council for Local Environmental Initiatives (ICLEI), já comentada no subcapítulo 4.2 desta tese, ganhou outros desdobramentos. No início do mês de outubro de 2019, o prefeito de São Leopoldo e o secretário-executivo do ICLEI assinaram a Carta de Intenções para implementação da Formação de Jovens Embaixadores pelo Clima no município. O objetivo foi o de “sensibilizar e capacitar crianças e adolescentes de 7 a 12 anos da rede municipal de ensino para a agenda de sustentabilidade” (SÃO LEOPOLDO, 2019f).

De acordo com a Resolução 268/2020, entre as metas a serem atingidas, além da formação de 400 alunos da rede pública municipal de São Leopoldo está o plantio de 400 árvores. (SÃO LEOPOLDO, 2020a). Conforme apresentação realizada pela Coordenadora de Relações Institucionais ICLEI América do Sul, a Secretaria de Meio Ambiente de São Leopoldo, para desenvolver essas e outras ações ligadas ao ICLEI, faz uso do Fundo Nacional de Direitos Difusos como mecanismo financeiro. A coordenadora constata que o “município apresenta grande expertise na aplicação de editais, construindo aos poucos um banco de projetos

financiáveis e posicionando-se como referência em termos de financiamento para o desenvolvimento sustentável” (CASTELHANO, 2019).

Percebo os “bancos de projetos financiáveis” como possibilidades para a continuidade e avanço de ações sustentáveis em nível municipal, porém há a necessidade de um estudo mais detalhado e mais minucioso para acompanhar os desdobramentos do uso dessas verbas. Um exemplo trazido aqui, aderido em São Leopoldo, foi o Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD), criado pela Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, que “tem por finalidade a reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos” (BRASIL, 1995). O FDD é vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública. Desde 1988 utiliza os recursos procedentes das multas e condenações judiciais e danos ao consumidor para financiar projetos de órgãos públicos e entidades civis que visem a proteção de direitos difusos (BRASIL, 2019f).

Segundo Vitor, com relação a questão da cidade ser sustentável, *“há uma insistência e um pedido do governo municipal para que se caminhe para isso. Há vontade política para que isso aconteça. Há um desejo político”* (Vitor, 2019). Vitor, no decorrer de sua fala, retoma e reforça a questão da *vontade política*:

“A vontade política da gestão nem sempre se reflete na vontade dos cargos, na vontade de quem está na ponta trabalhando. E aí esse caminho, na minha opinião, faz com que as coisas realmente não aconteçam. E isso é muito triste, porque tu tem um projeto, tu tem uma possibilidade de recurso, tu tem como executar, mas o secretário X não vai executar”.(Vitor, 2019).

Existem muitas vontades e dependem de outras vontades para que uma ação se concretize. A vontade é algo muito particular. Para que eu realize esta pesquisa preciso ter vontade. “Não há pesquisa sem vontade de descobrir” (KAUFMANN, 2018 p. 120). Vejo como positiva a vontade política relativa às questões ambientais em um momento em que o planeta necessita de ações pautadas nessa vontade. Vitor ressalta que, além da vontade política, existem os acordos relativos à distribuição de cargos. As pessoas com Cargo de Confiança (CC), *“entram para dentro do governo e estão preocupadas com a eleição para vereador em 2020. E assim essa sucessão de acordos, seja quem for o próximo prefeito, ele vai ter esse mesmo enfrentamento”* (Vitor, 2019). Para Vitor

“Há uma dificuldade da sinergia acontecer entre servidor público concursado e entre agentes em cargo de confiança. Há uma dificuldade do cargo de confiança que ocupa cargo de chefia de entender que ele tem que primeiro descobrir e valorizar o potencial que ele tem dentro do espaço que ele chegou para trabalhar”. (Vitor, 2019).

Seguindo a lógica do pensamento de Vitor, não basta a vontade política prevalecer em um governo local, ela é fundamental, porém existem acordos internos que se sobrepõem às metas traçadas. Além da descontinuidade de um projeto de governo, devido à troca de gestão, há um imbricamento entre vontades e acordos.

Outro ponto destacado por Vitor, é com relação à importância das parcerias na realização das ações sustentáveis. Ele ressalta que

“Poderia justificar que não há recursos, que não vem verba do governo federal, que realmente não vem. Mesmo assim foram produzidas 10 mil cartilhas⁷⁵. Organizamos eventos sistemáticos de educação ambiental. Tudo isso sem gastar um centavo. Parcerias, né?”. (Vitor, 2019).

Para a produção das cartilhas foi realizada uma parceria com uma empresa de papel local. Aqui, cabe ressaltar, o envolvimento em ações sustentáveis dos setores industriais e empresariais. Esses não podem mais focalizar suas metas apenas no lucro, mas também, como destaca Jacobi, no investimento em “práticas econômicas sustentáveis”. Para Jacobi esse é o caminho, principalmente às “empresas cuja ação é inegavelmente predatória”, recordando os acontecimentos em Mariana (SZWAKO; LAVALLE; DOWBOR, 2019, p. 231).

Jacobi destaca a importância da responsabilidade de toda a empresa, inclusive os acionistas, para “reduzir impactos socioambientais na sua cadeia de produção. E isso é prevenção: investir e arcar com os custos de políticas empresariais de prevenção” (SZWAKO; LAVALLE; DOWBOR, 2019, p. 232). As parcerias com as empresas locais para o desenvolvimento de ações de educação para a sustentabilidade também são essenciais e, na conjuntura atual, onde os recursos financeiros são escassos, este é um caminho viável a se seguir.

Vitor destaca dois eixos de trabalho. O primeiro eixo “são os projetos urbanísticos do Parque Rua da Praia e a capacitação de recursos para fazê-los e a construção de parcerias”(Vitor, 2019). E o segundo eixo é “a educação ambiental junto ao Museu do Rio dos Sinos”(Vitor, 2019). Para Vitor não é possível um

⁷⁵ Para saber sobre a Cartilha Ambiental ler em: Klabin... (2019).

trabalho vertical. *“Nós temos que tentar algo horizontal em que as pessoas se sintam pertencentes desse espaço”*(Vitor, 2019). Vitor discorre sobre a relação entre a cidade, os espaços e o sentimento de pertencimento. *“Não adianta 40 pessoas aqui e passar um vídeo do Parque Rua da Praia e falar com elas uma hora sobre o parque. E aí nós pensamos em atividades que as pessoas se sentissem envolvidas nisso”*(Vitor, 2019). Como exemplo, ele traz a Trilha Urbana.

“Eu posso te trazer relatos dos estudantes, da própria escola Santa Marta. De estudantes que disseram: Ah, eu não conhecia essa cidade! Tem uma estudante que disse: - Eu gostaria de morar nessa cidade! Tem um outro estudante que, acho que foi lá do Rio Branco, que ele parou na beirinha do rio, olhou para o rio e chorou. E ele disse: Por que a gente faz isso?”. (Vitor, 2019).

Esse relato complementa o trazido por Natália e é destacado o papel fundamental da sensibilização. A sensibilização é “a informação necessária para despertar (‘abrir’) a consciência dos sujeitos para aquele determinado problema” (MOURA; DAMO, 2014) Essa é uma das possibilidades da educação para a sustentabilidade, a sensibilização para que os atores sociais produzam relações de pertencimento ao lugar.

“O aluno não só olha para o rio. Ele sabe que os alemães chegaram por lá. Ele vai falar sobre a ponte 25 de Julho, ele vai caminhar até aqui, ele vai percorrer, ele vai vivenciar isso. É um trajeto de vivências, que mescla história com a questão ambiental”. (Vitor, 2019).

Esse é o passo inicial, porém não pode ser pontual, podendo ser continuado na escola, na comunidade, nas casas de cada criança.

Dentro do eixo educação ambiental Vitor cita outro projeto, o “Eu Vou de Bike”. O “Eu Vou de Bike” envolve um passeio de bicicleta pelo Parque Imperatriz, pela Base Ecológica do Rio Velho, pelo Matinho do Padre Réus e pelo Dique. Esse passeio tem dois trajetos, um curto e outro longo.

“Tem um trajeto que sai daqui e vai até a base ecológica do Rio Velho. Perpassa por resíduos descartados de forma irregular, perpassa pelo odor do Arroio João Corrêa, perpassa por uma periferia em situação de vulnerabilidade social na beira desse arroio. Eu vou devagarinho, acompanhando o pessoal e eu vou ouvindo o que eles estão dizendo. Quando eles chegam na base ecológica, eles se encantam com aquele espaço. Se encantam por aquele lugar. Esse é um percurso. Outro

percurso sai daqui e vai até o Parque Imperatriz. Entra lá dentro do Parque e lá no mirante o pessoal do próprio parque faz uma conversa e vai falando o que é o parque. A primeira pergunta é: Quem já veio aqui? Aí 30% das mãos levantam e os outros por cento não sabem nem o que é aquilo ali”. (Vitor, 2019).

Assim como as crianças na Trilha Urbana, os adultos que participam do “Eu Vou de Bike” não conhecem a cidade em que moram. Essa é outra oportunidade para a educação e para a sustentabilidade a partir da sensibilização e mobilização.

Figura 15 - Eu Vou de Bike



Fonte: Santos (2019).

Vitor conta que o “Eu Vou de Bike” iria se chamar “Caminhos dos Diques”. A ideia era *“atrair o olhar da população para os diques. Como nós vamos fazer o debate sobre os diques? Ninguém fala, nem sabe que existe e nem sabe o que é”*(Vitor, 2019).

De acordo com estudo realizado por Manoella Treis, junto com Aloisio - UNISINOS e publicado pelo ObservaSinops (RUSCHEINSKY; TREIS, 2016), o projeto de proteção contra cheias de São Leopoldo data de 1965. O primeiro dique construído em São Leopoldo foi no ano de 1974, incluindo três casas com bombas para transbordo: Rodoviária, Ginásio Municipal e João Corrêa.

Desde o ano de 1993, a operação e manutenção das casas de bombas passou a ser executada e custeada pelo SEMAE. Sem os diques, os efeitos das cheias sazonais poderiam ser comparados aos desastres ambientais ocorridos em Brumadinho e Mariana. Esse seria o motivo maior para a preservação dos diques em São Leopoldo.

Figura 16 - Dique São Leopoldo



Fonte: Rohr(2019).

De acordo com Vítor, o primeiro “Eu vou de Bike”, no início de 2019, contou com 60 pessoas e o no mês de setembro de 2019, contabilizou 280 ciclistas. “*Então isso mexe com a cabeça das pessoas de uma forma, porque eles passam por vários cenários em que eles não conhecem e não tem nem ideia que faz parte da cidade*” (Vitor, 2019).

A cidade enquanto “lugar da experiência” Dubet (1994), proporciona a partir do “Eu Vou de Bike”⁷⁶ a oportunidade para que cada indivíduo, de acordo com seu modo próprio de ver e pensar, dê outros sentidos para a cidade. Ao dar o enfoque a espaços ainda não explorados é favorecida a formação de cidadãos mais comprometidos e engajados com a cidade.

Ainda com o objetivo de proporcionar a educação ambiental na cidade, Vitor destaca a Gincana Ambiental. A gincana “*é feita nas escolas com os jogos que a gente mandou fazer, mas têm várias outras atividades e brincadeiras que são feitas com os estudantes*”(Vitor, 2019). Foram construídos três jogos de tabuleiro gigantes (5x5 metros), confeccionados em lona sobre os ODS, a história local, a fauna e a flora.

Figura 17 - Gincana Ambiental

⁷⁶ Parque Rua da Praia (SÃO LEOPOLDO, 2020h).



Fonte: São Leopoldo (2020h).

Segundo Vitor, essa gincana é “*um protótipo da Gincana Ambiental Municipal. Já tem orçamento, já tem tudo pronto. Já tem as brincadeiras, já tem as regras*”(Vitor, 2019). Percebe-se o esforço na realização de atividades que envolvam as pessoas da cidade em atividades de educação ambiental, relacionadas à cultura, o lazer e a história local.

Vitor destaca também as atividades desenvolvidas pelo Sarau do Rio⁷⁷ que, desde julho de 2019, ocorre às margens do Rio dos Sinos, aos domingos à tarde no museu. É uma atividade promovida pela Secretaria da Cultura juntamente com a Associação Leopoldense de Esporte e Cultura (ALEC) que tem “*como objetivo valorizar o patrimônio histórico, estimular a cultura, incentivar a economia gastronômica e estabelecer uma relação da comunidade com o Rio dos Sinos e os problemas ambientais*” (EST, 2019). Durante o evento ocorre a feira criativa e atividades de lazer incluindo oficinas de arte, exposições artísticas, *food trucks*, tendas com alimentos caseiros, conversa com escritores locais e apresentação de musicais.

⁷⁷ Ver mais em: Tramontini(2019).

Figura 18 - Sarau do Museu do Rio



Fonte: Sarau do Museu do Rio (2019).

O Sarau do Rio remete o pensamento de Vitor às ações realizadas no bairro Vicentina, na zona oeste. Vitor faz parte da diretoria da Associação de Moradores do Bairro Vicentina (AMBAVI Vicentina)⁷⁸ e, segundo ele, desde muito cedo começou a entender o bairro a partir do diálogo com as pessoas. *“Fui conversando com pessoas, fui participando... com as igrejas católicas, evangélicas, com os espaços de candomblé, de umbanda... todo mundo lá”*(Vitor, 2019). Vitor relata que a associação é uma das mais antigas de São Leopoldo. Ele fala com muito entusiasmo que o bairro

“está tendo uma visibilidade muito grande. A gente saiu em três capas de jornal. A gente faz a feira. Ela dura o dia inteiro. São 50 feirantes. Desses 50 feirantes, 35 são do bairro. Só moradores do bairro. Artesanato e alimentação. E tem atração musical. Então, em cada feira nossa tem uma temática. Os dias dos pais, o dia das mães, tem festa junina, e agora o Natal. Nós estamos indo para a quinta edição da feira”. (Vitor, 2019).

Vitor continua sua fala dizendo que um dos meios de comunicação muito utilizado pela associação é o Facebook. *“A gente é seguido por quase 5 mil pessoas*

⁷⁸ Ver mais sobre a AMBAVI Vicentina (2020a).

na nossa página da Associação de Moradores. E a gente usa muito. A gente começou agora com eles através de memes⁷⁹” (Vitor, 2019). Para Vitor, a página no Facebook é educadora. É um local de trocas, de informações, de divulgação, mobilização e sensibilização. É um espaço de ação comunicativa, de diálogo permanente e aberto. É uma experiência que pode avançar para uma ação permanente como prática social e educativa, a partir de um processo de diálogo virtual, podendo reforçar o sentimento de corresponsabilidade e de constituição de valores éticos. (JACOBI, 2003, GRANDISOLI *et al.*, 2020).

A entrevista se encerra e saio surpreendida com tantas informações que, até então, muitas eram por mim desconhecidas. Mesmo já realizando diversas atividades e estudos na cidade de São Leopoldo, não percebia estas diferentes formas e perspectivas.

5.3 Lugar de mulher é em todo o lugar! Onde ela quiser na cidade

No segundo dia de entrevista, já no mês de novembro de 2019, recebi-me em seu gabinete a vice-prefeita de São Leopoldo. O gabinete da vice-prefeita está localizado no prédio da Secretaria Municipal de Educação, no centro da cidade. No início de nossa conversa, Ana retoma as vivências ocorridas na primeira gestão do governo atual, em 2005. Já no início de sua fala, ressalta a importância da educação e da escola pública⁸⁰. *“Eu acho que ela é transformadora. Eu podia até ter me aposentado, mas passou a ser um objetivo de vida a questão da escola pública para mim”* (Ana, 2019). Conta que seu primeiro envolvimento ativo com a educação em São Leopoldo foi a partir da educação infantil, no primeiro mandato da gestão atual. *“Nós formamos uma equipe, uma coordenação, dentro da própria secretaria, organizamos toda a estrutura para trabalhar numa nova ótica, perspectiva na questão da educação infantil atendendo a LDB”* (Ana, 2019).

Assim como Ana recorda da educação infantil, também me recordo dos desdobramentos da LDB na cidade de Itaquí. De 1992 a 2003, período que trabalhei com a educação infantil, muitas foram as mudanças tanto metodológicas, estruturais, organizacionais e físicas. Lembro que não era obrigatório a existência do professor na Educação Infantil. Com a LDB isso mudou, passou-se a ter a exigência

⁷⁹ Exemplo de memes: Ambavi Vicentina (2020b).

⁸⁰ Ana é professora de séries iniciais. Ingressou na prefeitura através de concurso público.

de professores com formação mínima no ensino médio na modalidade normal ou formação em curso superior, preferencialmente em Pedagogia. Os municípios precisaram se readequar para cumprir com as novas exigências.

Ana conta que na cidade havia seis EMEIs naquela época e eram chamadas de creches. *“Então nós reorganizamos todo esse processo, criamos um programa, um projeto e criamos a educação infantil. A primeira escola que tem a identidade com a nossa proposta foi a EMEI Antonio Leite”* (Ana, 2019). Segunda a vice-prefeita, a proposta foi a de projetar os prédios para que fossem sustentáveis, *“com recolhimento e reaproveitamento da água da chuva”* (Ana, 2019).

Também, segundo Ana, foi priorizada a qualificação da equipe, principalmente na questão da inclusão. *“Nós tínhamos que ter uma equipe que pudesse dar conta para fazer todo o trabalho necessário para a autonomia da criança”* (Ana, 2019). Durante meus estudos no curso de mestrado, visitei uma escola de educação infantil projetada para ser sustentável em São Leopoldo (GROHE, 2015). Realizei um estudo sobre a EMEI Jardim Verde, uma escola criada desde a base arquitetônica para ser sustentável, incluindo placas de células fotovoltaicas para captação de energia do solar, coletores de água das chuvas, uso da iluminação natural, rampas de acesso, portas amplas e banheiros adaptados.

Dando continuidade a entrevista, Ana fala com muito orgulho em ser a vice-prefeita de São Leopoldo. *“Hoje sou a primeira vice-prefeita eleita na cidade. Ou seja, a primeira mulher eleita para o executivo da cidade. Hoje nós temos um espaço para as mulheres dentro dessa gestão e dentro do espaço de São Leopoldo”* (Ana, 2019).

A partir do estudo denominado “Perfil das Prefeitas no Brasil (2017-2020)”, realizado pelo Instituto Alziras (2018), as mulheres representam 51% da população brasileira, das quais 12% governam nas prefeituras. O índice cai em relação à região sul e em relação às mulheres negras, sendo que apenas 3% governam nas prefeituras brasileiras. Segundo o Instituto Alziras (2018), as prefeitas são poucas e governam os municípios menores e mais pobres.

Em São Leopoldo, segundo Ana, ao assumir na vice-prefeitura, a exigência foi pelo fortalecimento da Secretaria das Mulheres. *“Nós não podíamos fechar ou criar uma outra gestão para as mulheres que não fosse a própria secretaria”* (Ana, 2019). A Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres (SEPOM), foi instituída a partir da Lei nº 7242 (SÃO LEOPOLDO, 2010). A vice-prefeita também relata a luta

em prol da criação da Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres (DEAM). A partir do

*“governo articulado com o delegado regional que está aqui na cidade, mais a delegada que é a chefe de polícia do estado, primeira mulher que assumiu. Nós aproveitamos tudo isso para implementarmos uma DEAM aqui, devido nosso protagonismo, pela nossa trajetória”*⁸¹(Ana, 2019).

Ana continua com suas reflexões com relação à importância de políticas e ações voltadas para as mulheres. *“Nós somos alvos de todos os tipos de violência. No momento em que tu tem a defesa, algo que se expresse na questão da mulher, dessa forma a gente já tem um índice de violência reduzido”* (Ana, 2019).

A vice-prefeita comenta sobre o Centro Jacobina que *“é o centro de referência em defesa da mulher, que faz parte da Secretaria de Mulheres, a SEPOM”* (Ana, 2019). O Centro Jacobina foi criado em 2006 e, segundo o Jornal VS (CENTRO..., 2020), no ano que completa 14 anos já atendeu 5 mil mulheres vítimas de violência em São Leopoldo. Para Ana, a DEAM, a SEPOM, e o Centro Jacobina são fundamentais em uma cidade. *“O que nós queremos é o nosso espaço para a gente se colocar e construir essa sociedade de igual para igual”* (Ana, 2019).

Em São Leopoldo, em 143 dias, de 1º de janeiro a 22 de maio de 2020 foram registradas 963 ocorrências de violência contra a mulher. De acordo com a DEAM, devido a pandemia, esse número foi reduzido em 40% (STRAPAZZON, 2020).

Ana aponta para um banner fixado na parede da sala do gabinete.

⁸¹ Um mês após a entrevista com a vice-prefeita, foi inaugurada a Delegacia de Polícia Especializada no Atendimento à Mulher. Ver sobre a inauguração em: Polícia Civil RS. Inauguradas a nova sede da 3ª DPRM e DEAM de São Leopoldo (RIO GRANDE DO SUL, 2019).

Figura 19 - Prêmio Jacobina



Fonte: São Leopoldo (2019h).

E continua sua fala:

“Nós criamos esse prêmio. A Jacobina Maurer é uma expressão de mulher, da nossa história de São Leopoldo e do Brasil. Hoje nós estamos sabendo que Jacobina faz parte de uma história da nossa região, que era nossa cidade antes, Sapiranga. Essa senhora foi uma grande liderança e foi mulher”. (Ana, 2019).

Relatei à Ana que somente em 2019 aprofundei os estudos sobre Jacobina Maurer, a partir de trabalhos apresentados pelas alunas da Pedagogia (Unisinos), residentes em Sapiranga. Até então, meu único contato com Jacobina havia sido a partir do filme “A paixão de Jacobina”, baseado no romance Videiras de Cristal, de Assis Brasil (2010). Ana conta que a história de Jacobina foi recomposta e repensado o lugar da mulher em São Leopoldo. “Não é só o lugar de mulher, porque às vezes ela quer estar num lugar, mas não consegue. Então, já se diz: Lugar de mulher é em todo o lugar! Onde ela quiser” (Ana, 2019). E continua: “Eu sempre digo assim: Esse gabinete aqui, qualquer mulher que entrar, qualquer mulher, ela tem que ser acolhida. Esse é o eixo principal do nosso trabalho aqui” (Ana, 2019). Ela conta a história de Jacobina com muita propriedade, justificando o objetivo do

prêmio: “homenagear e dar visibilidade às mulheres que se destacam realizando ações em diferentes áreas, principalmente pelo ativismo nas temáticas femininas” (SÃO LEOPOLDO, 2019h). Indicou os livros de San'tana(1985, 2001) que fazem a “recomposição da vida de Jacobina num prisma completamente diferente na questão do olhar da mulher naquele período da história” (Ana, 2019). Indica outros autores e destaca a relação de sua fala com o papel da mulher e a sustentabilidade.

“A gente tem que estar aberta para o conhecimento, porque a sustentabilidade não é uma coisa que se tenha domínio de tudo. A cada momento que a gente passa, mesmo que a gente tenha um projeto, um planejamento, a gente passa por situações em que a gente tem que superá-las. Então, a sustentabilidade também é um desafio diário! Na questão dos comportamentos da gente. Não é fácil não! É um grande desafio”.(Ana, 2019).

Ana complementa seu raciocínio dizendo que a sustentabilidade

“Tem que ser individual e coletiva. É uma ação que tem que ser individual, tem que partir de mim, mas também tem que ser num coletivo. O Coletivo também tem que se apropriar e também se sentir responsável pelas mudanças”.(Ana, 2019).

Naquele momento, percebi efetivamente, a partir do relato de Ana, o quanto tudo está conectado. A vice-prefeita direciona a sustentabilidade para o âmbito da história e da importância e valorização da mulher, porém vai além, ao ampliar essa perspectiva para o tema da cidade sustentável, na qual para ela está estreitamente relacionada à qualidade de vida. Para Ana, uma cidade sustentável é

“Ter oportunidades para todas as pessoas de trabalho, de moradia digna, de acesso à saúde, acesso à escola, de acesso ao trabalho, de acesso ao lazer, à cultura, aos espaços da cidade. Então isso para mim é um grande eixo no sentido de criar uma cidade sustentável, que é qualidade de vida para todos”. (Ana, 2019)

Antes de finalizarmos a entrevista, além dos pontos destacados anteriormente, Ana ressalta mais quatro eixos fundamentais para uma cidade ser sustentável:

1. *Avaliação*. O que tem, o que precisa e as possibilidades para o acesso à qualidade de vida para todos e todas na cidade?
2. *Planejamento*. A médio e a longo prazo. *“Hoje, o que já está sendo planejado como estratégia para o futuro?”*
3. *Diálogo*. Com as crianças. *“É a partir delas que a gente irá fazer a revolução. A mudança é necessária”*
4. *Relações*. *“Importantes na questão da construção de uma sociedade menos violenta, mais fraterna”*.

5.4 Outros possíveis na cidade - Educação fora da sala de aula

Sai da sala da vice-prefeita com muitas indagações, mas também com uma visão ampliada da existência de algumas possibilidades para que uma cidade seja mais sustentável. Fica evidente que para uma cidade ser sustentável não há uma receita e muito menos um único caminho, porém é necessário que existam pessoas engajadas, articuladas, informadas e envolvidas em ações e projetos voltados à cidade mais justa e igualitária.

No mesmo dia e local, porém em sala diferente, na Secretaria de Educação de São Leopoldo, encontrei-me com Luiza, assessora pedagógica na SMED, responsável pela educação ambiental na rede municipal de educação. Iniciei a entrevista colocando em destaque a questão da sustentabilidade na cidade. Luiza diz que está *“complicado, porque a gente se afasta um pouco do conceito de sustentabilidade. Quem está mais certo são os índios. Foi a cultura que mais soube tratar de forma sustentável, viver de forma sustentável”* (Luiza, 2019). Luiza justifica sua fala dizendo que a cultura indígena é a *“mais evoluída que existiu”* (Luiza, 2019). Para Luiza, essa cultura foi corrompida e ela não sabe como retornar a esse *“ponto de viver de forma sustentável”* (Luiza, 2019).

Seguindo essa lógica de pensamento, relaciono a fala de Luiza com o nosso modo de viver em um sistema capitalista e, ao mesmo tempo, relaciono sua reflexão, com a visão otimista do Bem Viver de Alberto Acosta. Segundo Acosta (2016), o Bem Viver, que para mim, está estreitamente relacionado a *“viver de forma sustentável”*, não precisa esperar que o capitalismo seja superado para existir. Até porque *“valores, experiências e práticas do Bem Viver continuam presentes, como tem sido demonstrado ao longo de cinco séculos de colonização constante”* (p. 33). A partir de Acosta poderia responder para Luiza que existem possibilidades para a retomada, a partir do Bem Viver.

O Bem Viver aposta em um futuro diferente, que não se conquistará com discursos radicais carentes de propostas. É necessário construir relações de produção, de intercâmbio e de cooperação que propiciem suficiência - mais que apenas eficiência - sustentada na solidariedade (ACOSTA, 2016, p. 35).

A partir da solidariedade, pode-se pensar em outra economia, pautada em “outro tipo de relação de produção”, sustentada na “suficiência”. Uma economia ambientalmente sustentável, na qual o ser humano é o centro, integrado à Natureza. Esses ensinamentos podem ser apreendidos com os indígenas, que só na América Latina totalizam 30 milhões e, em muitos casos, são fundamentais para o desenvolvimento de algumas regiões a partir do modo de consumo (CANCLINI, 2015). Como também podem ser apreendidos a partir de diversas outras experiências locais que estão resultando em um outro modo de viver e pensar o mundo. Cito alguns exemplos efetivos no Brasil: Clareando (Serra da Mantiqueira – São Paulo), Arca Verde (São Francisco de Paula – Rio Grande do Sul)⁸², Viver Simples (Itamonte – Minas Gerais), Ecovila Sítio das Águias (Lindolfo Collor – Rio Grande do Sul), Asa Branca (Brasília), Aldeia Arawikay (Antônio Carlos – Santa Catarina), Flor de Ouro Vida Natural (Alto Paraíso – Goiás), Ecovila da Lagoa (Planaltina – Goiás), Ecovila da Lagoa (Planaltina – Goiás), Caminho de Abrolhos (Nova Viçosa – Bahia). Segundo a GEN (Rede Global de Ecovilas)⁸³, foram contabilizadas mais de 15 mil ecovilas espalhadas pelo mundo. Claro que ainda há muito para superar e enfrentar, principalmente em relação aos “choques interculturais e o racismo que crescem em muitas fronteiras nacionais e em todas as grandes cidades do continente” (CANCLINI, 2015, p. 180), mas existem possibilidades.

Luiza continua sua fala direcionando suas reflexões para o seu trabalho na SMED. “Para mim, as iniciativas estão pulverizadas. Deveria existir uma forma de colocar tudo isso junto. Na própria secretaria, na SMED, a gente não tem um programa de formação que fale de educação para a sustentabilidade” (Luiza, 2019). Para Luiza, tudo deveria estar interligado, começando pela educação para a sustentabilidade como um “guarda-chuva” para todas as outras ações.

A assessora, com olhar muito desesperançoso, diz que já desistiu de incentivar a separação dos resíduos na SMED. “A gente tem a composteira na

⁸² Ver mais em: Comunello (2017).

⁸³ Ver mais em: Global Ecovillage Network (GEN) (2020).

SMED, mas seguidamente eu chego no pedagógico dentro da lixeira dos papéis tem casca de banana. Essas coisas, dentro de um setor que trabalha com ações pedagógicas, com educação, não poderia ser assim” (Luiza, 2019). A questão trazida por Luiza é um problema aparentemente simples, micro, local, e muito corriqueiro em instituições, principalmente, de ensino. Digo isso pelas experiências vivenciadas nas escolas e universidades. Na EMEF Santa Marta até o ano de 2019, ainda alguns/as professores/as não sabiam separar os resíduos nas lixeiras corretas, porém muitos educavam para isso, remetendo ao dito popular: “Faça o que digo, mas não faça o que eu faço.” Assim como no cotidiano das universidades, embora existam muitas ações voltadas para a sustentabilidade, é comum observarmos o uso de copos de isopor e plásticos descartáveis. Como Luíza expressou, um local que deveria educar para a sustentabilidade.

A título de exemplificação, de acordo com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, 2020) “um copo plástico leva em torno de 200 a 400 anos para se decompor e possui uma vida útil muito curta de apenas poucos segundos (1), (2) e, quando destinado corretamente, apenas 20% é reciclado”. Para se ter uma ideia do quanto o uso de copos descartáveis causa impacto ao meio ambiente, a UFSC com o objetivo de sensibilizar os alunos, servidores, docentes e a comunidade para o consumo mais sustentável fez um estudo sobre o consumo anual de copos descartáveis de 180 ml e 50 ml nos últimos anos na universidade. Do ano de 2013 ao ano de 2019 houve uma redução de 50% do uso de copos descartáveis. Em 2013 foram utilizados 1.868.500 copos de 50 ml e 180 ml, já no ano de 2019 o número caiu para 246.800. Segundo a UFSC (2010), essa redução ocorreu devido à campanha “Adote uma caneca” cujo objetivo é incentivar o uso de recipientes reutilizáveis, porém podemos perceber que o número ainda é elevado. E aqui, não foram analisados os malefícios que o uso dos copos descartáveis gera à saúde, à economia, à natureza e à cidade.

Com relação à economia, Luiza traz a seguinte reflexão:

“Então, quanto a gente gasta de recursos aqui nesse prédio? Certamente mais de 50 anos, sem uma grande reforma. A gente gasta água demais, gasta luz demais, essas coisas que não são vistas como parte da sustentabilidade. A gente não tem essa visão, esse olhar”. (Luiza, 2019).

Tomo emprestado algumas expressões utilizadas por Beck (2010) em outro contexto, mas que cabem aqui para pensar sobre a “*miopia econômica*”. O olhar, a visão, em um contexto capitalista está dirigido para as “*vantagens produtivas*” e isso incide em uma “*cegueira em relação aos riscos*”, que para Beck é “*sistematicamente provocada*” (BECK, 2010, p. 73). A UFSC deixou visível, a partir dos dados, o número de copos utilizados na universidade durante determinado período, porém não deixou visível os riscos que o excesso do uso pode causar. Um exemplo é o trazido pela revista Exame (CURY, 2020) que publicou recentemente o resultado de uma pesquisa que constatou a existência de partículas minúsculas de plástico no organismo humano. Ainda assim, é apenas uma constatação. Segundo Beck (2010), na sociedade em que nos encontramos, de risco, algumas capacidades são cruciais para a nossa sobrevivência e dos outros seres. Capacidade de antecipar, superar e de lidar com os riscos, muitas vezes invisíveis, inesperados e imprevistos.

Luiza destaca outro ponto relacionado à formação dos professores da rede municipal de ensino que, para ela, é o que está mais fortemente ligado à sua atribuição na educação ambiental. No ano de 2019, foram quatro formações diferentes. O que ela percebe é o esvaziamento e sempre os mesmos participantes nas formações, assim como as ações são fragmentadas e desconectadas. Luiza ressalta: “*Se todo mundo enxergar que o início de tudo é o mesmo, a concepção de tudo é a mesma, não ficamos secando gelo e falando a mesma coisa*” (Luiza, 2019). É comum dialogarmos com as mesmas pessoas e autores quando focamos em uma temática ou em algo que acreditamos, mas isso é perigoso, pois poderá tornar o diálogo com outros saberes inacessível e, conseqüentemente, isso poderá gerar a fragmentação, a desconexão e o esvaziamento. Sem perceber, podemos agir de modo “colonizador”, onde outros saberemos principalmente os ditos “menores”, não são aceitáveis em um grupo “estudado”, “intelectualizado”. Embora o discurso da educação ambiental caminhe em direção à descolonização do pensamento, “as perspectivas do desenvolvimento sustentável, da educação para o desenvolvimento sustentável ou da educação ambiental sustentável podem ser consideradas colonizadoras, quando não suscitam outros possíveis” (TRISTÃO, 2016, p. 41). Luiza, mesmo sem perceber, remete suas preocupações a estas reflexões que necessitam ser colocadas em pauta e direcionadas a outras possibilidades.

Outra questão trazida por Luiza é relativa às diferenças político-partidárias. “Por exemplo, tem uma cartilha feita com todo o cuidado no governo passado, só

usando o brasão da prefeitura, sem nada para identificar e a gente vê que existe uma resistência contra isso. Isso não é uma visão sustentável” (Luiza, 2019). Para Luiza, existe uma grande necessidade de “demarcar o que foi feito” e muito se perde, pois é desvalidado, descontinuado, desvalorizado e a cada nova gestão é um novo projeto que se inicia. Sabe-se que esse é um dos grandes problemas ocorridos nas gestões municipais, principalmente para quem é professor ou professora. Acompanhamos a cada troca de gestão, mudanças significativas que alteram, positivamente ou negativamente, nosso modo de lecionar.

Em contrapartida às falas anteriores, Luiza ressalta que *“existem coisas bem interessantes em São Leopoldo que a gente não sabe”* (Luiza, 2019), um exemplo é a Farmácia Viva. Segundo Luiza, o objetivo do programa é *“incentivar na farmácia municipal a substituição de medicamentos. Por exemplo, quem usa Omeprazol, que é para o estômago, irá gradativamente tomando espinheira santa”* (Luiza, 2019). De acordo com o Notícias Unisinos (IORIS, 2019), esse programa é uma parceria entre a Escola de Saúde da Unisinos e a Prefeitura Municipal a partir de um edital do Ministério da Saúde para a criação da “Farmácia Viva Pe. Clemente”⁸⁴. Segundo a coordenadora do Curso de Farmácia da Unisinos, Ana Rita Breier:

Entre as terapias alternativas, a utilização de plantas medicinais e fitoterápicos é uma prática mundialmente consolidada e representa importante ferramenta de caráter complementar ao tratamento de doenças, ao mesmo tempo em que permite à população o contato com sua história, resgatando costumes tradicionais e culturais. No Brasil, entre 2013 e 2015, a busca por tratamentos e medicamentos fitoterápicos pelo SUS cresceu 161%, segundo dados do Ministério da Saúde (IORIS, 2019).

⁸⁴ “O nome é em homenagem ao Pe. Clemente José Steffen, que foi professor da Unisinos e pesquisador reconhecido no estudo de plantas medicinais.” Ver mais em: IORIS (2019).

O programa contará com repasse de R\$500 mil reais para o projeto. Será realizado o plantio de 10 tipos de plantas medicinais, entre elas: tintura de melissa, cápsula de maracujá, tintura de boldo, sachê de hortelã, xarope de guaco, tintura de tanchagem, tintura de malva, creme de camomila, pomada de confrei e sachê de camomila. Em São Leopoldo, até o momento, é disponibilizado apenas o xarope de guaco para o tratamento de doenças do trato respiratório (IORIS, 2019). Segundo o Facebook do Centro Estadual de Educação Visconde de São Leopoldo (CEEPRO), em agosto de 2020, teve início a implementação do programa no local, assim como na área da Associação de moradores do Jardim Luciana (Região Norte 2).

Luiza relaciona a Farmácia Viva ao Programa de Hortas Comunitárias, Familiares e Escolares no Município de São Leopoldo⁸⁵, na qual ela faz parte do Comitê Gestor⁸⁶. Segundo levantamento realizado por Luiza, das 50 escolas do município, 23 tem hortas (algumas no solo, outras aéreas ou em sistema de aquaponia). Para Luiza, a horta *“é espaço ao ar livre de aprendizagem para difundir técnicas agrícolas, preservação ambiental, utilização racional dos recursos naturais disponíveis na comunidade, envolvendo ações pedagógicas, sociais, ambientais, nutricionais e de cidadania”* (Luiza, 2019). Para ela, o ideal seria que todas as escolas construíssem as suas hortas de acordo com cada realidade. Inúmeros são os artigos e livros escritos defendendo a horta como essencial nas escolas. Destaco o livro *“Horta Escolar: uma sala de aula ao ar livre”*. Este livro relata e compartilha as experiências de escolas de Embu das Artes no Programa Fonte Escola. Ao longo do livro vários pontos fundamentais são ressaltados. Destaco um deles em que o permacultor Peter Webb afirma que

os trabalhos com a terra e a natureza ensinam e desenvolvem de forma direta e indireta, a determinação, método, pensamento sistêmico, a percepção do próprio corpo, uma percepção e organização do espaço e do tempo. Ao longo dos trabalhos cresce uma apreciação pela beleza e a importância do poder do grupo nos processos de transformação do espaço (FRUGet al., 2013, p. 7).

Para Luiza, a escola e as secretarias, principalmente de educação e meio ambiente, são os pontos que precisam ser priorizados se tratando de sustentabilidade na cidade. *“Algumas coisas precisam transcender. Tipo a escola tem que ter um contêiner maravilhoso na frente. É um local de visão. A secretaria*

⁸⁵ O programa foi apresentado no subcapítulo 3.2 desta tese.

⁸⁶ Criado a partir do Decreto nº 9.287, de 10 de junho (SÃO LEOPOLDO, 2019e).

tem que ter uma coisa lindíssima do meio ambiente. Acho muito importante isso, dar visibilidade” (Luiza, 2019). No livro “Vamos Cuidar do Brasil: Conceitos e Práticas em Educação Ambiental na escola” é formulada a seguinte questão: “Como trabalhar a educação ambiental nos projetos já existentes?” É sugerido alguns parâmetros para constituir a arquitetura de projetos educativos e um deles é a “comunicação permanente”, garantindo “maior visibilidade e repercussão da ação educativa – sensibilizar, informar, implicar (envolver) as pessoas no trabalho” (BRASIL, 2007, p. 99). Para mim, o que Luiza destaca está diretamente relacionado com a “comunicação permanente”, a partir da visibilidade dos projetos e ações, promovendo a sensibilização, a informação e o envolvimento das pessoas em prol da sustentabilidade. Concluímos nossa conversa com essas reflexões. Muito há para se refletir com relação à cidade e os desdobramentos possíveis para pensar a educação para a sustentabilidade.

5.5 O que falta é mobilizar as pessoas na cidade

Terceiro dia de entrevista retorno ao Museu do Rio para entrevistar Letícia, coordenadora do museu e do Fórum dos Arroios. Ao ingressar no prédio, ao olhar pela janela, pude ver os alunos do projeto “Canoagem na Escola” navegando no Rio dos Sinos. Fiquei por um tempo os observando. Ver as crianças navegando com liberdade pelo rio dos Sinos me remetia a diversos pensamentos com relação à educação e a outros possíveis.

Letícia convida-me para ir à sala de reunião do museu. Iniciamos nossa conversa refletindo sobre o que seria uma cidade sustentável. Letícia, após pensar por alguns minutos, diz:

*“Eu penso que seja uma cidade que as pessoas estejam **conscientes da importância de cuidar do ambiente**. Porque tudo que se faz, tudo que é projeto, tudo que tu tenta fazer, se as pessoas não têm o mínimo de **informação ou interesse** as coisas não andam. Então não adianta tu ter verbas, tu ter equipamentos, se tu não consegues **mobilizar a comunidade da importância da participação**”. (Letícia, 2019, grifo nosso).*

Naquele momento, a fala de Letícia me remeteu às seguintes questões: Como uma pessoa se torna consciente? Como mobilizar a comunidade? Antes mesmo de verbalizar minhas reflexões, Letícia traz como possível resposta a

experiência vivenciada em anos anteriores em São Leopoldo. A mobilização começava pelas escolas a partir de um professor que ganhava extensão de carga horária para trabalhar com educação ambiental.

“Então, eu acredito que se a educação ambiental fosse, isso é uma opinião minha, obrigatória numa escola, o professor seria obrigado a ensinar. Só que não existe isso. Todo mundo é contra isso, tem que ser multidisciplinar, transversal e aí cai fora. É o que eu penso!”. (Letícia, 2019).

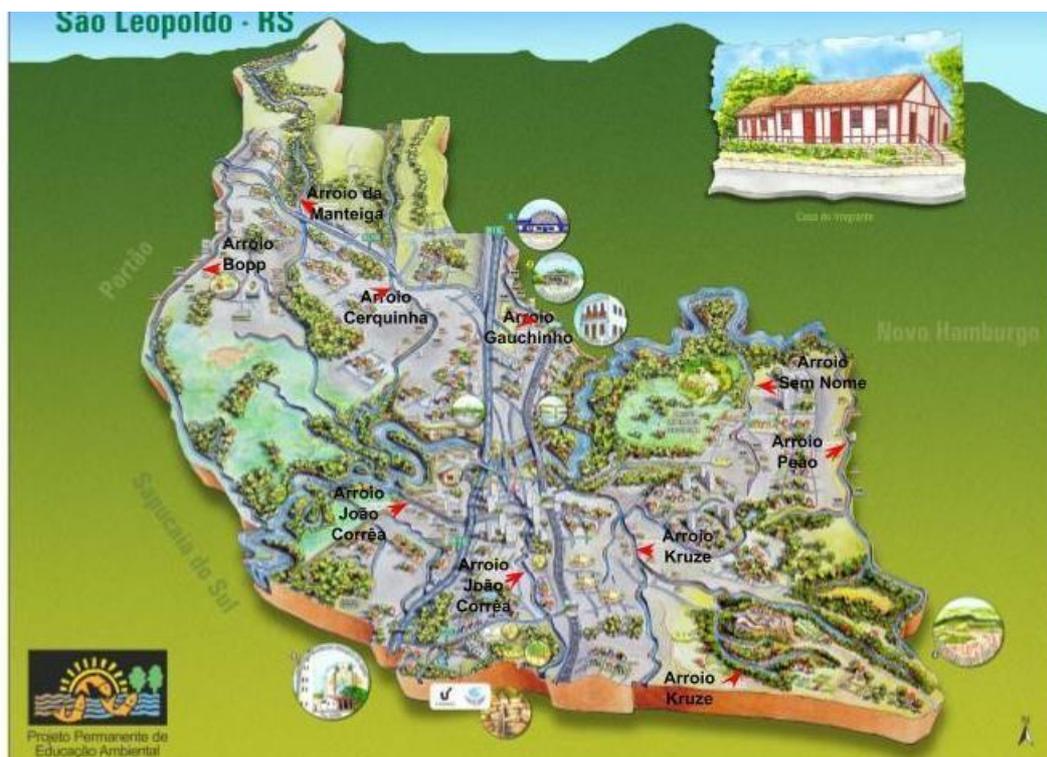
Esta questão, vem ao encontro de pesquisas realizadas em 2015 (GROHE, 2015), na qual é defendida a existência permanente de um professor articulador nas escolas para dedicação exclusiva às ações voltadas para a Educação Ambiental, assim como a existência de formação continuada para esses docentes. De acordo com a pesquisa realizada, a educação ambiental deve ser transversal, contudo, também precisa de espaços e tempos específicos para o seu aperfeiçoamento. Trago como exemplo vivido, as disciplinas específicas de educação ambiental para quartos anos e a formação de Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola - COM-VIDA na EMEF Santa Marta (GROHE, 2015).

Letícia retoma uma questão que também observei durante minha atuação como professora. *“A maioria das crianças não sabem o que é um arroio. A maioria onde a gente foi, eles chamam de valão. A gente pergunta: - Tem um arroio perto da tua casa? - Não, lá só tem um valão”*(Letícia, 2019). Faz muita diferença em uma comunidade quando o “valão” passa a ser “arroio”. Em muitos lugares de São Leopoldo, é identificado pelos moradores a existência de “valões”.

Partindo dessas reflexões e pensando na cidade de São Leopoldo, Letícia chama a atenção para a formação dos Coletivos Educadores Ambientais, previsto pela Lei Municipal nº 7564, de 07 de dezembro de 2011. Para ela, *“hoje tem outro sentido. Tu fala em coletivos educadores, são professores. No início tinha metas de alcançar 20 pessoas por coletivo, um por sub-bacia. Só que não funcionava. Eu não sei o porquê que não funcionava”*(Letícia, 2019). De acordo com a Lei 7564, havia a proposta de: “Implantação dos Coletivos Educadores nas oito Sub-Bacias do Rio dos Sinos”. Letícia relata que em um dos encontros do Fórum dos Arroios no ano de

2019, um dos moradores do Morro do Paula⁸⁷(localizado na sub-bacia do Kruze, conforme mapa abaixo), sugeriu a existência de um agente ambiental por arroio. De acordo com o mapa dos Arroios de São Leopoldo, a ideia seria que cada sub-bacia contasse com no mínimo um agente ambiental, totalizando oito na cidade.

Figura 20 - Arroios de São Leopoldo



Fonte: Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos (COMITESINOS)(2016).

⁸⁷ “Ponto mais alto de São Leopoldo faz limite com os municípios de Sapucaia do Sul, Novo Hamburgo e Gravataí. [...] a vida no morro segue com extração de parte das pedreiras, milhares de famílias vivendo sem infraestrutura por conta de ser uma área de preservação ambiental, o que impede, por exemplo, abertura de redes de água, esgoto e pavimentação asfáltica” (MARQUES, 2014).

Desde então, Letícia juntamente com a equipe técnica da Secretaria do Meio Ambiente vem elaborando a formação para os agentes ambientais. A ideia é que a partir do ano de 2020, os agentes passem a atuar junto às sub-bacias. A partir dessa proposta, no ano de 2020, os integrantes do Órgão Gestor de Educação Ambiental de São Leopoldo (OGEA), definiram agente ambiental como (OGEA, 2020):

Agente ambiental é uma pessoa que tem dentro de si a vontade de cuidar do meio ambiente onde vive, trazendo e mostrando uma educação aos que se utilizam das águas, da terra, das florestas. São 'Ns' situações de como os recursos naturais podem ser utilizados para não serem destruídos, mas sim utilizados com sustentabilidade. (Adilson Goulart Ramires, Agente Ambiental do Bairro Vicentina - São Leopoldo).

A nova Lei das Águas vem para dinamizar o Fórum dos Arroios, atribuindo mais poder aos agentes ambientais, pois a partir da Nova Lei, os agentes são o próprio fórum. (Darcy Zanini - Secretário do Meio Ambiente de São Leopoldo).

Pessoas que são especiais por agirem localmente e atingirem globalmente uma mudança de olhar, de atitude e de consciência. (Yara Regina Stockmanns, Presidente do CEPEA).

Com relação ao Fórum dos Arroios, Letícia diz que estão

“pensando até em alterar a lei para deixar mais simples. A nossa intenção é formar os agentes ambientais e formar um grupo comunitário dos agentes ambientais para não se perder. Por exemplo, muda o governo, os agentes ambientais vão procurar alguém. Quem é que vai ficar responsável por isso? Pelo menos uma tentativa para continuar o trabalho, senão não adianta”. (Letícia, 2019).

Aqui, percebe-se a preocupação de Letícia com a continuidade das ações. Ela também amplia a discussão, questionando sobre o projeto ambiental da cidade. *“Cadê? Cada um é dono?”* Referindo-se aos projetos existentes, um independente do outro. E continua: *“Por que não trabalham juntos?”* Para ela, a solução seria a união dos projetos, assim como *“procurar mais a comunidade e trabalhar em equipe.”* Para Letícia são sempre as mesmas pessoas que trabalham pela educação ambiental, *“uma ou duas pessoas e isso cansa”*(Letícia, 2019). Letícia traz como ideia para aproximar a comunidade, a criação de *“subprefeituras”*. Para ela *“iria descentralizar e os funcionários da prefeitura teriam que ter maior responsabilidade”*(Letícia, 2019).O pensamento de Letícia vai ao encontro do já discutido neste capítulo sobre a cidade de Barcelona em que a organização é territorial contando com equipes interdisciplinares (GÓMEZ-GRANELL; VILA, 2003;

MORIGI, 2016; VILLAR, 2001). Como vimos, na cidade de Barcelona, quinzenalmente ocorrem reuniões com os chefes de Serviços Pessoais dos Distritos, tendo como prioridade a descentralização político-administrativa, sendo dividida as responsabilidades com os segmentos representativos do poder público.

A entrevista realizada com Letícia, para mim, foi muito produtiva e trouxe alguns elementos importantes para pensar a pesquisa, principalmente no que se refere aos modos de viver e agir na cidade. No mesmo dia e local me encontrei com Cristina, bióloga e Chefe do Departamento de Monitoramento Socioambiental. Sua principal função é a promoção da Educação Ambiental com a sociedade civil e assessoria às escolas, fazendo *“a ligação do meio ambiente com a história de São Leopoldo, com relação ao desenvolvimento da cidade”*(Cristina, 2019). Para a bióloga, a principal ação desenvolvida por ela é a Trilha Urbana. Segundo Cristina, é possível a partir da trilha urbana

“mostrar como é importante ter a natureza perto e como ela proporciona qualidade de vida. É diferente tu chegar e conversar, às vezes em uma sala de aula, em que o aluno não tem o contato, do que aqui ele olhando para o rio. Mesmo poluído eles conseguem ver a beleza”.(Cristina, 2019).

Para a bióloga tudo está conectado e relaciona sua fala anterior à alimentação saudável. Cristina destaca as feiras itinerantes em São Leopoldo. Como assídua frequentadora das feiras, para a bióloga, esse é outro ponto que precisa ser pensado. Ao buscar informações no site da prefeitura, é destacada a “Feira do Alimento Saudável”. Essa é a principal feira de alimentos saudáveis em São Leopoldo, ocorrendo aos sábados, desde 2017, no centro da cidade. O objetivo da feira é a de “estimular a alimentação saudável, auxiliar os produtores da região e movimentar a economia local” (FEIRA..., 2019). Participam da feira agricultores do Movimento Sem Terra/RS, da Agricultura Familiar, sendo priorizada a comercialização de produtos caseiros (sem aditivos químicos), “frutas, verduras, legumes, hortaliças, mel, pães e biscoitos. Além dos alimentos orgânicos, a feira também terá apresentações culturais e o artesanato da Economia Solidária” (FEIRA..., 2019). Cristina destaca que muitos dos agricultores envolvidos na feira são os que produzem parte dos alimentos destinados às escolas municipais. De acordo com a Política Municipal de Educação Alimentar Escolar e Combate à Obesidade de São Leopoldo, Lei nº 8.705/2017, uma das diretrizes é “o apoio à

agricultura, especialmente de natureza associativa e agricultura familiar” (SÃO LEOPOLDO, 2017c).

A Secretaria Municipal de Educação no ano de 2019, investiu R\$ 4,2 milhões em alimentação escolar para a Rede Municipal e para as escolas comunitárias conveniadas com São Leopoldo. A prefeitura também participa do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)⁸⁸ que garante “a segurança alimentar de crianças, adolescentes, adultos e idosos em situação de vulnerabilidade social, e também fomenta a agricultura familiar, uma vez que, a prefeitura adquire todos os alimentos de agricultores locais e dos arredores”. No ano de 2020, “21 agricultores participaram do programa, dentre eles, 5 agricultoras mulheres. Com recurso federal de R\$ 110.000 mil reais, o objetivo é de que alimentos como verduras, legumes e frutas cheguem até a mesa de 1.601 pessoas” (SANTOS, 2020).

Para encerrar nossa conversa, peço para Cristina destacar o maior desafio e uma possibilidade para uma cidade sustentável. Para ela *“todo mundo deveria parar. E começar para ontem a mudança. E mudar tudo. A natureza não é algo que cobre, não é como uma pessoa que vem cobrar segurança, vem cobrar saúde, o ambiente também tem essa urgência”* (Cristina, 2019). E como possibilidade Cristina destaca a divulgação e mobilização. *“O que falta é mobilizar as pessoas. Se houver uma divulgação, eu acho que a população consegue se apropriar mais e se sentir envolvida, não estando sozinha nas ações”* (Cristina, 2019). Aqui, nas entrelinhas, fica evidente a relação que Cristina faz com a “contenção” (*“parar tudo”*). Relaciono a fala de Cristina com as reflexões de Haesbaert(2014) realizadas em seu último capítulo do livro “Viver no Limite”. Para o autor, não basta apenas conter, parar, é preciso “olhar com muito mais cuidado para as lições do passado e, ao mesmo tempo, para as virtualidades abertas, aqui e ali, no enunciar de um outro futuro” (HAESBAERT, 2014, p. 299). Não é possível “parar tudo” sem que levemos em conta o já vivido e o que está porvir. Assim como, não é possível que a mudança seja somente individual, pois nos espaços, especificamente das cidades, vivemos juntos (humanos e não-humanos). Então, há muito para se pensar, assim como muito para “fazer juntos” em prol de uma cidade sustentável.

⁸⁸ Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar (BRASIL, 2020a).

5.6 Qual a cidade a comunidade quer?

Minhas duas últimas entrevistas foram na Prefeitura de São Leopoldo. Carla, 37 anos, Secretária Municipal da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SEPOM), me aguardava em sua sala. Carla estava animada com minha presença e com a pesquisa. Iniciamos a conversa discutindo sobre o ponto de partida para uma cidade vir a ser sustentável. Para Carla, tem que promover a participação popular. *“Para mim, quando tu parte da participação popular, tu automaticamente, tu desenvolve uma política sustentável”* (Carla, 2019). A fala de Carla me remete aos estudos realizados por Grandisoliet *al.* (2020), os quais concordam que em se tratando de educação (formal, não-formal e informal) para a sustentabilidade e, eu acrescentaria, na cidade, *“a participação deve ser parte central de um ato político que visa, em última instância, romper as relações desiguais de poder”* (GRANDISOLIEt *al.*, 2020, p. 25). Para Carla, *“não adianta desenvolver uma política de sustentabilidade para um grupo que mora na beira do rio, sem conversar com essas pessoas. Para mim, toda a política tem que ser consolidada de forma linear e não hierárquica”* (Carla, 2019). Para mim, Carla se refere a participação associada ao processo educativo, que *“deve (ou deveria) garantir o estabelecimento de instâncias de diálogo e construção coletivas não separatistas ou excludentes”* (GRANDISOLIEt *al.*, 2020, p. 25). Ela justifica seu olhar por ser assistente social. *“Eu preciso compreender a conjuntura, porque senão eu parto de pressupostos e se firma nesses pressupostos o erro e isso é uma tragédia anunciada”* (Carla, 2019). Como exemplo ela faz o seguinte relato:

“Eu me lembro de uma experiência quando eu trabalhei em um CRAS. No CRAS a política educacional decidiu que eles iam formar uma cooperativa de reciclagem e não deu certo, porque nunca conversaram com as pessoas. Assim como funciona a política habitacional, as pessoas trabalhavam com reciclagem e usam cavalos. Eles tiraram essas pessoas que tinham seus cavalos das casas e mandaram para onde? Para os apartamentos populares. E o que aconteceu? Eu ia fazer visita domiciliar e as pessoas não tinham banheiro. Por quê? Porque eles usavam a privada para ser a fonte de água para o cavalo e o cavalo ficava ali, porque eles não tinham onde colocar o cavalo. Sabe por quê? Porque ninguém foi lá fazer uma leitura local para compreender qual era a necessidade real daquela família. Acaba virando um alojamento de gente. Eles não tiveram participação”.(Carla, 2019).

Grandisioliet *al.* (2020, p. 25), afirmam que “o isolamento ou exclusão de atores na resolução dos desafios socioambientais gerado pela polarização político-ideológica dificulta (ou impede) a busca por soluções mais coletivas e consensuadas”. Para os autores, é necessário o incentivo à “participação cocriativa”, onde o caminho está no “aprendizado” e na “vivência dos princípios do diálogo”.

Segundo Carla, especificamente se tratando da política para as mulheres, é uma política de meio. *“Ela sendo de meio, tem que atuar na transversalidade, porque nós (mulheres) estamos em todos os espaços. Para que a gente consiga buscar e garantir equidade, tão sonhada, é preciso atuar na transversalidade”* (Carla, 2019). Para que a transversalidade ocorra, Carla explica que *“quando se pensa em um projeto político de governo deve ser a partir da participação popular, mas tem que entender também que por trás disso têm pessoas”* (Carla, 2019). E aqui, especificamente as mulheres.

Como ação positiva, Carla destaca a campanha “Música: Uma construção de gênero”⁸⁹, que *“passou em vários lugares, até na BBC”*⁹⁰. A campanha denunciou o machismo, o feminicídio, a cultura do estupro e a violência contra a mulher, explicitadas nas letras de músicas brasileiras. Para Carla, a partir da campanha foi possível *“mobilizar toda a sociedade. Porque não adianta combater o machismo do Joãozinho aqui, porque o machismo está na nossa estrutura”* (Carla, 2019).

A secretária percebe o machismo em muitos momentos de sua vivência enquanto secretária. *“Eu tenho que falar três vezes para ser ouvida, porque parte do princípio que não é tão importante. Os outros colegas homens devem ter algo mais importante para estar trazendo. E por ser mulher negra, então... eu falo seis vezes”* (Carla, 2019). Recordei-me dos escritos de Kilomba (2016) em que conceitua a academia como “um espaço branco onde o privilégio de falar tem sido negado às pessoas negras e não-brancas.” Tratando-se da cidade, e aqui especificamente a gestão, partindo dos relatos trazidos por Carla, pode-se dizer que é negada a fala, principalmente de mulheres negras e não-brancas. A secretária ressalta que em minha pesquisa não encontrarei *“nenhuma cidade que não tenha um racismo forte, feminicídio, machismo”* (Carla, 2019). Justifica sua fala dizendo que *“isso está ligado com o próprio capitalismo. O capitalismo patriarcal. A divisão social do trabalho ela*

⁸⁹ Prefeitura.... (2019). Ver também em: São Leopoldo (2018b).

⁹⁰ ‘Se te agarro com outro, te mato’: campanha denuncia violência contra a mulher na música (SE TE..., 2020).

se dá de forma racializada e por gênero” (Carla, 2019). Ela traz como exemplo os últimos acontecimentos de 2019. *“A gente está vivendo uma época onde está todo mundo adoecido e esse adoecimento veio com o próprio contexto político”* (Carla, 2019). Carla destaca a polarização político-partidária em que o mundo se encontra, entre quem é da direita e de quem é da esquerda. Ela diz: *“Eu não vou ficar de ranço, porque quando eu vou atender uma mulher eu não vou perguntar para ela de que partido ela é. Porque ela sofre tanto machismo quanto eu”* (Carla, 2019). Concordo com Carla, pois o machismo não escolhe partido, ele pode ser encontrado em diversos lugares.

Ao sair da sala de Carla, percebo o caminho para uma cidade sustentável, muito longo, sinuoso e pedregoso. Ainda estamos muito distantes de um ideal de cidade. Somos subjugados/as, mesmo sem nosso consentimento, a viver em um sistema opressor e que promove intensas injustiças.

No mesmo prédio, encontro-me com Milena, 43 anos, secretária municipal do Orçamento Participativo (OP). Nossa conversa inicial partiu de reflexões sobre o papel da secretaria e da importância do OP para a cidade. Quando Milena assumiu a secretaria, ela percebia que muitas pessoas não sabiam dizer o significado das palavras: Orçamento Participativo. Para a secretária, as pessoas entendiam o Orçamento Participativo como aquele direcionado somente às obras. Porém, para Milena, *“o Orçamento Participativo é muito mais do que isso. Ele é uma secretaria interlocutora, é uma secretaria que trata do orçamento geral do município, na verdade da comunidade”* (Milena, 2019).

Milena relata que em 2017, havia o grande desafio de construir o Plano Plurianual Participativo (PPA), assim como a necessidade de ouvir todas as comunidades, todos os segmentos, assim como direcionar o orçamento de 2018 a 2021. Ou seja,

“de que forma trataríamos do orçamento e quais eram as prioridades do município? Foi aí que começou a mudar o foco e o entendimento das pessoas direcionado ao que realmente nós queremos da sociedade e o que era a secretaria de Orçamento Participativo. Hoje se torna uma secretaria na verdade de participação popular onde as pessoas têm a capacidade de procurar e dizer o que querem para sua cidade. E na época nós tratamos muito esse assunto, onde as pessoas tinham o poder de vós. Então, esse é o nosso foco”.(Milena, 2019).

De acordo com a publicação realizada no dia do lançamento do PPA, o plano é entendido como o “instrumento coordenador de todas as ações governamentais que orienta as Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDOs) e os Orçamentos Anuais (LOAs), assim como é elaborado, de acordo com a Constituição Federal, no primeiro ano de uma gestão” (SÃO LEOPOLDO, 2017a). Em São Leopoldo, foi construído a partir do resultado de relatórios de 14 plenárias regionais. As plenárias ocorreram nas oito regiões do OP, conforme mapa das Regiões do Orçamento Participativo disponibilizado no início deste capítulo.

O PPA foi dividido em seis eixos: desenvolvimento urbano, desenvolvimento social, desenvolvimento institucional, saúde e educação. Cada eixo foi representado por um conjunto de secretarias e órgãos. “Nas plenárias, que iniciaram em maio e encerraram em julho, as secretarias correspondentes apresentaram as principais diretrizes para os próximos quatro anos. As diretrizes foram debatidas com a população, que sugeriu mudanças e acrescentou propostas (SÃO LEOPOLDO, 2017a).

Pergunto para Milena se o PPA⁹¹ foi executado, se ele “funcionou”. *“Funcionou porque no momento que foi criada as diretrizes, as secretarias as receberam para trabalharem em cima disso. Na verdade, elas são trabalhadas junto com a comunidade”* (Melina, 2019). Milena também ressalta que *“todos os anos têm uma prestação de contas para a comunidade de como está o município e de como está o orçamento. Está on-line no Programa Contas Abertas”⁹²*(Melina, 2019). Segundo Milena, no site é disponibilizado diariamente a receita do dia, *“o que a gente vai ter hoje de pagamento, o que a gente recebeu e o que a gente irá pagar”* (Melina, 2019). Milena ressalta a importância do OP, do PPA, assim como o Programa Contas Abertas para a comunidade e diz que *“não adianta nós fazermos parte de uma gestão municipal e impor nossos desejos e a comunidade não conseguir fazer parte ou se sentir parte desse processo”* (Melina, 2019).

De acordo com a secretária, durante as plenárias do OP foi optado por não definir novas demandas e sim reduzir o déficit anterior que era de 48 milhões. Milena expressa seu posicionamento com relação a essa decisão dizendo: *“para mim enquanto secretária, é um déficit moral com a comunidade, ou seja, nós devemos isso à comunidade, porque a comunidade já disse o que quer. Para Milena, o passo seguinte é saber qual a cidade que a comunidade quer?”* (Melina, 2019).

⁹¹São Leopoldo (2017e).

⁹²São Leopoldo (2020i).

O que Milena destacou pode ser comprovado a partir de registros em jornais locais como o exemplo trazido na Revista News (SÃO..., 2019k). Foi realizado um encontro com aproximadamente 100 pessoas, na Comunidade Católica São Jorge, no bairro Campina, para pensar sobre o PPA Participativo 2018-2021 e definir propostas de prioridade para a Região Norte 2 (Conforme Figura 6 - Mapa de Colombo/PR). Nesse encontro estiveram presentes integrantes de associações de bairro, cooperativas habitacionais, equipes diretivas de escolas e comunidade em geral.

Figura 21 - Região Norte 2 tem plenárias do PPA Participativo



Fonte: São..., (2019k).

Para Milena,

“na cidade as pessoas precisam dizer qual a cidade elas querem. Elas precisam saber como funciona a gestão. Elas precisam saber como funciona o esgoto cloacal ou pluvial e o que isso reflete em suas vidas. Eu só consigo saber de alguma coisa se eu fizer parte do processo”.(Melina, 2019).

Para Jacobi e Teixeira (1996, p. 22) a partir do OP é possível “ampliar o nível de corresponsabilização dos cidadão, a partir da definição conjunta do calendário e do planejamento das etapas do processo”. Em estudo realizado por Walker (2019) tendo como tema a Urbanização de Favelas Cogereciadas via Orçamento Participativo na cidade de Porto Alegre, foi apresentada a pesquisa realizada por TouchtoneWampler (2014) que analisou 253 cidades brasileiras com mais de 100.000 habitantes que adotaram o Orçamento Participativo.

Os resultados revelam que as cidades que adotam o OP, há pelo menos oito anos, gastaram 23% a mais de seu orçamento em saneamento e saúde e tiveram uma redução 19% maior nas taxas de mortalidade infantil do que as cidades sem OP. Ter o Orçamento Participativo, por si só, gera melhorias em relação aos municípios sem OP(WALKER, 2019, p. 3, tradução da autora).

Milena traz como exemplo concreto o processo de reativação dos ecopontos⁹³, gerenciados pela Secretaria de Mobilidade Urbana. Os ecopontos foram criados a partir de encontros com as pessoas que discutiram sobre o descarte indevido do lixo e suas relações com a saúde pública. A secretária ressalta o quanto esse processo foi significativo para a cidade e a importância da participação popular. *“Se eu faço parte do processo, eu tenho comprometimento e responsabilidade para que as coisas erradas não aconteçam. Se eu não faço parte do processo, eu não me preocupo, porque alguém irá cuidar daquilo ali”* (Melina, 2019).E reforça dizendo que o *“principal movimento da Secretaria do Orçamento Participativo é fazer com que as pessoas façam parte do processo e do processo de gestão”* (Melina, 2019).

Milena também destaca como muito importante para o processo participativo o Fórum de Serviços Integrados, sendo *“várias secretarias integradas, trabalhando todas em uma mesma região”* (Melina, 2019). De acordo com as publicações no Facebook da Prefeituras⁹⁴ são organizadas equipes envolvendo as pastas de Serviços Públicos (Sesp), Defesa Civil, Obras Viárias (Semov), Saúde (Semsad), Meio Ambiente (Semmam), Orçamento Participativo (OP), Serviços da Zona Leste (Seleste), da Zona Norte (Senorte), Serviço Municipal de Água e Esgoto (Semae) e Departamento de Comunicação (Decom), na qual trabalham em regime de mutirão, contemplando serviços de melhoria do sistema de micro e macrodrenagem pluvial,

⁹³ São quatro ecopontos em São Leopoldo localizados na Scharlau (Rua Albino Scherer, 430), na Duque (Rua Nereu Ramos, s/n), na Campina (Rua Campo Bom) e na Feitoria (Avenida Feitoria, ao lado do Residencial Minuano).

⁹⁴São Leopoldo (2017f).

recapeamento das vias principais, pintura de meio fio, limpeza, capina e roçada de ruas e praças, pintura de faixas de segurança e de sinalização de trânsito.

Milena também ressalta a importância dos/as delegados/as do Orçamento Participativo. Durante os Fóruns Regionais de Delegados⁹⁵:

“os delegados podem apresentar propostas gerais para serem levadas ao COP⁹⁶. Também discutem e deliberam, de acordo com os critérios de distribuição de recursos, as demandas a serem atendidas com os recursos regionais, detalhando assim o Plano de Investimentos e Serviços para o ano seguinte. O governo apresenta a Proposta Orçamentária; debate a apresentação de propostas dos delegados e delibera sobre as demandas atendidas com recursos regionais”.(Melina, 2019).

A importância do delegado para Milena se justifica por ele viver no lugar onde acontecem os problemas: *“Eu não tenho como viver o local em que ele mora. Quem vive isso é ele, então é ele que sabe o que acontece ali”* (Melina, 2019). Concordo com Milena e relaciono sua fala com as reflexões de Brandão com relação ao entendimento do que é o bem comum e o sentimento de corresponsabilidade.

Bem comum é aquilo que não sendo propriedade de ninguém e nem do poder público, é uma posse e é um benefício de todos, por igual. É tudo aquilo que não pertencendo a ninguém individualmente, familiarmente, empresarialmente, ou governamentalmente, como uma espécie qualquer de propriedade privada ou corporada, é um bem público (BRANDÃO, 2005, p. 49).

Para Brandão, é necessário aprender a “sair de si mesmo (sair de viver preso ‘no lado de cá’ do muro) e a partilhar com os outros os trabalhos, a corresponsabilidade pelo ‘lugar onde eu vivo” (BRANDÃO, 2005, p. 55). E isso, para mim, é o que Milena quis dizer com relação à importância do/as delegado/as e, conseqüentemente, do Fórum dos Delegados. É o momento em que as pessoas saem de suas casas, de seus quintais, de seus muros para pensar o seu bairro, a sua vila, a sua comunidade, o seu bem comum.

Para concluir a entrevista, pergunto à Milena como suas falas anteriores se relacionam com a sustentabilidade e as políticas educacionais. Para Milena, está

⁹⁵São Leopoldo (2020d).

⁹⁶ Conselho do Orçamento Participativo (COP) “é composto por dois conselheiros titulares e dois suplentes eleitos nos fóruns de delegados de cada uma das oito regiões da cidade. Um representante do Governo Municipal, que é o secretário do Orçamento Participativo, integra o Conselho. No entanto, ele não tem direito ao voto nas deliberações do COP” (SÃO LEOPOLDO, 2020e).

tudo relacionado, pois a “sustentabilidade ela não é algo fechado, ela é algo aberto, onde todos nós, enquanto indivíduo, fazemos parte” (Melina, 2019). Para Milena é “preciso ter mais pessoas que pensem desta forma, mais falas, mais... Mais cacarejar, falar, mostrar. Isso pode ser sustentável! A fala das pessoas pode ser sustentável!” (Melina, 2019). Segundo a secretária, “esse projeto tem que ser da sociedade civil organizada, ele tem que partir de pesquisadores para que possam orientar. Seja a gestão que for. Não pontual, não de pessoas” (Melina, 2019). Outro ponto que ela destaca é que a sustentabilidade, enquanto gestão venha de “fora para dentro, da sociedade civil para a gestão, para o executivo” (Melina, 2019). E ela deixa uma sugestão para mim, enquanto pesquisadora:

“Tu pode ter outro direcionamento e entrar em contato com a sociedade civil organizada, os conselhos. São Leopoldo tem o primeiro e único, até o momento, Conselho Municipal dos Povos Tradicionais de Matriz Africana⁹⁷ que trata diretamente desse assunto. Tem o Conselho de Igualdade Racial⁹⁸, tem o Conselho da Defesa dos Idosos, o Conselho da Criança, tem vários conselhos. Eu acho que a sociedade civil organizada também vai te dar outra visão”. (Melina, 2019).

Naquele momento, concordei com Milena com relação aos conselhos. Encerramos a entrevista com o combinado de retornar com o resultado da pesquisa. Ao chegar em casa me dediquei a pesquisar sobre os conselhos existentes em São Leopoldo. No total, são 25 conselhos municipais⁹⁹, cada um com uma temática diferente, assim como organizações distintas. Acredito que seria necessária uma pesquisa específica para a análise dos conselhos em São Leopoldo, assim como para identificar o quanto eles influenciam na qualidade de vida dos moradores.

Encerro as narrativas argumentativas referentes a Colombo e São Leopoldo com a percepção de que um “novo começo”, como diz Beck, é possível. Esse novo começo, para mim, nasce a partir do já existente, do que está dando “certo” e “errado”, de suas continuidades e descontinuidades. Quantas possibilidades foram apresentadas? Quantos caminhos foram indicados? Cada pessoa que dedicou seu tempo para pensar as cidades destacou um ponto. A partir deles, entrecruzados com os pressupostos teóricos, podemos pensar as cidades.

⁹⁷ Conselho Municipal dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (SÃO LEOPOLDO, 2017e).

⁹⁸ Conselho de Igualdade Racial (SÃO LEOPOLDO, 2019d).

⁹⁹ Conselhos Municipais de São Leopoldo (SÃO LEOPOLDO, 2020b).

5.7 Programa Educação para a Sustentabilidade na Cidade - PESC

No final do ano de 2019, considerei por encerrada a pesquisa de campo. Porém, nem tudo é como planejamos. Em dezembro, participei como ouvinte do “Seminário Regional de Municípios - Fortalecendo a implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e da Nova Agenda Urbana (NAU)”, promovido pela Associação Brasileira de Municípios (ABM), em São Leopoldo. Era uma grande oportunidade para acompanhar de perto como a região sul estava pensando suas cidades. Durante o evento, o prefeito de São Leopoldo e também presidente da ABM, ressaltou a “importância de se trabalharem os ODS transversalmente às políticas públicas” (ABM, 2019). Uma fala que remetia aos meus estudos e às entrevistas realizadas até então. Observei que havia muitas pessoas participando do seminário: gestores de diversas cidades do RS, educadores ambientais, integrantes de organizações não-governamentais, conselhos municipais, instituições de ensino, entre outras pessoas. Era um momento único, no qual procurei conversar e me aproximar de várias pessoas para otimizar ou identificar mais respostas para a pesquisa.

Várias foram as apresentações de boas práticas da região Sul como possibilidades para cidades mais sustentáveis. Foram apresentadas as ações da Virada Sustentável - Porto Alegre; do Comitê de Sustentabilidade do Sistema Fecomércio-RS/SESC/SENAC; das Relações Internacionais de Porto Alegre; da Secretaria de Habitação de São Leopoldo; da Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (ANAMMA); do ICLEI; Caixa Econômica Federal; do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE); da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS); entre outros. Algumas das ações destacadas foram os programas Regulariza São Leo¹⁰⁰ e Inclusão Urbana da Secretaria Municipal de Habitação de São Leopoldo (SEM HAB). Esta última, uma parceria entre a Prefeitura de São Leopoldo, o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e o curso de Arquitetura e Urbanismo da Unisinos.¹⁰¹ Segundo o secretário da Habitação de São Leopoldo, até o momento, haviam sido regularizados 19 loteamentos e entregues mais de 4,5 mil escrituras.

¹⁰⁰ São Leopoldo (2019).

¹⁰¹ Ver mais em: Schneider (2019).

De acordo com a Constituição Federal (Art.182 e Art.183), cabe ao poder público municipal a competência para definir o uso e a ocupação da terra urbana, reafirmada pelo Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257/2001) que define e orienta a aplicação de instrumentos jurídicos e fiscais tendo como foco central a garantia da função social da propriedade. Em 2018, foram contabilizados 35% dos terrenos públicos ou privados com apenas a matrícula do imóvel em nome da prefeitura de São Leopoldo, sem a escritura (SANDER, 2018). Os números aumentaram com relação às áreas ocupadas (“áreas invadidas”), sendo que mais de dez mil famílias vivem sem nenhum tipo de regularização fundiária (MACHADO, 2019). Para Maricato (2011), a política habitacional tem grande importância em uma cidade, porém a preocupação deveria ser ampliada. O foco deveria ser para além da propriedade, “porque não se mora na casa, simplesmente; se mora na cidade” (AZEVEDO, 2019).

Foram dois dias intensos de trocas e novas percepções para as cidades. Já para o final do evento, entre uma conversa e outra, em um dos intervalos, fui surpreendida pela chefe de gabinete da SMED de São Leopoldo. Em um dado momento de nossa conversa ela faz a seguinte proposta: “*Sandra gostaríamos muito que você viesse trabalhar conosco na SMED. Propor para as escolas municipais o que você faz na escola Santa Marta¹⁰²*” (Chefe de gabinete da SMED, 2019). Para mim, uma surpresa e ao mesmo tempo interpretei aquele convite como uma grande oportunidade. Após uma semana de nossa conversa e algumas conversas posteriores por telefone, aceitei o desafio. A chefe do gabinete sugeriu que durante as férias eu pensasse em uma proposta para apresentar para a SMED no início de 2020. Era uma oportunidade para ver a cidade por outro ângulo, de modo mais amplo, mas também contribuir de alguma maneira para a educação e para a sustentabilidade na cidade.

Em fevereiro de 2020, após transcrever as entrevistas, retomar o projeto de pesquisa, realizar pesquisas sobre as ações existentes na cidade de São Leopoldo, iniciei como assessora pedagógica na SMED. Já tinha uma ideia do que iria propor. Muito do que pensei estava diretamente relacionado às minhas vivências anteriores e à pesquisa. Tomei como ponto de partida as ações de Viviane em Colombo e suas “invenções”, como exemplo a “Ecogincana”. A proposta também foi otimizada pelo trabalho de educação ambiental já desenvolvido anteriormente por Luiza, assessora

¹⁰² Na EMEF Santa Marta, desenvolvia ações junto à Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida, era uma referência em São Leopoldo.

pedagógica (entrevistada por mim no ano anterior), assim como pela gestão passada.

No dia 13 de fevereiro de 2019, apresentamos, Luiza e eu, para os integrantes do setor pedagógico da SMED o Programa de Educação para a Sustentabilidade na Cidade (PESC). A principal justificativa para a criação do programa foi a emergência de ações que envolvessem propostas de educação com foco na sustentabilidade e na cidade de São Leopoldo. De acordo com minhas pesquisas, essas ações já existiam, mas precisavam ser evidenciadas e entendidas como ferramentas para a sustentabilidade. Buscou-se também alinhar o programa aos ODS, assim como aos objetivos do governo local, contribuindo para a qualidade de vida urbana. O principal objetivo do programa foi o de incentivar o protagonismo de professores/as e alunos/as em suas comunidades, alinhados aos movimentos globais, assim como as emergências locais. Definimos:

<p>Programa - O programa é criado para alcançar o objetivo maior de uma política pública. Tornar um documento vivo. A partir do programa as escolas podem pensar seus projetos.</p> <p>Educação - É um processo transformador.</p> <p>Sustentabilidade - São todas as nossas relações, a minha relação comigo, a relação com os outros e outras. (Humanos e não humanos, materiais e imateriais, vivos e não vivos).</p> <p>Cidade - Onde ocorrem as relações, as interações, as experiências.</p>
--

Nesse sentido, a partir do Plano Municipal de Educação de São Leopoldo (SÃO LEOPOLDO, 2015), do Documento Orientador do Currículo do Território de São Leopoldo¹⁰³, das Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação Ambiental (SÃO LEOPOLDO, 2013), da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) (BRASIL, 2018a), dos ODS, entre outros documentos, delimitamos oito temáticas-guias para o PESC: Direitos Humanos; Gênero e Sexualidade; Diversidade Cultural; Educação Ambiental, Educação para o consumo (resíduos); Saúde; Segurança Alimentar e Nutricional; Educação Musical; Psicomotricidade e a relação com o processo de aprendizagem e Iniciação Científica.

A partir destas temáticas foi possível integrar ao PESC diversos projetos educacionais existentes no município. A ideia inicial era que essas temáticas fossem

¹⁰³ São Leopoldo (2020o).

evidenciadas nas escolas municipais, a partir de oficinas na escola e saídas de campo pela cidade, tendo o professor (a) Regente e o 2(R2)¹⁰⁴ como referência. Na segunda quinzena de fevereiro, busquei por parcerias em distintos locais da cidade. Até o final de fevereiro foram selecionadas 14 oficinas/saídas de campo:

- a) Visita à Horta Mãe-da-Terra do Programa de Ação Socioeducativa na Comunidade;
- b) Visita ao aterro sanitário de São Leopoldo oferecido pela Companhia Riograndense de Valorização de Resíduos (CRVR);
- c) Passeio guiado a partir do Projeto De Olho no Olho D'água da Secretaria do Meio Ambiente de São Leopoldo (SEMMAM);
- d) Trilha Urbana pelo Museu do Rio;
- e) Oficina dos ODS oferecida pelo Museu do Rio;
- f) Gincana na escola desenvolvida pelo Museu do Rio;
- g) Trilha guiada no Parque Municipal Imperatriz Leopoldina;
- h) Visita à Cooperativa Mundo Mais Limpo;
- i) Visita à Biblioteca Pública de São Leopoldo;
- j) Oficina sobre educação sexual do Programa Saúde na Escola (PSE);
- k) Centro Permanente de Educação Ambiental CEPEA na Comunidade;
- l) Oficina sobre os Direitos das Mulheres pela Secretaria Municipal de Política para Mulheres (SEPOM);
- m) Oficina sobre Alimentação Saudável da Secretaria da Saúde;
- n) **E por fim, como sugestão, cada escola deveria incluir em sua agenda uma vez no mês uma visita à Associação de Moradores para uma conversa sobre os problemas socioambientais locais e pensar soluções em parceria com a comunidade e/ou uma saída de campo para o arroio próximo da escola para identificar problemas e pensar ações possíveis.** Faço destaque (grifo) a esta atividade, por ser considerada, uma das mais importantes.

¹⁰⁴Professor(a) Regente 2 é aquele que assume a regência de uma turma nos dias em que a professora titular da turma, também chamada de Regente 1, está cumprindo hora atividade. Segundo o Art. 89 da Lei municipal de São Leopoldo nº 6.573 "A jornada básica do Professor, do Ensino Fundamental, de Educação Infantil e da modalidade de EJA obedecerá a carga horária semanal do seu concurso, sendo que 80% (oitenta por cento) será de horas de aula e 20% (vinte por cento) de horas de atividades (GROHE, 2015, p. 28)

Como isso se efetivaria na prática? Como projeto-piloto, para iniciarmos a execução do PESC, elencamos 20 escolas municipais, entre elas as “prioritárias”. De acordo com o decreto Nº 9.243, foram estabelecidas 14 Escolas Prioritárias para o ano de 2019 em São Leopoldo, “cujo percentual é maior de 28% de alunos atendidos pelo Programa Bolsa Família a partir de dados fornecidos Sistema Presença”¹⁰⁵

Cada um dos parceiros (as), listado acima, deveria oferecer duas oficinas ou duas saídas de campo, por mês, durante os meses de abril a novembro de 2019. A professora R2, na escola, deveria elencar uma turma ou grupo-referência, composto por 20 alunos/as, com idade entre 7 a 14 anos, conforme critério próprio de seleção para participar das oficinas e saídas de campo. Os/as alunos/as, além das atividades propostas, receberiam a formação “Embaixadores da Justiça Climática/ Articuladores Ambientais Mirins”¹⁰⁶, uma parceria entre o ICLEI e a Plant-for-the-Planet¹⁰⁷. A ideia era ofertar formação permanente e continuada para os/as alunos/as, seguindo o

princípio ‘Jovem Educa Jovem’, segundo o qual os jovens assumem claramente o papel protagônico, como sujeitos sociais que atuam e intervêm no momento presente e não num futuro próximo, como muitos argumentam. Assume-se, então, que o processo educacional pode e deve ser construído a partir das experiências dos próprios jovens, por meio de Comunidades (ou Círculos) de Aprendizagem (BRASIL, 2007a, p. 13).

Seguindo o que havia vivenciado na EMEF Santa Marta com a Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (COM-VIDA), articulado aos “Círculos de Aprendizagem e Cultura” que para Freire (1999, p. 34) “é um lugar onde todos têm a palavra, onde todos lêem e escrevem o mundo. É um espaço de trabalho, pesquisa, exposição de práticas, dinâmicas, vivências que possibilitam a construção coletiva do conhecimento”, a ideia era propor um espaço e tempo específico para os/as alunos/as pensassem sobre/com sua escola, seu bairro, sua cidade, seu país, enfim, em sua vida.

Conforme a imagem abaixo, o programa tinha como eixo principal a escola. A partir da escola seria promovida a educação para a sustentabilidade na cidade, partindo da valorização do professor R2, destacando sua importância para a educação de São Leopoldo, assim como o incentivo ao protagonismo de alunos e alunas da rede municipal de ensino. Também eram prioridades do PESC a

¹⁰⁵ Escolas Prioritárias (SÃO LEOPOLDO, 2019o).

¹⁰⁶ São Leopoldo (2020p).

¹⁰⁷ Plant for the Planet (2020).

continuidade das ações, ao menos durante o ano de 2020, tornando-se um programa permanente. Outro ponto destacado foi a importância da comunicação, dos registros e publicações das ações, como uma forma de partilha e de trocas entre as escolas. Nesse sentido, a ideia foi retomar os princípios da “educomunicação” (BRASIL, 2005a), na qual cada escola produz de acordo com sua realidade seus próprios canais de comunicação de forma coletiva e significativa.

Figura 22 - PESC na Escola



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Uma vez no mês, faríamos um encontro com os professores R2 e Coletivo Educador Ambiental, assim como os professores interessados em participar do PESC, para a realização de oficinas, formações e trocas. O “Mapa Virtual das 50

escolas - EMEFs e EMElS de São Leopoldo/RS”¹⁰⁸ foi criado para melhor visualização das escolas entre si, bem como foi sugerida a criação de uma biblioteca virtual¹⁰⁹ com materiais recomendados pelos parceiros e pelos professores/as da rede municipal.

O PESC tinha como meta o trabalho contínuo e articulado com o espaço escolar, o currículo, a gestão e, principalmente, vinculado às pessoas e suas comunidades. E também, indo ao encontro das orientações trazidas nas Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação Ambiental de São Leopoldo que incentiva em seu Artigo 3º, para a prática da cidadania com a finalidade de tornar a sociedade mais justa e sustentável (SÃO LEOPOLDO/RS, 2013).

No mês de março de 2020, apresentamos o PESC para os/as diretores/as das escolas e seus/as supervisores/as. No dia 27 de março, no Auditório Sérgio Concli Gomes - Unisinos seria apresentado o programa para mais de 200 professores/as da rede municipal de ensino, imprensa local, parceiros/as, entre outros/as convidados/as. Na semana anterior ao evento, a SMED recebeu a notificação de que a Unisinos fecharia suas portas devido a pandemia do COVID-19, sendo que precisaríamos adiar o evento de abertura.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) havia determinado a necessidade de adoção de isolamento social para evitar a contaminação pelo vírus. A partir do Decreto nº 9.482, de 20 de março de 2020¹¹⁰, a prefeitura de São Leopoldo determinou estado de calamidade e foi imposta medidas de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus. Com o decreto, foram canceladas todas as atividades, tanto nas escolas municipais, como na SMED. Embora o governo federal tenha adotado uma “política da invisibilidade” definida por Beck (2018, p. 133), como uma “estratégia importante para estabilizar a autoridade do Estado e a reprodução da ordem social e política pela negação da existência de riscos globais”, desde o início da pandemia o governo local reconheceu os riscos existentes e aderiu à diversas estratégias em prol da vida.¹¹¹ A partir do surgimento da COVID-19 houve mudanças significativas com relação ao modo de viver e o isolamento social se tornou uma constante.

¹⁰⁸ Mapa Virtual das 50 escolas - EMEFs e EMElS de São Leopoldo/RS. Neste mapa, em construção, cada R2, incluirá informações sobre projetos e ações de sua escola (SÃO LEOPOLDO RS, 2020).

¹⁰⁹ Como sugestão inicial, indicamos o Portal do Professor (2020c).

¹¹⁰ Decreto nº 9.482, de 20 de março de 2020 (SÃO LEOPOLDO, 2020q).

¹¹¹ São Leopoldo (2020r).

Todo o planejamento e esforço dedicado ao PESC, naquele momento, não era mais uma prioridade e se tornava inviável sua execução. Precisávamos repensar a metodologia, pois o contato pessoal, o trânsito pela cidade, os encontros *in loco* não seriam mais possíveis. Foi necessário que o PESC fosse “reinventado”. A SMED conta com o Núcleo de Tecnologia Educacional Municipal (NTM), sendo uma de suas funções inspirar a aprendizagem e a criatividade dos professores, por intermédio das tecnologias digitais¹¹². Esse foi o caminho escolhido e o foco passou a ser na formação dos/as professores/as. No mês de abril de 2020, os professores da rede municipal passaram a receber formação on-line a partir da Plataforma Moodle disponibilizada pelo NTM. As parcerias, que até então havíamos firmado para a execução do PESC, foram constatadas para que participassem da formação. Contribuíram professores da rede municipal de ensino e de outras cidades vizinhas; professores de universidades da região metropolitana - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Universidade Federal do Rio Grande do Sul; consultoras ambientais; assessores pedagógicos da SMED; funcionários das secretarias do meio ambiente, saúde; a defensoria pública do estado do RS; indígena Kaingang Por Fi Ga; representantes da cultura afro-brasileira local; representante de cooperativa de reciclagem de óleo; Núcleo de Apoio e Pesquisa ao Processo de Inclusão (NAPPI); da SMED São Leopoldo e alunos da rede municipal¹¹³ e entre outros. A partir das parcerias, sem nenhum custo financeiro, a formação foi dividida em oito tópicos:

1. PESC - Tópico de apresentação - 15/04/2020;
2. Educação para a Sustentabilidade - ODS e Psicomotricidade - 30/04/2020;
3. Segurança Alimentar e Nutricional - 15/05/2020;
4. Educação Musical - 30/05/2020;
5. Educação em Direitos Humanos: Gênero, Sexualidade e Diversidade Cultural -15/06/2020;
6. Educação para a Iniciação Científica - 20/07/2020;
7. Google Classroom PESC - 20/08/2020;
8. Conversando sobre direitos, deveres, democracia e cidadania - 13/10/2020.

¹¹²São Leopoldo (2020s).

¹¹³Um exemplo foi a aluna Larissa que contribui com a formação em Iniciação Científica. Ver em: PESC 6 (2020).

A formação assumiu como princípio a valorização dos saberes locais em consonância com as pautas globais. Também houve grande incentivo para a reflexão crítica sobre a prática pedagógica e o momento atual. Cada um dos tópicos foi pensado juntamente com os/as formadores, a partir de levantamento prévio com os/as professores/as. Como a recomendação da OMS era para que houvesse o mínimo de aproximações, optamos como metodologia pelo uso de vídeos. A orientação foi para que cada formador/a gravasse um vídeo e enviasse para a inserção na Plataforma do Moodle. Antes de cada gravação, os/as formadores/as recebiam dois vídeos com a apresentação do PESC para relacionar suas falas com os objetivos e a proposta do programa.

Nesse período, desenvolvi a habilidade de editar vídeos e considerei essa ação para além de um simples trabalho de edição. Cada palavra dita, cada frase, cada gesto, expressão facial/corporal, precisavam ser compreendidos e evidenciados. Para cada vídeo produzido havia a necessidade de uma conexão profunda com cada pessoa para identificar a melhor música de fundo, a melhor imagem, o melhor enquadramento, a melhor letra, o melhor destaque. Foram mais de 70 vídeos editados. Esses vídeos passaram a compor uma biblioteca digital específica do PESC¹¹⁴, pois muitos/as professores/as sentiram a necessidade de rever e retomar conteúdos expostos nos vídeos. Também considerei a biblioteca digital como essencial para a pesquisa, pois foi possível reunir uma coletânea de vídeos referentes às distintas temáticas relacionadas à cidade.

Com o PESC foi possível formar e informar os/as professores/as da rede municipal de ensino de São Leopoldo sobre a importância da educação para a sustentabilidade na cidade, respeitando as particularidades de cada um/a, bem como a realidade local de cada escola. Foram mais de 230 professores participantes permanentes na formação durante todo o ano de 2020, assim como mais de 40 parceiros/as (formadores/as) envolvidos/as.

A partir do PESC, os/as professores/as foram preparados para o retorno às aulas (virtualmente), para o fortalecimento dos vínculos e para conteúdos relacionados à vida, entre eles: município educador sustentável, ODS, Guia Alimentar para a população brasileira, educação musical, direitos humanos, gênero e

¹¹⁴ Playlist lançada na MOTIC Virtual, realizada nos dias 1, 2 e 3 de dezembro de 2020. Canal do Youtube NTM São Leopoldo (NTM São Leo, 2020).

sexualidade, diversidade cultural, discriminação racial, educação formal e a percepção das crianças indígenas, vidas negras importam, protagonismo da mulher, Cooperativismo, Jacobina MentzMaurer, processos didático-metodológicos na perspectiva do ensino pela pesquisa etc.

Em cada um dos tópicos do PESC participaram aproximadamente cinco formadores com temáticas distintas e, ao mesmo tempo, convergentes entre si, tendo como eixo central a educação para a sustentabilidade.

Figura 23 - Plataforma Moodle - PESC

The image is a screenshot of a Moodle course page. At the top, the Moodle logo and navigation links are visible: 'Português - Brasil (pt_br)', 'Cursos', and 'Neste curso'. The main content area displays several video thumbnails with play buttons, each representing a different topic:

- 4.2 Indígena Kaingang Por Fi Ga - São Leopoldo**: A grid of 20 small portraits of indigenous people.
- 5. Vidas negras Importam**: A man with glasses and a beard speaking, with a sign in the background that reads 'MARIELLE FRANCO PRESENTE!'.
- 5.1 Experiências Educativas em São Leopoldo - Cultura Afro - Brasileiras**: A woman and two children, one of whom is wearing a headband.
- 6. Direitos Humano, Gênero e Sexualidades**: A collage of images including a person, a green background, and various social icons.
- 7. Mundo Mais Limpo - Protagonismo da Mulher, Sustentabilidade, Cooperativismo e os Direitos Humanos**: A collage of images related to sustainability and social issues.

Fonte: NTM São Leo (2020).

Segundo uma das participantes

O Pesc é as pessoas, a vontade de se reinventar e reinventar um mundo em que seja melhor viver, existir. Estou nessa formação porque busco uma nova relação *com* e *na* escola em que tudo seja mais significativo e faça sentido para todos os envolvidos. Estamos em um sistema de ensino que se esvaziou de sentido, preocupadas com cumprimento de horário, cumprimento de conteúdo e com essa forma automática de trabalhar. Estamos nos esquecendo do principal, do que nos levou a trabalhar com educação, com seres humanos. (C.Z. 2020).

A reflexão da professora traduz os objetivos do PESC, a nova relação *com* e *na* escola, a partir da educação para a sustentabilidade. Outra participante destaca:

Essa formação para as professoras R2, que tive a oportunidade de participar, foi muito importante para ampliar os conhecimentos em diferentes áreas do conhecimento. O tema sustentabilidade para a cidade de São Leopoldo veio revelar sua história e nos levou a ver possibilidades para uma cidade mais sustentável. (E.T. 2020).

A proximidade (mesmo de forma não presencial) com os/as professores/as e suas práticas pedagógicas proporcionadas pelo PESC foi um dos fatores mais importantes identificados durante a formação. A formação não se encerra, e sim, abre-se para outras possibilidades do fazer educativo. Uma nova maneira de pensar e alcançar os objetivos da Educação Básica, assim como de reavaliá-la.

Outro resultado deste novo modo de fazer educação foi a publicação da “Cartilha PESC”¹¹⁵, um desdobramento do Tópico 7, “Google Classroom PESC”. A cartilha foi elaborada a partir de projetos criados pelos/as professores/as envolvendo distintas temáticas discutidas no decorrer da formação.

Abaixo são listadas algumas das trocas e partilhas do PESC com outras instituições, indo para além da formação fechada dentro de uma plataforma virtual:

- Live “Programa Educação para a Sustentabilidade na Cidade”, disponível no Facebook do Órgão Gestor de Educação Ambiental (OGEA)¹¹⁶;
- Live “Por que falar em educação para a sustentabilidade em tempos de pandemia?”, disponível no Canal da UNISINOS¹¹⁷;
- Formação docente em tempos incertos: reflexões a partir do Programa de Educação para Sustentabilidade na Cidade, disponível no Canal da Apoena Socioambiental¹¹⁸;
- Live Educação para a Sustentabilidade em São Leopoldo/RS, disponível no Instagram da Riqueza dos Resíduos - Colombo/RS¹¹⁹;
- Live “Educação em Direitos Humanos e o Papel Transformador do Professor”, disponível no Canal da Associação dos Defensores e Defensoras Públicas do RS¹²⁰.

¹¹⁵ Cartilha PESC (SÃO LEOPOLDO 2020t).

¹¹⁶ Live “Programa Educação para a Sustentabilidade na Cidade” (PROGRAMA..., 2020).

¹¹⁷ Live “Por que falar em educação para a sustentabilidade em tempos de pandemia?” (POR QUE..., 2020).

¹¹⁸ Live “Formação docente em tempos incertos: reflexões a partir do Programa de Educação para Sustentabilidade na Cidade” (FORMAÇÃO..., 2020).

¹¹⁹ Live “Educação para a Sustentabilidade em São Leopoldo/RS” (EDUCAÇÃO..., 2020b).

¹²⁰ Live “Educação em Direitos Humanos e o Papel Transformador do Professor” (EDUCAÇÃO..., 2020b).

Ao encerrarmos a formação PESC no ano de 2020, percebemos a necessidade da continuação, da manutenção de vínculos, principalmente em tempos de pandemia da COVID -19, assim como a escuta atenta aos/as professores/as. Foi percebido o grande potencial educativo e formativo do PESC, assim como a abertura para as vozes da cidade. Dessa forma, é reafirmada a necessidade da formação contínua e permanente, articulada ao espaço escolar, o currículo, a gestão e, principalmente, vinculada às pessoas e suas comunidades.

Como pesquisadora, identifiquei o PESC como uma potência, a partir de diversos olhares, conexões e fazeres educativos para a promoção da educação e para a sustentabilidade na cidade. Um programa que poderá ser replicado, de acordo com cada contexto, em distintas cidades.

6FINALIZANDO A CAMINHADA

Como última análise, porém, as reflexões não se encerram aqui, a tentativa é a de destacar alguns pontos fortes que emergiram durante a pesquisa com a finalidade de identificar os princípios orientadores de educação para a sustentabilidade em contextos urbanos. Faço um convite para que nós, moradores/as das cidades, pensemos juntos em “novos começos”, a partir da apreensão de “estruturas e normas futuras na confusão do presente” (BECK, 2018).

Retomando Guerra (2010, p. 77), “misturamos utopia com realidade e estamos bastante incapazes de equacionar soluções concretas”, principalmente quando o assunto é cidade sustentável. Torna-se mais complexo ainda pensar em soluções para as cidades por suas distintas composições internas: cidades dentro de cidades - microcidades. É também complexo “confrontar diferentes níveis de pensamentos” (KAUFMANN, 2013, p.131) para se chegar a uma possível resposta e, com isso, contribuir para a educação, especificamente, a educação para a sustentabilidade na cidade.

Para que possamos pensar juntos, faz-se necessário que cada leitor desta tese abra o mapa de sua cidade (mapa mental, virtual ou físico). Penso que precisamos partir de algum lugar, de algum ponto, de algum dado concreto referente à cidade. Inicialmente, parto do mapa da cidade para traçar os cinco princípios orientadores de educação para a sustentabilidade em contextos urbanos, pois é no território, no lugar, no solo, no chão que a vida na cidade acontece.

6.1 Princípios Orientadores de Educação para a Sustentabilidade em Contextos Urbanos

Após as leituras e pesquisas, assim como entrevistas, análises, trocas, reflexões, foi determinado três princípios orientadores de educação para sustentabilidade em contextos urbanos. Esses princípios são o resultado da síntese analítica deste estudo, de minha experiência a partir da escuta atenta e compreensiva de pessoas que vivem e pensam nas cidades de Colombo e São Leopoldo, bem como estão fundamentados nos estudos referentes à sustentabilidade, à educação para a sustentabilidade, às cidades sustentáveis, às

políticas para sustentabilidade. São princípios que estão interligados e imbricados um ao outro, não podendo ser pensados separadamente.

Esses princípios podem ser unidos a outros no contexto da educação, sustentabilidade e cidade. Tais princípios foram definidos a partir da pergunta de pesquisa: Quando uma cidade educa para a sustentabilidade? É possível observar na figura abaixo os três princípios e seus eixos temáticos:

Figura 24 - Princípios Orientadores de Educação para a Sustentabilidade em Contextos Urbanos



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

- **Princípio 1.** Uma cidade educa para a sustentabilidade quando **educa**.

A educação por si só possui seus próprios princípios, porém ela precisa tornar-se o foco principal em uma cidade que pretende ser sustentável. Como vimos nos documentos referentes à promoção de cidades sustentáveis, em nenhum deles a educação foi identificada como um princípio central. Uma cidade, independentemente de ser identificada como sustentável, deve educar **“para”** o quê?

Conforme o tema central desta pesquisa, os estudos realizados e o mundo em que vivemos, uma cidade deve e precisa **“educar para a**

sustentabilidade”(BRANDÃO, 2005; CARVALHO. 2008; 2011, CAVALCANTE; ELALI, 2011; TEASS, 1992). Isso significa educar para a vida em todas as dimensões, para a transformação, para o desenvolvimento sustentável, para as relações (GADOTTI, 2008; GRANDISOLI *et al.*, 2020; GROHE, 2015).

É a partir da educação, especificamente a ambiental, que o “indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (SANTOS, 2020). Foi constatado que uma cidade educa para a sustentabilidade quando promove a **educação ambiental forte**, transversal e efetiva (formal, informal e não-formal) na cidade, não cabendo somente à escola este papel.

Embora muitos dos/as entrevistados/as tenham deixado evidente a importância da escola para a formação de cidadãos mais conscientes de seu papel na sociedade, bem como a importância de pessoas (ex. professor/a articulador/a), espaços e tempos dedicados para essa formação (Susana, prefeita de Colombo, p. 127)¹²¹; Leticia, coordenadora do museu e do Fórum dos Arroios de São Leopoldo, p. 175), a partir de ações específicas e direcionadas (disciplina de educação ambiental, COM-VIDAs, Jovens Embaixadores pelo Clima, Ecogincana, Cidadão Ambiental Mirim), faz-se necessária a efetivação da educação ambiental também fora dos espaços escolares, com pessoas e tempos específicos.

Na cidade de Colombo, Pedro, secretário do Meio Ambiente de Colombo, destacou que a mudança só ocorre a partir da “*educação ambiental forte*” (p. 98) não sendo “mais uma escolha, mas sim uma obrigação dos gestores públicos”. (COLOMBO, 2017a, p. 21); Susana (p. 128) também acredita que para que as pessoas tenham o “entendimento de cidade, de vida, de preservação” é necessária uma educação ambiental forte, assim como percebe “o papel transformador que a Educação Ambiental representa na sociedade”.

Para Luiza, assessora pedagógica em São Leopoldo, as cidades deveriam ter um “**programa de formação que fale de educação para a sustentabilidade**” (p. 170). A formação é transformadora e o programa tem como objetivo maior atingir uma política pública, tornando o que está escrito em documento vivo e aplicável. A partir de um programa é possível pensar na efetivação de políticas educacionais, bem

¹²¹ Daqui para frente retomarei os escritos deste estudo, sendo referenciadas as páginas da própria tese em itálico.

como na construção de **projetos de ação** locais. Como exemplo efetivo, foi apresentado no decorrer desta pesquisa o Programa de Educação para a Sustentabilidade na Cidade (PESC) e os projetos de ação criados pelos/as professores/as de São Leopoldo publicados na Cartilha PESC. Outro exemplo, foi o Programa de Educação Ambiental de Colombo, fundamentado nas Diretrizes Curriculares de Educação Ambiental de Colombo, sendo reforçada a Educação Ambiental como uma política.

As cidades que educam para a sustentabilidade precisam, além de políticas, programas, projetos e formação, realizar estudos e **pesquisas**. Criar um núcleo de educação ambiental, “*um grupo pensando isto o tempo todo*” (Lisandra, secretária da Fazenda de Colombo, p. 104). Um grupo composto pela “*sociedade civil e pesquisadores para que possam orientar*” (Milena, secretária municipal do Orçamento Participativo de São Leopoldo, p. 187) para a sustentabilidade. Que estejam a par das pesquisas e estudos realizados sobre as temáticas da sustentabilidade. Que conheçam as políticas para educação, especificamente ambiental, em nível federal, estadual e municipal.

Somente a partir do entendimento de que a educação é o princípio central para a transformação é que as cidades se tornarão sustentáveis.

- **Princípio 2.** Uma cidade educa para a sustentabilidade quando **governa** para atingir esse ideal.

Uma cidade educa para a sustentabilidade quando seus governantes incluem em seus **planos diretores**, como eixo central para a transformação, a educação em todos os níveis (formal, informal e não-formal). Quando seus governantes têm o desejo e a **vontade política** para que a cidade seja sustentável. Vitor, Diretor do Centro Roessler/Museu do Rio dos Sinos, ressaltou: “*é preciso vontade política do governante*” (p. 157). Segundo Brandão, um governante colabora para uma cidade sustentável a partir de seu próprio testemunho. “Municípios Educadores Sustentáveis somente o serão se contribuir para a educação de todos através do testemunho de gestores públicos” (BRANDÃO, 2005, p. 7).

Em Colombo, o secretário do Meio Ambiente deixou evidente que foi um “pedido” (p. 97) da prefeita que fosse realizado um trabalho efetivo de educação ambiental forte. Vitor em São Leopoldo destaca que “*há uma insistência e um pedido*

do governo municipal para que se caminhe para isso. Há vontade política para que isso aconteça. Há um desejo político.” (p. 156). Como havia ressaltado no decorrer da pesquisa, “existem muitas vontades e dependem de outras vontades para que uma ação se concretize. A vontade é algo muito particular.” (p. 156) Jacobi (2004, p. 181) destaca que as “experiências bem sucedidas, principalmente por parte das administrações municipais, mostram que, havendo vontade política, é possível capacitar as ações do governo baseadas em princípios ambientalmente sustentáveis”.

Para além da vontade política, há a necessidade de um olhar holístico dos governantes, como orienta o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. E aqui complemento, dizendo um olhar holístico para o **território**, “enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar” (FÓRUM INTERNACIONAL DAS ONGS, 1992). Como vimos em Barcelona, a organização é territorial e não setorial, “possibilitando uma intervenção mais global a partir das equipas interdisciplinares” (VILLAR, 2001, p. 130). Com a realização de encontros com os responsáveis por cada região da cidade, “reuniões nas quais se adoptam e se contrastam as linhas de actuação da planificação geral com as realidades territoriais” (VILLAR, 2001, p. 131). Nesse tipo de modelo organizativo, ocorre a descentralização político-administrativa, dividindo e responsabilizando todos os segmentos representativos do poder público” (MORIGI, 2016, p. 27). Esse olhar holístico e integrador para as diversas dinâmicas e sistemas urbanos, face às vulnerabilidades múltiplas e crescentes verificadas nos meios urbanos (LOPES, 2016).

Um exemplo prático é a divisão territorial das Regiões do Orçamento Participativo em São Leopoldo (Figura 10). Cada uma das regiões possui um/a delegado/a que, segundo Milena, secretária da Secretaria do Orçamento Participativo, pode apresentar propostas gerais e deliberar demandas de acordo com cada região. Para Milena, o/a delegado/a são importantes por viverem no lugar onde acontecem os problemas. Segundo ela, quem vive no lugar “*é ele, então é ele que sabe o que acontece ali*” (p. 187). Esse pensamento se alinha a outra questão muito importante para a cidade que governa para a sustentabilidade, o incentivo à corresponsabilidade, onde cada homem ou mulher “*deve se corresponsabilizar pelos efeitos e consequências das ações coletivas, somada à responsabilidade solidária*” (p. 43).

A partir do OP foi possível “ampliar o nível de corresponsabilização dos cidadãos” (JACOBI; TEIXEIRA, 1996, p. 22). No OP se aprende a partilhar com os outros a corresponsabilidade pelo lugar onde se vive (BRANDÃO, 2005, p. 55). Nesse encontro, também se constroem aprendizagens mais participativas, criando conhecimentos mais contextualizados e, portanto, mais significativos, relacionados à aprendizagem social (GRANDISIOLI *et al.*, 2020, p. 23). O OP é um espaço de expressão, de diálogos e incentivador do pensamento crítico. A **participação passa a ser popular e cocriativa**, proporcionando soluções mais coletivas. De acordo com Grandisioli *et al.* (2020), o processo cocriativo ocorre a partir do aprendizado e da vivência dos princípios do diálogo. Nesse sentido, todos e todas devem se corresponsabilizar pelos efeitos e consequências das ações coletivas. Por si só, o OP é educador e promotor de cidades sustentáveis.

O olhar do governante, além de holístico e horizontal para o território, precisa também ser para as pessoas que vivem na cidade. “As escolhas técnicas e das formas de governar, são decisivas para a integração de metas comuns de sustentabilidade entre os atores chave do processo” (LOPES, 2016, p. 21). Um governante precisa valorizar as pessoas de seu território e seus direitos. Está previsto no artigo 1º, inciso III da Constituição Federal, como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito a “valorização da dignidade da pessoa humana”. A constituição determina que “todas” as pessoas tenham seus direitos respeitados pela “sociedade e pelo poder público”. Esses direitos são negados diariamente a muitas pessoas. Aqui destaco alguns pontos para pensarmos:

Durante o período da pesquisa e formação PESC, conheci uma das indígenas Kaingang da Aldeia Kaingang Por Fi Ga, localizada em São Leopoldo. Em uma de nossas conversas, ela identifica os indígenas de São Leopoldo como “munícipes” e para ela a intitulação “Berço da Imigração Alemã” é questionável. Ela justifica sua indignação dizendo: “A gente sabe que aqui é território indígena e isso não é desmerecendo os imigrantes, mas quando os imigrantes chegaram aqui a gente já estava aqui.” Para ela “todo mundo tem sangue indígena, ou nas mãos ou nas veias” e não há por que considerar São Leopoldo somente “Berço da Terra Alemã”.

A fala da indígena faz pensar em como “todas” as pessoas que vivem na/a cidade e são incluídas/excluídas do contexto urbano (negros, índios, LGBTQ+, pobres etc.). Podemos retomar outro exemplo concreto, os funcionários da varrição durante a caminhada cívica em Colombo. Como vimos uma categoria muitas vezes

invisibilizada nas cidades. Que outras pessoas não são enxergadas? Quais os direitos que são (des)garantidos a “todos e todas” na cidade?

A indígena traz uma questão, que precisa ser pensada pelos governantes das cidades com relação ao direito ao território, ao lugar, à terra, ao solo, à água, ao trânsito, enfim, a vida na cidade. Ela ressalta: **“Território para nós é sagrado. Sem território, é morte.”** Uma cidade educa para a sustentabilidade, quando seus governantes respeitam e pensam em seu território e em tudo (humano e não humano, material e imaterial, vivo e não vivo) que nele existe. O desenvolvimento da cidade passa a ser substituído pelo envolvimento simbiótico, respeitoso, amoroso, entre todos os seres vivos e não vivos, como um só organismo (LOPES, 2016).

Pensar o território é também priorizar os projetos urbanísticos, como o exemplo da revitalização do Parque Rua da Praia (São Leopoldo), a construção do Parque Linear Palmital (Colombo), execuções de escolas sustentáveis, criação de espaços verdes e de lazer. O governante precisa priorizar os espaços que educam para a sustentabilidade, dando ênfase para a cidade como agente educativo, como uma cidade educadora.

Um governante que busca uma cidade sustentável precisa ir ao encontro da Nova Agenda Urbana que almeja “promover inclusão e assegurar que todos os habitantes, das gerações presentes e futuras, sem discriminações de qualquer ordem, possam habitar e produzir cidades e assentamentos humanos justos, seguros, saudáveis, acessíveis, resilientes e sustentáveis para fomentar prosperidade e qualidade de vida para todos” (Nova Agenda Urbana, item 11). É ter consciência, enquanto governante, que dentro de uma mesma cidade existem microcidades e cada uma com igualdades e desigualdades, principalmente, econômicas e sociais (MARQUES, 2015; SARLO, 2014).

Outro ponto para pensar em uma cidade que governa para a sustentabilidade são os referentes aos **acordos globais e as alianças interurbanas**. É importante que um governante se responsabilize e assuma compromissos transnacionais. Segundo Beck, no que se refere aos governos locais, a compreensão é “de que compartilhar e combinar sua autoridade através das fronteiras transnacionais é a única maneira de começar a enfrentar os desafios comuns representados pelos riscos globais de mudança climática” (BECK, 2018, p. 227).

Como vimos, como exemplos concretos e que podem contribuir para a construção de cidades mais sustentáveis, o Programa Internacional de Cooperação

Urbana (IUC LAC), uma parceria com as cidades da Europa com outras cidades do mundo para promoção do desenvolvimento urbano sustentável, a partir de ações contra as mudanças climáticas e incentivo à inovação para o desenvolvimento local e regional (SÃO..., 2019a). Outro exemplo foi a parceria com o Governos Locais pela Sustentabilidade (ICLEI), uma rede global de mais de 1.750 governos locais e regionais comprometidos com o desenvolvimento urbano sustentável. São mais de 100 países que se comprometeram com a mudança sistêmica para a sustentabilidade urbana (CASTELHANO, 2019).

Nesse sentido, faz-se necessário que os governantes incluam em seus planos diretores as políticas que venham ao encontro da agenda 2030, principalmente os objetivos 4 - assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promove oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, tendo como prioridade a educação para a sustentabilidade - e objetivo 11 - tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Assim como em nível nacional, as cidades precisam criar uma Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030, para pensar a implementação dos ODS.

Uma cidade também governa para a sustentabilidade quando há o incentivo à Economia Circular e/ou Logística Reversa, como o exemplo da Coleta Verde, coleta seletiva, cooperativas, economia local em Colombo (Figura 8). A partir da Economia Circular e/ou Logística Reversa, é possível pensar na **compacidade da cidade**. Como vimos no decorrer desta pesquisa, de acordo com Ribeiro *et al.* (2016, p. 97), “a cidade compacta tornaria as acessibilidades e as oportunidades urbanas mais similares e reduziria (ao menos espacialmente) a segregação social contribuindo para uma melhor equidade”. Durante as entrevistas foi discutida essas possibilidades e o pensamento voltado para a cidade como um “*ecossistema*” (p. 104), com enorme potencial para “administrar seus recursos, conservar a energia, recuperar a água e evitar o desperdício da água encanada, reciclar o lixo etc.” (SACHS, 2009, p. 283).

Um governante, também precisa estar atento aos riscos (BECK, 2010, 2018). Precisa antecipar, superar e lidar com os riscos que por vezes são invisíveis, inesperados e imprevistos. Dois exemplos são o Aquífero Karst de Colombo e os diques de São Leopoldo. Ambos podem trazer riscos gravíssimos para as suas cidades. O primeiro relativo à poluição da água potável e o segundo em relação às inundações em nível dramático na cidade.

E por fim, um governante que pretende contribuir para que uma cidade seja mais sustentável, precisa dar **continuidade** às políticas, aos programas, aos projetos e às ações, evitando processos efêmeros. O governante precisa assumir o compromisso como garantidor da continuidade de ações coletivas, efetivas, afetivas e dialógicas, para além das mudanças governamentais municipais, estaduais e federais. Um dos maiores problemas identificados durante as entrevistas foi a efetivação de ações e suas descontinuidades.

Na tentativa de garantir a continuidade de programas e projetos em Colombo, foi incluído na redação das Diretrizes Curriculares de Educação Ambiental, “anseios de que se alcancem compromissos da continuidade de programas, projetos e ações em prol da qualidade de vida de todos os seres, humanos e não humanos, integrantes da teia vital dessa municipalidade” (COLOMBO, 2017a, p. 27). Pedro destacou que a educação ambiental se apresenta como um processo de “longo prazo” (p. 96). De acordo com as minhas vivências e estudos realizados até aqui¹²², uma das causas para esse processo ser longo, são as descontinuidades e a não permanência de ações com potencial transformador. Segundo a prefeita de Colombo, muitas vezes uma política, escrita, documentada e registrada, não garante a continuidade de um projeto, ao menos que as pessoas da cidade queiram a continuidade (p. 125).

Um espaço possibilitador da continuidade de programas e projetos é a escola. Na escola, diferentemente de uma gestão municipal, existe a possibilidade da permanência e continuidade de um projeto. Por ser uma ação mais local, específica e coletiva, principalmente a partir do Projeto Político-Pedagógico, independente da troca de gestão, é percebida com maior efetividade “a continuidade das ações” (VEIGA, 1998, p. 11). Outra possibilidade trazida por Leticia são os “Fórum dos Arroios” com a intencionalidade de formar agentes ambientais e grupos comunitários visando dar continuidade às ações locais. Ela destaca que “*muda o governo, os agentes ambientais vão procurar alguém. Quem é que vai ficar responsável por isso? Pelo menos uma tentativa para continuar o trabalho*” (p. 178). Os agentes ambientais

¹²² Destaco a “Avaliação e monitoramento de políticas públicas de educação ambiental no Brasil” (RAYMUNDO, 2019), onde é constatado que desde a criação da Política Nacional de Educação Ambiental, há mais de 20 anos, no Brasil é habitual a ocorrência da descontinuidade de programas e projetos em função da mudança de mandatários, tanto em nível municipal, estadual e federal.

comunitários, independente da mudança de governo, continuariam como referências em suas localidades.

Para concluir, segundo Lopes (2016, p. 57), também se faz importante a atenção para a integração intersetorial, expressas na união de políticas públicas a partir de propostas:

- a) Internacionais como os Fóruns, Agências de Cooperação multi e bilateral, Tratados e acordos internacionais, Programas Cidades Irmãs, Acordos de Cooperação;
- b) Nacionais a partir do Governo Federal e Congresso Nacional;
- c) Estaduais a partir de Governos Estaduais e Assembleias Legislativas;
- d) Municipais relativas aos Governos Municipais e Câmaras Municipais;
- e) Assim como depende da integração federativa e territorial a partir de Planos Metropolitanos, consórcio público, Zoneamento Ecológico e Econômico – ZEEs, Planos de bacias.

Não existe uma receita pronta para que cada governo siga, mas existem caminhos já traçados e já testados para que uma cidade eduque para a sustentabilidade. Como ressalta Lopes, não se trata mais de formular e implementar cada uma das políticas setoriais, [...] como se fossem aplicadas a espécies de “ilhas setoriais”, mas sim, construir bases sólidas “para uma ação efetivamente integrada de políticas públicas em cada instância e em cada escala territorial envolvida na sua formulação e implementação” (LOPES, 2016, p. 76).

- **Princípio 3.** Uma cidade educa para a sustentabilidade quando **mobiliza** seus/suas moradores/as para novos começos.

Segundo Lisandra (p. 104), “o sustentável é **mobilização**.” Cristina, bióloga e Chefe do Departamento de Monitoramento Socioambiental, também destacou como possibilidade para que uma cidade se torne sustentável a mobilização. Para ela “o que falta é mobilizar as pessoas.” (p. 180).

Foi identificado que a mobilização é análoga à **sensibilização**. A sensibilização é “necessária para despertar (‘abrir’) a consciência dos sujeitos” (MOURA; DAMO, 2014). Natália, bióloga, professora da rede municipal de ensino, ressaltou no decorrer da entrevista a importância do papel fundamental da

sensibilização. Para ela, a sensibilização é uma das possibilidades da educação para a sustentabilidade (p. 159).

Foi identificado que a partir da mobilização/sensibilização são facilitadas vivências de **pertencimento ao lugar**. Como vimos, o que sensibilizou Sibeles, coordenadora de educação ambiental, para a mudança de pensamento com relação à sua identificação como educadora ambiental, foi a experiência como coordenadora da Educação Ambiental na Secretaria do Meio Ambiente. Sibeles vivenciou experiências significativas e, como consequência, passou a se identificar como colombense corresponsável pela cidade. O mesmo ocorreu com Patrick que passou a entender Colombo e a educação ambiental após realizar estágio na Secretaria do Meio Ambiente. A partir do estágio, ele passou a ver e perceber a realidade à sua volta, antes não notada. O que Patrick relata sobre suas descobertas perpassa pela experiência do vivido entrelaçada com o conhecimento já adquirido.

Outro exemplo de mobilização/sensibilização foi o relatado por Vitor, referente a um aluno após participar da Trilha Urbana em São Leopoldo. O aluno ao participar da Trilha Urbana passou a não só olhar para o Rio dos Sinos, como fazia corriqueiramente. A partir da experiência de participar da trilha, o aluno passou a enxergar o rio por outro ângulo e identificar a sua relação com a sua vida. A partir da experiência mobilizadora, o aluno e o rio passaram a ser um só, um pertencer ao outro. Para Vitor (p. 159), não adianta realizar uma atividade pontual para um grande número de pessoas, é preciso realizar ações em que essas pessoas se sintam envolvidas, façam parte.

Nesse sentido, um destaque deve ser dado ao lugar como favorecedor da percepção da realidade e possibilitador do pensamento crítico. O lugar, a partir da experiência mobilizadora, pode ser ressignificado, passando a ser enxergado como um espaço significativo da cidade. Como vimos no caso da Trilha Urbana, bem como no exemplo do “Eu Vou de Bike”, no qual as pessoas passam a dar outros sentidos para o lugar a partir de um passeio orientado pela cidade. A cada parada durante o trajeto é dado o enfoque a espaços ainda não explorados pelos moradores e isso contribui para outras percepções. Os participantes passam a se enxergar como pertencentes à cidade.

A partir dessas **experiências mobilizadoras/sensibilizadoras**, os moradores da cidade passam a mergulhar no lugar em todos os sentidos do vivido (HAESBAERT, 2014). Retomo o relato de Natália ao dizer que várias crianças ao

chegar ao final da trilha dizem: “*Como eu gostaria de morar nessa cidade!*” (p. 152). Nessa fala, percebe-se a necessidade da oferta de experiências mobilizadoras/sensibilizadoras para as pessoas que vivem na cidade, pois este é um dos caminhos para que os moradores se sintam pertencentes ao lugar. Haesbaert (2014) chama a atenção para a importância da experiência concreta no mundo, assim como a importância de tornar o espaço, antes indiferenciado, um lugar de significados.

Para Lucas, arquiteto urbanista em Colombo, (p. 111), a cidade precisa criar nas pessoas o sentimento de pertencimento. Sibeles reforça esse posicionamento dizendo que para preservar o meio ambiente é preciso pertencer ao lugar (p. 116). A coordenadora afirma que a experiência mobilizadora/sensibilizadora precisa ser oportunizada também na escola. Ela justifica seu posicionamento dizendo que é na escola que as crianças passam, por um tempo determinado, uma parte de suas vidas, diferentemente do adulto que precisa sair para trabalhar, retornando para casa, muitas vezes, à noite.

O estudo realizado por Vitória converge com a constatação de Sibeles, refletindo na escola o “lugar da experiência” (DUBET, 1994). A escola é percebida por Vitória como o “lugar-projeto”, [...] “projeto de sociedade, de mundo, de cidadania, de vida” [...]. É um espaço dedicado para a troca de experiências, vivências e saberes, intervindo no “modo de ser sujeito *no e com o mundo*” (NOGUEIRA, 2015, p. 22-23). Letícia (p. 178) também ressalta que a mobilização deve começar pelas escolas, mas ela tem consciência que dependerá do engajamento de um/a professor/a, com carga horária exclusiva para se dedicar à educação ambiental.

Outros pontos importantes relativos às experiências mobilizadoras/sensibilizadoras para uma cidade mais sustentável estão relacionados à divulgação, à informação, à comunicação e à visibilidade. Segundo Cristina, se houver divulgação, a população consegue se apropriar mais e se sentir envolvida nas ações da cidade. Patrick também ressalta que a mudança de pensamento precisa partir da divulgação. Para ele, a população não tem conhecimento, devido à falta de divulgação referente às diversas ações realizadas na cidade. Patrick acredita, assim como Sibeles, que a divulgação precisa começar pelas escolas. Segundo ele (p. 126), já existem diversos documentos norteadores da educação, como exemplo a BNCC, que podem ser inseridos no currículo das escolas. Para ele,

deveria começar “já no infantil”, pois iria melhorar a percepção dos alunos sobre a cidade. Para Patrick, a educação é um processo progressivo e demorado, é a longo prazo, e ao começar pela educação infantil o resultado será positivo mais à frente.

O pensamento de Letícia, em São Leopoldo, converge com o de Sibeles e Patrick. Para ela, tudo que se faz na cidade, tudo que é projeto, se não têm o mínimo de informação as coisas não andam. “Então não adianta tu ter verbas, tu ter equipamentos, se tu não consegues mobilizar a comunidade da importância da participação” (p. 175). Como podemos perceber, estreitamente relacionada à divulgação está a **comunicação**. Não basta que um “projeto ou programa esteja bem planejado e financiado, é preciso ser bem comunicado a fim de mobilizar vontades e desejos”. (HERCULANO, 2005). No livro “Vamos Cuidar do Brasil: Conceitos e Práticas em Educação Ambiental na escola” é sugerido alguns parâmetros para constituir a arquitetura de projetos educativos e um deles é a “comunicação permanente”, garantindo “maior visibilidade e repercussão da ação educativa – sensibilizar, informar, implicar (envolver) as pessoas no trabalho” (BRASIL, 2007, p. 99). Para Milena (p. 187) é “preciso ter mais falas, mais cacarejar, falar, mostrar.” Para ela, “*isso pode ser sustentável! A fala das pessoas pode ser sustentável!*” Ao comunicar, mostrar, divulgar uma ação, ela passa a ser compartilhada com todos os moradores de uma cidade. O que se percebe é que a maioria dos moradores não sabe quais são os projetos e programas desenvolvidos em suas cidades e, até mesmo, em suas comunidades.

Outra experiência mobilizadora/sensibilizadora, trazida por Vitor como bem sucedida, está relacionada à visibilidade. Para Vitor, uma página no Facebook para a divulgação das ações locais é educadora (p. 163). Para ele é um local de trocas, de informações, de divulgação, de mobilização e de sensibilização. É um espaço de ação comunicativa, de diálogo permanente e aberto. É uma experiência que pode avançar para uma ação permanente como prática social e educativa a partir de um processo de diálogo virtual, podendo reforçar o sentimento de corresponsabilidade e de constituição de valores éticos (GRANDISOLI *et al.*, 2020; JACOBI, 2003). Para Jacobi (2003, p. 192), a postura de dependência e de desresponsabilização da população decorre principalmente da “desinformação”, assim como “da falta de consciência ambiental e de um déficit de práticas comunitárias”.

Foram identificadas, no decorrer da pesquisa, diversas ações que proporcionam experiências mobilizadoras/sensibilizadoras na cidade. Além das já

citadas: o Sarau do Rio, a Gincana Ambiental (Ecogincana), o Projeto “Música: Uma construção de Gênero”, o Prêmio Jacobina, Cartilha PESC, Playlist PESC e, mais recentemente, as diversas lives.

Neste estudo foram apresentados os três *Princípios Orientadores da Educação para a Sustentabilidade em Contextos Urbanos*, identificados a partir da análise de documentos e entrevistas em duas cidades do sul do país. Não são princípios fechados em si, podendo ser aliados a outros princípios, principalmente os relativos à educação, à sustentabilidade e à cidade. Faz-se necessário que esses princípios sejam analisados, explorados e ampliados de acordo com cada realidade, bemcomomão devem ser confundidos com princípios desenvolvimentistas, mas entendidos como aqueles que contribuem para a transformação local em prol da sustentabilidade.

6.2 Reflexões Finais – Perspectivas de Novos Começos

Logo após encerrar as entrevistas em São Leopoldo, no início de 2020, as pessoas do mundo inteiro passaram a enfrentar uma pandemia jamais imaginada, transmitida pelo vírus Coronavírus - COVID-19. Em menos de um ano, segundo dados do Ministério da Saúde, com data de 19 de dezembro de 2020, foram confirmados 76.289.042 casos de Covid-19 no mundo. Os Estados Unidos foram o país com o maior número de casos acumulados (17.655.591), seguido pela Índia (10.031.223), Brasil (7.213.155), Rússia (2.792.615) e França (2.516.957). Com relação aos óbitos, foram confirmados 1.685.526 no mundo. No Brasil (186.356), no Rio Grande do Sul (8.072), no Paraná (7.271)(BRASIL, 2020c).

Na cidade de São Leopoldo foram contabilizados até o dia 23 de dezembro de 2020, dos 236.835 habitantes, 13.408 casos foram identificados, destes 205 óbitos (SÃO LEOPOLDO, 2020f), entre eles colegas e amigas de trabalho. Em Colombo, até o dia 18 de dezembro de 2020, dos 243 726 habitantes, foram confirmados 6312 casos positivos, entre eles 223 óbitos (PARANÁ, 2020a).

Destaco esses dados para que tenhamos a dimensão do problema. Nunca os governantes das cidades tiveram desafios tão grandes, principalmente no que se refere à preservação das vidas de seus moradores. E digo isso, pois especificamente no Brasil, os prefeitos tiveram que tomar decisões difíceis, muitas vezes sem o apoio do governo federal.

Segundo o presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), o governo federal “dificultou a vida de prefeitos na pandemia”. Ele ressaltou que durante a pandemia

A gente ficou solto. Meio que perdido. Cada gestor fazendo aquilo que estava entendendo naquele momento novo. Não houve um alinhamento de ações. Muito pelo contrário. Os prefeitos estão pagando um preço muito alto porque, quando você isola uma comunidade, parte dela não aceita e não entende que esse isolamento é para proteger a saúde. Ela cobra do prefeito. E o governo federal, que vinha tomando outra posição em entrevistas, dificultava a vida do gestor local (GOVERNO..., 2020).

Cada decisão tomada afetou de alguma maneira as pessoas nas cidades. Os prefeitos decretaram medidas restritivas à circulação das pessoas devido ao vírus, implicando por vezes na redução de recursos financeiros às famílias. A preocupação consigo mesmo, tornou-se “preocupação com todos os demais” (BECK, 2018, p. 219). O uso de máscaras e álcool gel, assim como o distanciamento social, passou a ser uma constante e ao mesmo tempo um dilema na vida de muitos brasileiros.

A educação (formal), um dos princípios destacados nesta tese como fundamental para uma cidade que caminha para a sustentabilidade, sofreu impactos extremos. As escolas fecharam suas portas e os alunos do mundo inteiro, durante o ano de 2020, ficaram em casa. No ano de 2019, muitos artigos foram publicados com relação ao termo “*homeschooling*” que se apresentava como um conceito novo no campo da educação brasileira. No texto “Homeschooling: desafios e preocupações”, Silva (2019b), sem prever o que estava por vir, enfatizou que “as políticas educacionais direcionadas à educação domiciliar aprofundariam ainda mais as desigualdades educacionais e sociais vigentes no Brasil” (SILVA, 2019b). O que era pensado como um complemento à aprendizagem e recebendo muitas críticas no que se referia ao acesso de todos à internet, aos dispositivos, ao domínio das ferramentas tecnológicas entre outras questões, incluindo a substituição dos professores, passou repentinamente a fazer parte do cotidiano da maioria dos brasileiros. Não se sabe ainda os reflexos que este ano e os seguintes trarão para a vida dos alunos e seus familiares.

As cidades brasileiras em meio à pandemia, também passaram por período de eleições municipais. Nas duas cidades, Colombo e São Leopoldo, permaneceram os mesmos mandatários. Mesmo com a continuidade da gestão em 2021, muitos

dos entrevistados para esta pesquisa não se encontram mais na mesma posição/cargos dentro das prefeituras. Alguns foram para outros setores ou não estão mais presentes, como o caso da prefeita de Colombo que encerrou seu mandato e a vice-prefeita de São Leopoldo que assumiu a Secretaria Municipal de Direitos Humanos. Refiro-me a este fato, por ser uma das preocupações trazidas durante as entrevistas com relação à continuidade. Seria interessante que as pesquisas prosseguissem nas duas cidades no intuito de acompanhar os desdobramentos das continuidades e descontinuidades, referindo-me a gestão como um todo.

Ainda com o olhar esperançoso de 17 anos atrás, onde milhares de pessoas, vindas de diversas partes do mundo, encontraram-se em uma mesma cidade por um mesmo ideal (a possibilidade de um outro mundo), encerro esta pesquisa. Acredito na possibilidade de um novo começo, na qual “no mundo cosmopolitizado das ameaças globais de agora, as cidades - historicamente, o solo social para movimentos cívicos de liberação - poderiam se tornar, a melhor esperança da democracia” (BECK, 2018, 236). As cidades podem se tornar o melhor lugar para a transformação (HAESBAERT, 2014), a partir da experiência do que já foi vivido e experienciado (KAUFMANN, 2013). Uma experiência que no momento nos é dolorosa, porém não será permanente.

Chega o momento de repensar o modo em que vivemos nas cidades. De promover iniciativas voltadas à mudança de valores e da cultura para a preservação da vida em todas as dimensões. Espera-se que os princípios orientadores de educação para a sustentabilidade contribuam para essa mudança, a partir da educação como um dos eixos centrais, a governança com visão holística para o território e a mobilização voltada para “novos começos”, focalizando no que está emergindo da confusão do presente (BECK, 2018).

REFERÊNCIAS

- A HUMANIDADE em 2050. **Revista IHU On-line**, São Leopoldo, 22 jul. 2017. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/eventos/569873-a-humanidade-em-2050>. Acesso em: 24 mar 2018.
- ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Editora Elefante, 2016.
- ACSELRAD, H. Sustentabilidade: a retórica esvaziada [Entrevista cedida a Ciência Hoje]. **Ciência Hoje**, Florianópolis, v. 51, n. 305, p. 6-8, jul. 2013. Disponível em: https://cienciahoje.periodicos.capes.gov.br/storage/acervo/ch/ch_305.pdf. Acesso em: 18 nov. 2020.
- AKKARI, Abdeljalil. A agenda internacional para educação 2030: consenso “frágil” ou instrumento de mobilização dos atores da educação no século XXI?, **Revista Diálogo Educação**, Curitiba, v. 17, n. 53, p. 937-958, 2017.
- ANTÔNIO PRADO. Antônio Prado da gestão, da transparência e da sustentabilidade. **Notícias**, Antônio Prado, 18 nov. 2017. Disponível em: https://www.antonioprado.rs.gov.br/noticias_int.php?id=32. Acesso em: 13 abr. 2019.
- ANTÔNIO PRADO. **Lei complementar nº 0007, de 27 de dezembro de 2006**. Disponível em: <https://www.camaraantonioprado.rs.gov.br/camara/proposicao/Leis-Complementares/2006/1/0/4253>. Acesso em: 03 out. 2020.
- ANTÔNIO PRADO. Prefeitura Municipal. **Coleta de lixo**. Antônio Prado, 2020. Disponível em: https://www.antonioprado.rs.gov.br/servicos_e_atividades.php?id=1. Acesso em: 03 out. 2020.
- ANTÔNIO PRADO. Prefeitura Municipal. **Plano municipal de saneamento básico: revisão**. Antônio Prado, 2019. Disponível em: https://www.antonioprado.rs.gov.br/documentos/pmsb_antonioprado.pdf. Acesso em: 03 out. 2020.
- ANTONUCCI, Denise (org.). **Urbanização na virada do milênio**: enfoques e perspectivas do programa UNHabitat. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2012.
- ARAÚJO, James Amorim. Sobre a cidade e o urbano em henriléfèbvre. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 31, 2012.
- ARGENTINA reconhece alto índice de pobreza tratesaños de "oscurantismo". **Emol**, Santiago, 28 de set. 2016. Disponível em: <http://www.emol.com/noticias/Internacional/2016/09/28/824109/Argentina-reconoce-alto-indice-de-pobreza-tras-tres-anos-de-oscurantismo.html>. Acesso em: 20 set. 2020.
- ASSIS BRASIL, Luiz Antônio. **Videiras de cristal**. Porto Alegre: L&PM, 2010.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUNICÍPIOS (ABM). **Seminário regional sul começa em São Leopoldo**. São Leopoldo, 5 dez. 2019. Disponível em:

<https://abm.org.br/seminario-regional-sul-comeca-em-sao-leopoldo/>. Acesso em: 18 nov. 2020.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO VICENTINA (Ambavi Vicentina). **[Página principal]**. São Leopoldo, 2020a. Facebook: @ambavi.vicentina.58. Disponível em: <https://www.facebook.com/ambavi.vicentina.58>. Acesso em: 25 out. 2020.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO VICENTINA (Ambavi Vicentina). **[Fotos]**. São Leopoldo, 2020b. Facebook: @ambavi.vicentina.58. Disponível em: <https://www.facebook.com/ambavi.vicentina.58/photos>. Acesso em: 25 out. 2020.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS (AICE). **Carta das cidades educadoras**. Barcelona, 1990. Disponível em: <https://cidadeseducadoras.org.br/wp-content/uploads/2016/06/carta-cidades-educadoras-barcelona.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2019.

AZEVEDO, Wagner Fernandes de. Moradia urbana tem que levar em consideração a política urbana, principalmente de terra urbana. Entrevista especial com Ermínia Maricato. **Revista IHU On-line**, São Leopoldo, 31 mar. 2019, Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/587974-moradia-urbana-tem-que-levar-em-consideracao-a-politica-urbana-principalmente-de-terra-urbana-entrevista-especial-com-erminia-maricato>. Acesso em: 22 nov. 2020.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). **Avançar cidades - saneamento**. [S. l.]: BNDES, 2020. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/avancar-saneamento>. Acesso em: 21 out. 2020.

BECK, Ulrich. **A metamorfose do mundo**: novos conceitos para uma nova realidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

BECK, Ulrich. **Risk society**. London: Sage Publications, 1992.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.

BENEDICTO, Marcelo. Brasil ainda não tem cidadessustentáveis. **Agência de Notícias IBGE**, São Paulo, 28 jun. 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/10508-brasil-ainda-nao-tem-cidades-sustentaveis>. Acesso em: 12 maio 2019.

BICHUETI, Roberto Schoproni. **Fatores que condicionam a formação de ambientes urbanos inovadores em cidades sustentáveis**. 2016. 183 f. Tese (Doutorado em Administração) -- Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Santa Maria, 2016

BORGES, Carla. **Espaços educadores sustentáveis**. TV Escola. Salto para o Futuro: 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O campo econômico**: a dimensão simbólica da dominação. Campinas: Papyrus, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **Surl'État**. Cours au Collège de France (1989-1992). Paris: Raisons d'Agir/Seuil, 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos**: escritos para conhecer, pensar e praticar o Município Educador Sustentável. Brasília, DF: MMA, Programa Nacional de Educação Ambiental, 2005.

BRASIL tem 48% da população sem coleta de esgoto, diz Instituto Trata Brasil. **Agência Senado**, Brasília, DF, 25 ago. 2019e. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/09/25/brasil-tem-48-da-populacao-sem-coleta-de-esgoto-diz-instituto-trata-brasil>. Acesso em: 16 ago. 2020.

BRASIL. (Constituição (1988)). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_14.12.2017/art_182_.asp. Acesso em: 05 dez. 2020.

BRASIL. **Conferência nacional infantojuvenil pelo meio ambiente**. Brasília, DF, 2018b. Disponível em: <http://conferenciainfanto.mec.gov.br/v-cnijma/apresentacao>. Acesso em: 18 out. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 8.892, de 27 de outubro de 2016**. Cria a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8892.htm. Acesso em: 23 set. 2020.

BRASIL. **Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD) abre processo seletivo para projetos**. Brasília, DF, 19 mar. 2019f. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1553025283.16>. Acesso em: 22 out. 2020.

BRASIL. Governo Federal. **PPA Cidadão**. 2018c. Disponível em: <https://ppacidadao.planejamento.gov.br/sitioPPA/paginas/aplicativo-inicio.xhtml>. Acesso em: 16 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010** [Política Nacional de Resíduos Sólidos]. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015**. Estatuto da Metrópole. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13089.htm. Acesso em: 08 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995**. Cria, na estrutura organizacional do Ministério da Justiça, o Conselho Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9008.htm. Acesso em: 22 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.795, 27 abr. 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, 28 abr. 1999.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Brasília, DF, 2020a. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em: 06 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Cultura. Plano Nacional de Cultura. **Colombo, no Paraná, ganha Praça CEU.** Brasília, DF, 3 ago. 2018d. Disponível em: <http://pnc.cultura.gov.br/2018/11/20/colombo-no-parana-ganha-praca-ceu-neste-sabado-4/>. Acesso em: 02 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Brasília, DF: MEC. 2018a. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso 21 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Comissão de meio ambiente e qualidade de vida na Escola Com-vida.** Brasília, DF: Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, 2007a. (Série Documentos Técnicos, n. 10).

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental. **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola.** UNESCO: 2007b.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Portal do Professor,** Brasília, DF, 2020c. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/link.html?categoria=1>. Acesso em: 22 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Programa de educomunicação socioambiental.** Brasília, DF: Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, 2005a. (Série Documentos Técnicos, n. 2).

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). RUPEA. **Relatório final da pesquisa. mapeamento da educação ambiental em instituições brasileiras de educação superior:** elementos para discussão sobre políticas públicas. Brasília, DF: MEC, 2005b.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Continuada, alfabetização, Diversidade e Inclusão, Ministério do Meio Ambiente. **Vamos cuidar do Brasil com escolas sustentáveis:** educando-nos para pensar e agir em tempos de mudanças socioambientais globais. Brasília: 2012a.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Formando Com-Vida Comissão do Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola:** construindo Agenda 21 na Escola Brasília, DF: MEC, Coordenação Geral de Educação Ambiental, 2004a.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC); Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA**. 3. ed. Brasília, DF: MMA, 2005c.

BRASIL. Ministério da Saúde. Doença pelo Coronavírus COVID-19. **Boletim Epidemiológico Especial**, Brasília, DF, dez. 2020c. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2020/dezembro/24/boletim_covid_42_24dez20.pdf. Acesso em: 27 dez. 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Agenda 21 Local**. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, DF, 2019g. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-local.html>. Acesso em: 04 fev. 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Agenda 21**. Brasília, DF, 2019h. Disponível em: <http://www.mma.gov.br>. Acesso em: 10 abr. 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Caderno de debates da série Agenda 21 e sustentabilidade das cidades**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2019b. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/caderno_verde.pdf. Acesso em: 04 fev. 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Construções sustentáveis**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2019a. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/qualidade-do-ar/item/10317-eixos-tem%C3%A1ticos-constru%C3%A7%C3%B5es-sustent%C3%A1veis>. Acesso em: 28 abr. 2019.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Centro de artes e esportes unificados**. Brasília, DF, 2020b. Disponível em: <http://pac.gov.br/infraestrutura-social-e-urbana/centro-de-artes-e-esportes-unificados>. Acesso em: 02 out. 2020.

BRASIL. Ministério Público Federal (MPF). **Nota técnica apresenta críticas ao texto que traz novas regras para licenciamento ambiental**. Brasília, DF, 2 jul. 2019i. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/nota-tecnica-apresenta-criticas-ao-texto-que-traz-novas-regras-para-o-licenciamento-ambiental>. Acesso em: 13 out. 2020.

BRASIL. Ministério Público Federal (MPF). **O acesso de estudantes com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular de ensino**. Organizadores: Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva e Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004b.

BRASIL. Parecer de nº 14/2012, de 15 de junho de 2012b. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p. 18, 2012.

BURMANN, Tatiane Kessler. **Cidade sustentável: uma nova e necessária condição urbana**. 2014. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2014.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

CANOAGEM na escola retoma as atividades em São Leopoldo. **Jornal VS**, São Leopoldo, 05 mar. 2020a. Disponível em: <https://www.jornalvs.com.br/noticias/regiao/2020/03/05/canoagem-na-escola--retoma-atividades-em-sao-leopoldo.html>. Acesso em: 12 out. 2020.

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação para sociedades sustentáveis e ambientalmente justas. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 1, 2008.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Slow food e a educação do gosto. Um movimento social sem pressa. **Práxis. Revista do ICHLA**, [S. l.], 2008.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; TONIOL, Rodrigo Ferreira. Ambientalização, cultura e educação: diálogos, traduções e inteligibilidades possíveis desde um estudo antropológico da educação ambiental. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, 2010.

CARVALHO, Sílvia. **Educação integral em tempos de pandemia**. Escola do Parlamento. [S. l.], 2020. 1 vídeo (2min 41 seg). Disponível em: <https://www.facebook.com/eparlamento/videos/563833014280318>. Acesso em: 10 set. 2020.

CASTELHANO, Flávia **Implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável e da nova agenda urbana nos municípios**. [S. l.]: ICLEI, dez. 2019. 1 power point. Disponível em: https://abm.org.br/ods/wp-content/uploads/2019/12/ICLEI_1.pptx. Acesso em: 22 out. 2020.

CAVALCANTE, Sílvia; ELALI, Gleice. **Temas básicos em psicologia ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2011.

CENCI, Daniel Rubens. **Conflitos socioambientais urbano-metropolitanos: cidadania, sustentabilidade e gestão no contexto da RMC - Região Metropolitana de Curitiba**. 2010. 267 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) -- Universidade Federal do Paraná, Curitiba: 2010.

CENTRO Jacobina completa hoje 14 anos de atendimento a mulheres vítimas de violência. **Jornal VS**, São Leopoldo, 19 out. 2020. Disponível em: https://www.jornalvs.com.br/noticias/sao_leopoldo/2020/10/16/centro-jacobina-completa-14-anos-hoje.html Acesso em: 27 dez. 2020.

CERNOV, Ana; PIETRICOVSKY, Iara. **Brazil at the crossroads: The sdgs, the crises and the impact of COVID-19**. [S. l.], 2020. Disponível em: https://www.socialwatch.org/node/18506#_edn1. Acesso em: 22 set. 2020.

CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro *et al.* **Indicadores multidimensionais de educação e homicídios nos territórios focalizados pelo pacto nacional pela redução de homicídios**. Brasília, DF: IPEA, 2016.

CIDADES verdes e sustentáveis. **Revista IHU On-line**, São Leopoldo, 10 out. 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/603660-cidades-verdes-e-sustentaveis>. Acesso em: 13 dez. 2020.

COLAB. **Cidades sustentáveis**. [S. l.], 2017. Disponível em: <https://consultas.colab.re/cidades-sustentaveis>. Acesso em: 11 maio 2019.

COLOMBO. **Lei nº 1.402, de 22 de dezembro de 2015a**. Estabelece a política municipal de educação ambiental e o sistema de educação ambiental do município de Colombo, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/colombo/lei-ordinaria/2015/140/1402/lei-ordinaria-n-1402-2015-estabelece-a-politica-municipal-de-educacao-ambiental-e-o-sistema-de-educacao-ambiental-do-municipio-de-colombo-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 10 set. 2020.

COLOMBO. Prefeitura Municipal. **Colombo registra 6191 recuperados do Coronavírus**. Colombo, PR: Prefeitura Municipal, 2020. Disponível em: <http://www.colombo.pr.gov.br/>. Acesso em: 27 dez. 2020.

COLOMBO. Prefeitura Municipal. **Plano de desenvolvimento econômico sustentável de Colombo**. Colombo, PR: Fiep/PR. 2019.

COLOMBO. Prefeitura Municipal. **Lei nº 1373/2015b**. “Aprova o Plano Municipal de Educação do Município de Colombo para o decênio de 2015/2024” Disponível em: <https://apmcsindicato.org.br/download/pme-lei-1373-de-2015-plano-municipal-de-educacao/>. Acesso em: 02 out. 2020.

COLOMBO. Prefeitura Municipal. **Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS**. Colombo, PR: Prefeitura Municipal, 2018. v. 1: Diagnóstico

COLOMBO. Secretaria do Meio Ambiente. **Colombo caminhos para uma cidade sustentável**. Colombo, PR: Secretaria do Meio Ambiente. 2011.

COLOMBO. Secretaria do Meio Ambiente. **Diretrizes curriculares municipais de educação ambiental**. Concepção e elaboração: Valdir Nogueira. Colaboração Sônia Maria Marchiorato Carneiro. Colombo, PR: Secretaria de Meio Ambiente: SEMMA, 2017a.

COLOMBO. Secretaria do Meio Ambiente. **Programa Colombo Sustentável - Projetos e Ações de Educação Ambiental do Município de Colombo**. Colombo, PR: Secretaria do Meio Ambiente, 2017b.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Panorama social de América Latina**. Santiago de Chile, 2017.

COMISSÃO sobre mudanças climáticas debate propostas para a COP-24. **Senado Notícias**, Brasília, DF, 03 ago. 2018. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/08/03/comissao-sobre-mudancas-climaticas-debate-propostas-para-a-cop-24>. Acesso em: 28 dez. 2020.

COMITÊ DE GERENCIAMENTO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOS SINOS (COMITESINOS). **Conhecendo e divulgando as águas e banhados do meu município**. São Leopoldo, 2016. Disponível em: <http://www.comitesinos.com.br/aguas-banhados-municipio>. Acesso em: 5 nov. 2020.

COMUNELLO, LucieleNardi. **Aprendizagem e espiritualidade em Ecovilas: quando “o Universo todo ensina”**. 2017. 52 f. Tese (Doutorado em Educação) -- Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2017. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7372>. Acesso em: 30 out. 2020.

COOPERESÍDUOS: nota de esclarecimento da Prefeitura de São Leopoldo. **Revista News**, São Leopoldo, 9 nov. 2019. Disponível em: <https://revistanews.com.br/2018/04/24/cooperesiduos-nota-de-esclarecimento-da-prefeitura-de-sao-leopoldo/>. Acesso em: 30 mar. 2019.

COSTA, Fernando Braga da. **Homens invisíveis**: relatos de uma humilhação social. São Paulo: Globo, 2004.

COSTA, Maria de Fátima Tardin. Cidade-mercadoria, comunicação e consumo. **Contemporânea**, São Carlos, v. 8, n. 3, 2010.

COUSIN, Cláudia da Silva. **Pertencer ao navegar, agir e narrar**: a formação de educadores ambientais. 2010. Tese (Doutorado em Educação Ambiental) -- Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2010.

CURITIBA é 6ª capital com menor taxa de homicídios: Tamandaré e Colombo disparam em ranking. **BemParaná**, Curitiba, 15 de jun. 2018. Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/noticia/curitiba-e-a-6a-capital-com-menor-taxa-de-homicidios-mas-almirante-tamandare-e-colombo-disparam-em-ranking#.X3m6KkiwG01>. Acesso em: 03 out. 2020.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. **Índice de área verde passa para 64,5 m2 por habitante**. Curitiba, 16 jan. 2012. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/indice-de-area-verde-passa-para-645-m2-por-habitante/25525>

CURY, Maria Eduarda. Cientistas encontram microplásticos em órgãos humanos. **Exame**, São Paulo, 17 ago. 2020. Disponível em: <https://exame.com/ciencia/cientistas-encontram-microplasticos-em-orgaos-humanos/>. Acesso em: 22 out. 2020.

D.D BRASIL. **Cidades inteligentes e conscientes**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://dpontod.wordpress.com/2018/04/05/cidades-inteligentes-e-conscientes/>. Acesso em: 23 mar. 2019.

DECLARAÇÃO de Istambul sobre assentamentos humanos. Turquia, 1996. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de->

apoio/legislacao/moradia-adequada/declaracoes/declaracao-de-istambul-sobre-assentamentos-humanos. Acesso em: 16 dez. 2020.

DESLANDES, Fernanda; MONTEIRO, Janaina. Colombo é o município mais violento da RMC. *Tribuna*, Curitiba, 12 abr. 2012. Disponível em: <https://www.tribunapr.com.br/painel-do-crime/colombo-e-o-municipio-mais-violento-da-rmc/>. Acesso em: 03 out. 2020.

DIANNI, Cláudia; KAFRUNI, Simone. Com Brasil sob pressão, Bolsonaro não vai à conferência climática da ONU. **Correio Braziliense**, Brasília, DF, 2 dez. 2019. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/12/02/interna_politica,810711/com-brasil-sob-pressao-bolsonaro-nao-vai-a-conferencia-climatica-da-o.shtml. Acesso em: 22 out. 2020.

DINIZ, Henrique. **Conheça a 1ª cidade 100% inteligente e sustentável do Brasil (idealizada para a população de baixa renda)**. [S. l.]: SCBS. 2018. Disponível em: <https://portal.scsb.org.br/conheca-a-1a-cidade-100-inteligente-e-sustentavel-do-brasil-idealizada-para-a-populacao-de-baixa-renda/>. Acesso em: 02 abr. 2019.

DUBET, François. Entrevista com François Dubet Estigmas e discriminações – a experiência individual como objeto. **Educação**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, 2015.

DUBET, François. **Sociologia da experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

EDUCAÇÃO em direitos humanos e o papel transformador do professor. São Leopoldo, 2020a. Live (115 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Yz2QG7sKWkM&t=4725s>. Acesso em: 20 dez. 2020

EDUCAÇÃO para a sustentabilidade em São Leopoldo/RS. São Leopoldo, 2020b. Live (46 min). Disponível em: <https://www.instagram.com/tv/CBOijkDngSw/?igshid=b0j8azd59uha>. Acesso em: 29 set. 2020.

EGAN, JOHN. Skills for sustainable communities. **The Egan Review**, [S. l.], v. 2, 2004. Disponível em: http://ihbc.org.uk/recent_papers/docs/Egan%20Review%20Skills%20for%20sustainable%20Communities.pdf. Acesso em: 13 dez. 2020.

ESCOLA SANTA MARTA. **Escola Santa Marta tornando-se sustentável**. São Leopoldo, 24 mar. 2017. Disponível em: <http://escolasantamartasaoleopoldo.blogspot.com/2017/03/objetivo-do-movimento-bairro-melhor-mbm.html>. Acesso em: 02 mar. 2019.

EXTREMA. Prefeitura Municipal. **Agenda 21 de Extrema**. Extrema, 2018. Disponível em: https://www.extrema.mg.gov.br/wp-content/uploads/2018/08/Agenda_21_de_Extrema.pdf. Acesso em: 13 abr. 2019.

FARIA, Vivian. Seis cidades do PR têm taxas de homicídios acima da média; maioria está na RMC. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 06 ago. 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/parana/parana-cidades-atlas-violencia/>. Acesso em: 03 out. 2020.

FEIRA do alimento saudável em São Leopoldo neste sábado. **Revista News**, São Leopoldo, 13 dez. 2019. Disponível em: <https://revistanews.com.br/2017/11/23/feira-do-alimento-saudavel-em-sao-leopoldo-neste-sabado/>. Acesso em: 22 out. 2020.

FELIPE, Andressa Sarita. **Cidades inteligentes e sustentáveis**: uma análise de Planos Diretores de municípios brasileiros selecionados. 2020. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) -- Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2020.

FISCHER, Nilton Bueno. Trabalho e Autonomia. Construção do possível entre os trabalhadores, homens e mulheres, recicladores da Associação Ecológica Rubem Berta de Porto Alegre (RS). **EducaçãoUNISINOS**, São Leopoldo, v. 10, n. 2, 2006.

FOLTZ, Ana Paula. A crise ambiental ante o direito fundamental ao meio ambiente equilibrado: estudo dirigido do caso do Rio dos Sinos/RS. **Revista de Doutrina - TRF4**, Porto Alegre, 2008. Disponível em: https://revistadoutrina.trf4.jus.br/index.htm?https://revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao026/ana_foltz.html. Acesso em: 13 out. 2020.

FORMAÇÃO docente em tempos incertos: reflexões a partir do Programa de Educação para Sustentabilidade na Cidade”. São Leopoldo, 2020. Live (73 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kVj3QiBJtBo&t=776s>. Acesso em: 29 set. 2020.

FORMIGA, Nilton Soares. **Os estudos sobre empatia**: reflexões sobre um construto psicológico em diversas áreas científicas. **Psicologia.pt**: o portal dos psicólogos, [S. l.], 29 set. 2012. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0639.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2019.

FORUM BRASIL DE GESTÃO AMBIENTAL (FBGA). Campinas, 2019. Disponível em: <http://www.fbga.com.br/>. Acesso em: 15 abr. 2019.

FÓRUM INTERNACIONAL DAS ONGS. Tratado de Educação Ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global. In: FÓRUM INTERNACIONAL DE ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS, NO ÂMBITO DO FÓRUM GLOBAL – ECO-92. **Tratado das ONGs**. Rio de Janeiro: Eco, 1992. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacao_ambiental/tratado.pdf. Acesso em: 08 jan. 2019.

FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, C. R. (org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense; 1999. p. 34-41.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1988.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

FRUG, Amanda *et al.* **Horta escolar**: uma sala de aula ao ar livre. Embu das Artes: Sociedade Ecológica Amigos de Embu, 2013.

GADOTTI, Moacir. **Educar para a sustentabilidade**: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Livraria Instituto Paulo Freire, 2008.

GARCIA, Maria Angelica. *et al.* Duas décadas da PNEA: Avanços e Retrocessos no Brasil. *Revista Brasileira De Educação Ambiental (RevBEA)*, v. 15, n. 5, p. 250-270, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/10402>. Acesso em: 22 out. 2020.

GEDDES, Patrick. **Cidades em evolução**. Campinas: Papirus, 1994.

GEHRE, Tiago; RESENDE, Yara. Representações e realidades sobre a Agenda 2030: analisando criticamente o ODS 1. **Revista Mundorama**, [S. l.], 03 out. 2019. Disponível em: <https://mundorama.net/?p=26339>. Acesso em: 28 jun. 2020.

GINCANA ecológica de Colombo será realizada em setembro. **Bic Notícias**, [S. l.], 31 ago. 2015. Disponível em: <http://ivandecolombo.com.br/blog/2015/08/31/1a-gincana-ecologica-de-colombo-sera-realizada-em-setembro/>. Acesso em: 10 out. 2020.

GLOBAL ECOVILLAGE NETWORK (GEN). **About GEN**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://ecovillage.org/about/about-gen/>. Acesso em: 30 out. 2020.

GORELIK, Adrián. A produção da “cidade latino americana. **Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 17, n. 1, 2005.

GOVERNO federal dificultou a vida de prefeitos na pandemia, diz chefe da CNM. **Agência Senado**, Brasília, DF, 02 jul. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/07/02/governo-federal-dificultou-a-vida-de-prefeitos-na-pandemia-diz-chefe-da-cnm>. Acesso em: 27 dez. 2020.

GOVERNOS LOCAIS PELA SUSTENTABILIDADE (ICLEI). **Governos locais pela sustentabilidade**. Bonn: ICLEI, 2019. Disponível em: <https://www.iclei.org/>. Acesso em: 13 abr. 2019.

GOVERNOS LOCAIS PELA SUSTENTABILIDADE (ICLEI). **Quem somos**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://americadosul.iclei.org/quem-somos/>. Acesso em: 13 abr. 2019.

GRANDISOLI, Edson *et al.* **Educar para a sustentabilidade**: visões de presente e futuros. São Paulo: Na Raiz, 2020.

GROHE, Sandra Lilian Silveira. A iniciação científica no ensino fundamental: o ensino através da pesquisa. *In: FÓRUM DE ESTUDOS: LEITURAS DE PAULO FREIRE*, 20., 2018. **Legado e presença de Paulo Freire no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018. p. 1521-1534.

GROHE, Sandra Lilian Silveira. Educação para sustentabilidade ultrapassando fronteiras: experiência entre escola e universidade. **Argumentos Pró-Educação**, Pouso Alegre, v. 4, n. 12, 2019.

GROHE, Sandra Lilian Silveira. **Escolas sustentáveis: três experiências no município de São Leopoldo – RS.** 2015. Dissertação (Mestrado) -- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação Programa de Pós-Graduação em Educação, 2015, Porto Alegre.

GROHE, Sandra Lilian Silveira. Polícia, política e a partilha do sensível –um olhar a partir da política para escolas sustentáveis. **Revista Latinoamericana de Estudiosen Cultura y Sociedad**, v. 4, 2018.

GROHE, Sandra Lilian Silveira; AMARAL, Dinorá Santos do Amaral. Políticas de educação para a sustentabilidade no brasil: dos primeiros movimentos à conjuntura atual. *In*: SILVA, Rodrigo Manoel Dias da; RIBOLI, Cesar (org.). **Políticas educacionais: abordagens, experiências e dilemas contemporâneos.** Frederico Westphalen: URI; Erechim: Deviant, 2019.

GROHE, Sandra Lilian Silveira; CORRÊA, Luciara Bilhalva. Resignificando o espaço escolar: uma proposta de educação ambiental. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Porto Alegre, 2012.

GROHE, Sandra. Resignificando o espaço escolar: uma proposta de educação ambiental. *In*: BLOG Resignificando o Espaço Escolar: uma proposta de educação ambiental. [S. l.], 5 abr. 2013. Disponível em: <http://ressignificandooespaco.escolar.blogspot.com/>. Acesso em: 11 dez. 2018.

GT AGENDA 2030. **Comissão nacional para os ODS disponibiliza relatório de atividades.** [S. l.], 18 jan. 2019. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/2019/01/18/comissao-nacional-para-os-ods-disponibiliza-relatorio-de-atividades/>. Acesso em: 15 dez. 2020.

GUERRA, Isabel. A cidade sustentável cidades- comunidades e territórios. o conceito permite renovar a concepção e a prática da intervenção? **Cidades, Comunidades e Territórios**, Lisboa, n. 20/21, 2010.

HADDAD, Sérgio. Educação popular e formação pedagógica: contribuições do educador Nilton Bueno Fischer. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 4, 2014.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

HERCULANO, Monica. **Bernardo Toro defende ética e mobilização social para a construção do público.** [S. l.]: GIFE, 2005.

INSTITUTO ALZIRAS. **Perfil das prefeitas no Brasil (2017-2020).** [S. l.], 2018. Disponível em: <http://prefeitas.institutoalziras.org.br/>. Acesso em: 26 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Colombo: panorama.** Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/colombo/panorama>. Acesso em: 17 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tendências demográficas - uma análise da população**. Com base nos resultados censos demográficos de 1940 e 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **A cada 1% a mais de jovens nas escolas, os homicídios caem 2%**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27724&Itemid=6. Acesso em: 17 out. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Objetivos de desenvolvimento sustentável**. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/>. Acesso em: 13 dez. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **ODS - Metas nacionais dos objetivos de desenvolvimento sustentável**: proposta de adequação. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3dYJ9J0>. Acesso em: 6 nov. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censos educacionais do Inep revelam mais de 2,5 milhões de professores no Brasil**. Brasília, 15 out. 2018. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/censos-educacionais-do-inep-revelam-mais-de-2-5-milhoes-de-professores-no-brasil/21206. Acesso em: 11 set. 2020.

IORIS, Vanessa. São Leopoldo contará com Farmácia Viva. **Notícias Unisinos**, São Leopoldo, 30 ago. 2019. Disponível em: <http://www.unisinos.br/noticias/universidade/sao-leopoldo-contara-com-farmacia-viva>. Acesso em: 1º nov. 2020.

JACOBI, Pedro Roberto (coord.) **Aprendizagem social e unidades de conservação**: aprender juntos para cuidar dos recursos naturais. São Paulo: IEE/PROCAM, 2013.

JACOBI, Pedro Roberto. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, 2003.

JACOBI, Pedro Roberto. Impactos socioambientais urbanos – do risco à busca de sustentabilidade. *In*: MENDONÇA, Francisco (org.). **Impactos socioambientais urbanos**. Curitiba: Ed. UFPR, 2004.

JACOBI, Pedro Roberto; TEIXEIRA, Marco Antônio C. **Orçamento participativo**: co-responsabilidade na gestão das cidades. São Paulo: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea. 1996 (Cadernos Cedec).

JACOBS, Jane. **Morte e vida das grandes cidades**. Tradução de Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Martins Fontes. 2009.

JACOBS, Jane. **The death and life of great American cities**. New York: Vintage Books, 1961. Disponível em: https://www.buurtwijijs.nl/sites/default/files/buurtwijijs/bestanden/jane_jacobs_the_death_and_life_of_great_american.pdf. Acesso em: 23 mar. 2019.

JARAR, Alam. **Carta de Porto Alegre – FSM**. Porto Alegre, 27 jan. 2003. Disponível em: <http://www.pazagora.org/2003/01/carta-de-porto-alegre/>. Acesso em: 11 dez. 2018.

JORNAL experimental produzido por alunos do curso de jornalismo da Unisinos São Leopoldo (RS). **Enfoque Santa Marta**, São Leopoldo, 11 abr. 2017. Disponível em: https://issuu.com/unisinosagexcom/docs/enfoque_sm_1. Acesso em: 26 dez. 2018.

KARAM, Carlos Alberto. **Planejando uma cidade sustentável: o caso do planejamento estratégico**. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2008.

KAUFMANN, Jean-Claude. **Entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo**. Petrópolis: Vozes, 2013.

KAUFMANN, Jean-Claude. **Entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo**. Petrópolis: Vozes, 2018.

KEIVANI, R. A review of the main challenges to urban sustainability. **International Journal of Urban Sustainable Development**, [S. l.], v. 1, n. 1-2, 2010.

KERSCHENER, Juliane. Trilhar para conhecer melhor São Leopoldo. **Jornal VS**, São Leopoldo, 24 maio 2019. Disponível em: https://jornalvs.com.br/_conteudo/noticias/regiao/2019/05/2410793-trilhar-para-conhecer-melhor-sao-leopoldo.html. Acesso em: 18 out. 2020.

KILOMBA, Grada. **Quem pode falar**. Tradução: Anne Caroline Quiangala? [S. l.], 12 jan. 2016. Disponível em: <http://www.pretaenerd.com.br/2016/01/traducao-quem-pode-falar-gradakilomba.html>. Acesso em: 08 nov. 2020.

KLABIN doa 10 mil cartilhas sobre preservação ambiental para São Leopoldo. **Revista News**, São Leopoldo, 5 jul. 2019. Disponível em: <https://revistanews.com.br/2019/07/05/klabin-doa-10-mil-cartilhas-sobre-preservacao-ambiental-para-sao-leopoldo/>. Acesso em: 22 out. 2020.

KUHN, Eugenia Aumond. **Cidades resilientes e sustentáveis para o século XXI**. [S. l.], 23 jun. 2018. 1 vídeo (62min 2 seg). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=NfYMD_dfWxl. Acesso em: 05 mar. 2019.

KUSENBACH, M. Street phenomenology - The go-along as ethnographic research tool. **Ethnography**, [S. l.], v.4, 2003.

LA POBREZA extrema se dispara en Venezuela. **El País**, Montevideo, 22 de fev. 2018. Disponível em: <https://www.elpais.com.uy/mundo/pobreza-extrema-dispara-venezuela.html>. Acesso em: 22 set. 2020.

LABOISSIÈRE, Paula. Mais de 90% da população brasileira viverá em cidades em 2030. **Agência Brasil**, Brasília, DF, 17 nov. 2016. Disponível em: <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2016/10/mais-de-90-da-populacao-brasileira-viverao-em-cidades-em-2030/#.WINHX9KnHMw>. Acesso em: 07 jan. 2018.

LAMPERT, Adriana. Empresários aprovam novo código ambiental do Rio Grande do Sul. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 11 de jan. 2020. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/economia/2020/01/720420-empresarios-aprovam-novo-codigo-ambiental-do-rio-grande-do-sul.html. Acesso em: 13 out. 2020.

LEFF, Enrique. Tiempo de sustentabilidad. **Ambiente e Sociedade**, [S. l.], n. 6-7, 2000.

LEITE, Carlos; AWAD, Juliana di C. M. **Cidades Sustentáveis, Cidades Inteligentes**: desenvolvimento sustentável em um planeta urbano. Porto Alegre: Bookman, 2012.

LEIVAS, Peterson Trevisan. **Colombo verde e sustentável**. Colombo: Prefeitura Municipal de Colombo, 2019.

LOPES, Alberto. **Políticas públicas para cidades sustentáveis**: integração intersetorial, federativa e territorial. Rio de Janeiro: IBAM: MCTI, 2016.

LOUREIRO, Carlos Frederico. **"Trajetórias e fundamentos da educação ambiental", intitulado "fundamentos da educação ambiental: retomando o debate"**. São Paulo: Cortez, 2004.

LUFKIN, Sophie. **Sustainability, so what?** Retour critique sur les promesses de développement urbain durable. Lausanne; EPLF, 2009.

MACHADO, Ricardo. Em São Leopoldo, Região Metropolitana de Porto Alegre, mais de três mil famílias enfrentam a luta diária por habitação digna. **Observasinos**, São Leopoldo, 27 mar. 2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/observasinos/vale/moradia/a-vida-pelo-direito-a-um-lar>. Acesso em: 22 nov. 2020.

MARICATO, Ermínia. **Cidades sustentáveis**. Parte 1 - 19º Consenge. Rio de Janeiro: Canal Fisenge, 12 mar. 2015. 1 vídeo (24 min 40 s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aKb3E7Z1Raw>. Acesso em: 10 fev. 2019.

MARICATO, Erminia. A cidade sustentável. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE SINDICATOS DE ENGENHEIROS – CONSENGE, 9., 2011. Porto Velho. **Anais ...** Porto Velho: Consenge, 2011.

MARQUES, Ronualdo; RAIMUNDO, Jerry Adriano; XAVIER, Claudia Regina. Educação ambiental: retrocessos e contradições na base nacional comum curricular. **Interfaces da Educação**, Paranaíba, v. 10, n. 29, 2019. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/3935>. Acesso em: 22 out. 2020.

MARQUES, Aline. Arroios perdem seu espaço em São Leopoldo. **Jornal VS**, São Leopoldo, 07 fev. 2014. Disponível em: http://jornalvs.com.br/_conteudo/2014/02/noticias/regiao/14203-arroios-perdem-seu-espaco-em-sao-leopoldo.html. Acesso em: 29 maio 2018.

MARQUES, Eduardo. Condições habitacionais e urbanas no Brasil. *In*: ARRETCHE, Marta (org.). **Trajetórias das desigualdades**: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Ed. Unesp/CEM, 2015.

MAUAD, Ana Carolina Evangelista. **A participação dos governos locais na Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat II) e seus desdobramentos internacionais e nacionais**. 2011. 140f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília.

MEMÓRIA e preservação - Antônio Prado - RS. Brasília, DF: Iphan: Programa Monumenta, 2009. (Preservação e Desenvolvimento; 16). Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Memoria_e_Preservacao.pdf. Acesso em: 03 out. 2020.

MENEZES, Cristiane Penning Pauli. **(Res)significando o direito à cidade sustentável**: os grafismos urbanos como parte integrante do patrimônio cultural brasileiro. 2016. 120 f. Dissertação (Mestrado em Direito) -- Programa de Pós Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), 2016.

MÉRCHER, Leonardo; FERREIRA, Ana Paula Lopes. Cidades globais: agentes determinantes na atuação da rede de mercocidades. **Revista Relações Internacionais no Mundo Atual**, Curitiba, n. 20, v. 1, 2015.

MERCOCIDADES. **Quem somos?** [S. l.], 2016. Disponível em: <https://mercociudades.org/pt-br/mercociudades/>. Acesso em: 04 fev. 2019.

MILLS, Charles Wright. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2009.

MORIGI, Valter. **Cidades educadoras**: possibilidades de novas políticas públicas para reinventar a democracia. Porto Alegre: Sulina, 2016.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL (ONUBR). **ONU-HABITAT**- Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos. 2019a. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/onuhabitat/>. Acesso em: 10 jan. 2019.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL (ONUBR). **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Brasília, DF, 2019b. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 11 abr. 2019.

NOGUEIRA, Valdir. **Escola, cidadania e temas correlatos**. São Leopoldo: Oikos, 2015.

NTM São Leo. São Leopoldo, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/c/NtmSaoleo/featured>. Acesso em: 21 nov. 2020.

OBSERVATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Nota 02/2016**: a temática urbana na ONU e o processo da HABITAT III. Universidade Federal da Paraíba, 2016. Disponível em: <https://observatoriods.files.wordpress.com/2016/05/habitat-iii.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2019.

OLIVEIRA, Vanessa Alves Tonete. **Gestão de operações de serviços de emergência no contexto de cidades inteligentes e sustentáveis**: o caso da Polícia Militar do Paraná. 2020. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração do Milênio e oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)**. [S. l.], 2000. Disponível em: <http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>. Acesso em: 16 dez. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Carta da terra**. Paris, 2000. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/carta-da-terra>. Acesso em: 08 jan. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Educação 2030**: Declaração de Incheon e Marco de Ação para a implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4: assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. [S. l.]: UNESCO, 2016. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000245656_por. Acesso em: 18 jan. 2021.

ÓRGÃO GESTOR DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (OGEA). **Educador(a) ambiental comunitário**. São Leopoldo, 4 jul. 2020. Facebook: @ogeasaoleopoldo Disponível em: <https://www.facebook.com/ogeasaoleopoldo/photos/13192988855541/>. Acesso em: 16 dez. 2020.

OXFAM BRASIL. **Relatório “A distância que nos une – Um retrato das desigualdades brasileiras”**. [S. l.]: Oxfam, 2017. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Relatorio_A_distancia_que_nos_une.pdf. Acesso em: 04 jan. 2019.

PACHECO, Eliezer. A cidade educando a escola. *In*: TOLEDO, Leslie; FLORES, Maria Luiza R.; CONZATTI, Marli (org.). **Cidade educadora**: a experiência de Porto Alegre. São Paulo: Cortez e Instituto Paulo Freire; Buenos Aires: Cidades Educadoras América Latina, 2004.

PARANÁ. **Decreto 4646 – 21 de maio de 2012**. Cria o 22º Batalhão de Polícia Militar, com sede em Colombo – SESP. Disponível em: <http://www.aprapr.org.br/2012/05/24/decreto-de-criacao-do-22o-batalhao-de-policia-militar-com-sede-em-colombo-sesp/>. Acesso em: 03 out. 2020.

PARANÁ. Ministério Público do Estado do Paraná (MPPR). **Lei federal obriga todas as escolas a terem bibliotecas até maio de 2020**. Curitiba, 2 maio 2019. Disponível em: <http://mppr.mp.br/2019/05/21451,10/Lei-federal-obriga-todas-as-escolas-a-terem-bibliotecas-ate-maio-de-2020.html>. Acesso em: 02 out. 2020.

PARQUE Linear do palmital vai ser criado em Colombo. **Jornal da TV Colombo**, Colombo, 20 jun. 2019. 1 vídeo (3min 41 seg). Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=2jhoboaYYjs>. Acesso em: 15 nov. 2020.

PEREIRA, Flávia Iankowski Claro. O PAC no Município de Colombo-PR: O Projeto de Urbanização do Jardim Marambaia. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS (URBFavelas), 3., 2018, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvo, 2018. Disponível em: Acesso em: 29 set. 2020.

PESC 6 - Pesquisa na Escola. [S. l.], 16 jul. 2020. 1 vídeo (2min 7seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=62RPMCBlg5Q>. Acesso em: 24 set. 2020.

PLANT FOR THE PLANET. **Torne-se um embaixador**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.plant-for-the-planet.org/pt/junte-se-a-ns/torne-se-um-embaixador>. Acesso em: 21 nov. 2020.

POR QUE falar em educação para a sustentabilidade em tempos de pandemia? São Leopoldo, 2020. Live (88 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cGND8Y5SsSI&t=243s>. Acesso em: 29 set. 2020.

PREFEITURA de São Leopoldo faz campanha denunciando machismo em letras de músicas. **Sul 21**, São Leopoldo, 8 mar. 2019. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ta-na-rede/2018/03/prefeitura-de-sao-leopoldo-faz-campanha-denunciando-machismo-em-letras-de-musicas/>. Acesso em: 08 nov. 2020.

PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS (PCS). **Eixos do programa cidades sustentáveis**. São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.cidades.sustentaveis.org.br/institucional/pagina/eixos-do-pcs>. Acesso em: 13 dez. 2020.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO NO BRASIL (PNUD Brasil). **Relatório anual 2016**. Brasília, DF, jun. 2017. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/publicacoes/relatorio-pnud-2016.pdf>. Acesso em: 22 out. 2020.

RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade et al. **Avaliação e monitoramento de políticas públicas de educação ambiental no Brasil**: transição para sociedades sustentáveis Piracicaba: MH-Ambiente Natural, 2019.

RIBEIRO, Edson Leite; SILVA, Geovany Jessé Alexandre da; SILVEIRA, José Augusto Ribeiro da. Cidades compactas e verdes: discussões acerca da qualidade de vida e sustentabilidade urbana. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 23, n. 33, 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Conselho Estadual de Cultura. **Parecer nº 16/2016 CEC/RS**. Porto Alegre, 28 mar. 2016. Disponível em: http://www.procultura.rs.gov.br/pc_print_parecer_cec.php?cod_projeto=14053&parecer=1. Acesso em: 16 out. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. Polícia Civil. **Inauguradas a nova sede da 3ª DPRM e DEAM de São Leopoldo**. Porto Alegre, 09 dez. 2019. Disponível em:

<https://www.pc.rs.gov.br/inauguradas-a-sede-da-3-dprm-e-deam-de-sao-leopoldo>. Acesso em: 26 out. 2020.

ROGERS, Richard; GUMUCHDJIAN, Philip. **Cidades para um pequeno planeta**. Barcelona: Gustavo Gilli, 2013.

ROHR, Daniel Stein. Sem manutenção desde 2012, diques do Rio dos Sinos correm o risco de ruir em caso de cheia. **Jornal VS**, São Leopoldo, 01 fev. 2019. Disponível em: https://jornalvs.com.br/_conteudo/2019/01/noticias/regiao/2370124-sem-manutencao-desde-2012-diques-do-rio-dos-sinos-correm-o-risco-de-ruir-em-caso-de-cheia.html. Acesso em: 22 out. 2020d.

RUSCHEINSKY, Aloisio; TREIS Manoella. Políticas públicas de proteção às cheias e aposta contra novos diques. **Observasinos**, São Leopoldo, 22 nov. 2016. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/observasinos/vale/protecao-social/politicas-publicas-de-protecao-as-cheias-e-aposta-contra-novos-diques>. Acesso em: 22 out. 2020.

SACHS, Ignacy. **A terceira margem**: em busca do ecodesenvolvimento. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SANDER, Stephany. São Leopoldo lança programa para regularizar áreas ocupadas irregularmente. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 06 jul. 2018. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/cidades/s%C3%A3o-leopoldo-lan%C3%A7a-programa-para-regularizar-%C3%A1reas-ocupadas-irregularmente-1.266504>. Acesso em: 21 nov. 2020.

SANT'ANA, Elma. **Jacobina Maurer**. Porto Alegre: Tchê! Comunicações, 1985.

SANT'ANA, Elma. **Jacobina**: a líder dos Muckers. Porto Alegre: AGE, 2001.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS, Indianara Pereira Ramos. **A reciclagem do lixo em Curitiba e região metropolitana**: Aspectos Sociais e Empresariais. Universidade Federal do Paraná, 2003.

SANTOS, Mariana. Programa de aquisição de alimentos inicia 2020 com cuidados especiais devido à Covid-19. **Visão do Vale**, São Leopoldo, 8 maio 2020. Disponível em: <https://visaodovalesl.com.br/programa-de-aquisicao-de-alimentos-inicia-2020-com-cuidados-especiais-devido-covid-19/>. Acesso em: 22 out. 2020.

SANTOS, Mariana. Vem aí a 4ª edição do Eu Vou de Bike. **Visão do Vale**, São Leopoldo, 13 nov. 2019. Disponível em: <https://visaodovalesl.com.br/31194-2/>. Acesso em: 22 out. 2020.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, José Vicente Tavares do. A violência simbólica: o Estado e as práticas sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 108, 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/6169>. Acesso em: 10 ago. 2020.

SÃO Leopoldo anuncia seus projetos aprovados pelo Avançar Cidades. **Revista News**, São Leopoldo, 13 dez. 2019c. Disponível em: <https://revista.news.com.br/2017/12/11/sao-leopoldo-anuncia-seus-projetos-aprovados-pelo-avancar-cidades/>. Acesso em: 21 out. 2020.

SÃO Leopoldo é selecionada para cooperação com União Europeia. **Revista News**, São Leopoldo, 13 dez. 2019a. Disponível em: <https://revistanews.com.br/2017/10/19/sao-leopoldo-e-selecionada-para-cooperacao-com-uniao-europeia/>. Acesso em: 21 out. 2020.

SÃO Leopoldo recebe representantes do Programa de Cooperação Internacional da União Europeia. **Revista News**, São Leopoldo, 9 nov. 2019b. Disponível em: <https://revistanews.com.br/2018/05/07/sao-leopoldo-recebe-representantes-do-programa-de-cooperacao-internacional-da-uniao-europeia/>. Acesso em: 21 out. 2020.

SÃO LEOPOLDO RS. EMELs e EMEFs de São Leopoldo. *In*: GOOGLE maps. Mountain View: Google, 2020. Disponível em: https://www.google.com/maps/d/u/0/edit?mid=1zHRw6cgLlx2EKoQ_4qwc0lfzhmYGsp9K&usp=sharin. Acesso em: 22 nov. 2020.

SÃO LEOPOLDO. Câmara Municipal. **Plano plurianual é aprovado por unanimidade pelos vereadores de São Leopoldo**. São Leopoldo, 17 ago. 2017a. Disponível em: <https://www.camarasaoleopoldo.rs.gov.br/index.php?sec=noticia&id=11484>. Acesso em: 09 nov. 2020.

SÃO LEOPOLDO. Câmara Municipal. **Posse do Conselho Municipal de promoção de igualdade racial**. São Leopoldo, 3 maio 2019d. Disponível em: <https://www.camarasaoleopoldo.rs.gov.br/?sec=noticia&id=12331>. Acesso em: 09 nov. 2020.

SÃO LEOPOLDO. Câmara Municipal. **Vereadores do PT acompanham ações do regulariza São Leo**. São Leopoldo, 28 mar. 2019l. Disponível em: <https://www.camarasaoleopoldo.rs.gov.br/?sec=noticia&id=12299>. Acesso em: 19 nov. 2020.

SÃO LEOPOLDO. Conselho Municipal de Educação (CME). **Resolução CME/CEINC Nº 014/2013**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação Ambiental no Sistema Municipal de Ensino de São Leopoldo.2013. Disponível em: <https://docs.google.com/file/d/0B6KAQ61pMY4wdm9MUIVRYld4dDQ/edit>. Acesso em: 18 out. 2020.

SÃO LEOPOLDO. **Decreto nº 9.243, de 09 de maio de 2019**. Regulamenta o artigo 1º, §5º e § 6º da Lei municipal nº 6.640, de 30 de maio de 2008, estabelecendo as Escolas Prioritárias para o ano de 2019. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/s/sao-leopoldo/decreto/2019/924/9243/decreto-n-9243-2019-regulamenta-o-artigo-1-5-e-6-da-lei-municipal-n-6640-de-30-de-maio-de-2008-estabelecendo-as-escolas-prioritarias-para-o-ano-de-2019>. Acesso em: 19 nov. 2020.

SÃO LEOPOLDO. **Decreto nº 9.243, de 09 de maio de 2019o**. Regulamenta o artigo 1º, §5º e § 6º da Lei municipal nº 6.640, de 30 de maio de 2008, estabelecendo as Escolas Prioritárias para o ano de 2019. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/s/sao-leopoldo/decreto/2019/924/9243/decreto-n-9243-2019-regulamenta-o-artigo-1-5-e-6-da-lei-municipal-n-6640-de-30-de-maio-de-2008-estabelecendo-as-escolas-prioritarias-para-o-ano-de-2019>. Acesso em: 19 nov. 2020.

SÃO LEOPOLDO. **Decreto nº 9.287, de 10 de junho de 2019e**. Regulamenta o Programa de Hortas Comunitárias, Familiares e Escolares no Município de São Leopoldo, nomeia o Comitê Gestor do Programa e institui o Selo Verde - Empresa Amiga das Hortas. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/s/sao-leopoldo/decreto/2019/929/9287/decreto-n-9287-2019-regulamenta-o-programa-de-hortas-comunitarias-familiares-e-escolares-no-municipio-de-sao-leopoldo-nomeia-o-comite-gestor-do-programa-e-institui-o-selo-verde-empresa-amiga-das-hortas>. Acesso em: 1º nov. 2020.

SÃO LEOPOLDO. **Decreto nº 9.482, de 20 de março de 2020q**. Decreta Estado de Calamidade e impõe Medidas de Prevenção ao Contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Município de São Leopoldo. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/s/sao-leopoldo/decreto/2020/948/9482/decreto-n-9482-2020-decreta-estado-de-calamidade-e-impoe-medidas-de-prevencao-ao-contagio-pelo-novo-coronavirus-covid-19-no-ambito-do-municipio-de-sao-leopoldo>. Acesso em: 21 nov. 2020.

SÃO LEOPOLDO. **Decreto nº 9022, de 23 de abril de 2018a**. Unifica o Projeto de Revitalização Socioambiental da Rua da Praia (antiga Rua da Margem), com o Projeto Neustadt, Memorial Henrique Prieto e Projeto Casa de Cultura Ecológica, institui o Parque Rua da Praia - Neustadt e cria o Conselho Consultivo do Parque Rua da Praia - Neustadt. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/s/sao-leopoldo/decreto/2018/902/9022/decreto-n-9022-2018-unifica-o-projeto-de-revitalizacao-socioambiental-da-rua-da-praia-antiga-rua-da-margem-com-o-projeto-neustadt-memorial-henrique-prieto-e-projeto-casa-de-cultura-ecologica-institui-o-parque-rua-da-praia-neustadt-e-cria-o-conselho-consultivo-do-parque-rua-da-praia-neustadt>. Acesso em: 15 abr. 2019.

SÃO LEOPOLDO. **Embaixadores do Clima**. Resolução 268/2020a. Disponível em: http://www.saoleopoldo.rs.gov.br/download_anexo/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20268_2020_%20ANEXO%20%20EMBAIXADORES%20DO%20CLIMA.pdf. Acesso em: 21 out. 2020d.

SÃO LEOPOLDO. **Formação de jovens embaixadores da justiça climática**. São Leopoldo, 2020p. Disponível em: http://www.saoleopoldo.rs.gov.br/download_anexo/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20268_2020_%20ANEXO%20%20EMBAIXADORES%20DO%20CLIMA.pdf. Acesso em: 19 nov. 2020.

SÃO LEOPOLDO. **Lei nº 6493, de 17 de dezembro de 2007b**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/s/sao-leopoldo/lei-ordinaria/2007/650/6493/lei-ordinaria-n-6493-2007-estrutura-o-plano-municipal-de-gestao-integrada-das-sub-bacias-do-rio-dos-sinos-e-da-outras-providencias-2010-10-29-versao-consolidada>. Acesso em: 29 maio 2018.

SÃO LEOPOLDO. **Lei nº 7242, de 30 de julho de 2010**. Dispõe sobre a estrutura administrativa do poder executivo. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/s/sao-leopoldo/lei-ordinaria/2010/724/7242/lei-ordinaria-n-7242-2010-dispoe-sobre-a-estrutura-administrativa-do-poder-executivo>. Acesso em: 26 out. 2020.

SÃO LEOPOLDO. **Lei nº 8.705, de 13 de novembro de 2017c**. Política Municipal de Educação Alimentar Escolar e Combate à Obesidade. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/s/sao-leopoldo/lei-ordinaria/2017/871/8705/lei-ordinaria-n-8705-2017-estabelece-diretrizes-para-a-politica-municipal-de-educacao-alimentar-escolar-e-combate-a-obesidade-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 07 nov. 2020.

SÃO LEOPOLDO. **Lei nº 8650, de 04 de agosto de 2017d**. Institui o Programa de Hortas Comunitárias, Familiares e Escolares no Município de São Leopoldo e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/s/sao-leopoldo/lei-ordinaria/2017/865/8650/lei-ordinaria-n-8650-2017-institui-o-programa-de-hortas-comunitarias-familiares-e-escolares-no-municipio-de-sao-leopoldo-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 15 abr. 2019.

SÃO LEOPOLDO. **Lei nº 8693, de 25 de outubro de 2017e**. Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Povos Tradicionais de Matriz Africana de São Leopoldo e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/s/sao-leopoldo/lei-ordinaria/2017/870/8693/lei-ordinaria-n-8693-2017-dispoe-sobre-a-criacao-do-conselho-municipal-de-povos-tradicionais-de-matriz-africana-de-sao-leopoldo-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 09 nov. 2020.

SÃO LEOPOLDO. Prefeitura Municipal. **Autoridades alertam para importância das áreas protegidas locais**. São Leopoldo, 12 out. 2019f. Disponível em: http://www.saoleopoldo.rs.gov.br/?titulo=&template=conteudo&categoria=&codigoCategoria=&idConteudo=&idNoticia=22057&tipoConteudo=INCL UDE_MOSTRA_NOTICIAS&fbclid=IwAR38cWdFr_KkQ5LCUhiq21XC8ETI8bhHjhwYJWYQONCcXtxfAA0U64b-OUU. Acesso em: 22 out. 2020.

SÃO LEOPOLDO. Prefeitura Municipal. **Campanha música uma construção de gênero**. São Leopoldo, 4 set. 2018b. 1 vídeo (3 min 7seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=25sM4i3LWDs>. Acesso em: 13 dez. 2020.

SÃO LEOPOLDO. Prefeitura Municipal. **COMDEMA**. Lei n.º 9.055, de 30 de agosto de 2019g. Disponível em: https://www.saoleopoldo.rs.gov.br/?titulo=Secretarias%20e%20Gabinetes&template=conteudo&categoria=1&codigoCategoria=1&idConteudo=1514&tipoConteudo=INCLUDE_MOSTRA_CONTEUDO. Acesso em: 03 nov. 2020.

SÃO LEOPOLDO. Prefeitura Municipal. **Conselhos municipais de São Leopoldo**. São Leopoldo, 2020b. Disponível em: https://www.saoleopoldo.rs.gov.br/?titulo=Portal%20Transpar%EAncia&template=hotSite&categoria=391&codigoCategoria=391&tipoConteudo=INCLUDE_MOSTRA_CONTEUDO&idConteudo=4484. Acesso em 09 nov. 2020.

SÃO LEOPOLDO. Prefeitura Municipal. **Dados gerais**. São Leopoldo, 2020c. Disponível em: http://www.saoleopoldo.rs.gov.br/?titulo=Cidade&template=conteudo&categoria=21&codigoCategoria=21&idConteudo=37&tipoConteudo=INCL UDE_MOSTRA_CONTEUDO. Acesso em: 13 out. 2020.

SÃO LEOPOLDO. Prefeitura Municipal. **Delegados do orçamento participativo**. São Leopoldo, 2020d. Disponível em: http://www.saoleopoldo.rs.gov.br/?titulo=Secretarias%20e%20Gabinetes&template=conteudo&categoria=1&codigoCategoria=1&idConteudo=1474&tipoConteudo=INCLUDE_MOSTRA_CONTEUDO. Acesso em: 09 nov. 2020.

SÃO LEOPOLDO. Prefeitura Municipal. **Elaboração dos planos municipais e regionais de saneamento básico dos municípios do consórcio pró-sinos**. Relatório do diagnóstico (Minuta). São Leopoldo: Prefeitura Municipal, 2014.

SÃO LEOPOLDO. Prefeitura Municipal. **Fórum de Serviços Integrados segue com melhorias na zona norte**. São Leopoldo, 24 mar. 2017f. Disponível em: <https://fb.watch/1F0I87D-9o/>. Acesso em: 09 nov. 2020.

SÃO LEOPOLDO. Prefeitura Municipal. **Inscrições para o Prêmio Jacobina**. São Leopoldo, 21 jul. 2019h. Disponível em: <https://www.facebook.com/saoleopoldo/photos/a.236311486427552/2433814963343849/>. Acesso em: 27 out. 2020.

SÃO LEOPOLDO. Prefeitura Municipal. **Momentos prioritários do OP**. São Leopoldo, 2020e. Disponível em: http://www.saoleopoldo.rs.gov.br/?titulo=Secretarias%20e%20Gabinetes&template=conteudo&categoria=1&codigoCategoria=1&idConteudo=1474&tipoConteudo=INCLUDE_MOSTRA_CONTEUDO. Acesso em: 09 nov. 2020.

SÃO LEOPOLDO. Prefeitura Municipal. **Monitoramento COVID-19**. São Leopoldo, dez. 2020f. Disponível em: <https://www.saoleopoldo.rs.gov.br/coronavirus>. Acesso em: 27 dez. 2020.

SÃO LEOPOLDO. Prefeitura Municipal. **Município prioriza uma alimentação qualificada para os estudantes**. São Leopoldo, 5 dez. 2019i. Disponível em: https://www.saoleopoldo.rs.gov.br/?titulo=&template=conteudo&categoria=&codigoCategoria=&idConteudo=&idNoticia=22465&tipoConteudo=INCLUDE_MOSTRA_NOT ICIAS. Acesso em: 06 nov. 2020.

SÃO LEOPOLDO. Prefeitura Municipal. **Museu do Rio dos Sinos (MRS)**. São Leopoldo, 2020g. Disponível em: https://www.saoleopoldo.rs.gov.br/?titulo=Secretarias%20e%20Gabinetes&template=conteudo&categoria=1&codigoCategoria=1&idConteudo=1923&tipoConteudo=INCLUDE_MOSTRA_CONTEUDO. Acesso em: 12 out. 2020.

SÃO LEOPOLDO. Prefeitura Municipal. **Parque Rua da Praia**. São Leopoldo, 2020h. Facebook: @parqueruadapraiasl. Disponível em: https://www.facebook.com/parqueruadapraiasl/photos/?ref=page_internal. Acesso em: 24 out. 2020.

SÃO LEOPOLDO. Prefeitura Municipal. **Plano plurianual de São Leopoldo - 2018-2021**. São Leopoldo, 2017e. Disponível em: <https://www.saoleopoldo.rs>.

gov.br/?template=abreAnexos&arquivo=8360&nomeArquivo=Plano%20Plurianual%202018%20-%202021&categoriaDownload=1. Acesso em: 09 nov. 2020.

SÃO LEOPOLDO. Prefeitura Municipal. **Programa contas abertas**. São Leopoldo, 2020i. Disponível em: <http://www.saoleopoldo.rs.gov.br/?titulo=Contas%20Abertas?nomeCategoriaContas%20Abertas&codigoCategoria=462&template=hotSiteCustom#>. Acesso em: 09 nov. 2020.

SÃO LEOPOLDO. Prefeitura Municipal. **PRP - Parque Rua da Praia**. Prefeitura Municipal. São Leopoldo, 2020j. Disponível em: https://www.saoleopoldo.rs.gov.br/?titulo=Secretarias%20e%20Gabinetes&template=conteudo&categoria=1&codigoCategoria=1&idConteudo=2871&tipoConteudo=INCLUIR_MOSTRAR_CONTEUDO. Acesso em: 18 out. 2020b.

SÃO LEOPOLDO. Prefeitura Municipal. **Regiões do orçamento participativo de São Leopoldo**. São Leopoldo, 2020k. Disponível em: https://www.saoleopoldo.rs.gov.br/?titulo=Secretarias%20e%20Gabinetes&template=conteudo&categoria=1&codigoCategoria=1&idConteudo=1472&tipoConteudo=INCLUIR_MOSTRAR_CONTEUDO. Acesso em: 11 out. 2020b.

SÃO LEOPOLDO. Prefeitura Municipal. **Secretaria Municipal de Educação – SMED**. São Leopoldo, 2020n. Disponível em: https://www.saoleopoldo.rs.gov.br/?titulo=Secretarias%20e%20Gabinetes&template=conteudo&categoria=1&codigoCategoria=1&idConteudo=27&tipoConteudo=INCLUIR_MOSTRAR_CONTEUDO. Acesso em: 05 dez. 2020.

SÃO LEOPOLDO. Prefeitura Municipal. **Secretarias e órgãos**. São Leopoldo, 2020l. Disponível em: https://www.saoleopoldo.rs.gov.br/?titulo=Estrutura%20Administrativa&template=conteudo&idConteudo=&categoria=484&codigoCategoria=484&tipoConteudo=INCLUIR_MOSTRAR_CONTEUDO. Acesso em: 20 out. 2020.

SÃO LEOPOLDO. Prefeitura Municipal. **Transparência COVID - 19**. São Leopoldo, 2020r. Disponível em: <https://www.saoleopoldo.rs.gov.br/?titulo=TRANSPAR%CANCIA%20COVID-19&template=hotSite&categoria=391&codigoCategoria=391&tipoConteudo=&idConteudo=4828>. Acesso em: 21 nov. 2020.

SÃO LEOPOLDO. Secretaria de Educação - São Leopoldo. **[Página principal]**. São Leopoldo, 2020m. Facebook: @smedsaoleopoldo. Disponível em: https://www.facebook.com/smedsaoleopoldo/?ref=page_internal. Acesso em: 05 dez. 2020.

SÃO LEOPOLDO. Secretaria de Educação - São Leopoldo. **Formação do programa mais educa São Leo aborda turno integral**. São Leopoldo, 24 abr. 2019j. Facebook: @smedsaoleopoldo. Disponível em: <https://www.facebook.com/smedsaoleopoldo/posts/2003027829806478/>. Acesso em: 05 dez. 2020.

SÃO LEOPOLDO. Secretaria Municipal de Educação (SMED). **Documento orientador do currículo do território de São Leopoldo**. São Leopoldo, 20 maio 2020o. Disponível em: <https://issuu.com/smed.saoleopoldo/docs/>

doc_aguardando_corre__o_e_formanta__o_-_documento_. Acesso em: 21 nov. 2020.

SÃO LEOPOLDO. Secretaria Municipal de Educação. **Núcleo de Tecnologia Educacional Municipal (NTM)**. São Leopoldo, 2020s. Disponível em: <https://ntmsaoleo.wixsite.com/ntmsaoleors>. Acesso em: 21 nov. 2020.

SÃO LEOPOLDO. Secretaria Municipal de Educação. Núcleo de Tecnologia Educacional Municipal (NTM São Leo – RS). **Cartilha PESC 2020**. Organização Camila Timm e Sandra Lilian Silveira Grohe. São Leopoldo, 2020t. Disponível em: <https://pt.calameo.com/books/0043977782d7f0626fe8d>. Acesso em: 20 dez. 2020.

SÃO LEOPOLDO. Secretaria Municipal de Educação. Órgão Gestor de Educação Ambiental de São Leopoldo (OGEA). **Programa Educação para a Sustentabilidade na Cidade PESC**. São Leopoldo, 17 jul. 2020u. Live (69 min). Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=4056293831079756&extid=Qt2nCM7sD0EWE0p7>. Acesso em: 20 set. 2020.

SÃO Leopoldo: Práticas sustentáveis são destaque na etapa municipal da conferência infanto-juvenil pelo meio ambiente. **Visão do Vale**, São Leopoldo, 4 abr. 2018c. Disponível em: <https://visaodoval.esl.com.br/sao-leopoldo-praticas-sustentaveis-sao-destaque-na-etapa-municipal-da-conferencia-infantojuvenil-pelo-meio-ambiente/>. Acesso em: 19 out. 2020.

SÃO Leopoldo: Região Norte 2 tem plenárias do PPA participativo. **Revista News**, São Leopoldo, 13 dez. 2019k. Disponível em: <https://revistanews.com.br/2017/06/15/sao-leopoldo-regiao-norte-2-tem-plenarias-do-ppa-participativo/>. Acesso em: 09 nov. 2020.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. **Projeto ambientes verdes e saudáveis**. São Paulo: Prefeitura Municipal, 2007. Disponível em: http://archive.iclei.org/fileadmin/user_upload/documents/LACS/Portugues/Programas/PAVS/Pavs_Formacao_Educa_dores_voll.pdf. Acesso em: 13 abr. 2019.

SARAU do Rio. **[Página inicial]**. São Leopoldo, 2019. Facebook: @saraudorio. Disponível em: <https://www.facebook.com/saraudorio/>. Acesso em: 24 out. 2020.

SARLO, Beatriz. **A cidade vista**: mercadorias e cultura urbana. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado**. Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAULE JUNIOR, Nelson; UZZO, Karina. **A trajetória da reforma urbana no Brasil**. Rede brasileira de estudos sobre cidades médias. Disponível em: <http://www.redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/a%20trajectoria%20n%20saule%20k%20uzzo.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2019.

SAUVÉ, Lucie. Educação ambiental: possibilidades e limitações. **Educação Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, 2005.

SCHNEIDER, Ari. Habitação e Semaes buscam solução para áreas de regularização. **Jornal RS**, Porto Alegre, 19 fev. 2019. Disponível em: <https://jornalrs.com.br/habitacao-e-semae-buscam-solucao-para-areas-de-regularizacao/>. Acesso em: 19 nov. 2020.

SCOTTO, Gabriela; CARVALHO, Isabel C. de Moura; GUIMARÃES, Leandro Belinaso. **Desenvolvimento sustentável**. Petrópolis: Vozes, 2009.

SE TE agarro com outro, te mato': campanha denuncia violência contra a mulher na música. **BBC News**, [S. l.], 10 mar. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43359788>. Acesso em: 08 nov. 2020.

SILVA, Amanda Nascimento da. **Ambientalização curricular na educação superior**: um estudo na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) -- Programa de Pós-Graduação em Educação Pontifícia, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SILVA, Pabla Pereira da. **Desenvolvimento urbano sustentável e qualidade de vida**: um estudo de caso na cidade de Florianópolis-SC. 2019. Dissertação (Mestrado em Administração) -- Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019a.

SILVA, Rodrigo Manoel Dias da. Homeschooling: desafios e preocupações. **Revista Ihu On-line**, São Leopoldo, 19 fev. 2019b. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/586764-homeschooling-desafios-e-preocupacoes>. Acesso em: 27 dez. 2020.

SILVA, Samantha. Polo industrial sustentável alavanca desenvolvimento em cidade de MG. **G1 Sul de Minas**, Belo Horizonte, 25 maio 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2016/05/polo-industrial-sustentavel-alavanca-desenvolvimento-em-cidade-de-mg.html>. Acesso em: 13 abr. 2019.

SOBRENATUREZAS. **Sobre o grupo**. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://sobrenaturezas.wordpress.com/sobre-o-grupo/>. Acesso em: 27 dez. 2018.

SORRENTINO, Marcos *et al.* Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, 2005.

STEIL, Carlos Alberto; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Epistemologias ecológicas: delimitando um conceito. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, 2014.

STRAPAZZON, Renata. Seis ocorrências de violência contra a mulher são registradas por dia em São Leopoldo. **Jornal VS**, São Leopoldo, 25 maio 2020. Disponível em: <https://www.jornalvs.com.br/noticias/regiao/2020/05/25/seis-ocorrencias-de-violencia-contra-a-mulher-sao-registradas--por-dia-em-sao-leopoldo.html>. Acesso em: 27 out. 2020.

SZWAKO, José; LAVALLE, Adrian Gurza; DOWBOR, Monika. Minerodependência, prevenção, aprendizado: Entrevista com Pedro Jacobi. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 19, 2019.

TAVARES, Raiana Ralita Ruaro. **A dinâmica da expansão urbana no contexto de cidades inteligentes e sustentáveis**: o caso do município de Pato Branco - Paraná. 2019. 185 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) -- Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2019.

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nisia Maria Duarte. **Mobilização social**: um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

TOUCHTON, M.; WAMPLER, B. Improving social well-being through new democratic institutions. **Comparative Political Studies**, [S. l.], v. 47, n. 10, 2014.

TRAJBER, Rachel; SATO, Michèle. Escolas sustentáveis: incubadoras de transformações nas comunidades. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. especial, 2010.

TRAMONTINI, Mariana Bastian. **Sarau do Rio**. [S. l.], 2019. Disponível em: <http://www.est.edu.br/noticias/visualiza/sarau-do-rio>. Acesso em: 24 out. 2020.

TRISTÃO, Martha. Educação ambiental e a descolonização do pensamento. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, jul. 2016.

UNESCO CREATIVE CITIES NETWORK (UCCN). **What is the creative cities network?** Paris, 2004. Disponível em: <https://en.unesco.org/creative-cities/content/about-us>. Acesso em: 23 mar. 2019.

UNIÃO DOS MOVIMENTOS MORADIA. **Agenda habitat**: resultados da conferência de Istambul em junho de 1996. Nossos direitos e propostas. Organizador: Raquel Rolnik; Instituto Pólis; Nelson Saule Júnior; FASE – SP Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional; Leonardo Pessina. São Paulo, 1997.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). **UFSC Sustentável. Copos plásticos**. Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://ufscsustentavel.ufsc.br/consumo/copos-plasticos/>. Acesso em: 30 out. 2020.

VEREADORES aprovam e prefeitura de Colombo aumenta IPTU: somados são 51,56% em três anos. **Linkada News**, Campina Grande do Sul, 21 de dez. 2018. Disponível em: <https://www.linkadanews.com/post/vereadores-aprovam-e-prefeitura-de-colombo-aumenta-iptu-somados-s%C3%A3o-51-56-em-tr%C3%AAs-anos>. Acesso em: 11 set. 2020.

VIEIRA, Letícia Canal; SAURIN, Tarcisio Abreu. Análise de acidente ambiental: estudo de caso usando o método de análise da ressonância funcional. **Revista Engenharia Sanitária**, Rio de Janeiro, v. 23 n. 2, 2018.

VILLAÇA, Flávio José Magalhães. Dilemas do plano diretor. **Fundação Prefeito faria Lima - CEPAM**. O município no século XXI: cenários e perspectivas, São Paulo, 1999.

VILLAR, Maria Belén Caballo. **A cidade educadora** – Nova perspectiva de organização e intervenção municipal. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

VINTRÓ, Eulàlia. Educação, escola, cidade: o Projeto Educativo da cidade de Barcelona. *In*: GÓMEZ-GRANELL, C.; VILA, I. (org.). **A cidade como projeto educativo**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

WALKER, Ana Paula Pimentel (org.). **Together we make Santa Marta home**. University of Michigan: Department of Urban and Regional Planning Taubman College of Architecture and Urban Planning University of Michigan, 2015. Disponível em: https://taubmancollege.umich.edu/sites/default/files/files/mup/capstones/SantaMartaReport_English_Web.pdf. Acesso em: 20 maio 2018.

WALKER, Ana Paula Pimentel. **Subaltern communities of practice: Afro-Brazilian territorial rights in the participatory budgeting of Porto Alegre City**. [S. l.], 2019.

WEBER, Max. **Conceitos básicos de sociologia**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

WILLIAMS, K. Sustainable cities: research and practice challenges. **International Journal of Urban Sustainable Development**, [S. l.], v. 1, n. 1-2, 2010.

ZAPATA, Leonardo S.; RÍOS, Jennifer M. López; MOLINA, Sergio Gómez; MORENO, Diego Franco; HERRERA, Martínez. Ciudadessostenibles y saludables: estrategias em busca de lacialidad de vida. **Revista Facultad Nacional de Salud Pública**, Medellín, v. 34, n. 1, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rfnsp/v34n1/v34n1a13.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2020.

APÊNDICE A - ENTREVISTA COMPREENSIVA

IDENTIFICAÇÃO

Entrevistadora: Sandra Lilian Silveira Grohe

Entrevistada (o) (nome fictício): _____

Idade: _____ Sexo: _____

Formação: _____

Entrevista

- a) Para você, quando uma cidade pode ser considerada sustentável?
- b) Qual o maior problema socioambiental enfrentado em sua cidade?
- c) Qual o papel da educação para a construção de uma cidade sustentável? Por quê?
- d) Você pode citar exemplos de ações realizadas em sua cidade que contribuem para uma cidade mais sustentável?
- e) Como você percebe a participação do poder público local (prefeitura) na construção de uma cidade sustentável?
- f) Em sua cidade, como você participa para a construção de uma cidade sustentável?
- g) Você se sente seguro(a) em sua cidade?
- h) Em sua cidade, o que falta para que ela seja sustentável?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Eu, _____ concordo em participar da pesquisa intitulada Políticas Educacionais, Cidades Sustentáveis e Experiências de Educação para a Sustentabilidade no Brasil, de autoria de Sandra Lilian Silveira Grohe, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Rio dos Sinos - Unisinos, orientada pelo Profº. Drº. Rodrigo Manoel Dias da Silva, que tem por objetivo analisar experiências de políticas educacionais para a sustentabilidade e seus desdobramentos em cidades que se identificam e/ou promovem ações educacionais sustentáveis.

Declaro ter sido devidamente informada (o) dos objetivos da pesquisa, das metodologias e dinâmicas que serão empregadas durante a pesquisa e dos possíveis desdobramentos dela, sendo assim, autorizo a pesquisadora utilizar as informações que forneci (em entrevista individuais e/ou em grupo, gravadas) na elaboração de sua tese de doutorado e de outras possíveis publicações, sem causar qualquer prejuízo ou constrangimento, resguardando minha identidade. Caso eu não queira mais fazer parte da pesquisa, entrarei em contato pelo e-mail sandragrohe@gmail.com.

Data: _____ E-mail: _____

Telefone: _____

Assinatura (Participante da Pesquisa)

Sandra Lilian Silveira Grohe (Pesquisadora)